

ALEXANDRE RICARDO LOBO DE SOUSA

A Construção do Estado Brasileiro em Erico Verissimo e Raymundo Faoro

Orientação: Prof^a. Dra. REGINA ZILBERMAN

MARÇO 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LITERATURA BRASILEIRA

A Construção do Estado Brasileiro em Erico Verissimo e Raymundo Faoro

ALEXANDRE RICARDO LOBO DE SOUSA

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação

em Letras da UFRGS - Literatura Brasileira.

Orientação: Prof^a. Dra. REGINA ZILBERMAN

PORTO ALEGRE, MARÇO 2013.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que financiou esta pesquisa, à minha orientadora Regina Zilberman, que acreditou na possibilidade do trabalho, à namorada e amiga Cristiane Arteaga, pelo fundamental incentivo para que eu fizesse este doutorado, aos familiares, em especial à minha mãe, Maria de Belém Lobo de Sousa, e aos amigos que contribuíram e contribuem para minha formação para além do mundo acadêmico.

RESUMO

A presente tese objetivou mostrar como Erico Verissimo e Raymundo Faoro, em suas obras *O Tempo e o Vento* e *Os Donos do Poder*, entenderam o processo de formação do Estado Moderno brasileiro. Enquanto a primeira tem como protagonista uma família, os Terra Cambarás, que representa parte da classe dominante, a segunda, uma elite política que constitui o estamento burocrático e não possui origens na sociedade. A obra literária narra a saga da família dos Terra durante quase três séculos, de sua origem, pela região das Missões, à ascensão econômica e política na cidade fictícia de Santa Fé. No início da narrativa, o núcleo familiar é regido por um poder de caráter patriarcal, e a relação do Estado, português, com esse núcleo, tem caráter de usurpação ao realizar recrutamento e cobranças de impostos, mas sem ter representatividade. Ao fim da narrativa, dilui-se esse “estranhamento” entre o grupo de poder local e o Estado, quando a personagem Rodrigo Terra Cambará passa a fazer parte do governo de Getúlio Vargas, dilui. A obra historiográfica, *Os Donos do Poder*, a partir de uma releitura dos conceitos desenvolvidos pelo sociólogo alemão, Max Weber, desenvolve uma leitura inovadora a respeito da História do Brasil. A originalidade consiste em deslocar o debate sobre a formação do Brasil da sociedade civil para o jogo político. E Raymundo Faoro não apenas adapta o conceito de estamento para a realidade brasileira, como também lhe confere outro significado. O conceito, originalmente elaborado para caracterizar a estratificação social do feudalismo, foi reelaborado em sua função para caracterizar uma elite política dominante no aparato burocrático brasileiro. É então o estamento burocrático um grupo que comanda as instâncias burocráticas do maquinário estatal. Com o objetivo de mostrar a formação do estamento burocrático brasileiro e seu desligamento com a sociedade brasileira, Raymundo Faoro inicia sua análise na formação do Estado português e conclui que o Estado brasileiro é um corpo estranho à sociedade. Procurando analisar as obras com o referencial weberiano de tipo ideal, conceitos que não se pretendem definitivos e essencialistas, mas operacionais, a tese conclui que Verissimo e Faoro, mesmo com perspectivas e formas narrativas diversas, possuem uma desconfiança semelhante em relação ao aparato estatal, seja ele moderno ou não. E o grupo que o compõe está além da questão das classes sociais.

Palavras-chaves: patrimonialismo, patriarcalismo, Estado, estamento burocrático.

ABSTRACT

This thesis aims at showing Erico Verissimo and Raymundo Faoro's view, in their works *O Tempo e o Vento* [Time and the Wind] and *Os Donos do Poder* [The Owners of Power] respectively, on the formation process of the Brazilian modern State. As regards the former, the protagonist is a family, the Terra Cambarás, representing part of the dominant social class, while the latter is about a political elite representing the bureaucratic layer, with no origins in the society. The literature piece tells the saga of the Terra family along almost three centuries, from their origins in the Missions area, to their economic and political rise in the fictional city of Santa Fé. At the beginning of the narrative, the family nucleus is ruled by a patriarchal power, and the relation of the Portuguese State with said nucleus is of a rather usurpatory nature, as it recruits and collects taxes, but has no representation. At the end of the narrative, such dissociation between the local power group and the State weakens, when Rodrigo Terra Cambará, one of the characters, takes office as a member of Getúlio Vargas's administration. The historiographic work, *Os Donos do Poder* [The Owners of Power], based on a reinterpretation of the concepts developed by German sociologist Max Weber, offers an innovative reading of the History of Brazil. Its originality consists in shifting the debate on the formation of Brazil from the civil society to the political game. And Raymundo Faoro not only adapts the concept of social structure to Brazilian reality, but also gives it a new meaning. Said concept, originally devised to describe the feudal social structure, was overhauled as regards its function in order to describe a dominant political elite in the Brazilian bureaucratic system. Therefore, the bureaucratic structure is a group managing the bureaucratic requirements of the different State bodies. In order to show the Brazilian bureaucratic structure and its dissociation from the Brazilian society, Raymundo Faoro starts his analysis by the formation of the Portuguese State, and concludes that the Brazilian State is alien to the society. In an intent to analyze the works under the weberian ideal standard, concepts non intended to be conclusive or essentialist but operational, the thesis concludes that both Verissimo and Faoro, even if with different views and narrative styles, mistrust the state structure, whether modern or not. And the group it is made up of is beyond the social classes matter.

Key words: patrimonialism, patriarchalism, State, bureaucratic structure.

RESUME

La présente thèse a eu pour objectif de montrer comment Erico Verissimo et Raymundo Faoro, dans leurs œuvres *O Tempo e o Vento (Le temps et le Vent)* et *Os Donos do Poder (Les Patrons du pouvoir)*, ont-ils entendu le processus de formation de l'État Moderne brésilien. Alors que la première a comme protagoniste une famille, les Terra Cambarás, qui représente une partie de la classe dominante, la seconde, une élite politique qui constitue l'ordre bureaucratique et ne possède pas d'origines dans la société. L'œuvre littéraire narre la saga de la famille des Terras pendant quatre siècle, de son origine, dans la régions des Missoes, à son ascension économique et politique dans la ville fictive de Santa Fé. Au début du récit, le noyau familial est régi par un pouvoir à caractère patriarcal, et la relation de l'État, portugais, avec ce noyau a un caractère d'usurpation en réalisant des recrutements et des recouvrements d'impôts, mais sans avoir de représentativité. À la fin du récit, cette "brouille" entre le groupe de pouvoir local et l'État est diluée, lorsque le personnage Rodrigo Terra Cambara entre au gouvernement de Getulio Vargas. L'œuvre historiographique, *Os Donos do Poder*, à partir d'une relecture des concepts développés par le sociologue allemand, Max Weber, développe une lecture innovatrice à propos de l'Histoire du Brésil. L'originalité consiste à déplacer le débat sur la formation du Brésil de la société civile vers le jeu politique. Et Raymundo Faoro n'adapte pas seulement le concept d'ordre à la réalité brésilienne, mais il lui confère également une autre signification. Le concept, adopté à l'origine pour caractériser la stratification sociale du féodalisme, a été ré-élaboré dans sa fonction pour caractériser une élite politique dominante dans l'apparat bureaucratique brésilien. L'ordre bureaucratique est alors un groupe qui commande les instances bureaucratiques de la machine de l'État. Avec l'objectif de montrer la formation de l'ordre bureaucratique brésilien et sa séparation avec la société brésilienne, Raymundo Faoro débute son analyse dans la formation de l'État portugais et conclut que l'État brésilien est un corps étranger à la société. Cherchant à analyser les œuvre avec un référentiel webérien de type idéal, des concepts qui ne prétendent pas être définitifs et essentialistes, mais opérationnels, la thèse conclut que Verissimo et Faoro, même avec des perspectives et des formes narratives différentes, possèdent une méfiance semblable en ce qui concerne l'apparat d'état, qu'il soit moderne ou pas. Et le groupe qui le compose se situe au-delà de la question des classes sociales.

Mots-clés : patrimonialisme, patriarcalisme, État, ordre bureaucratique.

SUMÁRIO

Introdução	10
1 – A teoria weberiana na interpretação do Brasil	21
2 - Raymundo Faoro e <i>Os Donos do Poder</i>	49
2.1 - Breve biografia do autor de <i>Os Donos do Poder</i>	49
2.2 - A obra <i>Os Donos do Poder</i>	56
3 – A presença de Max Weber em <i>Os Donos do Poder</i>	70
3.1 - <i>Os Donos do Poder</i> e o legado weberiano	70
3.2 - Problematizando os conceitos	74
3.3 - Poder e domínio	74
3.4 - Patriarcalismo e patrimonialismo	76
3.5 - Burocracia	77
3.6 - O Estado	79
3.7 - O Estado Moderno	81
3.8 - O Estamento burocrático	83
3.9 - O Estado brasileiro	86
3.10 - Classe e estamento na sociedade brasileira	92
4 – <i>O Continente</i> : do mito fundador ao domínio patrimonial	99
4.1 - Erico Verissimo – Sumário	100
4.2 - Visão política do autor de <i>O Tempo e o Vento</i>	103

4.3 - O contexto da obra	105
4.4 - <i>A Fonte</i> como mito fundador	110
4.5 - <i>Ana Terra</i> : da terra à cidade	114
4.6 - Capitão Rodrigo: O aventureiro e a aventura da disputa pelo poder	116
4.7 - <i>A Teniaguá</i>	122
4.8 - <i>A Guerra</i>	125
4.9 - <i>Ismália Caré</i> e as contradições sociais	128
4.10 - <i>O Sobrado</i> : o nascimento da política	132
4.11 - Conclusão parcial	136
5 – <i>O Retrato</i> : a implantação do Estado Moderno	139
5.1 - A personagem Rodrigo Terra Cambará e seus contrapontos	150
5.2 - A História dentro do Romance	156
5.3 - O Mundo de Santa Fé em <i>O Retrato</i>	161
5.3.1 - Aspectos sociais	161
5.3.2 - Aspecto político	164
5.3.3 – Aspecto cultural e modernização	171
5.4 - Considerações parciais	173
6 - <i>O Arquipélago</i> : a consolidação do Estado Moderno	176
6.1 - <i>O Deputado</i>	177
6.2 - <i>Lenço Encarnado</i>	181
6.3 - <i>Um Certo Major Toríbio</i>	185
6.4 - <i>O Cavalo e o Obelisco</i>	190

6.5 - <i>Noite de Ano Bom</i>	193
6.6 - <i>Diário de Sílvia, Cadernos de Pauta Simples e Reunião de Família</i> e o ano de 1945	198
6.7 - Epílogo: <i>Encruzilhada</i>	204
6.8 - As personagens	207
6.8.1 Os irmãos e as filosofias políticas	208
6.8.2 As mulheres	213
6.8.3 Sobre Arão Stein e a desilusão com a política e com o Estado	215
6.9 - Sobre a Guerra e as ditaduras	218
6.10 - O caráter do brasileiro: novamente o povo	213
6.11 - Considerações parciais: O Estado Moderno brasileiro consolida-se	227
Considerações Finais	233
Referências bibliográficas	240
Anexos (fotos)	250

INTRODUÇÃO

Minhas leituras de Erico Verissimo são de longa data. Era um infante, segunda série do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, em Porto Alegre, quando a professora Dalva pediu para levar para a escola o livro *As Aventuras do Avião Vermelho*. Foi meu primeiro livro. Vi meus colegas entregando-os para a professora. Os livros acumulavam-se no armário para não serem usados. Pelo menos naquele ano. Eu, ao contrário dos colegas, adquiri uma certa afeição àquele livro da Editora Globo e não quis entregá-lo. A capa azul e vermelha fascinava-me. Li-o, não me lembro em quanto tempo, mas tomei o avião vermelho junto com as personagens. Os anos se passaram, ganhei outros livros. Na quinta série, mais um livro requisitado e não usado: *As Aventuras de Tibicuera*. Levei alguns meses para lê-lo. Novamente ler Erico era uma novidade, foi o meu primeiro livro com “muitas páginas”, em papel jornal e capa amarela. Embarquei numa viagem do tempo, com Tibicuera, vivi a chegada dos portugueses à Terra de Santa Cruz.

Conservei estes livros por algum tempo, até que os dei ao meu sobrinho Rodrigo – que não é nem Terra nem Cambará, mas Sousa mesmo – na esperança de desvirtuá-lo da normalidade. Felizmente, acho que não tive sucesso nessa empreitada.

Um outro contato com Erico foi por meio da minissérie da Rede Globo, *O Tempo e o Vento*, dirigida por Paulo José, em 1985. Algumas personagens me fascinaram. O sisudo Licurgo (Armando Bogus), de *O Sobrado*, foi um dos mais marcantes. Mas inesquecível mesmo foi a Luzia (Carla Carmuratti), a Teniaguá, bela e enigmática.

No segundo grau, atual ensino médio, já completamente viciado em celulose, abastecia-me de literatura estrangeira, Herman Hesse, Albert Camus, Franz Kafka e Sartre, entre outros. O meu ponto de consumo era a Biblioteca Pública Municipal de Porto Alegre, na avenida Erico Verissimo. É, parece *karma*. Um dia resolvi que necessitava ler os autores nacionais. Comprei *Noite no Círculo do Livro*. Aquela história do sujeito que perde a memória e perambula fascinara-me. Após uma frustrada leitura de *Ressurreição*, de Machado de Assis, finalmente tinha em mãos um livro de literatura

nacional em que poderia mergulhar na subjetividade do personagem. Estudante noturno de eletrônica na Escola Técnica Parobé, eu ainda não tinha orientação e maturidade para percorrer o universo machadiano.

Na Universidade, cursando Ciências Sociais, e depois História, deixei a literatura um pouco de lado, a urgência eram os livros mais técnicos, tive que trocar Kafka por Weber, Durkheim e Marx. Mas, nas férias, sempre dava para ler ou reler uma obra literária. Na época da graduação em História, quando bolsista do professor José Augusto Avancini, com boa orientação, pude conhecer um pouco melhor Machado de Assis, Graciliano Ramos e Mário de Andrade. O Erico ficou mais escasso.

Já formado e mestre em História, retornei ao Erico, com *Incidente em Antares* e *O Continente*. Finalmente, aproximei-me mais da Luzia. Mas agora tinha maturidade e capacidade intelectual para extrair da obra mais do que uma aventura de uma família no interior do Rio Grande do Sul. Como já havia lido o primeiro volume e boa parte do segundo de *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, convenci-me de que ele merecia ser tão reconhecido quanto Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre e pensei em desenvolver um projeto que o valorizasse.

Meu gosto pela literatura levou-me a cursar, como aluno especial, uma cadeira na pós-graduação da Letras, com a professora Regina Zilberman. Embora não fosse o tema da disciplina, iniciei então o projeto que ligaria *Os Donos do Poder* a *O Tempo e o Vento*.

Erico Verissimo e Raymundo Faoro publicaram *O Tempo e o Vento* (1949-1962) e *Os Donos do Poder* (1958) no período democrático (1945-1964). A obra de Erico é uma trilogia composta pelos romances *O Continente* (1949), *O Retrato* (1951) e *O Arquipélago* (1962). O início do período foi de intensas transformações políticas, tanto no plano nacional, com o final do Estado Novo, quanto internacional, marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, com um mundo polarizado entre duas potências mundiais, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América. De um lado, era a promessa de um mundo baseado na igualdade a partir de uma economia planejada, de outro, a afirmação de uma economia de mercado e da supremacia do capital. As incertezas quanto ao rumo da humanidade neste mundo

polarizado do pós-guerra ou quanto à estabilidade da nascente democracia brasileira estimularam os intelectuais a refletirem sobre o papel do Estado, a questão do caráter nacional e mesmo de seus próprios papéis, enquanto pensadores, frente a estas questões.

Tanto no plano nacional quanto no internacional, a experiência de um passado recente levava à reflexão da necessidade ou consequências de um Estado interferindo ou ausente na economia, na cultura e na educação. O Estado fora promotor do desenvolvimento econômico, vide o caso brasileiro do Estado Novo, o da URSS ou mesmo da Alemanha nazista, entretanto, o preço de um acelerado desenvolvimento parecia ter sido a democracia. Um aparato burocrático forte sobrepunha-se à sociedade, controlando-a, calando-a, como forma de organizar uma economia e promover o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento da indústria (caso alemão) ou transição de uma economia agroexportadora para industrial (caso brasileiro e russo). Dessa discussão resultava outra: a quem interessavam essas mudanças, quem as comandava? Discutir o Estado e sua classe dirigente era então urgente.

O objetivo da presente tese é mostrar de que forma ambos os autores construíram, em suas respectivas obras, *O Tempo e o Vento* e *Os Donos do Poder*, concepções sobre a formação e o caráter do Estado Moderno e das elites políticas brasileiras, ressaltando as semelhanças entre ambos no que se refere ao papel do Estado e seus limites enquanto agente de modernização e promoção da liberdade individual. Dizer que existem pontos semelhantes não significa necessariamente dizer que não possuem divergências, mas ressaltar que os dois autores, em perspectivas distintas, uma literária e outra teórica, com uma temática semelhante, formularam e expressaram uma visão convergente a respeito do caráter do Estado brasileiro e de sua sociedade correspondente.

A aproximação é possível também porque um texto literário, mesmo sem um compromisso formal e expresso de refletir sobre a realidade histórico social, como é o caso de um de caráter historiográfico, não deixa de revelar algo da época em que foi escrito. Como nos ensinou Antônio Candido (1976), a obra literária possui uma estrutura interna, que é relativa à forma em que foi constituída, e uma externa, referente aos valores que ela expressa. A primeira é referente ao indivíduo que tem a motivação de fazer seu trabalho, a outra, é social e impõe limites à questão interna¹. Os fatores

1 Para Terry Eagleton, convergindo com Candido, “*entender a literatura significa, então, entender todo o processo social do qual ela faz parte.*” (EAGLETON, 2011, p. 18)

externos são referentes à vivência do autor. O momento em que vive ou mesmo viveu, intencional ou não, é matéria-prima. E essa matéria-prima pode ser correspondente a experiências objetivas ou subjetivas. No caso de *O Tempo e o Vento*, o uso desta matéria-prima foi consciente e intencional. Conforme Flávio Loureiro Chaves, na obra de Erico Verissimo, "*o fator ideológico passa a interessar, não porque seja um referente externo, (...) mas porque tornou-se interno, fundamento essencial dos seres de ficção e, assim, consubstancial à narrativa.*" (CHAVES, 1976. p 68) Como Erico Verissimo revelou em *Solo de Clarineta* (1994), a percepção das falhas da história oficial, ao criar heróis para serem louvados, foi um dos motivos de escrever seu romance. Personagens estereotipadas eram os heróis desta história: "*sisudos generais de longas costeletas, metidos em uniformes cheios de alamares e condecorações, estadistas de cara severa espedados em colarinhos altos e engomados.*" (VERISSIMO, 1994, p. 289) As personagens históricas, estereotipadas e feitas para serem louvadas e seguidas como se fossem heróis gregos, verdadeiros mitos, na ficção, deveriam ser humanizadas. As personagens ficcionais, no romance, que pudessem representar grupos sociais, deveriam ser retratadas com falhas, com ambiguidades, e não como perfeitos exemplos para a nação. Desta forma, Erico Verissimo pretendia desmistificar a história oficial e suas personagens.

Ao escrever *O Tempo e o Vento*, Erico Verissimo tinha um propósito. Toda obra literária é uma construção textual com objetivo de ser significativa. Não há quem escreva para si e não para um outro e, neste sentido, todo escritor pretende ser compreendido, transmitir uma ideia ou uma impressão. Segundo Sartre, "*a operação de escrever implica a de ler; como seu correlativo dialético, e esses dois atos conexos necessitam de dois agentes distintos. (...) Só existe arte por e para outrem.*" (SARTRE, 1993, p36) O autor é, neste sentido, aquele que crê ter algo a dizer, a comunicar. Dentro da obra literária, para Walter Benjamin, "*o narrador é aquele que dá conselhos.*" (BENAJMIN, 1983 p. 59) Nascido na Era Moderna, o romance é produzido na solidão do romancista que tem algo a contar. Esse algo a comunicar ocorre por meio da linguagem, do uso das palavras compondo um texto, nomeando acontecimentos e objetos. Erico Verissimo, neste sentido, quer contar uma versão da história do Rio Grande do Sul e do Brasil diferente da oficial. Ele quer contar a história do Brasil a partir do Rio Grande do Sul, de como este estado integra-se à história nacional. E ele quer também contar essa história a partir de personagens, para além de mitos e heróis,

que são possuidores de falhas e acertos, não exemplos a serem seguidos.

Dentro de um outro universo de narrativa, a historiográfica, *Os Donos do Poder* não tem exatamente o mesmo propósito de *O Tempo e o Vento*. Com uma linguagem mais técnica e um público mais restrito, Faoro pretendia fornecer outra interpretação da formação do Brasil. Não se trata de questionar a versão oficial, mas a corrente entre o meio intelectual, que se limitava à questão social. Faoro traz para o debate da formação do Brasil a questão política. Trata-se de entender como ocorre a formação do Estado brasileiro e seu respectivo patronato, usando, para isso, a contribuição teórico-metodológica de Max Weber.

As narrativas destes autores encontram-se em suas preocupações e objetivos. Mas separam-se na forma e no estatuto epistemológicos em que se manifestam. Segundo Antonio Candido, “*se a História representa o desejo da verdade, o romance representa o desejo da enfabulação, com sua própria verdade (...), resposta de necessidade do Espírito que se legitima si mesmo.*” (CANDIDO, 2011, p. 120) A narrativa histórica, no caso de *Os Donos do Poder*, possui um compromisso com uma veracidade que lhe é externa. A verdade procurada no momento da construção da narrativa está fora do texto, mas este deve procurar aproximar-se dela, deve tentar representá-la da melhor forma. No caso de uma narrativa literária, a verdade é interna. A veracidade está na necessidade do escritor de expressar uma ideia em sua narrativa. A narrativa literária é verdadeira não como referência aos fatos históricos, mas como necessidade de expressão de seu autor. É desta forma, respeitando as diferenças epistemológicas, que esta tese pretende entender como ocorre o longo processo de formação do Estado brasileiro em tais narrativas tão diversas.

O Estado aqui compreendido é aquele definido por Max Weber² como o Estado Moderno. Não há uma visão essencialista de Estado, mas uma descrição de funcionamento. Não há busca de uma definição de Estado em forma pura. Assim, não é objetivo discutir o papel atual do Estado, ou seus fundamentos histórico-filosóficos, mas de entendê-lo como um aparato burocrático, uma máquina, cuja função é governar, por meio do monopólio da força, legitimado pela racionalidade. Não é nem a tradição, ou o carisma, que legitimam o governante, mas o consenso racional dos governados, que garante a governabilidade.

2 O tema será desenvolvido no primeiro capítulo desta tese. Ver também WEBER, Max. “O nascimento do Estado racional”. In *Economia e Sociedade*. Vol 2, Brasília: UNB, 2009.

Na presente tese, pretende-se, a partir de características gerais do Estado Moderno, identificar, em *O Tempo e o Vento* e *Os Donos do Poder*, o processo de formação no Brasil deste tipo de Estado. Como o Estado não é compreendido como uma entidade ou um ser autônomo pairando sobre a sociedade, para entendê-lo, é necessário entender o grupo ou classe que o forma ou o ocupa.

Não é, portanto, objetivo desta tese discorrer sobre as diversas teorias sobre o Estado e sua origem, ela não pretende discutir a validade do pensamento contratualista, os limites entre sociedade civil e sociedade política³ ou o momento de passagem de um suposto estado de natureza para uma civilização⁴. Ela se limita à análise do Estado na obra de Erico Verissimo e Raymundo Faoro, pois o objeto de pesquisa não é o Estado em si, mas como ele é entendido e expresso.

Enquanto Faoro analisa a formação do Estado brasileiro e as relações de poder a partir da relação entre grupos politicamente dominantes e as demais camadas sociais, Erico Verissimo analisa a partir da constituição da sociedade. Esta perspectiva distinta faz com que tenham pontos de partida diferentes. Faoro incia sua análise a partir da formação de Portugal, pois, em sua visão, o Estado brasileiro foi transplantado do reinado lusitano para as terras tupiniquins. Erico inicia a narrativa de seu romance nas missões jesuíticas. As perspectivas encontram-se na abordagem do fim da República Velha. A passagem desta para o Período Vargas significa a consolidação, não só da unidade nacional como também de uma máquina estatal em que, embora mais na forma que na prática, possui um nítido limite entre o público e o privado. O governo de Vargas tem, em discurso, a defesa de uma prática política voltada para as necessidades da nação, para além dos interesses pessoais locais ou regionais. Mesmo em regime ditatorial, tal governo apresentava-se como um governo para todos, incluindo os trabalhadores, vide a criação das leis trabalhistas e a inclusão das mulheres enquanto cidadãs. De uma perspectiva histórica, de certa forma, foi um período de transição de uma economia agroexportadora e um governo oligárquico para uma economia industrial e um governo democrático. O agente desta passagem não era parte da sociedade civil,

3 Em termos gerais, embasando-se no item *sociedade civil* do *Dicionário de Política* de BOBBIO (2010), na concepção marxista, sociedade civil refere-se ao “*terreno de todos os conflitos econômicos, ideológicos sociais e religiosos que o Estado tem a cargo resolver*”. (BOBBIO, 2010). A sociedade política, ou o Estado, está relacionado a tudo que diz respeito ao interesse público e à mediação entre os interesses particulares.

4 Sobre estas teorias, ver BOBBIO, Norberto, *Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2011 e o item sobre Estado Moderno em *Dicionário de Política*, também de Norberto Bobbio (2010).

mas o Estado governado por Vargas. *Os Donos do Poder* finaliza sua análise na Revolução de 1930 enquanto *O Tempo e o Vento* termina sua narrativa em 1945, ou seja, está presente na obra de Erico Verissimo todo o primeiro período Vargas. Enquanto que Faoro analisa a formação do Estado Moderno brasileiro até o momento de ruptura entre uma forma de domínio patrimonial para um moderno, mas sem rompimento radical com o legado da tradição, Verissimo acompanha as primeiras consequências dessa ruptura, que estão relacionadas ao regime autoritário e de integração nacional. Entretanto, a perspectiva é a mesma, a consolidação de um Estado nacional de tipo moderno.

A escolha da primeira edição de *Os Donos do Poder* foi uma sugestão da orientadora Regina Zilberman. Foi pertinente acatar a sugestão porque esta edição, além de ser diferente da segunda, tem a publicação não muito distante em relação à de *O Arquipélago* (1961), último romance *O Tempo e o Vento*. A segunda edição de *Os Donos do Poder* (1975), além das significativas alterações, foi publicada já em plena Ditadura Militar, num contexto que revelava a fragilidade da democracia em que se vivia por ocasião da publicação da primeira edição. Ambas as edições, em contextos diversos, respondem a problemas diferentes. Se a primeira está contextualizada com questões relacionadas ao rumo da democracia e ao papel do Estado no aprofundamento da democratização, a segunda, à atuação arbitrária de um governo militar. Se uma obra, dentro de seu contexto, responde a questões próprias de sua época, então, ambas edições, embora com um mesmo conteúdo, respondem a problemas diversos.

A ideia inicial era uma análise de *O Tempo e o Vento* a partir dos conceitos desenvolvidos em *Os Donos do Poder*, identificando na obra literária relações de poder que pudessem ser caracterizadas como patriarcalismo, clientelismo, coronelismo, por exemplo. O suporte para a ligação entre as obras seria o conceito de Lukacs de Romance Histórico. Para isso, seria usado como base teórica a nova edição *O Romance Histórico*, de György Lukács (2011), publicada pela Boitempo. Entretanto, para evitar que a obra de Erico Verissimo aparecesse como mera ilustração de *Os Donos do Poder*, ou mesmo da História do Brasil, outra postura foi adotada. Após a revisão de alguns capítulos, aprendi na prática - o que já havia aprendido em teoria - a recomendação de Karl Marx em seu prefácio à segunda edição do primeiro volume de *O Capital*: “É necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima.”. (MARX, 1985, p. 20) O método de

exposição não é o mesmo de pesquisa. As leituras para contextualizar e mesmo melhor compreender o objeto estudado não necessariamente devem estar expressas no texto exposto. Isso significa, principalmente, que se deve evitar a tentação de relacionar o objeto de pesquisa com as mais diversas possibilidades de análise. Disto resultaria o risco de uma dispersão do objetivo e mesmo um ofuscamento do objeto de estudo. No caso, principalmente de *O Tempo e o Vento*, o problema seria transformar a análise da obra em um mero pretexto para uma pesquisa de caráter mais histórico.

Procurei então não expressar, em minha redação dos capítulos seguintes referentes a *O Continente*, todos os resultados da pesquisa. Assim, em vez de discorrer sobre relações de clientela, coronelismo ou patronato, a partir de uma extensa bibliografia, preferi limitar-me a analisar as personagens e suas relações de poder, presentes em *O Tempo e o Vento*, que pudessem caracterizar tais conceitos. Após a descrição de *O Retrato* e da análise de algumas personagens, abordei a relação da história enquanto referência com a narrativa no romance. Em *O Arquipélago*, a referência à história não foi necessária, pois o contexto descrito foi trabalhado em capítulos anteriores.

Evitei, principalmente no último capítulo, um excesso de contextualização que confundisse narrativa literária com os acontecimentos históricos. As referências históricas, ou foram de necessidade para melhor compreensão do leitor mais desavisado e, no máximo, em notas de rodapé, ou pertinentes ao próprio texto de Erico Verissimo.

A análise da construção do Estado Moderno e sua respectiva elite dirigente, em *O Tempo e o Vento*, tem como foco a sociedade civil, pois as personagens protagonistas, embora representando as camadas dirigentes, iniciam a narrativa à parte do mundo político. É na passagem de *O Continente* para *O Retrato* que realizam uma tomada de poder e tornam-se protagonistas também das transformações sociais e políticas no mundo de Santa Fé. Ao tornarem-se parte do cenário político da cidade, acompanham também as mudanças tecnológicas e transformam o usufruto da tecnologia em bem cultural. A ascensão ao poder requer que as filosofias políticas motivem as ações das personagens. É nesse sentido que as personagens, ao participarem do jogo político, se encontram em meio a grupos que disputam o poder e adotam posturas políticas diversas.

Quanto a essa questão, é importante ressaltar que foi evitado o termo ideologia, pois essa palavra polissêmica poderia causar confusões. A definição de ideologia

adotada é a de Marx, em *Ideologia Alemã*:

“Se em toda a ideologia os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque este fenômeno deriva do seu processo histórico de vida, da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida.” (MARX, 1984, p. 22)

Portanto, liberalismo, socialismo ou integralismo não são caracterizados como ideologias, mas sim como pensamento político ou filosofia política. A distinção entre os termos parte do conceito de pensamento político em *Existe um Pensamento Político Brasileiro*, de Faoro (1994). A distinção é necessária, pois ideologia, no sentido marxista, remete a uma visão distorcida, mas não completamente falsa, da realidade. A distorção na elaboração de pensamento ou da percepção do mundo não é intencional. Já filosofia política ou pensamento político, ao contrário, são, de certa forma, intencionais, escolhas do agente político. Entretanto, enquanto filosofia política refere-se a um sistema de ideias a respeito da política de forma relativamente coerente, o pensamento político, por sua vez, embora possa conter uma filosofia política, adequa-se aos grupos políticos e suas situações, dentro do jogo político. Explicando um pouco mais, enquanto a filosofia política é, em boa parte, formulada especificamente por filósofos ou ideólogos políticos, o pensamento político é o resultado da adequação da filosofia política às necessidades práticas dos grupos políticos que a adotam.

A tese está dividida em seis capítulos. Como Raymundo Faoro reivindicou ser considerado o primeiro weberiano no Brasil, o primeiro capítulo inicia com a análise de alguns conceitos desenvolvidos pelo sociólogo alemão Max Weber, pertinentes à problemática da questão do Estado e do Poder, bem como a recepção do pensamento weberiano no Brasil, e principalmente como este se encontra presente em *Os Donos do Poder*. Antes de abordar propriamente os conceitos de poder, Estado, patrimonialismo, a tese busca entender o princípio metodológico de tipo ideal da sociologia weberiana. Esse instrumento metodológico difere-se do conceito genético, pois não busca essências nos fenômenos, mas características gerais. E é enquanto tipo ideal que Estado, estamento, burocracia e patrimonialismo são entendidos ao longo do desenvolvimento da tese. Ainda sobre a sociologia weberiana, há neste capítulo uma exposição da sociologia da religião weberiana. A questão, em meio à temática do Estado, justifica-se por ser a religião, para Max Weber, de grande importância na construção de valores que guiam os sujeitos. Compreender a religião, não como expressão da fé, mas como cultura, como um conjunto de valores e práticas que foram transmitidos, é compreender

o motivo de uma ação de um indivíduo. É pelos princípios religiosos, enquanto cultura, presentes nas visões de mundo, mesmo dos mais incrédulos, que tornam as ações políticas compreensíveis.

O segundo capítulo aborda a biografia de Raymundo Faoro e descreve, capítulo a capítulo, a primeira edição de *Os Donos do Poder*. O objetivo é fornecer ao leitor da tese um panorama da obra de Faoro, principalmente porque há dificuldade de acesso à primeira edição de *Os Donos do Poder*. O terceiro capítulo da tese, de caráter teórico, analisa a recepção weberiana no pensamento de Raymundo Faoro. Ele trabalha também a questão da originalidade da interpretação de conceitos weberianos como o de estamento. Faoro não apenas parte da teoria de Weber como também lhe dá um novo significado, adaptando-a para a realidade brasileira. É por isso que usa o termo estamento no singular, enquanto Weber o usa no plural. O que ocorre é uma releitura do termo, não uma simples adaptação. Se Weber tem como referência a sociedade estratificada feudal, Faoro utiliza a estrutura estatal transposta de Portugal ao Brasil.

A ordem em que os capítulos foram escritos não segue a ordem de exposição. Parte do quarto capítulo foi o primeiro a ser escrito. Seu primeiro esboço foi um trabalho de conclusão para a cadeira de pós-graduação *Seminário de Autor - O Romance de Erico Veríssimo 2 - Santa Fé: de Povoado Rural à Cidade Burguesa*, ministrada por Maria da Glória Bordini no segundo semestre de 2009. Este capítulo diferencia-se dos que o seguem por ter sido redigido ainda sob a ideia de análise da obra de Erico Veríssimo a partir dos conceitos desenvolvidos por Raymundo Faoro. Não houve significativas alterações porque ele já havia passado pelo processo de qualificação e ganhou uma versão em artigo publicada em REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 2, ano 7, n. 8, 2011, sob o título de *Santa Fé, do mito fundador ao domínio patrimonial*. Entretanto, até a qualificação, só havia sido analisado o primeiro volume de *O Continente*. Neste capítulo, o método de pesquisa e o de exposição ainda se confundem, portanto, ainda há muitas referências à História que contextualizam o romance. A temática central deste capítulo são os jogos de poder entre as famílias Terra Cambará e Amaral em uma situação de domínio patriarcal e patrimonial.

O quinto e o sexto capítulos foram os últimos a ser escritos e têm uma estrutura de exposição diferente do anterior. Nestes, procurou-se apresentar sumariamente *O*

Retrato de O Arquipélago para posteriormente analisar as relações de poder e as personagens que as protagonizam. No penúltimo capítulo, a temática é o início da decadência de uma classe agroexportadora frente a mudanças tecnológicas e políticas como resultado do desenvolvimento econômico. Enquanto os Amarais estão em decadência, o poder no microcosmo Santa Fé diversifica-se ao mesmo tempo em que os setores do comércio destacam-se no jogo político e social.

No último capítulo, buscou-se a caracterização das personagens Floriano, Tio Bicho, Eduardo e Jango enquanto representantes das principais forças políticas da segunda metade do século XX como o intelectual democrata, o anarquista, o socialista e o ruralista, respectivamente. É também no romance analisado, *O Arquipélago*, que acompanha o período Vargas, que percebemos a solidificação do Estado Moderno no Brasil. O fato, por exemplo, de haver personagens que fizeram parte do governo de Vargas é um indício da integridade nacional. O capítulo, embora seja o mais longo de todos, é o mais “limpo” em termos de referências. Há poucas referências históricas e contextualizações. Isso se justifica por *O Arquipélago* ter como principal referência a queda do governo Vargas do Estado Novo. Este tema já tinha sido abordado em outros capítulos e ser novamente referenciado, além de não trazer nada de novo, tornaria a tese demasiadamente repetitiva.

O Tempo e o Vento e *Os Donos do Poder* apresentam uma problemática em comum, o caráter do Estado brasileiro, e também um certo ceticismo de seus autores quanto ao papel de representatividade do aparato político burocrático. E foi este ponto em comum que possibilitou realizar uma tese a partir da análise de duas obras de caráter tão distintos.

1 – A TEORIA WEBERIANA NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

Os Donos do Poder, de Raymundo Faoro (1924-2003), é uma obra visivelmente influenciada pelas categorias weberianas de análise sociológica. Usando conceitos como estamento e burocracia, ela tem enfoque na questão da constituição do Estado e das relações de poder político como fatores de interpretação do Brasil. Faoro não foi o primeiro pensador brasileiro a inspirar-se no sociólogo alemão, mas foi o primeiro que, explicitamente, assumiu os pressupostos teóricos metodológicos weberianos. Antes de Faoro, a teoria de Max Weber (1864-1920) aparecia indiretamente nas análises de interpretação sobre a formação sociopolítica do Brasil. Em escrita de caráter ensaístico, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), com *Raízes do Brasil*, de 1936, e Gilberto Freyre (1900-1987), com *Casa-grande e Senzala*, de 1933, por exemplo, citam obras de Weber e constroem tipos ideais, como o homem cordial ou o homem sífilítico dos trópicos, mas não chegam a sistematizar os conceitos weberianos enquanto instrumento de análise da realidade sócio-histórica brasileira.

Casa-grande e Senzala e *Raízes do Brasil* foram escritas logo após a Revolução de 30, que rompia com o que os modernistas chamaram de Brasil arcaico e rural. A obra de Raymundo Faoro situa-se em um momento distinto destas primeiras análises da realidade brasileira. Quando *Os Donos do Poder* foi publicado, em 1958, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) promovia um acelerado processo de modernização e urbanização. No plano intelectual, a sociologia e seus três fundadores, Karl Marx (1818-1883), Emile Durkheim (1858-1917) e Max Weber, já despertavam a atenção dos intelectuais brasileiros. O brasileiro e seu caráter, temas centrais de ensaios até então, cedia espaço para a preocupação em entender uma recente ditadura sucedida por uma democracia populista, ambas comandadas pela mesma personagem histórica: Getúlio Vargas (1882-1954). Marx e Weber, por abordarem a questão da gênese e o papel do Estado frente a conflitos de interesses com maior ênfase que Durkheim, seriam a fonte inspiradora para a interpretação do período Vargas.

Para entender a relação entre a sociologia weberiana e a interpretação de Faoro sobre a gênese do poder dos grupos dirigentes brasileiros, é importante traçar a

trajetória do pensamento de Weber no Brasil. Para isso, é necessário contextualizar a origem da sociologia brasileira, de que forma ela recebe a contribuição dos clássicos e trabalha os pontos de contato entre estas linhas metodológicas.

Entre os três clássicos da sociologia, Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, os textos deste último são de mais difícil compreensão. Não que os outros tenham teorias mais simples, mas porque Weber, como reconhece seu tradutor para o inglês, Wrightg Mills, tem uma escrita mais “rebuscada” com longas frases de difícil entendimento. Por vezes, ele parece dialogar com Marx e ser o oposto de Durkheim. Se, por um lado, seus conceitos de Estado e classe social não contrastavam com a visão marxista, e sim problematizavam tais conceitos, por outro, sua visão de sociedade não fazia concessões à visão durkheimiana de organismo semelhante a uma célula. Sua grande contribuição metodológica consiste na compreensão de que a sociologia não é como as ciências exatas, não fornece explicações calculáveis, mas é uma ciência que estuda fenômenos culturais compreensíveis.

As teorias destes três clássicos da sociologia são a base do pensamento sociológico. Dentro do campo das Ciências Humanas, elas fundamentam, com suas variantes, análises sobre o mundo contemporâneo. A História, a Educação, a Economia, a Política, o Direito e mesmo a Psicologia fazem uso dos conceitos desenvolvidos por eles. Suas teorias fornecem um grande número de conceitos que auxiliam a interpretar a realidade social em seus vários aspectos.

De certa forma, tanto Karl Marx quanto Emile Durkheim pensaram ser possível uma explicação da sociedade para poder controlá-la. A ciência, em Marx, seria um auxílio para atingir uma meta social, o socialismo. Karl Marx, em *A Ideologia Alemã*, critica os filósofos por apenas interpretarem a realidade enquanto que, para ele, o importante é transformá-la. (MARX, 1984) Frederic Engels, em *Socialismo Utópico e Socialismo Científico* (ENGELS, 1987), claramente coloca a ciência como instrumento para atingir objetivos políticos como o socialismo. É o uso da ciência que distinguiria o socialismo de Marx em relação ao socialismo utópico. Os utópicos limitavam-se a projetar o socialismo a partir do desejo de como o futuro deveria ser. No marxismo, o conhecimento da realidade, a partir de um método, indicaria o caminho para o socialismo.

Emile Durkheim acreditava que, por um método rigoroso de análise, poderia

entender as leis sociais que auxiliariam a eliminar diversos problemas sociais. Esse método é exposto em *As Regras do Método Sociológico*. (DURKHEIM, 1987) Ao tratar o fenômeno social como coisa, como objeto desconhecido, o sociólogo deveria procurar exterioridades, como, por exemplo, padrões morais de comportamento, que se imporiam ao indivíduo de forma regular e impositiva. Mas, ao contrário de Karl Marx, ele entende que a ciência não deve posicionar-se politicamente, mas auxiliar os partidos a uma melhor atuação para sanar problemas sociais. Ambos estão influenciados pelo iluminismo no sentido de acreditar na ciência como um guia para o caminho da descoberta da realidade e melhorar a sociedade. Embora queiram para a ciência fins diferentes, tanto Marx quanto Durkheim compreendem a ciência como possuidora de uma objetividade capaz de transformar ou controlar a realidade social.

Se os pressupostos teóricos de Weber o afastam do positivismo empiricista de Durkheim (TRAGTENBERG, 1997, p. 6), o mesmo não pode ser dito em relação a Marx. Sem entrar nas discussões a respeito da divergência ou complementariedade das teorias marxistas e weberianas, Gabriel Cohn (COHN, 2003, p. 118) salienta a importância da preocupação central com os problemas da sociedade capitalista como ponto de contato entre as duas teorias. O que Weber critica em Marx, segundo Wright Mills (MILLS, 1982, p. 65), é a explicação monocausal da realidade, o fator econômico predominando como causador dos acontecimentos sociais. O que pode ser entendido como uma crítica weberiana ao materialismo histórico é fruto, provavelmente, de uma superficial absorção da teoria de Marx (COHN, 2003, p. 117). Esse distanciamento de Weber em relação à teoria de Marx pode ser compreendido pelo próprio contexto do marxismo. Segundo Perry Anderson (ANDERSON, 1999), o marxismo posterior a Engels e da geração contemporânea de Weber é desenvolvido por poucos teóricos, que não tinham vínculos acadêmicos ou não estavam no mundo europeu produtor e divulgador de cultura. O próprio Marx, depois de sua tese de doutoramento sobre a filosofia de Demócrito e Epicuro, produziu sua teoria fora das universidades. Grandes teorias marxistas, como as de Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Lenin ou Kautski, por exemplo, foram desenvolvidas dentro de uma vivência sindical ou revolucionária. É apenas na geração do segundo pós-guerra que o marxismo ganha interesse no mundo acadêmico. Weber, ao contrário de Marx e dos marxistas de primeira geração, era um acadêmico, e entender ou conhecer o marxismo não fazia parte de uma trajetória intelectual. Não era comum, no meio universitário, estudar Marx. Mas, a partir das

revoluções de 1905 e de 1917, na Rússia, o marxismo passa a ser objeto de interesse para Weber.

Se as problemáticas levantadas por Marx e Weber são semelhantes, estratificação social, Estado e religião, por exemplo, as respostas dadas são distintas. O primeiro busca respostas na economia, e o segundo, em questões culturais, principalmente as de caráter religioso. Entretanto, a menos que se entenda que a realidade é redutível a uma característica, não são respostas excludentes. A análise do funcionamento da sociedade a partir de valores orientadores de ação, partes de um sistema cultural, não exclui necessariamente a compreensão da sociedade a partir dos interesses econômicos de grupos. A atividade econômica, por sua vez, pode ser orientada por motivos relacionados a valores de caráter cultural. Se a realidade é multifacetada, as análises complementam-se para sua melhor compreensão.

Weber entende que a realidade social é objeto de estudo das ciências da cultura. Estas, que podemos chamar de ciências humanas, diferem no modo de elaboração e produção em relação às ciências da natureza. Enquanto que as primeiras trabalham essencialmente com questões qualitativas, as segundas, com regularidades quantitativas. São as regularidades das ciências naturais que permitem formular leis e quantificar fenômenos. A realidade empírica, que é investigada pelas ciências sociais, é a cultura. E cultura, para Weber, tem relação com ideias de valor:

O conceito de cultura é uma ideia de valor. A realidade empírica é cultura para nós porque e na medida em que a relacionamos com ideias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se (sic) significativos para nós. (WEBER, 1992, p. 127).

Segundo Astor Diehl, a cultura, em Weber, “assume três funções genéricas: de motivação dos interesses, de orientação temporal e de regulamentação da ação.” (DIEHL, 2004, p. 83). É a cultura que atribui sentido às ações dos agentes. A escolha de objetivos e os meios de realizá-los são orientados pelos valores dos indivíduos. E estes valores são estabelecidos social e culturalmente. O que é certo, o que é errado e o que é desejável prescrevem como um indivíduo deve agir.

Para Max Weber, nas ciências humanas não há fenômenos, sujeitos a padrões regulados de comportamento, dos quais seja possível extrair leis a partir de amostras quantitativas. O que há é um emaranhado de ações dotadas de sentido. Os indivíduos

são motivados a agir por questões culturais, e essas ações são orientadas por determinado sentido. A ação justifica-se por um sentido que é fornecido pela cultura. A compreensão de como se comporta determinado indivíduo passa pelo conhecimento de sua cultura. Entretanto, não há imposições ou condições externas que tornem as ações inevitáveis e invariáveis. O sentido de uma ação é compreendido, mas não é explicável matematicamente. As leis da natureza, as leis de Newton, por exemplo, explicam o comportamento dos corpos, da matéria e seus fenômenos. A prática religiosa, a prática ritualística, ao contrário, não é passível de explicação da mesma forma que o comportamento dos astros ou um fenômeno físico, não está sujeita a uma lei.

A ideia de compreensão nas ciências humanas é anterior a Max Weber. Wilhelm Dilthey (1833-1911) entende a compreensão de um fenômeno social como “*a apreensão de uma totalidade significativa, para além dos dados particulares.*” (COHN, 2003, p. 39). Um fenômeno só pode ser interpretado em sua totalidade, o que inclui sua historicidade, ou seja, só pode ser compreendido em retrospectiva, nunca durante sua realização. A parte e o todo relacionam-se e tornam-se compreensíveis a partir da vivência. Compreender a realidade só é possível pela vivência, pois só o que é vivido é real. O intérprete da realidade é capaz de compreender o que é interpretado porque ambos fazem parte de uma mesma totalidade. Mas, de forma objetiva e imediata, não é possível a apreensão da realidade como um todo. Em Dilthey, é somente pela subjetividade que isso é possível. Dois pensadores têm acesso, objetivamente, a um fragmento da realidade condicionado pelas coordenadas espaciais e temporais, pelo local e momento em que realizam a reflexão sobre a realidade. Mas, em termos subjetivos, em um plano não limitado pela objetividade do espaço e do tempo, é possível que dois intérpretes possam estabelecer uma comunicação.

A compreensão como parte da metodologia weberiana, diferente da teoria de Dilthey, para Gabriel Cohn (COHN, 2003, p. 122-123), significa a percepção de nexos causais entre os vários agentes e o contexto dos mesmos. Para ele, o termo foi mal interpretado, sendo erroneamente vinculado à *vivência*, como, em Dilthey, a noção de compreensão se relaciona com *experiência*. Equivocadamente, pensava-se que a teoria weberiana levaria o pesquisador a ter uma relação empática com seu objeto de estudo para poder compreendê-lo. A compreensão, enquanto parte de uma metodologia, refere-se à ação do sujeito, e não ao sujeito em si, afastando a possibilidade de uma sociologia por bases subjetivas. Compreender não é entender de forma empática os motivos

psicológicos e subjetivos dos sujeitos atuantes, mas dar sentido às sequências das ações e a seus respectivos nexos causais.

Nas ciências exatas, os fenômenos não são compreendidos uma vez que não ocorrem por racionalidades, e motivos não são orientados, simplesmente acontecem dentro de sequências causais. A compreensão, nas ciências humanas, ocorre pela possibilidade de se estabelecer vínculos causais entre os agentes sociais, seus motivos e suas ações. Compreender, no sentido weberiano, é ser capaz de estabelecer ligações entre as ações dos indivíduos e seus motivos, dados pela cultura.

Nessa sociologia compreensiva, uma das formas de apreensão da realidade é o tipo ideal. Via de regra as ciências se desenvolvem por meio de conceitos, categorias abstratas que classificam e definem os fenômenos e objetos, mas com determinado rigor. O tipo ideal é mais flexível, corresponde a um instrumento metodológico de aproximação de um fenômeno com um conjunto de características preestabelecidas, cujo papel não é uma definição ontológica, mas tornar compreensível determinado fenômeno sociológico. Ele não é “*uma hipótese, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses*” (WEBER, 1992, p. 137). Conforme Weber,

“obtem-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia.” (WEBER, 1992, p. 137-138)

A compreensão do tipo ideal enquanto um instrumento de compreensão da realidade, e não a própria realidade, é um distintivo da teoria weberiana em relação à teoria marxista ortodoxa. Um exemplo: conceitualmente, a classe social é *necessariamente* relativa à posição social do sujeito dentro das relações de produção, seja enquanto dono dos meios produtivos, seja como dono da capacidade de trabalho; e assim a realidade fica restrita a essa classificação. O sujeito passa a ser necessariamente representante de determinada classe e deverá apresentar somente as características que assim o definem. Estando posicionado no sistema produtivo, seus gostos, hábitos culturais e desejos seriam equacionáveis pelo fator econômico. As diversas facetas da realidade, infinita, ficam reduzidas ao conceito.

O uso do tipo ideal permite classificar um sujeito, a partir de determinadas características, como pertencente a determinada classe. Entretanto, não há necessidade de todas as características do tipo ideal correspondente estarem presentes para que determinado fenômeno ou sujeito possa ser classificado enquanto tal. Além disso, o tipo ideal, por ser um instrumento teórico de apreensão da realidade, não é definitivo. Na medida em que é confrontado com o objeto de estudo, ele pode ser reelaborado, ou mudar. Se o conceito é definidor, o tipo ideal é operativo, não limita seu objeto, mas auxilia em sua compreensão.

Uma crítica ao uso sistemático de conceitos e esquemas explicativos, como luta de classes e classe social, vem do próprio campo marxista. Para Jean-Paul Sartre, “*esse marxismo stalinista toma um aspecto de imobilismo, um operário não é um ser real que muda com o mundo: é uma Ideia platônica.*” (SARTRE, 1987, p. 166) Muitos marxistas empobreceram conceitos, tornado-os dados *a priori*. A realidade empírica, antes de ser objeto de teorização e problematização, serve para justificar uma teoria. O conceito de classe social, formulado por Marx, a partir da observação e reflexão sobre a realidade social, passa a ser uma ideia engessada, na qual os dados empíricos devem enquadrar-se. A teoria passa a vir antes do objeto pesquisado, e as explicações acabam em esquematizações fechadas.

Com uma crítica semelhante a de Sartre, o historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson entende que no marxismo stalinista “*a classe operária é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase que matematicamente*”. (THOMPSON, 1987, p. 10). Para ele, “*a classe é uma relação, e não é uma coisa. (...) Ela não existe*”. (THOMPSON, 1987, p. 11) São os fatores condicionantes de uma relação social, como a posição na relação produtiva, que possibilitam o uso de uma categoria analítica para a compreensão da realidade. Um sujeito não é um operário ou um burguês capitalista, mas pode estar em uma relação social que assim o determine. Só é possível ser burguês ou operário em uma determinada circunstância e em forma relacional. A classe social, dessa forma, não existe concretamente, ela é uma categoria formulada pelo pensamento, a partir da observação empírica da realidade.

O que muitos marxistas parecem esquecer é que, para Marx, a realidade também é multifacetada. “*O concreto é concreto por ser síntese de **múltiplas determinações**, logo, unidade na diversidade.*” (MARX, 1977, p. 229) (**Grifo meu**) A opção que Marx

faz pelo econômico é de caráter político. A luta de classes como motor da história é uma metáfora e não tem caráter ontológico. Limitar Marx a uma fórmula, a um fio condutor de pensamento, é reduzi-lo a uma corrente de pensamento que ele combatia: o materialismo mecanicista. Marx não é apenas materialista, é materialista dialético. Não cabe aqui discutir esta questão, mas este é outro ponto de contato entre as teorias weberiana e marxista, ambas entendem que o que é perceptível e imediatamente cognitivo não corresponde efetivamente à realidade, que é mais complexa. Ambas as teorias percebem que a parte visível da realidade aparece imediatamente como se fosse um todo. O que é imediatamente dado é apenas parte, tanto de um processo histórico, como de um complexo de relações sociais. Para a compreensão dessa totalidade, é necessário um trabalho de problematização e teorização.

Outra grande contribuição weberiana para a sociologia consiste na sua problemática religiosa. Aqui, Weber diverge radicalmente de Karl Marx. Se, para este, a religião é o ópio do povo, e a questão judaica é quase irrelevante ante um Estado (que, para ele, é burguês antes de ser judaico), para Weber, a religião assume um papel fundamental na constituição ou transformação social. Não se trata de funções sociais coercitivas da religião, como poderia ser para um durkheimiano, mas, ao contrário, em ressonância com a visão de compreensão, trata-se de entender os valores ditados pelas religiões que guiam a ação humana.

Uma das grandes questões humanas é *qual o sentido da vida*, ou, de outra forma, *qual o sentido da morte*. Para que estamos aqui, por que e para onde vamos. A filosofia existencialista de Sartre colocou o ser humano num vazio ao decretá-lo sem sentido. O homem é um *ser aí*, sem essências ou definições que possam justificar sua existência, é uma paixão inútil. Mas a religião, ao contrário desta filosofia, parte do sentido da vida como um pressuposto, como um dado *a priori*. Em geral, nas visões religiosas, a vida e sua finalidade foram dadas aos seres por entidades superiores. E se a vida tem sentido, o seu fim também deve ter. Sem definir o que é religião, Max Weber prefere analisar as “*condições e efeitos de determinado tipo de ação comunitária*” (WEBER, 2009, p. 279), diga-se, ação religiosa. Estas são orientadoras para a salvação da alma, dando sentido à vida. Não é o sentido em si da vida, estabelecido por uma religião, que interessa ao pensamento sociológico weberiano, mas que tipo de ação esse sentido pode causar.

Salvar-se no após morte torna-se um imperativo. E o sucesso disto está relacionado à conformidade da ação do sujeito com determinados valores socialmente estabelecidos. O conjunto de ideias e valores formam o que Weber denominava de visão de mundo.

O conceito de visão de mundo, assim como a ideia de compreensão dos fenômenos sociais, também retomam Dilthey. Para ele, a

formação das visões do mundo é determinada pela vontade de obter solidez da imagem do mundo, da apreciação da vida, da vontade, que deriva do rasgo fundamental exposto de sequências das etapas do desenvolvimento psíquico. (DILTHEY, 1992, p. 20)

A busca da apreensão da realidade forma no indivíduo um esquema psíquico que permite dar significado, de forma sistemática, ao que vivencia por meio de sua capacidade perceptiva.

Para Weber, os agentes sociais orientam suas ações conforme suas visões de mundo, é ela que define o que é certo e o que é errado. É a religião, então, que fornece uma visão de mundo. A religião orienta as pessoas sobre como devem agir, sobre o que é permitido ou proibido.

Nessa escala de valores, é determinado o que deve ser alcançado e, de forma geral, o que deve ser alcançado é a salvação em um mundo pós-morte. Assim, a ação dos atores sociais orientados pela ideia de salvação será racionalmente vinculada ao fim da salvação, ou seja, o que o ator social fizer é com a finalidade de encontrar o descanso eterno, seja ele uma harmonia com o universo, seja ele em um paraíso. A racionalidade da ação, em Weber (WEBER, 1967), refere-se à praticidade e nada tem de metafísico. Ela é um “cálculo” que o sujeito faz para melhor atingir seus objetivos. Sendo portanto a razão vinculada a uma finalidade, e esta a um valor (o que é considerado importante em uma cultura), o que pode parecer racional em uma cultura pode parecer irracional em outra. Acumular bens pode ser racional em uma sociedade capitalista sedentária, mas não será em uma sociedade nômade, uma vez que dificultaria a migração.

Em sua sociologia da religião, Max Weber traça uma tipologia da religião entre o que considera a religiosidade institucional, das grandes religiões de salvação, as seitas e a magia. São as primeiras, institucionalizadas, as portadoras de uma ética e de uma prescrição dos rituais e da conduta de seus fiéis. Sem desenvolver, Weber distingue

Igreja, como “*associação compulsória para a administração da graça*” de seita, que seria uma “*associação voluntária de pessoas qualificadas religiosamente.*” (WEBER, 1982, p. 361) Na magia, a relação com o sagrado está mais naturalizada e menos simbólica. É literalmente o cérebro ou o coração que são comidos na esperança de se adquirir a inteligência ou a coragem do adversário. O ato religioso, não mágico, seria carregado de simbolismo. Com um ritual padronizado, a religião, praticada pela Igreja ou seita, substitui o objeto do sagrado por um que o simboliza - a hóstia, por exemplo, substitui simbolicamente o corpo de Cristo.

A religião institucionalizada é produtora de normas de conduta, e sua eficácia transcende o campo religioso, resultando em práticas econômicas e políticas. Se uma religião, por exemplo, prescreve que o sétimo dia é o dia do Senhor e que, por isso, a Ele deve ser reservado tal dia, não teremos então nenhuma atividade econômica ocorrendo entre os membros da referida comunidade. Essa visão religiosa também influenciará na política na medida em que, sendo parte de uma religião de salvação e orientadora de condutas para tal fim, ditará o que é certo seguir e o que deve ser coibido, prescrevendo normas de comportamento.

Para o desenvolvimento do capitalismo foi importante o surgimento de uma determinada ética, entretanto “*não é a doutrina ética de uma religião, mas a forma de conduta ética a que são atribuídas recompensas que importa*”.(WEBER, 1982, p. 368) Não é a religião em si, sua ética e suas crenças em seus deuses que importa, mas sua influência nas ações dos agentes sociais. No caso da Inglaterra ou dos EUA, o puritanismo, fruto da Reforma Religiosa, foi fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade orientada para a produção e para o lucro. “*Para o puritanismo, tal conduta era um certo modo de vida, metódico, racional que (...) preparou o caminho para o “espírito” do capitalismo moderno*”. (WEBER, 1982, p. 368) No caso da Inglaterra, a influência da religião para a formação do capitalismo foi estudada em seu livro clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Sobre o desenvolvimento econômico nos EUA, temos o ensaio *As Seitas Protestantes e o Espírito do Capitalismo*, encontrado no Brasil como parte do volume *Ensaio de Sociologia*, organizado pelo sociólogo norte-americano Wrigth Mills.

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber mostra o papel do puritanismo com influência calvinista na Revolução Industrial inglesa. Diferente da

ética católica, que condenava a usura, a nova ética, entendendo tudo como sinal divino, como ação de um Deus todo poderoso, desculpava o credor e entendia seu possível enriquecimento como sinal de bem-aventurança. Se o credor enriquecia, era vontade divina.

Por adotar a ideia de salvação das almas pelo sofrimento e pela renúncia aos prazeres, os países católicos, principalmente os ibéricos, as poderosas e prósperas nações na época dos descobrimentos, foram ultrapassadas pelas nações que vivenciaram as Reformas Religiosas. Em conformidade com os valores dos nobres, o trabalho passa a ser desprestigiado. Na religião protestante, ao contrário, o trabalho passa a ser valorizado. Como visão de mundo, orientadora das ações sociais, dando sentido ao fazer humano, a religião puritana na Inglaterra criaria a possibilidade do surgimento de uma nova forma racional de enriquecimento, vindo do trabalho, não mais das guerras.

A relação entre a Reforma Religiosa na Inglaterra e a Revolução Industrial não é, em Weber, uma relação causal. A Reforma não causou a industrialização, mas tornou-a possível com a transformação de valores. Não há, na sociologia weberiana, uma única causa para os acontecimentos históricos, mas condições que permitem que determinado fato ocorra.

Em *As Seitas Protestantes e o Espírito do Capitalismo*, Weber analisa o papel da congregação protestante, que, ao ditar regras de comportamento, também estabelece a distinção entre o confiável e o não confiável para receber créditos financeiros ou comerciais. Pertencer e seguir as regras de uma congregação significaria bom comportamento, logo, credibilidade. Na busca da salvação, ao contrário de o que seria na Igreja Católica, não é o sacrifício que vale, mas a honestidade. Aquele que não tem bom comportamento, é um mau pagador ou abusa dos juros, poderá ser expulso ou afastado da congregação. Não pertencer ou ser afastado de uma congregação significa ter seus créditos reduzidos ou eliminados. Uma ética do bom comportamento, do bom pagador garantido pela religião, possibilitaria assim um bom e seguro fluxo de mercadorias e a circulação de dinheiro, ambos necessários ao desenvolvimento saudável do capitalismo norte-americano.

Para Weber, o desenvolvimento da economia capitalista nos Estados Unidos e na Inglaterra tem uma origem religiosa. Nos EUA, houve uma grande influência da religião na vida da população, mesmo com alto custo das contribuições se comparado

com a Alemanha. Boa parte dos norte-americanos estava filiada a alguma crença e a vida econômica estava associada à religiosa: “*Em geral, apenas obtinham êxito nos negócios os homens que pertenciam às seitas batista, metodista ou outras seitas semelhantes.*” (WEBER, 1982, p. 350) Nestas seitas, ao contrário da Igreja Católica, o comportamento moral é uma exigência, tornando o pertencimento a alguma delas uma espécie de garantia de comportamento que viabiliza o crédito.

Não é meramente uma questão econômica que dá prestígio social, mas o pertencimento a um grupo, uma filiação a uma seita. As seitas formavam clubes, associações que selecionavam seus membros conforme o desempenho moral e religioso. A sociedade norte-americana, sem uma tradição de origem nobre, permitia que, dentro destes clubes, todos se sentissem iguais, independente da origem ou da renda. “*Quem não conseguisse ingressar numa associação não era um cavalheiro.*” (WEBER, 1982, p. 356) Pertencer a uma associação religiosa era sinônimo de pagamento garantido, e isso proporcionava crédito. Entre os crentes, circulavam créditos de depósitos de dinheiro. A garantia dos pagamentos estava associada à reputação religiosa e financeira do crente.

Na visão religiosa em geral, a melhor forma de agradar a Deus seria com sacrifícios. Já entre os protestantes, o melhor é uma ética embasada na honestidade. Esse princípio ético seria comum a todas as seitas protestantes norte-americanas, sendo idêntico à ética capitalista burguesa. Pechinchar, juros abusivos, luxo ou crédito sem garantias seriam proibidos. A condenação por uma atitude desviante do padrão da seita significaria não só o afastamento da mesma como também o rompimento do crédito, tanto para o credor quanto para o creditado.

A religiosidade era fornecedora de *status* que poderia resultar em poder. Entre os Quakers, todos poderiam falar nas cerimônias religiosas, desde que guiados pelo Espírito Santo. Os integrantes do Exército de Cromwell só poderiam ser comandados por oficiais religiosamente qualificados. Religião e política passam a andar juntas. Ainda na Idade Média, não ser cristão significava não ter direitos plenos. Ser excomungado, portanto, tinha consequências além do campo religioso.

Para exemplificar sua ideia de capitalismo como resultante de fatores éticos, Weber compara a congregação religiosa com as guildas medievais. Enquanto as guildas reuniam artesões concorrentes, pares de atividade, com os mesmos interesses e

oriundos, por vezes, de uma mesma família, nas congregações, o que unia seus integrantes eram princípios religiosos, mas de atividades e interesses econômicos diversos. Pertencer a tal congregação significava estabelecer relações econômicas com outros membros da congregação. O sucesso estava associado à conduta ética, esta dava garantias no crédito ou atraía clientes.

Partindo de uma análise da sociedade que não privilegia o econômico, foi possível, para Max Weber, uma classificação das camadas sociais, sem negar o conceito de classes, a partir das ideias de estamento e castas. As classes seriam limitadas em seu potencial explicativo. Para ele, “*propriedade' e 'falta de propriedade' são (...) categorias básicas de todas as situações de classes*”. (WEBER, 1982, p. 213) Envolvendo questões relacionadas à posição econômica dos sujeitos, o conceito não seria suficiente para melhor entender a complexidade da sociedade, principalmente dentro de uma perspectiva histórica e cultural. A lógica da acumulação de riquezas não explica, por exemplo, o desenvolvimento desigual das nações da Idade Moderna, não explica a supremacia inglesa na primeira Revolução Industrial nem o Japão feudal em pleno início do século XIX.

Na visão weberiana, a acumulação de capitais é, além de um fato econômico, um fato cultural. A riqueza e sua acumulação são possíveis por serem valorizadas. A Inglaterra desenvolve-se por ter uma transformação na constituição de sua visão de mundo. A Reforma Religiosa permitiu o abandono da visão católica, que vinculava a usura com obra do demônio. A ética calvinista, adotada no protestantismo inglês, permitiu que o capitalismo se desenvolvesse pelo sentimento de vocação puritano. As riquezas, sendo de Deus, têm que ser guardadas, preservadas pelo fiel. Enriquecer não seria o pecado, este estaria em gastar as riquezas do Senhor, ao viver-se em prazeres luxuosos. Bem-aventurado seria o querer a tarefa de cuidar das riquezas divinas. Assim, acumulação de capital não se tornou incompatível com a fé religiosa.

A conceitualização da estratificação social desvinculada de questões produtivas, na teoria de Weber, é possível porque ela não parte da monocausalidade como constituinte da história: “*Em nenhum setor dos fenômenos culturais se pode reduzir tudo a causas econômicas, nem sequer no setor específico dos 'fenômenos econômicos'*”. (WEBER, 1992, p. 123) Não há, na teoria de Weber, uma supremacia do fator econômico na constituição da sociedade, nem como transformador desta. O fator

econômico não explica a si, mas pode ser compreendido dentro de um conjunto de valores. A irreducibilidade da realidade ao econômico ocorre porque ela é infinita. É o pensamento finito do pesquisador que, por meio de comparações, estabelece vínculos causais que privilegiam determinado aspecto da realidade.

Ao contrário do conceito de classes que estratifica a sociedade pela posição no sistema produtivo, o conceito de estamento, por sua vez, envolve a questão de honraria e *status*. O estamento é de “*uma qualificação em junção de honras sociais ou falta destas, sendo condicionado principalmente, bem como expresso, através de um estilo de vida específico*”. (WEBER, 1982, p. 459) Uma sociedade estamental típica seria a sociedade medieval, com seus três estamentos básicos: o clero, os nobres e os servos. O clero vivendo para a fé, o nobre para a guerra e o servo para o trabalho.

Outro conceito que Weber desenvolve é o de casta. A casta é um estamento mais extremado. Um exemplo de sociedade de castas é a indiana. Uma marca da sociedade estamental é a imobilidade social. O que define o pertencimento a um determinado estamento é o nascimento. Casamento entre estamentos diferentes são geralmente proibidos. A casta “*intensifica e transpõe esse fechamento para a esfera da religião, ou antes, da mágica.*” (WEBER, 1982, p. 463) Cada casta, na sociedade indiana analisada por Weber, tem, além da proibição de casamento entre diferentes, hábitos, rituais, formas de alimentar-se diferenciados e atividade profissional determinada.

Historicamente, não se pode dizer que os homens se movem apenas por motivos econômicos. Embora estes não possam ser ignorados, mesclam-se com questões relativas à honra, ao *status*, ao poder e ao prestígio. A sociedade medieval era voltada para a guerra, os nobres eram guiados pela noção de honra. De certa forma, a acumulação de riquezas, ao contrário da sociedade capitalista, não era uma meta, mas uma consequência de conquistas de batalhas. A defesa da honra e da valentia eram os objetivos dos nobres medievais.

Entendendo-se então o capitalismo, na visão weberiana, como um sistema em que as ações sociais são orientadas pela maximização do lucro, poder-se-ia aplicar tal conceito a diversos tipos de sociedades, desde os antigos fenícios, que viviam de comércio, até os beduínos antes do Profeta. Entretanto, fatores de ordem cultural impediram que estas sociedades pudessem desenvolver o capitalismo. Mesmo tendo condições para isso, como a atividade comercial ou artesanal desenvolvida, questões

religiosas diversas emperravam o livre desenvolvimento econômico capitalista. Na sociedade indiana, por exemplo, o grande entrave seria a questão das castas, que manteria a sociedade rígida, o que impediria que uma casta pudesse mudar de atividade, imobilizando a sociedade de forma a estancar o fluxo de alocação de recursos humanos necessários à instabilidade de um mercado capitalista.

A Inglaterra, como vimos, a partir da reforma religiosa, tem condições de fornecer motivos aos sujeitos para acumular riquezas e produzir, permitindo o desenvolvimento do capitalismo. Mas é importante lembrar que capitalismo, para Weber, tem um outro significado, diferente de teóricos marxistas. O que, para Weber, é um primeiro tipo de capitalismo, o capitalismo comercial, para a maior parte dos marxistas, é um pré-capitalismo, uma vez que, para estes, o capitalismo pleno necessariamente implica a relação entre burgueses e operários, entre detentores dos meios de produção industrial e assalariados.

Capitalismo, para marxistas, é o sistema econômico próprio da produção industrial. Essa questão foi um problema para a conceitualização do modo de produção referente ao período colonial e mesmo em relação à Idade Moderna. Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, critica o uso do termo capitalismo comercial, usado por autores como Pierre Villar, como forma de classificação do sistema econômico, tanto das colônias quanto das metrópoles, na época do colonialismo: *“deve-se evitar o termo 'capitalista' enquanto não se tratar da sociedade moderna na qual a produção maciça de mercadorias repousa na exploração do trabalho assalariado”*. (CARDOSO, 1989, p. 73) Ciro Cardoso entende que não houve capitalismo até a segunda metade do século XVIII, mas para poder denominar um sistema que, embora não fosse industrial, se baseava na lucratividade, da metrópole ou de grupos comerciantes, utiliza o termo pré-capitalista.

Se o capitalismo, em Weber, define-se por ser uma sociedade orientada para o lucro, então haveria um primeiro tipo de capitalismo, que seria o comercial. Há no capitalismo uma lógica que orienta a ação racional para que se possa obter lucro. Tanto o industrial quanto o banqueiro ou o comerciante, independente do período histórico, se estiverem agindo tendo em vista a maximização do lucro em sua atividade, estará ou sendo capitalista ou estimulando o desenvolvimento do capitalismo.

De uma sociologia da religião, na busca da compreensão dos elementos

religiosos relacionados com a expectativa de salvação das almas, pelas consequências da religião na orientação da ação humana, temos uma ampliação do campo sociológico do saber, uma vez que, como já visto, a religião terá seu peso de influência em outras áreas, como a política e a economia. No caso da História, a sociologia da religião weberiana, em especial, seu trabalho *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, coloca a religião como fator de transformação histórica. Até a escola francesa dos *Annales*, o enfoque eram os grandes personagens da História, como Napoleão, a ação do Estado ou questões políticas ou econômicas. Fatores culturais, como a religião, eram desprestigiados nas análises.

A influência de Max Weber, ainda que de forma incipiente, chega ao Brasil no momento em que as ciências sociais tinham um caráter ensaístico. Seus autores não tinham compromisso rigoroso com vertentes teóricas, criando certo ecletismo conceitual. A escrita era carregada de emoção e intuição, beirando a narrativa literária, longe do academicismo posterior. Era a década de 30, em que os intelectuais tentavam definir quem é o brasileiro ou que é o Brasil. É o caso de Gilberto Freyre, com *Casa-grande e Senzala*, e Sérgio Buarque de Holanda, com sua obra *Raízes do Brasil*.

Na tradição inaugurada por Varnhagen, segundo José Carlos Reis (REIS, 2000), de interpretar o Brasil, Freyre situa-se na primeira geração, a da Descoberta do Brasil, de 1850 a 1930, caracterizada pela louvação da herança lusitana. Sérgio Buarque de Holanda faz parte da segunda geração, a da redescoberta do Brasil, de 1930 a 1970, marcada pela necessidade de estudar rupturas sociais na passagem do arcaico, da sociedade rural brasileira, a um período moderno e urbano.

A questão da modernização brasileira, para Diehl, influencia a forma em que a obra de Weber chega ao Brasil. A influência weberiana é bastante limitada por causa das escassas traduções, que só ocorrerem a partir da década de 70. É basicamente *Economia e Sociedade*, com sua publicação pelo Fondo de Cultura Económica que auxilia nas teorias sobre racionalidade e modernidade. (cf. DIEHL, 2004, p. 55) A questão do custo da modernização, presente nas obras referentes à questão religiosa, fica desapercibida. A teoria de Weber passa a ser um auxílio no processo de racionalização da superação do Brasil arcaico.

Antes deste período, para Fernando Dias (cf. DIAS, 1974), a primeira forma de reflexão sobre o Brasil retoma o período colonial estendendo-se até o Segundo Império,

quando estudiosos coletaram materiais sobre os índios, vegetação e clima, em forma de crônicas ou mesmo pinturas, seja a serviço do rei, da igreja ou de simples aventureiros. Trata-se de uma construção de conhecimento sobre a sociedade a partir de bases ainda empíricas, sem ou com interpretações pouco fundamentadas. O que importava era descrever o comportamento e o habitat dos nativos e seus modos de vida.

Segundo Enno Liedke Filho (2005), a Sociologia nasce no Brasil em fins do século XIX de forma descompromissada com a teoria. Os autores tinham influência variada e preocupavam-se com questões que associavam a Sociologia com outra disciplina. A Sociologia confundia-se com a Literatura ou com a Crítica Literária, por exemplo. Esta disciplina passa a fazer parte do currículo dos cursos de Direito a partir de 1928. É em 1932 que ela se institucionaliza com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Em 1934 na Universidade de São Paulo, foi criada a Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia. Nesta nova fase, há a influência de Durkheim. Em 1954, temos a fundação da Escola de Sociologia de São Paulo (USP), sob a direção de Florestan Fernandes. Inicia-se, com esta Escola, a influência de Max Weber na sociologia brasileira de caráter mais acadêmico. Um importante fator que possibilitou uma maior divulgação da teoria de Max Weber para pensadores brasileiros foi a tradução de *Economia e Sociedade*, de 1944, pelo Fondo de Cultura Económica em língua espanhola.

Antes da edição mexicana de *Economia e Sociedade*, já é possível ver a influência weberiana em autores como Gilberto Freyre. Astor Diehl (1999) ressalta a concepção de uma ética religiosa presente em *Casa-grande e Senzala*. Para José Carlos Reis, ele “criou um tipo ideal do homem moderno para os trópicos, um europeu com sangue de negro ou índio”. (REIS, 2000, p. 73) Segundo Reis, usando o conceito weberiano de tipo ideal, Gilberto Freyre criaria o tipo do ser humano portador da sífilis e vítima da má alimentação. Para Carlos Sell (2007), Freyre foi o primeiro a citar Weber no Brasil. A abordagem “empática” de *Casa-grande e Senzala* não busca uma explicação para os fenômenos, mas, seguindo a sociologia weberiana, a compreensão destes.

Para Dante Moreira Leite, ao compor *Casa-grande e Senzala*, Gilberto Freyre realiza uma análise a-histórica, ao não abordar as transformações sociais e acaba relativizando a situação do escravo ao afirmar que as condições de vida deste eram

melhores que as do operário europeu, da mesma época. Leite entende que a caracterização da sociedade nordestina colonial, feita por Freyre, se aproxima da “*descrição do poder patriarcal e do poder patrimonialista descrito na obra de Weber.*” (LEITE, 2002, p. 374) O senhor de engenho que, com o transcurso da história, se transforma em coronel ou chefe político que distribui cargos por motivos pessoais, está enquadrado nos tipos ideais weberiano de domínio patriarcal e domínio patrimonial.

Para José Reis e Dante Moreira Leite, Gilberto Freyre tem uma compreensão da sociedade a partir do ponto de vista da classe dominante nordestina, do senhor de engenho. Freyre teve uma formação norte-americana, orientando do antropólogo Franz Boas, no fim da segunda década do século XX, estudou na Universidade de Baylor, Texas, e na Universidade de Columbia, Nova Iorque. A influência weberiana, segundo José Reis, viria então de Boas, e deste absorveria o conceito de cultura. Privilegiando as práticas cotidianas em suas análises, as fontes e o foco de Freyre aproximam-no da Nova História francesa, uma busca de fontes nada convencionais na época, como a culinária, fotos, lendas, diários.

Nas notas de rodapé ou na vasta bibliografia de *Casa-grande e Senzala*, constata-se a ausência dos clássicos Emile Durkheim e Karl Marx. As citações de Max Weber são referentes à *Gesammelt Aufsätze zur Religionssoziologie*, de 1922, Berlim, e *General Economic History*, de 1927, editada em Nova Iorque. Essa constatação reforça a ideia de José Reis de que Gilberto Freyre foi um weberiano por intermédio da antropologia de Franz Boas.

É comum interpretar sua obra como uma apologia à miscigenação, como se esta tivesse ocorrido de forma pacífica entre as três etnias do povo brasileiro. Entretanto, ela revela um tipo português branco preparado desde criança para ser o senhor e a manter com o escravo uma relação sádica. Dentro do contexto da produção de *Casa-grande e Senzala*, a importância da obra é justamente dar um aspecto positivo à miscigenação, à mistura de “raças”. Raça, segundo Roberto Da Matta (1997), na obra de Freyre, não tem sentido biológico, mas antropológico, cultural. Até então, autores como Nina Rodrigues ou Silvio Romero entendiam a miscigenação como maléfica à constituição do caráter brasileiro. Sem necessariamente defender **como** ocorreu a miscigenação, Freyre é favorável ao fato dela ter ocorrido. A questão vai além do sadismo do branco e refere-se ao que somos, um povo mestiço.

Embora seja possível enquadrar o “homem sífilítico” como um de tipo ideal weberiano na obra de Gilberto Freyre, seria um exagero considerá-lo um weberiano no sentido acadêmico de compromisso com uma linha teórico metodológico interpretativa. Freyre não sistematiza o pensamento weberiano para usá-lo em suas análises. Embora *Casa-grande e Senzala* trabalhe a sociedade patriarcal do Brasil nordestino e sua civilização do açúcar, seu enfoque é cultural e não passa pela análise do Estado e suas relações de poder. E é por esse enfoque que Peter Burke (BURKE, 1997) o considera um precursor da Nova História. Essa escola francesa é originária da Escola dos *Annales*, de Lucien Leblvre e Marc Bloch, que, nas primeiras décadas do século XX, procurava uma história diferenciada daquela presa a documentos oficiais.

A Nova História, por sua vez, com Fernand Braudel, na década de 60, e, posteriormente, Jacques Le Goff, representando respectivamente a segunda e a terceira geração dos *Annales*, caracteriza-se por ter a história do Mediterrâneo, do alimento, dos costumes, do vestuário como objetos de estudo. Gilberto Freyre estava à frente desta escola ao realizar uma história da roupa de algodão, dos hábitos sexuais, do sadismo e da sífilis em *Casa-grande e Senzala*.

Para Roberto Da Matta, o método de Freyre era não ter método, pois consistia em “*uma nova metodologia baseada na decisão de não ter nenhum método.*” (DA MATTA, 1997) Na época de Freyre, as metodologias de análise sobre a realidade brasileira adotavam uma perspectiva do europeu e prendiam-se à aplicação rigorosa de conceitos. Não havia um método que desse conta dos objetivos do autor de *Casa-grande e Senzala*, era necessário criá-lo. Freyre desenvolveu então uma metodologia inovadora para poder analisar a realidade brasileira a partir dos seus inovadores objetos de estudo. Segundo Da Matta, embora com uma formação no exterior, o autor de *Casa-grande e Senzala* queria uma metodologia própria para analisar o Brasil a partir de dentro, e não uma metodologia forjada no exterior que criasse uma visão de fora, uma visão europeia de nosso país.

Sérgio Buarque de Holanda foi considerado o precursor do pensamento de Weber no Brasil. Para Antonio Candido, no prefácio de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda não só faz uso da metodologia compreensiva da realidade ao construir tipos como o próprio homem cordial, como também “*emprega (...) pela primeira vez no Brasil, os conceitos de 'patrimonialismo' e burocracia, devidos a Max*

Weber, a fim de (...) dar fundamento sociológico à caracterização do Homem cordial.” (CANDIDO, 1998, p. 17) Assim, o homem cordial, não sendo um conceito estanque e determinista, é um tipo ideal, que auxilia na compreensão da constituição da sociedade brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda aprendeu alemão e passou uma temporada na Alemanha, entre 1929 e 1930, período da República de Weimar, enquanto era correspondente do *Jornal do Comércio*. Segundo Renato Martins, nesta época, sob influência weberiana⁵, ele elabora o livro não publicado *Teoria da América* (MARTINS, 2009, p. 182), que depois resultaria em *Raízes do Brasil*. É desta familiaridade com a língua alemã que ele tem contato com a teoria weberiana e desta absorveria a ideia de tipo ideal e de uma ciência social compreensiva. O homem cordial, para José Reis (REIS, 2000), seria uma espécie de tipo ideal. Nesse sentido, homem cordial é um conjunto de características de dados empíricos, não o próprio dado. Não há, portanto, um homem cordial concreto, mas uma construção mental orientada por uma teoria e uma metodologia. Só é possível percebê-lo por meio de uma adequação entre a teoria e a percepção empírica da realidade, nunca apenas da observação.

Carlos Sell (SELL, 2007) entende que a aproximação de Sérgio Buarque de Holanda com Weber se dá pela oposição. Se Weber construiu um tipo ideal do homem racional protestante, gestor do capitalismo inglês, Sérgio Buarque construiu um homem cordial não tão racional. O imediatismo e a lei do pouco esforço, não só físico como intelectual, contrapõe-se ao devoto ao trabalho, ao economizador e planejador. Se o protestante age com fins a longo prazo, pensando na salvação futura, o cordial quer a satisfação imediata e, assim, enquanto o primeiro acumula, constitui fortuna e desenvolve a indústria, o segundo atua de forma predadora e prefere importar bens industrializados.

Segundo Astor Diehl, além dos conceitos de patrimonialismo e burocracia serem de inspiração weberiana, que fundamentam “*sociologicamente as características do homem cordial*” (DIEHL, 1998, p. 200), é também em Weber que Sérgio Buarque se baseia metodologicamente. Lembra Diehl que, tanto na tradição metodológica marxista quanto na weberiana, há a abordagem dualista, a posição dos contrários. *Raízes do*

5 Sérgio Buarque de Holanda menciona em entrevista concedida a João Coelho, em 1985, a influência weberiana em sua obra *Raízes do Brasil*: “*Eu estava muito influenciado pelo sociólogo Max Weber*”. (MARTINS, 2009, p. 85)

Brasil é um livro cujos títulos dos capítulos expressam dualidades: trabalho e aventura, o semeador e o ladrinhador, e também as dualidades de sua análise, contrapondo litoral a interior, espanhol a português, ou civilização a barbárie.

Para as pesquisadoras Maria Veloso e Andréa Madeira, a abordagem de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* apropria-se não só das noções de cultura, história weberiana, como também de sua sociologia compreensiva. *Raízes do Brasil*, para estas autoras, não se apropria somente de conceitos weberianos ou da noção de tipo ideal, mas também da metodologia de Max Weber. A construção do tipo ideal do homem cordial, antes de explicar o Brasil, serviria para compreendê-lo.

Embora haja elementos weberianos na obra de Sérgio Buarque de Holanda, e Antonio Candido, no prefácio de *Raízes do Brasil*, assinale o conceito de patrimonialismo como inovador, Raymundo Faoro discorda da influência weberiana de Sérgio Buarque de Holanda. Em uma entrevista dada para Marcelo Coelho, na *Folha de São Paulo*, Faoro, referindo-se ao conceito de funcionário patrimonial, afirma que “Sérgio não chega a ser weberiano. (...) Tem uma única referência ao Weber.” (COELHO, 2000)⁶ Segundo ele, Weber refere-se ao feudalismo, com o funcionário patrimonial trabalhando para o seu senhor, enquanto que, em Sérgio Buarque, o funcionário trabalha para o Estado, não podendo então *Raízes do Brasil* ser considerada uma obra weberiana. Desta forma, Faoro reivindica ser o primeiro weberiano no Brasil.

O essencial e original em *Raízes do Brasil*, assim como *Casa-grande e Senzala*, não está em usar ou não adequadamente um termo weberiano ou de outra linha metodológica, mas em ser uma interpretação plausível e inédita sobre o Brasil e o brasileiro. Buarque de Holanda não apenas usou o aparato conceitual metodológico disponível na época, mas foi além, por meio do conceito de homem cordial e de cordialidade, soube criar um instrumento de análise. O homem cordial não explica o Brasil, não substitui outras formas de entender o fundamento da realidade brasileira, mas, levando em consideração as múltiplas determinações da realidade, auxilia na compreensão de diversos fenômenos culturais da nossa sociedade.

Numa época em que a formação em ciências humanas, no Brasil, era restrita ao

6 Há outra entrevista em que Faoro critica a ideia de Sérgio Buarque como weberiano, concedida a Jair dos Santos Jr. Nas palavras de Faoro: “*eu não cedo a prioridade para ninguém*” – em relação ao prefácio de Antônio Candido. “*Ele (Antonio Candido) podia escrever sobre tudo (...) e nunca abriu Max Weber na vida dele, mas se sente autorizado para escrever sobre Weber. Ele diz: Não, está aqui, a prioridade é do Sérgio*”. Eu digo: “*Não, a prioridade errou*.” (SANTOS, Jr, 2009, p 117)

direito, estudar Marx ou Weber ocorria de forma autodidata, como é o caso de Sérgio Buarque de Holanda, bacharel em ciências jurídicas. É no contexto do pós-Estado Novo que as obras destes clássicos entram no Brasil de forma mais intensa e dentro dos debates acadêmicos. Essa nova fase de reflexões sociais sobre o Brasil perde seu caráter ensaístico, e suas narrativas despojam-se do tom literário. As explicações sobre a sociedade exigiam mais rigor metodológico, principalmente com a criação da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo.

Nos anos 50, era necessário explicar o autoritarismo vivido no período de Vargas e a passagem para o populismo da época (cf. DIEHL, 1999). Tínhamos a promessa de modernização e industrialização, herança de um Estado forte, de um lado, e, de outro, uma democracia populista. Para Werneck Vianna (1999), houve a necessidade de explicar o atraso na nossa sociedade, considerada arcaica, devido à herança ibérica, e preparar o Brasil rumo à modernidade. A relação entre Estado e sociedade deveria ser esclarecida e, para isso, o principal suporte teórico seriam então Karl Marx e Max Weber. Entre estes, para Fernando Dias (1974), havia uma relação de diálogo. Ambos, em perspectivas diversas, analisaram e forneceram suporte conceitual e teórico para a análise da relação, formação e influência do Estado na sociedade. Mas a primeira perspectiva entende este como tendo o papel de manutenção do *status quo* social, instrumento de dominação de uma classe social, e a segunda o entende como autônomo em relação às classes sociais. Assim, as análises weberianas, desvinculando o Estado brasileiro dos interesses de industriais ou latifundiários, tenderiam a colocar o Estado como responsável pelo atraso brasileiro prejudicial a todas as classes.

O Estado, dentro do projeto varguista de desenvolvimento industrial, havia crescido. Um emprego público era um caminho promissor para muitos intelectuais que se sentiam submetidos ao mando dos antigos oligarcas. Segundo Sérgio Micelli (1979), houve também um crescimento das faculdades de Direito, criando um excedente de advogados desempregados. Essa situação colocava os intelectuais em uma situação ambígua: se, de um lado, dependiam das estruturas estatais, por outro, deveriam analisar criticamente o papel da ação estatal. Era necessário entender este Estado que crescia, fornecia emprego e, ao mesmo tempo, gerava uma estrutura de apadrinhamento e dependência.

Entre os pensadores brasileiros influenciados por Weber, além de Sérgio

Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, temos Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Faoro, com formação em Direito, ainda está na etapa ensaísta do pensamento social brasileiro, mas é Florestan Fernandes quem representa a formação acadêmica. Ele é o primeiro intelectual de grande contribuição teórica com rigor de pesquisa e formação em Sociologia. Tanto Florestan quanto Fernando Henrique Cardoso cursaram Ciências Sociais na Universidade de São Paulo.

No início de sua formação, Raymundo Faoro teve contato com a obra de Weber por meio de publicações em inglês e em francês, conforme consta em uma entrevista concedida a Marcelo Coelho. (COELHO, 2000) O aprendizado destas línguas vinha de formação escolar. Já o aprendizado de leitura em alemão não era suficiente para ler obras como *Economia e Sociedade*. Na época, ainda não havia a edição mexicana desta obra de Weber.

Analisando as duas edições de *Os Donos do Poder*, constata-se que, na primeira, há citações de Weber referentes à edição mexicana de *Economia e Sociedade* e nenhuma referência a Marx. Na segunda, as referências à edição em língua espanhola foram trocadas pelas da edição alemã, e Marx é citado. Na segunda edição da obra de Faoro, há um aprofundamento da discussão do diálogo entre os conceitos marxistas e os weberianos.

A apropriação de Faoro sobre Weber é de caráter diferente da que Sérgio Buarque fez. O foco desloca-se da cultura para o Estado. Embora weberiano assumido, e reivindicando ser pioneiro no “weberianismo”, Faoro admite, no prefácio da segunda edição de *Os Donos do Poder*, ter se apropriado dos conceitos weberianos de forma peculiar: “*este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro, as sugestões weberianas seguem outro rumo, como novo conteúdo e diverso colorido.*” (FAORO, 1998, p. XI) Não há uma simples aplicação da teoria weberiana sobre a realidade brasileira, mas uma apropriação do legado weberiano mesclado a outros teóricos, que orientam na leitura sobre a constituição do estado brasileiro. Entre outros teóricos, além de Max Weber, “*estão presentes (...) os clássicos da ciência política, Machiavel e Hobbes, Montesquieu e Rousseau, relidos num contexto dialético.*” (FAORO, 1998, p. XI) A partir da teoria de Weber, ele inova a análise sobre o Brasil, deslocando o foco sobre a sociedade civil e sua cultura para o Estado. O próprio Marx não ficou de fora, visto o termo dialético,

mas, como o próprio Faoro revela neste mesmo prefácio, evitou a ortodoxia marxista.

Da teoria de Marx, a análise de Faoro é influenciada pelo conceito de dialética. A classe dominante brasileira não origina o Estado nem se reflete nele. Entretanto, um não pode ser entendido fora de relação com o outro. O Estado brasileiro, para Faoro, é um Estado transplantado, vindo de além-mar. Marx não é o autor do conceito de dialética, embora lhe tenha dado um sentido particular. A dialética marxista baseou-se na dialética hegeliana, que já contempla a noção de totalidade e movimento temporal. O que, simplificando, diferencia a dialética marxista da hegeliana é o antagonismo das partes dentro da totalidade.

Faoro é dialético em sua análise. Para entender o Estado brasileiro, busca entender o processo de formação deste, por isso sua análise em *Os Donos do Poder* retoma a formação de Portugal. O tempo presente é apenas uma parte do movimento de formação, e este é herdeiro do passado. Como diria Marx, os fantasmas do passado sempre visitam os vivos. A chamada Revolução de 30, período que encerra a análise de Faoro, é resultado de um longo processo, é síntese do movimento do tempo. O passado não desaparece, mas movimenta-se, e, nesse sentido, o Estado brasileiro, antes de Vargas, é apenas parte de uma totalidade, é um movimento, que, na análise de *Os Donos do Poder*, se inicia com a ocupação do Império Romano na Península Ibérica.

Outro conceito que dialoga com Marx, presente na obra de Faoro, é o de classe. Não é propriamente o conceito marxista de classe, mas sim o da teoria weberiana que é adotado em *Os Donos do Poder*. Classe, para Faoro, é “*produto e resultado de interesses econômicos, vinculados ao mercado, e, com isso, suas categorias fundamentais baseiam-se na propriedade, ou carência de bens.*” (FAORO, 1958, p. 24) Na visão marxista encontrada no *Manifesto Comunista*, classe é referente à posição que o sujeito ocupa no sistema produtivo, ou se é dono dos meios de produção, ou se é dono da capacidade de trabalho, e, neste sentido, as classes atravessam a história da humanidade. Já o conceito weberiano, adotado em *Os Donos do Poder*, entende classe como um fenômeno específico da sociedade capitalista.

O principal conceito weberiano de classificação social adotado em *Os Donos do Poder* é o de estamento. Para Faoro: “*O 'estamento' estrutura-se de acordo com a noção de honra e segundo o modo qualificado de viver dentro de categorizada concepção do mundo.*” (FAORO, 1958, p. 24) Deste conceito, que é central em sua obra e foi alvo de

críticas, conforme veremos mais adiante, deriva outro, o estamento burocrático. Tratava-se de um conceito-chave à sua análise e que é vinculado à desassociação entre Estado e classe dominante. O estamento burocrático, parte das estruturas estatais, não é a classe dirigente, uma vez que não é uma classe. Em *Os Donos do Poder*, na formação do Brasil, assim como o Estado foi transplantado, também o foi o estamento burocrático. A classe dirigente é local e faz parte da sociedade.

Classe e estamento são dois conceitos que respondem a problemáticas diferentes: o primeiro, a econômica; o segundo, a cultural. Entretanto, não são necessariamente excludentes. Podem ser dois pontos de vista sobre uma mesma sociedade. Edgar Carr (1978), historiador marxista, lembrou que o fato de uma montanha poder ser vista de diversos ângulos não a tornava subjetiva. Ela poderia ser vista de seu topo, de sua base e a visão seria diferente, mas isso não a elimina ou a torna imaginária. Da mesma forma, podemos pensar na relação entre estamento e classe, embora característicos de sociedades diferentes na teoria weberiana, para Faoro, classe e estamento podem estar presentes na mesma sociedade: “*As duas formas podem coexistir e de fato coexistem.*” (FAORO, 1958, p. 25) Isso é possível porque não existe empiricamente uma sociedade em seu tipo puro, ou seja, não existe uma sociedade puramente capitalista, nela sobrevivem traços de uma sociedade já ultrapassada. Mesmo na visão marxista, tais elementos remanescentes são possíveis. Numa leitura mais atenta do *Manifesto Comunista*, percebe-se que não são apenas duas classes presentes na sociedade, mas são duas que movem a história. Entre as outras classes, há o lumpemproletariado, a pequena burguesia e classes agrárias sobreviventes na sociedade industrial. Raymundo Faoro, na entrevista a Marcelo Coelho (2000), afirma que esse texto marxista foi, em geral, mal traduzido e que passagens onde consta classe poderiam ter sido traduzidas por estamento.

Faoro foi criticado no seu uso de conceitos weberianos. Rubens Campante (2003) critica-o por uma abordagem que privilegia o Estado, não percebendo as alternâncias na história brasileira entre poder centralizado e poder descentralizado, onde a sociedade teria uma influência maior no Estado. Outra crítica a *Os Donos do Poder* diz respeito ao uso do conceito de estamento. Se Weber o utiliza como parte de uma sociedade estamental, implicando a necessidade de haver mais de um estamento, para Campante, Faoro não vai além do estamento burocrático. Helga Piccolo (2004) entende que uma de suas falhas foi ter centrado em demasia sua análise sobre o Estado,

deixando de lado referências sobre os movimentos sociais.

É importante lembrar que, embora *Os Donos do Poder* abranja os diversos períodos da História do Brasil, não é um manual de história, não é sua intenção abarcar os diversos aspectos da História do Brasil. Se a análise de Faoro abrangesse também os movimentos sociais, se, por exemplo, ao abordar a abolição, se preocupasse com a resistência negra como parte do processo, as mais de setecentas páginas de sua segunda edição não seriam suficientes. É o subtítulo, que inicialmente era título, revelador: *Formação do patronato político brasileiro*. Este subtítulo delimita a temática da obra, que, repito, não é uma abrangente História do Brasil, mas sim, dentro desta história, aborda como se forma o Estado brasileiro e o estamento que o ocupa. Nisto, Gabriel Cohn (2003a) ressalta que, onde geralmente se via o passageiro, Faoro viu o permanente, quando se estudava o conjuntural, ele se preocupava com o estrutural, por isso *Os Donos do Poder* recua à remota origem portuguesa entre bárbaros visigóticos e romanos.

Florestan Fernandes, com uma temática diferente da de Raymundo Faoro e uma formação mais acadêmica, focou-se mais na sociedade e sua constituição classista. Florestan Fernandes ingressou na USP como professor catedrático, em 1958, após mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma Universidade. Das diversas influências teóricas, Durkheim, Comte, Spencer, Weber e Karl Mannheim, estes dois últimos contribuíram para torná-lo um “*marxista mais sofisticado teoricamente.*” (REIS, 2000, p. 205) Do marxismo, apropriou-se da noção de *práxis* e buscou não ser apenas um intelectual que interpreta a sociedade, mas também o engajamento político, a conciliação entre a teoria e a prática. Foi “*um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e elegeu-se deputado federal.*” (REIS, 2000, p. 203) De Weber, para Fernando Dias (1974), herdou a perspectiva histórica em suas análises sociológicas.

Há, visivelmente, no texto *Classes Sociais na América Latina*, de Florestan Fernandes (2009), uma influência dos clássicos da sociologia, principalmente de Marx e Weber. Ele não está preocupado em reduzir nem Marx nem Weber a uma ortodoxia infecunda e excludente, não se trata de afirmar a teoria marxista para negar ou provar ser está melhor que a weberiana. Para mostrar a relação de dependência entre o desenvolvimento do capitalismo latino-americano e o dos países industrializados e plenamente desenvolvidos, faz uso dos conceitos de classe e de estamento. A estrutura

societária estamental, formada pelo colonialismo, com seu patriarcalismo e patrimonialismo, não desaparece com o advento da sociedade de classes. O capitalismo, ao atingir a América Latina, criou uma configuração de classes que manteve as mesmas relações sociais coloniais. Classe e estamento passam a fazer parte da relação de capitalismo. Sociedade agrária e industrial, assim como as classes e estamentos, não são excludentes, mas complementares.

Não são as relações de classe, para Florestan Fernandes, que são distintas na América Latina, a divisão social entre dominados e dominadores, entre explorados e exploradores não é diferente do que é na Europa, o que muda é a configuração do capitalismo. De um lado, o capitalismo dominante europeu, produtor de tecnologias; de outro, o capitalismo dependente, fornecedor de produtos oriundos da agropecuária e importadores de tecnologias.

Fernando Henrique Cardoso foi aluno de Florestan Fernandes e participante do seminário para estudar, em 1958, *O Capital*, de Marx. Ele foi revisor técnico de *Ensaio de Sociologia*, de Max Weber. Entre suas obras, segundo José Reis (2000), *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul*, tese de doutorado em 1962, teria um caráter marxista ao abordar a coisificação do escravo e a relação de exploração entre este e o senhor de engenho. Já *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, de 1964, seria mais próximo à teoria weberiana ao desenvolver um “tipo ideal” do industrial, um “*personagem que produz para o desenvolvimento brasileiro*”. (REIS, 2000, p. 246) Uma das contribuições de Fernando Henrique Cardoso para a sociologia foi ter desenvolvido a teoria da dependência. Por essa teoria, os países importadores de tecnologia teriam tido um desenvolvimento dependente. Isso não era novidade, nem exclusivo da análise de Fernando Henrique Cardoso, outros teóricos como Theotonio dos Santos ou Ruy Mariano também desenvolveram essa ideia. O específico de Fernando Henrique Cardoso é ver vantagem nessa dependência, ao entender que os países que copiam tecnologia poupariam tempo e recursos que os países plenamente desenvolvidos teriam gasto.

Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, provavelmente por terem uma formação acadêmica na sociologia, não entenderam Marx e Weber como incompatíveis. Colocaram-nos em diálogo, extraindo deles algum conceito ou o

procedimento metodológico de compreender a sociedade, muito mais para a explicar. Para José Reis, Fernando Henrique entendeu Max Weber como um pós-Marx, como um continuador da teoria marxista.

A teoria de Karl Marx foi inicialmente assimilada entre os teóricos brasileiros pelo seu aparato conceitual como de classe social e modo de produção. A de Weber chegou ao Brasil de forma diversificada. Inicialmente, sua metodologia embasava análises que, direta ou indiretamente, construam tipos ideais para interpretar a formação brasileira. É o que ocorre, de certa forma diluída, indireta, em obras como *Casa-grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*, em que o homem sífilítico ou o homem cordial são construções de análises de tipo ideal, mas não há nas obras uma referência direta à categoria metodológica weberiana. Entretanto, essas duas obras citadas como exemplo de precursoras da teoria weberiana no Brasil, de certa forma, tiveram suas origens fora do país. Gilberto Freyre estudou nos Estados Unidos, e *Raízes do Brasil* teve seus esboços na Alemanha.

É em *Os Donos do Poder*, com o conceito de estamento, que a teoria de Weber aparece mais explicitamente. Raymundo Faoro assume sua influência weberiana, mas, ao mesmo tempo, recusa ortodoxias, sua teoria também incorporou outros clássicos da teoria política. Faoro também se distingue de seus antecessores weberianos por privilegiar o uso de conceitos como estamento, burocracia e patriarcalismo na análise do Estado Brasileiro, e não sobre o caráter do brasileiro. *Os Donos do Poder*, diferente de *Raízes do Brasil* e *Casa-grande e Senzala*, foca-se no Estado, não na sociedade.

Em Florestan Fernandes e Fernando Henrique, as teorias de Max Weber e Karl Marx estão incorporadas como parte de uma teoria sociológica. Seus trabalhos são frutos do rigor conceitual exigido pela academia, no caso, a Universidade de São Paulo. O contato com os clássicos da sociologia é resultado esperado desta formação. E a absorção de conceitos de Marx, Weber ou Durkheim, desde que cumpra uma exigência de coerência, enriquece o produzir científico.

2 – RAYMUNDO FAORO E *OS DONOS DO PODER*

O objetivo deste capítulo é a apresentação de Raymundo Faoro e sua obra, *Os Donos do Poder*. Para isso, tentei elaborar uma biografia de Faoro, tarefa não muito fácil, pois não há fontes disponíveis sobre ele, quando muito algumas breves referências sobre sua vida em alguns sítios ou mesmo em suas publicações.

Segue, após a breve biografia de Faoro, uma apresentação de *Os Donos do Poder*, capítulo a capítulo, mas sem a pretensão de problematizá-los, para que se tenha uma noção de como é o livro. Os conceitos de estamento burocrático, Estado, patrimonialismo, burocracia e patriarcalismo presentes em *Os Donos do Poder* não serão apresentados aqui, mas no próximo capítulo.

2.1 - Breve biografia do autor de *Os Donos do Poder*

Em Vacaria, Rio Grande do Sul, a 27 de abril de 1925, nascia Raymundo Faoro. Sua família era originalmente formada por agricultores. Quando tinha entre 6 ou 7 anos, acompanhando os pais, mudou-se para Caçador, Santa Catarina, onde fez o ensino básico com um casal, donos de uma escola particular, os quais exigiam comentários de leituras e proibiam que “os alunos decorassem qualquer coisa”. (COELHO, 2000) Essa educação inicial, que privilegiava a interpretação antes da memorização, fornece a Faoro os instrumentos para seu desenvolvimento intelectual.

Em Santa Catarina, a família Faoro abandonou a agricultura e comprou uma hidrelétrica. A boa condição econômica permitiu a Raymundo Faoro realizar seu ensino secundário no Colégio Aurora, de orientação marista. Em paralelo às tradicionais matérias escolares, Raymundo Faoro, aos 14 anos, lia Machado de Assis e José de

Alencar. Essa paixão juvenil pela literatura evoluiria e levaria Faoro a produzir crítica literária.

Em 1944, quando iniciou o curso de Direito em Porto Alegre, ao passar por uma livraria, Faoro descobriu a edição do Fondo de Cultura Económica do México de **Economia y Sociedad**, de Max Weber. A edição mexicana foi baseada na primeira do original em alemão de 1921, póstuma, que tinha o título inicial de *Elementos de Economía Social: economía e sociedade*, organizada pela esposa de Weber, Marianne Weber. Por essa época, com o mundo ainda em guerra, não havia edições europeias no mercado brasileiro de livros. Boa parte das edições importadas vinha da Argentina.

Limitado ao mercado editorial disponível, Faoro não teve contato inicial com as questões metodológicas do sociólogo alemão. Conceitos como tipo ideal ou sociologia compreensiva não estão expostos diretamente em *Economia e Sociedade*⁷. Entretanto, a perspicácia intelectual de Faoro permitiu a apreensão da metodologia weberiana, a partir da forma de exposição do pensamento do autor, através de exemplos dos tipos de poder, que não se prendem à cronologia e se definem por comparações. É pela análise da obra weberiana que Faoro constrói seu tipo ideal de estamento burocrático utilizado em *Os Donos do Poder*.

Ao longo de seu curso, de forma autodidata, Faoro lia sobre filosofia, sociologia e literatura. Além de Weber, a formação intelectual de Faoro seria marcada também pelas ideias dos pensadores Joaquim Nabuco (1849-1910), pernambucano abolicionista, e Alexis de Toqueville (1805-1859), filósofo liberal francês. Naquela época, segundo Faoro, as faculdades de Direito preocupavam-se em fornecer aos estudantes uma formação humanística, e não somente uma visão técnica das leis. Essa formação e leituras davam-lhe subsídios para a sua futura interpretação do Brasil.

De Joaquim Nabuco, Faoro absorveria a ideia de um Estado, dominado por um estrato social, que governaria conforme seus próprios interesses. A referência a Nabuco, implícita, está no subtítulo de *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. Mas, enquanto Joaquim Nabuco se refere ao patronato como grupo de

7 Em *Economia e Sociedade* (WEBER, 2009) há um capítulo intitulado “Conceitos sociológicos fundamentais”, em que, embora Weber aborde brevemente a ideia de sociologia compreensiva, o foco é a teoria da ação social. A questão metodológica weberiana é desenvolvida no já citado *Metodologia das Ciências Sociais* (WEBER, 1992).

traficantes e comerciantes de escravos que impuseram a escravidão no Brasil Império, defendendo interesses particulares ante os da nação, Faoro refere-se a um grupo de burocratas que se apropriaram do aparato estatal e o usaram para fins particulares.

A formação do pensamento político de Faoro passa pela leitura de Toqueville. É com ela que fundamenta sua postura política. Faoro entende que o Estado é um mal necessário e que o desenvolvimento de uma nação só ocorrerá com o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação política. Assim como o filósofo francês, em nome da liberdade individual, ele era crítico do Estado despótico e entendia que apenas a democracia plena poderia levar o Brasil para uma efetiva modernidade. Sua opção político-ideológica era o liberalismo. Não aquele liberalismo da concorrência desenfreada por mercados, mas o liberalismo da liberdade de organização e representação política, inspirado na defesa dos direitos humanos. (cf. CAMPANTE, 2003. p. 129) Nesse sentido, sua formação em Direito tornou-se um instrumento de atuação na defesa do cidadão ante um Estado despótico. As leis, no lugar de legitimar uma ditadura, devem expressar a vontade da população.

Quando eram estudantes de Direito, em 1946, Raymundo Faoro, Wilson Chagas e Sílvio Duncan, movidos por suas paixões literárias e com o objetivo de produzir um movimento cultural que concluísse a revolução modernista no Sul (cf. BIASOLI, 1994), formam o grupo Quixote. Eram estudantes da Faculdade de Direito que se encontravam em bares, ou mesmo na faculdade, para refletir sobre a situação cultural do Estado e divulgar uma produção cultural que rompesse com a linguagem predominante de então. Junto com os demais integrantes do grupo, Faoro lança a revista *Quixote*, que teve cinco edições e durou de 1947 a 1952. A adoção do termo “quixote”, referência clara ao personagem de Cervantes, segundo Biasoli (1994), tinha uma proposta diferente em relação à postura do Instituto Histórico e Geográfico e sua revista, *Província de São Pedro*, que defendia a exclusividade da cultura lusitana na formação cultural rio-grandense. Por essa época, Faoro aprendeu alemão, lendo textos de sociologia nas edições originais. A sociologia fornecia conceitos para embasar sua crítica literária.

Faoro formou-se em 1948 pela então Universidade do Rio Grande do Sul, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inicialmente, exercera a advocacia em Porto Alegre, mas devido a uma grande concorrência, tentou trabalhar no interior do

Estado. Em 1951, mudou-se para o Rio de Janeiro para exercer a advocacia e assumir, após concurso público, o cargo de Procurador do Estado. Era o início de sua importante atuação na vida política nacional.

Em 1958, Raymundo Faoro publica, pela editora Globo, de Porto Alegre, *Os Donos do Poder*. No ano seguinte, esta obra ganhou o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras. Em 1975, *Os Donos do Poder* é reeditado, pela editora Globo em parceria com a Editora da Universidade de São Paulo, em uma versão ampliada. Inicialmente, a edição contaria com recursos da universidade paulista, mas graças ao sucesso editorial do livro, a Globo pôde bancá-lo sozinha. As 271 páginas iniciais transformam-se em 750 na nova edição e os 14 capítulos, em 16. O último capítulo da nova edição, intitulado *A Viagem Redonda: do patrimonialismo ao estamento*, retoma o conceito de estamento burocrático, enquanto elite política do patrimonialismo, diferenciando-o de burocracia, máquina administrativa estatal politicamente neutra, e reforça a ideia de que o Estado brasileiro se manteve neutro.

Entre as razões para a nova edição, segundo Faoro (cf. SANTOS Jr., 2009, p. 110) estão o uso de fotocópias entre alunos da USP, já que a primeira estava esgotada, e a vontade de esclarecer melhor seu pensamento. Mas é possível pensar em uma outra razão para a nova edição. Enquanto que a redação da primeira edição estava dentro de um contexto de democracia, a segunda, situa-se em uma ditadura. O poder Executivo predominava sobre o Legislativo e o Judiciário. Havia o sufocamento dos direitos civis e arbitrariedade policial em nome de uma Segurança Nacional. Escrever um livro que questionasse o papel do Estado, que o mostrasse como um elemento estranho ao corpo social, era uma forma indireta de realizar um protesto contra a ditadura. O conteúdo do livro, analisando o processo de formação brasileira, desde a origem em Portugal até a Revolução de 30, poderia servir tanto de instrumento de análise como de denúncia da falta de legitimidade da Ditadura Militar.

No mesmo ano da segunda edição de *Os Donos do Poder*, Faoro publica *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Neste livro, Faoro procura, a partir da análise das personagens machadianas, caracterizar os estratos sociais dominantes, classe ou estamento, no Brasil do final do Segundo Império e início da República. Personagens como Bentinho ou Brás Cubas, por exemplo, ilustram um grupo social que vive de

renda e valoriza mais o *status* que o dinheiro, e aspiram a um cargo de ministro mais por vaidade do que por convicção ideológica.

Faoro, segundo Décio Freitas (2003), fora simpatizante do partido getulista PSD, Partido Social Democrata, e participou das comemorações do golpe de 1964, o que levou ao fim da amizade entre eles. Entretanto, durante seu mandato como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, de 1977 a 1979, Raymundo Faoro, votante do Brigadeiro Eduardo Gomes, em 1950, da União Democrática Nacional, adotou uma postura contrária aos Atos Institucionais criados pelos governos ditatoriais e apoiados por boa parte da UDN. Essa mudança de atitude não é necessariamente uma contradição, mas fruto de amadurecimento intelectual e ideológico. O Governo Goulart mostrava-se incapaz de evitar a instabilidade social frente ao aumento das greves, e o primeiro governo militar prometera tal estabilidade. A chamada linha branca de Castelo Branco pretendia devolver o poder aos civis. Faoro, como muitos outros, acreditou que o golpe, se posteriormente respeitasse as regras do jogo político democrático, fora um mal menor ante a possibilidade do caos social.

Em 1979, por ocasião da VII Conferência Nacional da OAB, em Curitiba, Faoro recebeu a notícia da anistia para torturados e torturadores decretada por Geisel. Nessa conferência, que colocou a OAB alinhada à oposição ao regime militar, Faoro apresenta *O Estado não será inimigo da liberdade*, a *Carta de Curitiba*, discurso de repúdio às arbitrariedades cometidas a partir do Ato Institucional nº 5. No final do mesmo ano, foi convidado para uma conversa com o Presidente para discutir o processo de abertura política. Faoro aconselhou a Geisel a restauração do *habeas corpus* como início da volta do Estado de Direito. Estava previsto também um encontro com o mentor da ditadura e também da abertura, o General Golbery Couto e Silva, o que acabou não ocorrendo. Ainda em 1979, procurou Luiz Inácio Lula da Silva, então dirigente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, para defendê-lo quando este fora preso por liderar uma greve no ABC paulista. Lula recusou a defesa, argumentando que Faoro tinha uma importância maior na luta pela democracia.

Na primeira eleição direta para presidente pós-Ditadura Militar, Faoro foi convidado para ser candidato a vice de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores, mas recusou o convite. Provavelmente Faoro entendia que era mais útil à

nação como analista do poder do que ocupante de um cargo no Executivo. Ser contra o autoritarismo de um Estado não significa a necessidade de integrar um Estado democrático. A atuação política direta pode comprometer a isenção da análise. Para manter a coerência, entendia que fazer parte de um governo é concordar com sua política e as discussões devem ser feitas internamente.

Raymundo Faoro, em 1979, escreveria artigos para o *Jornal da República*. Essa publicação era um projeto do jornalista Mino Carta, fundador da revista *Veja*, no final dos anos 60, e *IstoÉ*, em meados dos 70. (cf. GONÇALVEZ, 2005) No contexto da abertura política “lenta, gradual e segura” dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, o *Jornal da República* inovou ao ter uma seção intitulada *Trabalhadores*, com espaço para matérias sobre sindicalismo, direitos humanos e política. Apesar de sua importância, o jornal não passou do primeiro ano, não tendo anunciantes, seja pela deficiência gráfica, seja por seu conteúdo político.

Nos anos 80 e 90, Faoro foi colunista nas revistas *IstoÉ*, *Senhor*, *IstoÉ Senhor* e *Carta Capital*, e revistas acadêmicas como *Lua Nova* e *Revista Cultura e Política*. Infelizmente, falta ainda uma publicação que colete seus artigos nessas revistas, pelo menos os mais relevantes.

Raymundo Faoro foi também professor visitante no Instituto de Estudos Avançados, IEA, da Universidade de São Paulo, em 1986, a convite de Carlos Guilherme Motta. (BENEVIDES, 2003) Dessa experiência, resultaria o ensaio *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* Além da banca de doutorado de Carlos Guilherme Motta, participou também das de Gabriel Cohn, Paulo Sérgio Pinheiro e Kátia Mendonça, entre outros.

Outras publicações de Faoro são *Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada*, de 1980, e *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*, transformado em livro em 1994. O primeiro texto, escrito em 1981, ainda no período da longa abertura política, Faoro distingue uma autoridade legítima e legal, que se sustenta na democracia, de uma autoridade, ainda que legal, mas ilegítima, que se pauta apenas na violência e na arbitrariedade. Nesse texto, Faoro distingue também o que entende por liberalismo político, que defende, do liberalismo econômico, do qual é crítico:

“sem atentar que, na raiz do primeiro, está um componente democrático que o tempo revelaria: a autodeterminação democrática do povo (...) O liberalismo econômico não realiza o liberalismo político, se não que o nega, na medida em que interdiz ao homem o acesso ao domínio econômico. O liberalismo econômico, para salvar seus fins, divorcia-se frequentemente do liberalismo político, entregando, em renúncia a autodeterminação, aos tecnocratas à elite a condução econômica.” (FAORO, 2008, p. 196-197)

O liberalismo político, de interesse de toda a população, para ele, corresponde a um sistema político embasado na representatividade e liberdade da sociedade civil. O sistema ganha legitimidade pela representatividade da vontade e necessidade do povo. O liberalismo econômico, de interesse da burguesia e demais classes proprietárias, refere-se a um sistema econômico embasado numa defesa da propriedade privada e do lucro. Para defendê-los, a burguesia renunciaria, se necessário, ao liberalismo econômico e a sua autonomia política.

No segundo texto, Faoro distingue ideologia, filosofia política e pensamento político. Em sentido duplo, ideologia pode significar tanto as ideias que orientam a luta política, no sentido comum, quanto, no sentido marxista, uma falsa consciência da realidade, que proporciona uma *“ação desvinculada com a verdade (...) cercada de um raciocínio circular.”* (FAORO, 1994, p. 12) A filosofia política, embora podendo ter origem na prática, está no campo da teoria e é um conjunto de proposições políticas que orientam a ação. O pensamento político *“está sob jurisdição da **práxis**”*. (FAORO, 1994, p. 17) Embora se expresse em ideologia ou filosofia política, não estando preso a estas, e não sendo um conjunto de ações sistemáticas, ele orienta ações. E as ações o formam. Enquanto que a filosofia política e a ideologia influenciam as atitudes políticas, o pensamento político está no presente destas, ou seja, é a própria ação política transformada em prescrição de condutas. A prática do pensamento político pode resultar em leis.

No caso do Brasil, não haveria um pensamento político próprio, pois, para Faoro, *“o pensamento político brasileiro, em sua origem, é o pensamento político português”*. (FAORO, 1994, p. 23) É a atuação de um monarca absolutista, da época das navegações, a origem de um pensamento político de um Estado que não tem identidade com a sociedade que governa. É o governante, forte, o principal empreendedor das navegações, atuando na economia no lugar de uma classe. O pensamento político de um

Estado empresário foi predominante ao longo da História do Brasil, desde a colonização até a Ditadura Militar.

Em 2008, a Editora Globo reuniu os ensaios *Assembleia Constituinte e Existe um Pensamento Político Brasileiro* com *Sérgio Buarque de Holanda: analista das Instituições*. A obra foi organizada por Fábio Comparato sob o título *A República Inacabada*. No mesmo ano, o jornalista Mino Carta reuniu, no livro *A Democracia Traída*, diversas entrevistas concedidas por Faoro à revista *IstoÉ*. Essas entrevistas ocorreram entre fevereiro de 1977 a maio de 2002, e acompanham as reflexões de Faoro sobre as transformações políticas no período.

Em 23 de novembro de 2000, Faoro foi eleito para a cadeira nº 6 da Academia Brasileira de Letras, ocupando a vaga de Barbosa Lima Sobrinho. Em 2002, ganhou da OAB a medalha Rui Barbosa, pelos serviços prestados ao país na defesa dos direitos humanos.

Raymundo Faoro, jurista, crítico literário, sociólogo e historiador, faleceu no Rio de Janeiro, a 15 de maio de 2003, vítima de um enfisema pulmonar.

2.2 - A Obra *Os Donos do Poder*

A tese principal de *Os Donos do Poder* é que o Estado e sua estrutura de poder não correspondem nem representam a sociedade. A principal causa dessa desassociação é a origem transplantada do aparato estatal de Portugal para o Brasil na época do reinado de D. João VI. Esse Estado herdado, também em sua origem, não é representativo da sociedade lusitana.

O primeiro capítulo chama-se *Origem do Estado Português*. (p. 3-15) Nele, Raymundo Faoro descreve a formação do reino lusitano.

Para Faoro, entender o passado é ter subsídios para compreender o presente, pois não basta a descrição do momento, é necessário estabelecer os nexos causais que

mostrem como as relações de poder se tornaram o que são. É necessário também conhecer o que permanece, que resiste ao tempo e às mudanças. Entender o que é essencial na política brasileira é perceber elementos do jogo do poder que sobrevivem às mudanças conjunturais. É por isso que Faoro estudou a origem do Estado português para compreender o Estado brasileiro.

Raymundo Faoro não se limitou a estudar Portugal na época do Descobrimento do Brasil. Ele se preocupou em entender a formação do Estado lusitano. No primeiro capítulo, estuda o período em que a Península Ibérica foi dominada pelo poder centralizador do Império Romano. No domínio romano, Faoro constata a origem de uma estrutura burocrática que sobreviveria às invasões, tanto visigótica quanto árabe: *“persistiam, nos períodos do domínio godo e árabe, os padrões administrativos da Roma imperial, infensos à ordem política que pretendiam ditar os senhores territoriais.”* (FAORO, 1958, p. 5) Os elementos da estrutura burocrática romana conviveriam com a aristocracia guerreira destes povos.

Durante o domínio godo, esboça-se um poder centralizado em torno do rei. Os árabes, conhecidos na Península Ibérica como mouros, iniciaram o processo de descentralização de poder ao fragilizar a administração romana e levar os nobres a fortalecerem seus domínios nos campos. A Reconquista, guerra entre católicos e muçulmanos, ocorrida entre os séculos VIII e XIII, permitiu evitar a descentralização do poder. Um senhor feudal, o mais poderoso e responsável pelo recrutamento de soldados para combater os árabes, assume o papel de rei e passa a ser o responsável pela distribuição das terras. Este fato acrescenta e reforça seu patrimônio e sua chefia.

O desenvolvimento do comércio metaliza a economia. O rei, associado com a burguesia, transforma-se também em comerciante e aproveita esta associação para diminuir a influência da nobreza. O soberano, imbuído de um domínio legitimado pela tradição, confunde o reino com sua própria casa e o patrimônio público como seu próprio tesouro.

Com o poder centralizado, surge uma sociedade estamental com uma estrutura burocrática cuja distribuição de cargos públicos e monopólios ou privilégios comerciais são feitas pelo do rei, atrapalhando o próprio desenvolvimento comercial. Ao clero e à

nobreza, era proibido o comércio, sendo a estes reservados cargos na corte.

Este capítulo é um dos mais importantes do livro, não só pela abordagem da origem do Estado, mas principalmente por mostrar que o soberano e sua estrutura burocrática não se confundem. Isso fica claro quando Faoro mostra que, enquanto a origem do aparato administrativo do Estado português está no Império Romano, a do soberano, na nobreza combatente da época da Guerra da Reconquista. Configura-se, nesse passado remoto, a relação entre Estado e sociedade. De um lado, um soberano sem identidade com seus súditos, invasor e estrangeiro, de outro, os nativos, governados e submetidos a um poder que não os representa. Na origem de Portugal estão uma estrutura burocrática, uma militar e um soberano, todos sem laços identitários dentro do mesmo Estado.

É importante também a abordagem que Raymundo Faoro deu à história de Portugal. Ao mostrar que a descentralização não durou e que o poder dos senhores feudais locais não se concretizou, ele diminui o papel do feudalismo na história lusitana. Além disso, nesse capítulo, Faoro expõe as definições weberianas dos tipos de domínio. Os tipos de domínio expostos referem-se ao tradicional e patriarcal como aqueles fundados na tradição e na autoridade do pai.

No segundo capítulo, *A Revolução Portuguesa* (p. 19-35), Raymundo Faoro discute a independência de Portugal em relação à Espanha, e a consequente passagem de um domínio baseado na tradição para um fundamentado na distribuição de cargos e favores.

Após a morte do rei Dom Fernando, houve uma crise na sucessão do trono português, de um lado, nobres feudais, partidários da viúva, D. Leonor Teles e seu amante, João Fernandes, Conde de Andeiro, aliados da Espanha, de outro, Álvaro Pais, que contava com o apoio da plebe urbana e era partidário do Mestre de Avis, irmão bastardo do rei, como sucessor ao trono.

Em 1383, o Mestre foi proclamado rei após assassinar o Conde de Andeiro e distribuir a terra dos derrotados, títulos e cargos, aos seus guerreiros. Nascia uma nova aristocracia togada, a dos militares e juristas. A dominação patrimonialista tradicional cede lugar ao patrimonialismo estamental, baseado na estrutura burocrática.

Para trabalhar a sociedade que se forma a partir da acensão do Mestre de Avis ao poder, Raymundo Faoro distingue uma sociedade estratificada por classe de uma por estamento. Enquanto que na sociedade classista, relacionada à diferenciação econômica, há uma igualdade legal, na estamental o que predomina é privilégio a partir do *status*.

Na medida em que o Mestre de Avis distribuiu cargos e posses, desenvolveu-se em Portugal uma sociedade estamental. Em primeiro momento, para Faoro, coexistiram uma nobreza feudal, dos fidalgos (filho de algo), uma nobreza forjada pelo rei, parte da clientela real (cf. FAORO, 1958, p. 31), e uma burguesia comercial.

O rei, ao distribuir concessões de monopólios, empregos e rendas, necessários para realizar as navegações e a colonização, reforçou seu poder e eliminou a nobreza feudal. (cf. FAORO, 1958, p. 31) Essa distribuição de benefícios servia também para gerar uma concorrência entre a nobreza e assim enfraquecê-la enquanto categoria. A contribuição da Igreja para esse processo foi manter a proibição medieval da usura aos nobres. Só ao rei, o maior banco da nação, era permitido conceder empréstimos. A burguesia comercial, por sua vez, ficou dependente da concessão real e de seu aparato burocrático.

O terceiro capítulo de *Os Donos do Poder* chama-se *O Congelamento do Estamento Burocrático*. (p. 37-46) Nele, Raymundo Faoro retoma a discussão dos conceitos do capítulo anterior para reforçar a ideia de um Estado patrimonial, em Portugal, não representativo da sociedade, diverso do Estado Moderno e embasado nos princípios de participação popular.

No período renascentista, o Estado lusitano criou uma nova nobreza, concedendo títulos de nobre, e estes e outros nobres decadentes passaram a depender e, ao mesmo tempo, reforçar o poder estatal na medida em que foram absorvidos pela “máquina burocrática.” Arelada e dependente do Estado, a burguesia portuguesa, comercial, não conseguiu, como ocorreu em outros países europeus, transformar-se em industrial. O capital privado, tutelado pelo Estado, fortaleceu o estamento burocrático.

Faoro, nesse capítulo, ressalta o distanciamento do Estado português, patrimonial, com os demais Estados europeus de democracia moderna. No domínio patrimonial, o poder é de uma minoria que se sobrepõe ao poder da maioria, não

havendo relação de representatividade. Nas democracias modernas, ocorre o inverso, a população delega poder a uma minoria, os “*poderes se entrecruzam, com o governo da minoria e a vigilância da maioria*”. (FAORO, 1958, p. 44) Assim, temos a tese central de *Os Donos do Poder* resumida em: “*o Estado projeta-se, independente e autônomo, sobre as classes sociais e sobre a própria nação.*” (FAORO, 1958, p. 45) Essa constatação em relação ao Estado português pode ser aplicada ao Estado brasileiro, de sua formação no início do século XIX ao século XX.

No quarto capítulo, *A Colonização do Brasil até o Governo Geral* (p. 47-66), Faoro contesta a tese de haver um feudalismo no início do Brasil Colônia devido à ausência de Estado. Para ele, nem mesmo em Portugal, na época das navegações, havia feudalismo.

Na colonização, o Estado lusitano assumiu o caráter capitalista. O empreendimento da ocupação deve gerar lucro. O rei foi o responsável pela colonização; embora delegasse a ocupação à iniciativa privada, controlou-a por meio da concessão de terras e pelo monopólio comercial com os colonizadores no Brasil.

Quando foi implantado o regime das capitanias, ao governador cabia distribuir as terras, mas tinha direito apenas à cobrança do dízimo devido à Ordem de Cristo. Ele era também proibido de ampliar suas terras, não poderia nem distribuir sesmarias a familiares. Este também era responsável pela criação de tabelionatos.

Reservava-se ao rei a exploração de pau-brasil, especiarias, drogas e escravos. A obrigação de criação de vilas para o fisco fez com que estas fossem criadas mesmo antes da chegada dos colonizadores. O rei obrigava a ocupação com o risco de perda das terras.

A colonização ocorreu por meio de núcleos isolados e incomunicáveis entre si, sem uma unidade. O colono, em troca da posse da terra, deveria prestar serviços militares. Essas duas características da colonização proporcionaram uma análise que atribuía o feudalismo à colonização. (cf. FAORO, 1958, p. 60) Entretanto, a existência de um Estado forte e presente invalidam essa ideia. Era o Estado português que subvencionava a educação, civil e religiosa, objetivando a conversão de gentios em súditos. Além disso, os senhores de engenho não tinham vassalos, e os impostos,

cobrados pelos donatários, eram concessões do rei.

Concordando com Caio Prado Júnior de “*que a economia brasileira , em toda a fase colonial, é um 'negócio do rei',*” (FAORO, 1958, p. 63) Faoro argumenta que o Estado português, na Colônia, estava presente na forma fiscal. Toda a administração pública estava direcionada à cobrança de impostos que pudessem enriquecer os cofres do rei e sua corte.

O capítulo *A Obra da Centralização Colonial* (p. 66-90) aborda a unificação territorial da Colônia no período do Governo Geral.

A necessidade de controle do comércio do pau-brasil, bem como a luta contra os gentios e contra embarcações estrangeiras fizeram com que o Estado português passasse a preocupar-se com a centralização do poder em sua colônia. Outro fator foi a própria autonomia em que estavam vivendo os núcleos povoadores. As disputas internas ameaçavam a integridade do território.

O Governo Geral contava com apoio de um provedor-mor, responsável pelas finanças, e um ouvidor-mor, pela justiça. Funções públicas, atribuídas antes aos donatários, passaram ao governador geral. A criação de vilas e cidades passou a ser concessão do rei. Se inicialmente tais atividades e a busca de minérios era tarefa de particulares, pois o rei pretendia a expansão da colonização, a partir de 1650 foram novamente tarefa do soberano.

Por necessidade de colonização como forma de garantir a posse do território ante as pretensões da coroa espanhola, o rei português estimulou as bandeiras, expedições ao interior do Brasil em busca de minérios e apreensão de índios. Os bandeirantes não eram aventureiros, mas contratados do rei e mineradores. Com amplos poderes, ganharam patentes militares, honrarias, sesmarias e privilégios, além de estarem auxiliados pelo aparato burocrático, com escrivães e meirinhos.

No início do século XVII, surgiu o caudilho, um chefe militar cujo poder de mando foi resultado das entradas ao sertão pela guerra contra os índios. Para o caudilho, a propriedade rural era secundária, interessando-lhe mais a questão militar. Pela vontade real, empenhavam-se em bandeiras e entradas.

A ruptura da aliança entre caudilhos e o rei ocorre com a mineração. A ânsia fiscal sobre os metais e a economia que surge no sul provoca a revolta dos caudilhos.

Com a descoberta da região mineradora, no início do século XVIII, houve o implante do aparato estatal – estamento burocrático - em função do fisco, e a diminuição dos poderes militar e judiciário da aristocracia local.

O sexto capítulo de *Os Donos do Poder é Traços Gerais da Organização Administrativa, Social, Econômica e Financeira da Colônia* (p. 91-120). Nele, Raymundo Faoro descreve a relação da coroa com os governados, a força militar e as categorias sociais da colônia.

Para manter o domínio sobre sua colônia, o reinado português criou uma estrutura administrativa com pouca hierarquia. Os subordinados coloniais estavam diretamente submetidos aos interesses do soberano, sem intermediários. Mesmo com o Governo Geral, as capitanias mantiveram sua autonomia administrativa. (cf. FAORO, 1958, p. 98) A principal função da centralização não foi a intervenção nos negócios dos donatários, mas garantir os interesses fiscais da metrópole.

A administração civil confundia-se com a militar. O governador da capitania tinha a função de proteger o território que administrava contra invasões estrangeiras. Ele era o chefe militar. Existia a tropa de linha, mais próxima da defesa dos interesses da metrópole e era composta por portugueses, denominadas conforme sua origem, como por exemplo a tropa de Bragança ou Moura. Elas funcionavam como guarda pretoriana dos governadores. As tropas auxiliares eram as milícias compostas pela população colonial, com recrutamento obrigatório e não remunerado. Havia milícias encarregadas de aprisionar escravos fujões e criminosos. O restante da população era enquadrado nos corpos de ordenanças, compostos de todos os moradores da colônia.

Uma questão importante que Raymundo Faoro aborda nesse capítulo é o crescimento do aparato estatal. Com o desenvolvimento do fisco, “*Portugal convertia-se em um país de funcionários públicos. O mesmo acontecia no Brasil.*” (FAORO, 1958, p. 105) Para reforçar o patrimonialismo, esses cargos eram distribuídos a quem tivesse servido ao rei.

Raymundo Faoro entende que, na sociedade do Brasil Colonial, além do estamento burocrático, havia três classes. Uma era a classe proprietária, formada por produtores rurais; outra, a classe lucrativa, que vivia de bens e serviços do mercado, e a classe social, composta pelo proletariado e pequena burguesia.

No capítulo intitulado *Os Primórdios da Independência* (p.121-138), Raymundo Faoro analisa a incorporação da classe proprietária colonial ao estamento burocrático durante o período do reinado de D. João VI no Brasil.

Os proprietários territoriais, durante a colonização, conseguiam, no máximo, cargos políticos locais. Mas com a vinda da família real, parte deles passou a ter uma formação letrada e foi incorporado à administração real. Toda a estrutura burocrática da coroa foi transferida para o Brasil.

A máquina burocrática administrativa era o único elemento de unidade territorial, entretanto, como era formada por portugueses, não possibilitou o surgimento de um sentimento nacional. Este surgiu com a rivalidade entre portugueses, comerciantes e nobreza burocrática, de um lado, e a nobreza territorial brasileira de outro.

A vinda da família real consolidou a separação entre Estado e sociedade. As instituições públicas tinham fins privativos do rei. A fundação do Banco do Brasil, por exemplo, serviu para financiar a própria corte. Propinas, corrupção e ágio tornavam rendoso o fornecimento do governo.

D. João VI retornou a Portugal “limpando” o cofre do Banco do Brasil e deixando uma estrutura administrativa sem recursos. As Cortes, que eram liberais apenas em Portugal, tencionavam recolonizar o Brasil. O Dia do “Fico” foi o início da ruptura entre Brasil e Portugal.

As Diretrizes da Independência, oitavo capítulo, da página 140 a 162, aborda o panorama político do Primeiro Império.

O novo Estado tinha como objetivo manter a unidade, mas estava dividido entre portugueses, partidários do Monarca e defensores do centralismo, e os liberais, grupo

composto pela aristocracia rural com parte da nobreza burocrática e partidários de uma federação.

A nova constituição instituía o voto censitário, os três poderes e mais o poder Moderador. O estamento burocrático passou a fazer parte do Senado para dar apoio ao poder Moderador. Este quarto poder tutelava a nação e distribuía títulos de nobreza e empregos públicos, havendo muito mais nobres no Brasil do que em Portugal.

Com um gabinete de portugueses, desagradando a população, uma derrota militar no sul, que descontentaria o Exército, D. Pedro I renuncia. É importante a atuação do Exército, que, para Raymundo Faoro, (cf. FAORO, 1958, p. 152) decidia uma vitória política a favor dos liberais. O Exército foi impedido de fortalecer-se quando o governo provisório do regente Padre Feijó criou a Guarda Nacional sob o pretexto de combater a anarquia militar e manter a unidade nacional.

Com a Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831, eram extintas as milícias, as ordenanças e as recém criadas, em 6 de junho de 1831, guardas municipais, formadas por cidadãos armados por despesas próprias. A escolha dos coronéis e outros postos superiores cabia ao Governo Regente, a de oficiais inferiores, realizava-se por eleições controladas pelo judiciário. De organização permanente, seus destacamentos ficavam à disposição dos juízes de paz, criminal ou dos presidentes das províncias.

O Poder Moderador, até 1832, dominou o Judiciário ao escolher os juízes municipais. Só a partir de então, com o Código do Processo Criminal, é que os juízes passam a ser eleitos, sendo a aristocracia local que, com o manejo dos votos, escolhia-os.

O nono capítulo chama-se *A Reação Centralizadora e Monárquica* (p. 63-181). Ele aborda a descentralização política ocorrida no período regencial e a reação da Monarquia centralizadora.

Durante a Regência, a história política assume nova configuração. (cf. FAORO, 1958, p. 166) Formam-se partidos políticos rivais, liberais e conservadores, que se alternariam no poder. Embora sem dizer a que grupos econômicos eles representam, Faoro insere essa dualidade como parte da História do Brasil “*desde Tomé de Sousa até*

os dias atuais, pelo choque de ideologias opostas: liberalismo e centralismo, ou federalismo e unitarismo, ou democracia e Monarquia, autoritarismo e centralismo.” (FAORO, 1958, p. 177) Este antagonismo de grupos, nem sempre claro quanto às suas respectivas constituições sociais, marca não só uma disputa política pelo poder, mas também os antagonismos que são centrais na análise de *Os Donos do Poder*, o antagonismo de sociedade e Estado ou centralismo e descentralismo.

No período final da Regência, o comércio prosperava, e o café já era a principal atividade agroexportadora, indicando algumas mudanças na sociedade brasileira. Mas esse período é marcado também por diversas revoltas separatistas. A solução encontrada para a manutenção da unidade foi a volta da Monarquia.

Com a volta da Monarquia, temos também a do centralismo e a do estamento burocrático que estava enfraquecido na Regência. Entre as medidas do centralismo, Faoro aponta a incorporação da polícia e da Guarda Nacional pelo Ministério da Justiça. O senado vitalício, composto pelo Imperador a partir de uma lista tríplice, era conservador. D. Pedro, ainda príncipe regente, criou o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, embrião do Conselho de Estado, para auxiliá-lo.

A sociedade brasileira, na época, era dividida em dois lados opostos. De um lado, estavam os integrantes do estamento burocrático, herdeiros da administração colonial, que se refortaleceram após a emancipação do Brasil, e representavam a civilização europeia. O estamento burocrático organizava um domínio de cima para baixo, sem representatividade em relação à sociedade. De outro, a sociedade colonial propriamente dita, representada pela classe proprietária e por ordens guerreiras como os caudilhos. Estes entendiam o governo central como mero recolhedor de impostos. O senhor territorial era liberal, privatista e patriarca, defensor do autonomismo e do liberalismo.

Podendo ou não ser proprietário, o caudilho, que serviu à tarefa civilizadora, tem seus antecedentes na aristocracia militar. Tornaram-se liberais com a privatização da aristocracia militar, porém, tiveram origem no estamento burocrático.

Na Revolução Farroupilha, por exemplo, os principais chefes eram caudilhos, nem todos proprietários, mas com prestígio por terem lutado nas fileiras da Guarda Nacional, por ordem do governo central. Ao lado destes caudilhos, havia também os

bandidos, sem ideologia ou sentido político e resultado do isolamento de determinadas regiões.

O capítulo *A Centralização Plena no Segundo Reinado* (p. 229-240) aborda a centralização política do Segundo Reinado. O Conselho de Estado e o Senado vitalício serviam para controlar o Ministério e a Câmara, fortalecendo o Poder Moderador. Sem uma população com cultura política, a corte nomeava e despachava arbitrariamente ministros, manipulava a vontade nacional, ora de forma conservadora, ora de forma liberal.

O Estado Imperial associado às classes lucrativas era mais forte que a aristocracia oligárquica na oposição. Era uma ditadura de fato, com o Imperador como chefe da burocracia. (cf. FAORO, 1958, p 196) A população, por sua vez, sem uma cultura política, trocava a participação e representatividade num governo por empregos.

A Regulação Material da Economia e o Governo dos Bacharéis, décimo primeiro capítulo (p. 24-258), trata do papel do Estado, enquanto empresário, como herança portuguesa para o Brasil. Ele aborda também as atividades econômicas durante o Segundo Reinado.

Uma mudança importante foi a forma de distribuição de terras. O regime de sesmarias cessou em 1822. Até 1850, a terra passou a ser possessão, não tendo regulamentação precisa. A legislação dividia o que eram terras públicas e o que eram terras privadas. O registro da terra funcionava mais como cadastro imobiliário do que direito à propriedade.

A lei da terra, de 1850, criou o estatuto da propriedade pelo qual as terras deveriam ser vendidas. O objetivo era limitar o território da propriedade. O proprietário tinha seu poder político e econômico controlado pelo governo e a burguesia comercial.

O Estado passa a atuar na economia assumindo o caráter empresarial. Um exemplo disso foi a fusão do banco do Barão de Mauá, o Banco do Brasil, com o Banco Comercial, em sua atitude intervencionista, criando o terceiro Banco do Brasil, e distribuindo cargos. As fortunas faziam-se em órbita do Estado, com empreitadas e fornecimentos às repartições públicas e tarifas especiais ou com a especulação cambial.

Estas tarifas criavam e destruíam indústrias.

Para Raymundo Faoro, o Segundo Reinado foi um governo voltado aos interesses dos comerciantes, que se aproveitavam de suas influências sobre os políticos, e não ao das classes proprietárias. As concessões, os empréstimos, investimentos e incentivos eram realizados conforme os vínculos de amizade com os integrantes do estamento colonial.

Com o desenvolvimento do Estado empresarial, empregos eram criados. E, para suprir necessidades administrativas, o governo criava escolas. Faculdades formavam bacharéis para fazerem parte da burocracia.

Renascimento Liberal é o décimo segundo capítulo (p. 229-248). Neste capítulo, Raymundo Faoro aborda os grupos políticos do final do Segundo Reinado: os liberais e os republicanos. O liberalismo nasce em oposição à Monarquia e tem expressão no jornal “Opinião Liberal”, fundado em 1866. Este jornal defendia o fim da Guarda Nacional, do poder moderador e lutava pelo sufrágio livre e geral. Entretanto, os liberais limitavam-se a manter a ordem social, não transcendê-la.

O Partido Republicano diferenciou-se do Liberal por ser mais eclético. Comportava grupos diversos, entre eles, socialistas que almejavam a transformação radical da ordem social. Os republicanos representavam também os proprietários rurais, federalistas, abolicionistas e democratas com ideais socialistas.

A importância desse capítulo consiste em pontuar a ascensão de um grupo que faria parte do estamento burocrático e teria papel decisivo em diversos momentos da História do Brasil. Trata-se do Exército Nacional, que, surgido durante Guerra do Paraguai, derrubou a Monarquia e implantou uma República. Muitos militares seriam influenciados pelos liberais ou republicanos.

O décimo terceiro capítulo, *As Tendências Internas da República* (p. 241-258), aborda a configuração política dos primeiros anos da República Velha.

Proclamada a República, o cargo de Presidente, inicialmente ocupado pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, passou a exercer o papel de

substituto do imperador no Poder Moderador. O Exército, por sua vez, absorveu a Guarda Nacional e, enquanto estamento burocrático, a partir de 1930, fortificou seu papel de tutelador da nação.

Após o governo de Floriano, a República Velha entra na fase da “política dos governadores”. O governo federal negociava política e favores com os estados. Neste período, as milícias estaduais tinham a função de neutralizar o Exército, inconformado por ter perdido o poder. O Estado continuou com sua política de absorção das crises econômicas, alimentando e protegendo a classe produtora de café, destoando com o liberalismo. Seu papel era também de ajustar a economia nacional com a internacional. Desta forma, empresários desejavam a intervenção estatal.

Uma questão importante que Faoro assinala é o desenvolvimento da classe social, representante do proletariado urbano, da pequena burguesia e intelectuais. (cf FAORO, 1958, p. 257) O desenvolvimento das cidades transforma o modo de estratificação social. A importância política do mundo rural, com sua aristocracia agrária, começou a ceder lugar para um mundo urbano industrializado.

O último capítulo, *O Estamento Burocrático no Brasil* (p. 259-270), é tão importante quanto o primeiro, pois nele Faoro retoma seus conceitos e sua tese básica, mostrando que, ao longo dos séculos, a estrutura de poder que surgiu em uma região manteve-se a mesma em outra. De Portugal ao Brasil, a forma que assume o Estado não mudou. O patrimonialismo e o estamento burocrático permaneceram fortes.

O governo dos anos de 1930 continuou com os mesmos aspectos do longínquo Estado patrimonial lusitano do fim da Idade Média. Um príncipe, ditador social, que, em nome do povo, mas sem representá-lo de fato, distribui favores e privilégios. Ele se revela o milionário que dá esmola aos pobres. Este príncipe salvador, líder do Estado Providência, criou em torno de sua figura uma dependência para aqueles seus beneficiados. O povo, que cresceu sem participação e sem cultura política, acomodou-se a esse príncipe bem-feitor.

Os Donos do Poder tem uma tese clara, a desassociação do Estado com a nação. Embora não esteja explícito o que Faoro entende exatamente por nação, pela constância do termo e a forma em que é exposta, penso ser equivalente ao conjunto das camadas

sociais, organizadas por *status* ou por questões econômicas, mas sem o aparato político. O Estado deveria ser representante da nação enquanto conjunto de todos os estratos sociais, mas por não ser representativo de nenhuma camada social, aparece como separado da sociedade. Esta “falha” é secundária, pois não faz parte do objetivo do livro, que é mostrar a permanência, ao longo dos séculos, de um domínio arbitrário.

O livro de Raymundo Faoro foi redigido no contexto de um período democrático, mas sem uma tradição democrática, sem uma longa história de partidos representativos de uma população participativa.

O período democrático de 1945 a 1964 foi marcado por uma forte intervenção estatal na economia. Os governos de Getúlio Vargas, de 1950 a 1954 e de Juscelino Kubitschek, de 1955 a 1960, tiveram fortes investimentos em infraestrutura, provocando o crescimento do Estado. A classe média urbana – profissionais liberais, funcionários públicos e pequenos comerciantes – passaram a ter importante papel político, principalmente quanto às questões eleitorais. Entretanto, não havia ainda uma cultura política, nem uma tradição partidária que expressasse claramente os interesses dos diversos setores sociais.

Uma parte do estamento burocrático, as forças armadas, tinha o papel de Poder Moderador, intervindo na política. Da eleição do Marechal Eurico Gaspar Dutra, passando pela ameaça de intervenção no Governo Vargas à garantia da posse de Juscelino Kubitschek pelo General Henrique Teixeira Lott, os militares mostraram que, mesmo não atuando diretamente, mantiveram o poder decisório.

Foi para problematizar essas questões, da falta de participação popular na política, de um Estado não representativo e de um estamento burocrático usurpador dos bens públicos, que Raymundo Faoro redigiu *Os Donos do Poder*.

3 - A PRESENÇA DE MAX WEBER EM *OS DONOS DO PODER*

Este capítulo retomará alguns pontos dos precedentes. Não se trata de mera repetição de argumento, mas de aprofundamento da discussão a respeito de conceitos relacionados aos tipos de dominação e relações de poder. Há também uma mudança de foco: se antes o que importava era a investigação a respeito da recepção da teoria e metodologia weberiana no Brasil, de Gilberto Freyre a Florestan Fernandes, passando por Raymundo Faoro, agora se trata do aparato conceitual do próprio Faoro. A discussão a respeito dos tipos ideais e da sociologia compreensiva cede lugar ao debate sobre os conceitos referentes às questões de poder, dominação, Estado e estratificação social. As referências principais para a análise destes conceitos são *Economia e Sociedade*, de Weber, volume 2, e a primeira edição de *Os Donos do Poder*, de Faoro.

A importância do presente capítulo deve-se ao traçado do aparato conceitual que será utilizado na análise de *O Tempo e o Vento*. Deste aparato, além dos conceitos já referidos, temos os de estamento burocrático, burocracia, patrimonialismo e patriarcalismo, domínio, domínio tradicional, domínio carismático e domínio racional.

Na abordagem da questão do Estado, seguindo Weber, a preocupação não é defini-lo, mas descrevê-lo em funcionamento. Para isso, é necessário entender o jogo de relações sociais, dos estratos sociais e seus respectivos interesses políticos que constituem o aparato estatal.

3.1 - *Os Donos do Poder* e o legado weberiano

A apreensão inicial da teoria weberiana, feita por Raymundo Faoro, durante a redação da primeira edição de *Os Donos do Poder*, limitou-se ao que havia disponível da obra de Weber no mercado brasileiro em língua latina: a edição mexicana de

Economia e Sociedade. Faltou-lhe o contato com os textos weberianos de caráter metodológico.

Os escritos weberianos sobre metodologia foram publicados na Alemanha na forma de artigos do *Archiv für Sozialwissenschaft* (Arquivo de Ciência Social), e reunidos por Johannes Winckelman, em 1922, para publicação em dois volumes. No Brasil, *Metodologia das Ciências Sociais*, também em dois volumes, foi publicada pela Editora Cortez, em parceria com a Editora da Unicamp, em 1992. É no ensaio *A Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política*, um dos artigos de *Metodologia...*, que Weber expõe sua visão de sociologia objetiva. Esse ensaio foi anteriormente publicado em uma coletânea da editora Abril, *Grandes Cientistas Sociais – Weber*, em 1983. Em português, no Brasil, portanto, a metodologia weberiana é posterior a *Os Donos do Poder*.

Este limite, entretanto, não diminui o valor da primeira edição de *Os Donos do Poder*. Como Faoro argumenta no prefácio da segunda edição, sua obra “*não segue, apesar do seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber.*”⁸ (FAORO, 1998, p. XII): adotar conceitos weberianos não significa aceitar na íntegra a teoria de Weber, muito menos a obrigação de adequá-los à realidade brasileira, de forma acrítica, como se fossem fórmulas e equações. Faoro não copia ou adota os conceitos de Weber presentes em *Economia e Sociedade*, mas reelabora-os, interpreta-os e transforma-os em seus. Exemplo disso é o tipo ideal estamento, presente em *Os Donos do Poder*. Em Weber, uma sociedade estamental implica a existência de vários estamentos. Faoro, de forma diferente, extrai o funcionamento deste tipo ideal para criar o conceito de estamento burocrático. Sua análise não se foca nos diversos estamentos da sociedade brasileira, mas no funcionamento da relação Estado e sociedade intermediada pelo estamento burocrático. Pensar então na existência desse tipo ideal não implica necessariamente pensar em uma sociedade estamental.

Da primeira para a segunda edição de *Os Donos do Poder*, Faoro realizou novas leituras, outras teorias agregaram-se ao seu instrumental intelectual. O reflexo disso está na referência a outros autores como Karl Marx e Emile Durkheim. Houve também a substituição das citações de Weber do espanhol para o alemão, que, embora não alterem

8 Esta citação também aparece no capítulo anterior.

a essência do texto, deram ao livro um caráter mais acadêmico.

A autonomia intelectual de Faoro está presente em *Os Donos do Poder*. Para ele, usar um conceito de determinado autor não significa seguir de forma acrítica uma linha de pensamento teórico metodológica que exclua a apropriação da contribuição intelectual de outro pensador. Adotar, por exemplo, o conceito de estamento não significa renunciar ao conceito de classes apenas porque foram trabalhados por autores diferentes. O que importa é a capacidade de síntese de diversos conceitos em um corpo teórico coerente. Classe e estamento não se eliminam por provirem de pensadores com uma postura teórico-metodológica diferente, mas são conceitos complementares se puderem explicar melhor determinada realidade. É pensando assim que Faoro, embora reivindicando o *status* de primeiro weberiano, dialoga com diversas teorias.

Esquecer autores como Joaquim Nabuco e Alex de Toqueville, na teoria de Faoro, para reforçar seu “weberianismo”, é reducionismo. Nabuco e Toqueville têm em comum com Weber a postura liberal contrária a um Estado autoritário. Entretanto, as leituras que Faoro fez da teoria do pensador brasileiro e do filósofo francês não eram complementares às de Weber. De cada um, soube extrair conceitos sem adotar um modelo pronto de análise. Assim, mesmo que na origem o conceito de estamento seja weberiano, ao elaborar o conceito de estamento burocrático, Faoro mesclou-o com o de patronato de Nabuco, por exemplo. Com sua capacidade de síntese, pôde criar uma teoria nova. É a partir desta que lê o Brasil através de *Os Donos do Poder*. Embora as leituras de Weber sejam predominantes, incorporaram-se a outras na interpretação da formação política brasileira.

Uma forma de perceber o que Faoro escreveu em seu prefácio quanto à sua autonomia intelectual, em relação à teoria weberiana, é a análise da maneira de exposição de seu pensamento. Quando Weber, em *Economia e Sociedade*, escreve sobre as religiões, por exemplo, não encontramos uma exposição cronológica, mas uma análise comparatista em que as religiões, de diversas sociedades, são vistas sem sequência cronológica. Weber estava mais preocupado em expor seus tipos ideais e exemplificá-los do que construir uma história. *Os Donos do Poder*, ao contrário, tem a exposição da constituição do poder no Brasil acompanhando períodos históricos e segue uma cronologia. Enquanto, no primeiro capítulo, há uma retomada da constituição do

reinado português durante a Guerra da Reconquista na Idade Média, no último, temos a Revolução de 30. Esse aspecto dá ao livro caráter mais histórico.

O conhecimento sobre *Economia e Sociedade* auxiliou a formulação de uma leitura referente ao processo de formação do poder no Brasil. Mas os conceitos weberianos são adaptados, instrumentalizados, são um meio, uma ferramenta, para compreensão da realidade brasileira, não um enquadramento desta na tipologia de Weber. A simples aplicação de conceitos de forma acrítica torna a teoria esquemática e reducionista.

Faoro retoma a origem do Estado português para a compreensão do Estado brasileiro republicano, possibilitando uma aproximação de sua obra com a dialética, porém essa dialética, como ele mesmo comenta, é mais hegeliana que marxista, na qual o presente é explicado pelo passado. O Estado Patrimonial lusitano, passado, movimenta-se, transformando-se em Estado patrimonial brasileiro. Este movimento, enquanto unidade, retoma a ideia de unidade da totalidade hegeliana. Mas, ao contrário do que seria uma análise marxista, não há em *Os Donos do Poder* uma preocupação teórica em detectar a luta de classes movendo a passagem de um Estado Patrimonial a um Estado Moderno.

O que impede Faoro de uma efetiva aproximação com Marx, além de sua simpatia pelo aparato conceitual weberiano, é sua postura política liberal. Sua visão de democracia e modernidade não é a de um mundo socialista de igualdade de condições e sem propriedade privada, mas a de uma democracia plena, de um Estado de Direito em que o Estado seja realmente um representante da sociedade. Para atingir o ideal do Estado de Direito, não há necessidade de subversão do sistema econômico e de revoluções violentas movidas pela luta de classes, mas da ampliação da participação da população nas decisões governamentais.

Historicamente, a modernidade desenvolveu-se com a democracia. Os lemas da Revolução Francesa, a liberdade, a fraternidade e a igualdade, são significativos: a burguesia, ao assumir o poder, instaura a igualdade de todos perante a lei. Para Marshall Berman (2008), Karl Marx era um admirador da burguesia, pois foi esta que rompeu com a sociedade estamental que distribuía privilégios, instituindo, pela primeira vez na

história, a igualdade. O problema, para Marx, é que essa igualdade é somente política e não econômica, mas isso não invalida o papel histórico progressista da burguesia.

Para Faoro, como liberal, ao contrário de Marx, a igualdade não passa pelo fim da propriedade privada, mas pelo alargamento das possibilidades de acesso a ela. *Os Donos do Poder* não é focado nas contradições sociais ao longo da História do Brasil, não aborda a relação de exploração entre senhores de engenho, proprietários, e escravos, produtores de riquezas. O que importa, no livro de Faoro, é mostrar um Estado autoritário que, sem representar a sociedade como um todo, atua distribuindo privilégios ao seu estamento burocrático. É esse Estado que limita a possibilidade de ascensão social pelo esforço e desempenho, um dos fatores responsáveis pelo atraso político e econômico brasileiro.

3.2 - Problematizando os conceitos

Para melhor entender os conceitos utilizados em *Os Donos do Poder*, é importante conhecer a fonte de Raymundo Faoro ao elaborá-los. E como a fonte é a teoria de Max Weber, os subitens *Poder e Domínio*, *Patrimonialismo* e *Patriarcalismo*, *Burocracia*, *O Estado* e *O Estado Moderno*, são referências a Weber. Os próximos, *O Estamento Burocrático*, *O Estado Brasileiro* e *Classe e Estamento na Sociedade Brasileira*, remetem a Faoro e objetivam entender como foram elaborados conceitos novos que partiram da conceituação weberiana.

3.3 - Poder e domínio

Seguindo o princípio metodológico de tipo ideal, Weber estabelece inicialmente definições genéricas e atemporais para depois aplicá-las aos casos específicos. Assim, define poder como “*a possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade*

própria.” (WEBER, 2009, vol. 2, p. 188) A dominação, no sentido genérico de poder, é “*uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do dominador ou dominadores quer influenciar as ações de outras pessoas (do dominado ou dos dominados) (...) numa situação socialmente relevante.*” (WEBER, 2009, vol. 2, p. 191) O exercício de poder, em si, pode ser arbitrário e ilegítimo se for a imposição, de forma arbitrária, de uma vontade contra a vontade dos dominados, e legítimo se se pautar na dominação. A legitimidade de um governo não é necessariamente ligada à sua legalidade, mas à aceitação de poder por parte dos governados. Um governo, ao impor arbitrariamente as leis, é legal, porém, não legítimo⁹.

O poder, na forma de domínio, tem que ser concedido, por parte dos dominados, para que possa realizar a vontade do dominador. A constituição da dominação pode ocorrer por uma constelação de interesses ou por meio de uma autoridade. (cf. WEBER, 2009, vol. 2, p. 188) No primeiro caso, específico na área econômica, ocorre quando um grupo econômico, numa relação monopolística de mercado, impõe seus interesses. Quando um grupo ou um indivíduo detém o monopólio de determinado produto ou serviço, tem o domínio de impor o preço destes. Havendo a necessidade de obtenção de crédito, por exemplo, e o monopólio da concessão deste, os juros e condições são ditados pelo credor sem a mediação do mercado. O monopólio tende a uma dominação autoritária.

Há três formas de dominação: a carismática, a tradicional e a racional. A primeira baseia-se na crença em um atributo especial, fruto de uma revelação, que concede poderes à autoridade. É o domínio exercido “*pelo senhor da guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande líder demagogo ou o líder do partido político.*” (WEBER, 1982, p. 99) A princípio, a autoridade carismática opõe-se às tradições e à racionalização. A ascensão política, na dominação carismática, ao transcender normas, é pessoal e não se sujeita a hierarquias. É carismático o indivíduo extraordinário que domina pelo fascínio que exerce sobre seus dominados.

A segunda forma de domínio, a tradicional, é exercida pelo patriarca ou pelo “príncipe” patrimonialista e fundamenta-se pelo “*reconhecimento inimaginavelmente*

⁹ Faoro abordou e desenvolveu este tema, legitimidade x legalidade, em *Assembleia Nacional Constituinte*. Ver: FAORO, 2008.

antigo e da orientação habitual para o conformismo” (WEBER, 1982, p. 99). A força da tradição, o que é contado e repassado por gerações, é o fator de legitimação desta forma de dominação. No caso da dominação patriarcal, a legitimação pode ocorrer por uma ancestralidade do líder do grupo com o fundador da família.

A dominação racional caracteriza-se pela *“fê na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada em regras racionalmente criadas.”* (WEBER, 1982, p. 99) É por meio da compreensão da necessidade de um comando que uma autoridade da dominação racional legitima-se. O dominante assume o comando por ser o mais qualificado e competente para assumir tal posto. Esta é uma forma de domínio não pessoal.

Com o tempo, quando a autoridade carismática consolida-se e o governante expande seu domínio, pode tornar-se racional ou, se ele conseguir fazer um sucessor, tornar-se tradicional. O domínio racional, por sua vez, com o tempo, pode tornar-se também uma tradição.

3.4 - Patriarcalismo e patrimonialismo

No patriarcalismo, próprio de sociedades sem um Estado Central desenvolvido, o poder é exercido por um chefe de uma família, um clã ou um genos, cujo domínio abrange todos que estão em seu território:

“o poder paterno e a piedade filial não se baseia em vínculos de sangue reais.” (...) *“os filhos e todas as mulheres submetidas ao poder doméstico de um homem, seja esposa, seja escrava, são considerados independente da paternidade física. (...) Só ele decide quem é seu filho”.* (WEBER, 2009b, p. 234-235)

Fazer parte de uma família, ser filho, significava estar em uma posição social compatível aos integrantes do laço sanguíneo do patriarca. As filiações, além da família nuclear, representam as relações de poder do patriarca. Este poder se expande por meio de casamentos, que fornecem uma rede de alianças em torno do chefe familiar. O domínio é exercido por uma questão pessoal, não há distinção entre a função do

mandante e sua pessoa. Assim, a relação entre dominados e dominadores não é mediada por nenhuma lei, nenhum suporte que não seja a tradição e a vontade do patriarca.

Weber denomina o poder patrimonial como aquele “*poder doméstico descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica.*” (WEBER, 2009b, p. 238) Ser filho não sanguíneo significa contar com benefícios concedidos pelo patriarca, mas significa também dever favores a este e estar sujeito a seu domínio. A rede de relação e favores é o que permite a manutenção do poder.

Se o domínio patriarcal fundamenta-se numa tradição e numa ancestralidade que garante a legitimidade de uma autoridade, o domínio patrimonial fundamenta-se no patrimônio do dominante. Mas, enquanto o domínio patriarcal essencialmente doméstico não comporta uma estrutura burocrática, o domínio patrimonial admite uma burocracia, e mesmo necessita de uma, embora os critérios de distribuição de cargos não sejam racionais e nem seu burocrata é um especialista. A burocracia no Estado Patrimonial tornou-se necessária enquanto este crescia, expandia seu território e necessitava de um corpo administrativo.

Uma semelhança entre o poder patriarcal e o patrimonial é a pessoalidade. O exercício do domínio é da pessoa do governante. No domínio patrimonial, a própria estrutura administrativa burocrática é um bem pessoal. Até mesmo o Exército é uma propriedade, um patrimônio. Ser proprietário de um exército é uma forma de garantia da manutenção e exercício do poder.

3.5 - Burocracia

A burocracia é uma forma racional de organização de tarefas com o objetivo de maximizar resultados. Ela funciona por meio de uma estrutura administrativa com cargos de especialistas. Cada funcionário exerce uma função específica e subordina-se a uma hierarquia de comando.

Um dos fatores responsáveis pelo surgimento de uma burocracia é a relação econômica monetária: “*O desenvolvimento de uma economia monetária, na medida em que uma compensação pecuniária aos funcionários é possível, é um pressuposto da burocracia.*” (WEBER, 1982, p. 238) O pagamento de impostos e dos cobradores de impostos necessita de uma racionalização. O funcionário cobrador gerencia recursos que não lhe são próprios.

Estados possuidores de uma burocracia existem desde o Mundo Antigo. Os impérios persa e romano, por exemplo, tinham uma estrutura burocrática. As províncias necessitavam de um corpo de funcionários responsáveis pela coleta de impostos, de mensageiros e executores da palavra do soberano. A extensão da máquina burocrática também servia para garantir que a lei estabelecida pelo soberano fosse cumprida em todo o império.

Numa burocratização subordinada a um domínio patrimonial, o funcionário ganha o direito ao cargo, geralmente vitalício, que lhe garante uma renda. Sob o domínio racional,

“a burocracia oferece (...) a possibilidade ótima de colocar-se em prática o princípio de especialização das funções administrativas. (...) O cumprimento 'objetivo' das tarefas significa, primordialmente, um cumprimento de tarefas segundo regras calculáveis e 'sem relação com pessoas.’” (WEBER, 1982, p. 250)

O cargo, na burocracia moderna, é profissional e impessoal. A princípio, o posto deve ser ocupado segundo critérios de competência, não a partir de relações pessoais. Se numa relação patrimonial, a burocracia está a serviço pessoal do governante patrimonial; na racional, está a serviço de uma comunidade.

O burocrata, no domínio patrimonial, é alguém que mantém vínculo pessoal com o soberano, e a vantagem de ocupar tal função é desfrutar de favores e concessões. Suas atividades principais não consistem em seu cargo, mas de arrendamento de terras ou mesmo de pilhagem de guerra. Já na burocracia moderna, ele é um assalariado, não faz parte das relações pessoais do soberano, e sua principal fonte de renda provém de seu cargo.

3.6 - O Estado

Ao citar Leon Trotsky, *“todo o Estado se fundamenta na força”*, Max Weber caracteriza o Estado como *“uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território.”* (WEBER, 1982, p. 98) Sem definir o Estado pelos fins, define-o pelos meios de exercer a autoridade. Essa é uma definição genérica, pois todos os Estados, ao longo da História da humanidade, independente dos processos de gênese, teriam essa característica. Mas, em épocas distintas, apresentariam formas de legitimação diferenciada. A legitimidade de uma dominação estatal pode ser de caráter tradicional, legal-racional ou carismática. A primeira fundamenta-se pela tradição, cujo poder é herança dos ancestrais.

É necessário não confundir a legitimidade estatal com as formas de domínio. Embora as duas se relacionem, estão em esferas distintas. Quando Weber escreve sobre as formas de domínio, está se referindo ao domínio em geral, podendo ser aplicado tanto para relações locais, incluindo o domínio familiar, como é o caso do domínio patriarcal, quanto o da cidade, até a um domínio imperial. O conceito genérico de domínio articula-se ao do Estado para caracterizá-lo. Assim, temos o Estado patrimonial e o Estado Moderno (racional). Entretanto, embora seja possível a coexistência de um domínio patriarcal com um poder maior, não local, não é possível pensar em Estado patriarcal. O domínio patriarcal é essencialmente doméstico. Como são tipos ideais e não conceitos genéticos, adaptam-se à realidade para melhor analisá-la. Um monarca pode ser também um patriarca entre os seus dominados mais próximos, e mesmo entre uma família com laços não consanguíneos, mas não ante uma comunidade cuja unidade não é por laços fraternais, nem proximidade local. O domínio patriarcal pode conviver com um Estado patrimonial, mas não pode ser confundido com este. Tal coexistência é possível, na teoria weberiana, e uma forma de domínio é resultado da evolução de outra. Não há uma etapa patriarcal que é sucedida por uma patrimonial. O que ocorre é que o Estado patrimonial é mais complexo que a relação de dominação patriarcal de um líder em sua comunidade.

A descrição inicial que Weber faz dos domínios, embora os analise

historicamente, são relativos a relações em geral de poder, não se referindo de forma específica a uma comunidade ou a uma nação. Quando analisa os tipos de Estado, a partir das formas de domínio descrita, há uma mudança de nível na aplicação dos conceitos. Da dominação patrimonial, por exemplo, para o Estado Patrimonial, há a mudança: da referência genérica de uma forma de relação de poder a uma forma mais específica, que é o domínio estatal. Como Weber trabalha com tipos ideais e não com conceitos rígidos e limitadores, isso significa que, em uma sociedade sob o domínio de um Estado patrimonial, pode haver outras relações de poder dentro de outras áreas que não a política, onde possa haver outras formas de domínio. Um Estado patrimonial, por exemplo, pode conter, em seu território, relações patriarcais. O patriarca, dominante local, sob o jugo do Estado, por meio de concessões de terras, pode, em sua área de atuação, exercer um domínio patriarcal entre os seus. Embora ele esteja submetido a uma autoridade maior, que é o Estado, entre os seus subordinados pode ter poderes ilimitados. É também possível que associações comerciais ou mesmo religiosas escolham seus dirigentes por meios racionais e estejam sob o domínio de um Estado patrimonial.

Assim como o domínio patrimonial em geral, o Estado Patrimonial legitima-se pela tradição e caracteriza-se pela administração dos bens estatais como se estes fossem patrimônios pessoais do príncipe (governante). Por meio de concessões de terras ou de funções, ele expande seu domínio e o governa mediante o uso de um exército:

“Quando o príncipe organiza (...) seu poder político (...) com o emprego da coação física, sobre territórios e pessoas extrapatrimoniais, (...) falamos de uma formação estatal patrimonial”. (WEBER, 2009b, p. 240)

O Exército do senhor patrimonial é de propriedade pessoal do monarca, que o usa para defender seu território e reprimir seus subordinados.

Os domínios do Estado Patrimonial também necessitam de burocracia. Na formação do Estado absolutista, por exemplo, para o fortalecimento real foi necessário à monopolização da cobrança de impostos e de um exército. Para a eficácia desta centralização, os monarcas nomearam seus representantes para manter seus domínios nas regiões mais distantes de seus reinos. Para a cobrança de impostos, administração deste e formação de um exército real, era necessário então um corpo de funcionário: “O

funcionário patrimonial, com a progressiva divisão de funções e racionalização (...) pode assumir traços burocráticos.” (WEBER, 2009, p. 253) A máquina burocrática real era um patrimônio pessoal do monarca: *“Ao cargo patrimonial falta sobretudo a distinção burocrática entre a esfera privada e a oficial.”* (WEBER, 2009b, p. 263) A consequência é que o cargo, concedido, confunde-se com o patrimônio de seu ocupante: *“O exercício do poder é um direito pessoal do funcionário.”*(WEBER, 2009b, p. 263) Algumas vezes, o ganho referente ao cargo, como impostos, agrega-se ao patrimônio do burocrata. Em troca, este deve ao seu senhor favores militares.

Como domínio tradicional, o

“Estado Patrimonial é (...) o representante típico de uma vinculação (...) à tradição, por um lado, e por outro, de uma substituição do domínio por regras institucionais pela justiça de gabinete do senhor e seus funcionários.” (WEBER, 2009b, p. 264)

Pela tradição, o governante mantém-se no poder, governando em interesse próprio e exercendo uma justiça conforme sua vontade. A rede de relações por meio da concessão de atributos e bens mantém o domínio.

3.6 - O Estado Moderno

O Estado Moderno é basicamente um Estado fundamentado na racionalidade, que deve estar a serviço do interesse da maioria. Weber chama-o, por vezes, de Estado Racional. Esse Estado, desenvolvido a partir da Revolução Francesa e consolidado entre os séculos XIX e XX, representa a passagem do fundamento da soberania na figura do governante para a dos governados. Trata-se da democracia das massas. O soberano, eleito, torna-se também um funcionário. Os bens pessoais, que se confundiam com os bens públicos, separam-se destes nesse novo estado. Os recursos estatais devem destinar-se a suprir as demandas dos governados.

Sendo a burocratização um meio de melhor administrar recursos estatais, ela só se desenvolve plenamente com o Estado Moderno: *“A burocracia (...) se desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesiásticas somente no Estado Moderno.”*

(WEBER, 1982, p. 229) Antes, os interesses pessoais não permitiam uma total racionalização do aparato burocrático. Os interesses pessoais dos que cumpriam funções burocráticas poderiam prevalecer aos interesses do cargo.

Se, no Estado Patrimonial, a burocracia não é condição necessária para sua existência, no Estado Moderno, ela é imprescindível: *“a ordem estatal burocrática é especialmente importante: em seu aspecto mais racional, ela é precisamente característica do Estado Moderno.”* (WEBER, 1982, p. 102) A necessidade da burocratização da administração pública ocorre não só pela complexidade do Estado Moderno, mas também como forma de manter este Estado funcionando por interesses públicos. O administrador profissional exercerá seu cargo de forma técnica e impessoal.

Os cargos, na medida em que deixam de ser ocupados conforme as relações patrimoniais de distribuições de favores, especializam-se. O funcionário não é mais um ocupante do cargo por relações pessoais, mas por competências técnicas. O cargo, que não é mais um patrimônio, passa a ser uma função de caráter impessoal.

A estrutura burocrática passa a fazer parte das diversas instâncias do Estado. A principal fonte de garantia de mando, um dos instrumentos de uso da violência, o Exército, também passa por um processo de burocratização. No Exército patrimonial, por exemplo, os comandantes comandam as batalhas nos próprios campos. Os chefes políticos também se confundem com chefes militares. No Exército de um Estado racional, o chefe político não é um militar. E o comando do exército é feito em gabinetes.

A especialização das funções acompanha também a hierarquização da mesma:

“No Estado contemporâneo (...) a separação entre o quadro administrativo, os funcionários administrativos e os trabalhadores, em relação aos meios materiais de organização administrativa, é completa.” (WEBER, 1982, p. 102)

De um lado, há os administradores, orientadores do aparato burocrático, de outro, os executores de tarefas.

As tarefas administrativas no Estado Moderno, ao molde da iniciativa privada no processo de industrialização, especializam-se: *“A burocracia oferece, acima de tudo, a*

possibilidade ótima de colocar-se, em prática, o princípio de especialização das funções administrativas.” (WEBER, 1982, p. 250) Há uma semelhança entre o processo de industrialização e o desenvolvimento do aparato do Estado Moderno: as atividades são divididas entre os integrantes, seja da indústria, seja da estrutura burocrática. Com o especialista em uma função, há uma otimização de tempo.

No Estado Patrimonial, a atividade burocrática, que é uma concessão a um apoiador do rei, é pessoal e isso dificulta a substituição do funcionário. No Estado Moderno, ao contrário, a especialização das atividades burocráticas e a impessoalidade do cargo permite que cada funcionário possa ser substituído. Na burocracia estatal moderna, pelo caráter impessoal, essa especialização torna o funcionário substituível por outro, mas também pode emperrar o desenvolvimento de um processo quando, temporariamente, há a ausência de um trabalhador altamente especializado.

3.7 - O estamento burocrático

Faoro, para analisar a constituição do poder no Brasil, utilizou os tipos ideais weberianos de domínio, poder, Estado, patrimonialismo e patriarcalismo. Também adotou o de estamento para análise da sociedade. Entretanto, criou um conceito, o de estamento burocrático. Entre o seu conceito e o de Weber, há uma diferença, não só porque se aplica à realidade brasileira, como também por ter uma função mais política que social. Estamento é mais um grupo de sustentação de um Estado que parte de uma estratificação, como é no sentido weberiano.

Categoria central na análise de Faoro, o estamento burocrático foi alvo de críticas. Exemplo disto é a de José Murilo de Carvalho, em *A Burocracia Imperial: a dialética da ambiguidade* (1979). Para Carvalho, o problema em *Os Donos do Poder* é o fato de estamento estar descrito como estático, sem alterações ao longo da História e não ser especificado quanto a sua composição social. Faoro, ao prender-se ao conceito de estamento, não percebeu que este é uma elite política e que não é possível separar Estado de sociedade. Kátia Mendonça Barreto, em *Um Projeto Civilizador: revisitando*

Faoro (BARRETO, 1985), rebate estas críticas. Para ela, o que não se percebeu é que estamento não é um conceito típico, genético, mas um tipo ideal. As questões de poder descritas por ele não são relações, mas lugares, não interessando quem, mas como ocorre o processo de dominação: “*não interessa tanto quem a constitui, até porque os autores vão sendo substituídos durante a história, mas como se constitui.*” (BARRETO, 1985) Assim como em Weber, a realidade não deve adaptar-se ao conceito, estamento burocrático é um tipo ideal, que serve para analisar de que forma as relações de poder e domínio ocorrem e ocorreram na sociedade brasileira.

Assim como Weber, Faoro define o Estado pelo seu funcionamento. Em *Os Donos do Poder*, não há uma definição precisa de estamento burocrático. Com autonomia perante a sociedade, ele

“não é (...) uma camada móvel, que se renova e morre com variações sociais. Possui estrutura própria que, embora condicionada pelas forças sociais e econômicas, eleva-se acima da nação.” (FAORO, 1958, p. 261)

O estamento não se define por questões econômicas, não está preso a uma classe ou mesmo a uma nação. Mas, embora não se defina, ele se caracteriza por fazer parte de uma estrutura de poder patrimonial.

Fazendo parte do aparato administrativo do Estado, não é a burocracia propriamente dita: “*não há como confundir, também, a burocracia com o estamento burocrático. Aquela é simplesmente o aparato da máquina governamental, o quadro administrativo que existirá mesmo nas democracias.*” (FAORO, 1958, p. 261) Enquanto a burocracia é composta por um quadro de funcionários sem nenhum poder de decisão sobre suas atividades, sem nenhuma influência sobre a sociedade, “*o estamento burocrático é árbitro da nação, das suas classes, regulando materialmente a economia, funcionando como proprietário da soberania.*” (FAORO, 1958, p. 262) Ele faz parte de um Estado que não é representativo da sociedade e sob esta exerce um domínio autoritário. E é por seu meio que esse domínio se realiza.

Os integrantes do estamento burocrático não são uma elite econômica ou política, embora destas possam fazer parte. Mas são detentores de privilégios, embora esse privilégio não tenha origem no nascimento. O estamento burocrático, “*por muitos*

séculos assumiu a forma aristocrática, composta da nobreza togada e titulada.” (FAORO, 1958, p. 263) No período imperial e mesmo republicano, entre seus egressos estavam os bacharéis, estudantes que se formavam na Europa e voltavam com o objetivo de governar o Brasil:

“Resulta do estabelecimento do estamento burocrático que a nação e o Estado se cindem em realidades diversas, estranhas, opostas, que mutualmente se desconhecem.(...) Os membros do estamento sentem-se alheios, vivendo o drama de homens sem raízes, oscilando, como fantasmas, entre cultura de sua gente (...) e a cultura europeia.” (FAORO, 1958, p. 271)

Assim como o Estado que não se identifica com a nação, o burocrata estamental sente-se entre sua formação europeia e a cultura de seu povo. Ele não é uma classe, não se define pela posição no modo de produção, não é um estamento no sentido weberiano, pois não é dado pela herança. É uma posição, obtida em um jogo das relações de poder, dentro da estrutura administrativa.

O estudo, que não tinha utilidade na agricultura, dava ao estamento burocrático o caráter aristocrático. Estudar na Europa, recheiar-se de palavreado pomposo, munir-se de citações de autores famosos faziam com que o indivíduo se distinguisse dos demais e ampliava sua possibilidade de ser convocado para um cargo no governo. Mas sua cultura ornamental, bacharelesca, afastava-o de suas origens, fazendo-o perder a identificação com qualquer setor da população.

O estamento burocrático constituiu-se na formação do Estado Patrimonial. Embora não se confunda com este, é seu sustento. Quando a máquina burocrática cresce, o governante necessita de um comando para ela. Assim, distribui cargos para administrá-la. Mas seu papel não se limita à liderança do aparato burocrático. No jogo da distribuição da administração dos bens estatais, encontra-se a base das relações de sustentação de um governo.

Na época do Império, o estamento sustentava o regime monarquista ao integrar o Senado e fazer parte do poder moderador. O Conselho de Estado, cuja função consistia em auxiliar as decisões do monarca, era composto por auxiliares do Imperador. Mas ele sobreviveu à República. E, mesmo durante a Monarquia, surgia um novo estamento

burocrático: o exército, que evoluía, ganhava autonomia e poder. A Guarda Nacional, inicialmente criada para manter a unidade nacional durante o período regencial, foi usada como contrapeso, pelo Segundo Reinado, ao poder e influência política do exército. Mas esse estamento burocrático sobreviveria à queda da Monarquia, dando seu primeiro ensaio como ocupante do poder nos primeiros anos da República. Após, cedeu espaço para uma aristocracia rural, mas logo retomaria o comando como Poder Moderador durante o Governo de Vargas e até mesmo no período democrático após o Estado Novo. Em 1964, o Exército instalou-se no poder de forma mais incisiva, derrubando um presidente eleito.

Enquanto o Estado caracterizar-se pelo domínio patrimonial, pela distribuição de favores, cargos ou propriedades, haverá estamento burocrático. Embora não aos moldes weberianos, pois não se relaciona necessariamente a uma sociedade estratificada, a ideia de estamento burocrático, em Faoro, corresponde a uma camada que detém o poder, não o econômico, mas o político. Fazer parte do estamento burocrático é ter acesso aos bens públicos como se estes fossem pessoais. É também ter acesso aos dirigentes políticos e, dessa forma, influir nas políticas públicas. Os dirigentes não se confundem com o estamento burocrático e são os ocupantes do espaço político, do Executivo ou do Legislativo. Dessa forma, o estamento burocrático tem *status*, diferente do estamento weberiano, não por uma origem, mas por um cargo, uma ocupação de um posto na estrutura burocrática.

3.8 - O Estado brasileiro

Se entender o que é o Estado em si não é tarefa fácil, muito menos é o caso específico do brasileiro. Max Weber não fornece um conceito de Estado, mas uma descrição de funcionamento. Assim, não há um "catálogo" tipológico para enquadrá-lo. Uma catalogação poderia esconder um processo histórico. O que é possível fazer, a partir de uma metodologia weberiana, é descrevê-lo em funcionamento. Dessa forma, por exemplo, usar o tipo ideal de Estado Patrimonial, na análise do caso brasileiro, não significa a necessidade de exclusão de outras categorias analíticas, como capitalismo,

classe ou patriarcalismo.

Há duas teorias que abordam a relação Estado e a sociedade no caso brasileiro. Uma, mais antiga, entende que o Brasil Colonial se desenvolveu com a ausência de Estado. Senhores de engenho dominavam seus engenhos como soberanos absolutos. Outra teoria, representada por Faoro, entende a origem do estado brasileiro no Estado autoritário centralizador lusitano. (cf. FAUSTO, 2001, p. 38) A possibilidade das duas visões, em parte, é resultado de foco distinto. Até meados do século XX, no Brasil, as análises que privilegiam a sociedade, em detrimento da política, tendiam a abordar a cultura brasileira. O Estado, nessas análises, ou não aparece ou parece ter pouca influência de fato na sociedade. Em Faoro, ao contrário, o foco é o Estado e sua constituição. Embora sua análise não exclua a possibilidade de uma cultura brasileira, ela não é seu tema central. Se, em uma análise, se descreve o comportamento do brasileiro, em sentido genérico, na outra, a ação do Estado.

As duas teorias, em geral, ou focam a sociedade ou o Estado, sem relacioná-los. Assim, acabam não abordando as oscilações entre períodos em que o poder está centralizado, com um Estado central forte, e períodos de maior autonomia do poder local. Uma das críticas já apontadas a Faoro foi não perceber o movimento deste Estado. Boris Fausto, por exemplo, entendendo que, embora distintos, Estado e sociedade são complementares, percebe essa oscilação na história do Estado brasileiro. Se no momento inicial do Estado nacional, no Primeiro Reinado, havia uma centralização política, herdeira do absolutismo lusitano, no período regencial, tínhamos um Estado descentralizado, com relativa autonomia das províncias. No Segundo Reinado, aos moldes do lusitano e absolutista, o Estado ficou novamente centralizado. No período republicano, também haveria a oscilação. Segundo Bolívar Lamounier (LAMOUNIER, 1994), a República ficou entre democracia e ditadura, centralização e descentralização. Isso ocorreu porque o Estado Nacional havia se instaurado, mas não se consolidado. Num jogo de forças sociais imaturas, o Estado não proporciona o exercício da cidadania, um dos requisitos de sua maturidade.

Focando na caracterização do poder no Brasil, Raymundo Faoro busca a sua gênese. Para ele, a origem do Estado brasileiro é a de um estado transplantado, vindo do além-mar. No Brasil Colonial, não havia nem poderia haver uma identidade nacional.

Mesmo nascendo na Colônia, o colono sentia-se português. Ele não queria identificar-se com um território que era submetido, dominado pelo Estado lusitano. Entretanto, o Estado, no território brasileiro, fazia-se presente mais pela imposição de um monopólio comercial do que por extensão de sua máquina burocrática. A burocracia brasileira surgiria, no século XVIII, com a mineração. A presença de um Estado Nacional com sua estrutura burocrática ocorreu com a transferência da Corte portuguesa, em 1808. O Estado brasileiro, independente, seria então herdeiro das estruturas administrativas desse Estado lusitano. De Dom João VI a Dom Pedro I, não há uma ruptura com as estruturas burocráticas, e sim uma continuidade.

Os reinos ibéricos formam-se a partir da Guerra da Reconquista. Este fato deu-lhes um caráter militar. Os nobres, que eram líderes das batalhas, ao expulsar os mouros, se adonavam das terras e distribuíam possessões. A distribuição da posse e não a propriedade, permitindo que a terra pudesse ser redistribuída, auxiliou na centralização de poder. O chefe militar e proprietário das terras tornou-se o Monarca. Diferente de o que ocorreu com as demais regiões europeias, estes reis monopolizaram o recrutamento militar, deixando os demais senhores territoriais na condição de vassalos de um único suserano: o rei. Estruturava-se, desta forma, uma sociedade agrária com um domínio militar, em que há “*no ápice da pirâmide, o soberano, o maior proprietário de terras e gado.*” (FAORO, 1958, p, 4) Ao rei, cabia então a força militar e a cobrança de impostos, com o qual pagava seus soldados.

Independente da Espanha, o reinado português manteria a mesma estrutura político-social. O rei, grande proprietário de terras, senhor das armas, também dominaria o comércio e influiria na Igreja. O domínio do comércio baseava-se na distribuição de monopólios aos pertencentes à rede de relações pessoais do rei. A influência na Igreja consistia na capacidade real de nomeações aos cargos do clero.

O Estado lusitano era um Estado Patrimonial. O reino era propriedade pessoal de seu soberano, que o administrava como se este fosse extensão de seu domínio doméstico: “*Os reis portugueses governaram o reino como a própria casa, não distinguindo o tesouro pessoal do patrimônio público. Seu poder assentava-se no patrimônio*”. (FAORO, 1958, p. 11) Pela distribuição da posse e concessão de favores, o rei exercia seu domínio entre nobres favorecidos e dependentes.

A origem do patrimonialismo no Estado lusitano, para Faoro, está em uma forma de domínio pré-estatal. No início da Idade Moderna, em um estágio anterior ao patrimonialismo, sem moedas e sem quadro administrativo, não havia uma centralização consolidada. Sem uma clara delegação de tarefas administrativas, “*a nação não passa do oikos do príncipe.*” (FAORO, 1958, p. 12) A centralização só ocorreria com o desenvolvimento do comércio e da moeda. Com estes, forma-se um quadro administrativo realizando a passagem de uma Monarquia patriarcal a um patrimonialismo estamental. O estamento burocrático forma-se pela distribuição, via rei, de cargos, concessões comerciais e funções militares.

O desenvolvimento do comércio e da moeda origina o capitalismo comercial. Entretanto, “*o capitalismo cresce à sombra da casa real.*” (FAORO, 1958, p. 12) Não há autonomia para a iniciativa privada. Atividades comerciais e industriais são concessões reais e estão submetidas a uma jurisdição que não obedece a princípios racionais, mas à vontade do Monarca. Como os nobres eram proibidos de ser comerciantes, cabia a uma burguesia submissa o desenvolvimento capitalista. Entretanto, o Monarca lusitano atua como um empresário capitalista ante a sociedade, estancando a possibilidade da livre iniciativa dominar o comércio ou mesmo desenvolver uma indústria. Por meio de práticas mercantilistas, o rei repassava atividades comerciais à burguesia e estabelecia uma rede de relações que garantia seu domínio.

Ao longo dos quatro séculos de colonização, enquanto em alguns Estados Modernos da Europa, como Inglaterra ou França, o Estado passa a ser representante do povo com a instauração da democracia, os Estados da Península Ibérica permanecem com as práticas patrimonialistas. Assim, “*o Estado projeta-se, independente e autônomo, sobre as classes sociais e sobre a própria nação. Estado e nação, governo e povo (...) se desconhecem, (...) se antagonizam.*” (FAORO, 1958, p. 45) O Estado, baseado no patrimonialismo, dominando a sociedade, impede que esta desenvolva o capitalismo, tal como ocorreu em outros países europeus.

O Estado e a sociedade brasileira herdaram dos lusitanos o patrimonialismo e o mercantilismo. Ainda na época colonial, o Estado português fazia-se presente com a imposição do monopólio, com uma legislação que proibia universidades, imprensa e

manufaturas no território colonial. Assim como em Portugal, a terra não era uma propriedade, mas uma posse e o donatário a distribuía aos sesmeiros.

Por ocasião da criação do Governo Geral, que duraria de 1572 a 1608, “*formou-se o Brasil, e consolidou-se na Colônia, o regime administrativo metropolitano.*” (FAORO, 1958, p. 72) A sociedade que se formava, com caudilhos originários das bandeiras, senhores de engenho e escravos, pouca importância tinha para o Estado, o que importava era o que poderia lucrar com ela por meio do monopólio e da cobrança de impostos.

Com a vinda da família real, “*toda a máquina burocrática transferia-se para o Brasil, de um golpe.*” (FAORO, 1958, p. 128) Reforçava-se a separação entre Estado e sociedade no Brasil. De um lado, os lusitanos: o rei, sua burocracia e os comerciantes; de outro, o povo e os produtores rurais:

“A sociedade, alheia aos negócios públicos, equacionados e resolvidos no silêncio dos gabinetes, não se politizaria. O Estado, por sua vez, (...) não se renovará, por falta de eleições, de cultura política do povo e do livre acesso aos cargos de direção, que imporiam melhorias salutares.” (FAORO, 1958, p. 131)

Assim como o Estado transplantado não tinha vínculos com a sociedade que governava, esta também não o via como seu representante. O poder real mantinha-se intacto com a apatia do povo, causada pela falta de cultura política. Esta, por sua vez, não se desenvolvia por falta de participação popular. O rei, centralizando as decisões, não permitia à população a participação na gerência de seus negócios.

Na Independência, o Estado brasileiro reorganiza-se, mas sem renunciar à estrutura burocrática herdada. Boa parte dos funcionários tinha origem em Portugal. Os ruralistas, que almejavam o controle estatal, ficaram frustrados com a Constituição outorgada por D. Pedro I, que instaurava o Poder Moderador e assumia a liderança do estamento burocrático. Este ocuparia Ministérios, o Senado vitalício e o Conselho de Estado. O Conselho de Estado tinha a função de auxiliar o Monarca em suas decisões e também de isentá-lo de responsabilidades em uma eventual divergência com algum Ministério.

A forma de manutenção do poder realiza-se pela cooptação por meio de

distribuição de emprego público. É desta forma que o Monarca estabelece uma rede de relações que lhe garante a manutenção do poder. Essa prática de cooptação estendia-se ao poder local. Com o Ato Adicional de 1884, na época da Regência, as Províncias ganharam o poder de controlar a nomeação de funcionários municipais e até mesmo de nomear os prefeitos.

O período regencial foi marcado por diversas revoltas separatistas, que ameaçaram a unidade nacional. Como forma de evitar a desintegração, antecipou-se a maioria de D. Pedro II. A Monarquia foi uma forma de manter a unidade nacional, mas também de reforçar o caráter centralista do Estado brasileiro. O Conselho de Estado, que havia sido extinto durante a Regência, era novamente restabelecido. O conjunto do Conselho de Estado, do Senado e os Ministérios dava ao Monarca o poder sobre o Legislativo, podendo dissolver a Câmara dos Deputados.

Assim, a Monarquia Constitucional criava, para Faoro, dois países, um oficial, da aparente constitucionalidade, e o país real, absorvido pelo primeiro, marcado “*pelo culto ao emprego público, fonte de prestígio e influência, que transformava o eleitor desvalido em membro do estamento burocrático.*” (FAORO, 1958, p. 192) O sistema corrompia-se, mesmo os partidos políticos, que deveriam representar diversas posturas político ideológicas, apoiando ou contestando o governo, se transformaram em “*máquinas de arranjar cargos, colimando o assalto ao Gabinete, fonte das graças e dos favores.*” (FAORO, 1958, p. 192) Esta lógica de cooptação e ausência de cultura política, além de tornar o Estado anterior à nação, transformava a Monarquia, de aparência constitucional, em absolutista.

Mantendo a herança lusitana, o Estado brasileiro da Monarquia também era empresário. Por meio de uma política de concessões de empréstimos, fomentava indústrias e comércios. O sucesso ou o fracasso na atividade comercial dependia mais da influência das relações pessoais do que propriamente da competitividade no mercado. Desta forma, o Império mantinha-se não só por seu estamento burocrático, mas também pelo apoio de comerciantes beneficiários de sua política.

A passagem do Império para a República, em um primeiro momento, significou a tomada de poder pelo estamento burocrático composto pelos militares. O Estado

continuou como tutor da economia com sua política de encilhamento. Entretanto, a política dos governadores - a aliança das oligarquias regionais - afastaria o estamento burocrático do poder. Este voltaria novamente ao cenário político com a Revolução de 30. O regime implantado por Getúlio Vargas não só por meio da expansão do Estado pelas políticas industrialistas, mas também com o apoio dos militares, colocaria o estamento burocrático novamente no comando do país.

Ao rigor da análise, em Faoro, o que importa não é a dicotomia entre colônia e metrópole, mas sim entre sociedade e Estado. Colônia e metrópole, como uma totalidade, estão submetidas ao mesmo domínio patrimonial. A transferência da máquina burocrática, na época de D. João VI, significava antes transferência de local de comando. O mesmo governante que entendia o patrimônio público como seu patrimônio particular entravava o desenvolvimento democrático e econômico tanto em Portugal quanto no Brasil.

A análise de Faoro não esquece os grupos sociais. Ao privilegiar a ação do Estado para mostrar que este não tinha nenhuma identidade com a sociedade, que age como se dela não fizesse parte, coloca os grupos sociais como imobilizados, ausentes nas esfera de poder sobre a sociedade, não tendo capacidade de transformação social e econômica sob o julgo patrimonialista. Os estratos sociais, classes ou não, não estão presentes como protagonistas de *Os Donos do Poder* por estarem dominados por uma estrutura de poder e um estamento que não os representa.

3.9 - Classe e estamento na sociedade brasileira

Alguns historiadores, como Nelson Werneck Sobré, entendiam que, no Brasil, houve um período feudal. Mas Sodré, enquanto ideólogo do Partido Comunista Brasileiro, não está predisposto a aceitar o aparato teórico weberiano. Entender que houve uma fase feudal no Brasil   também adaptar a História do Brasil ao modelo evolucionista etapista de História.

Sodré foi integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB. Criado ainda no governo Café Filho, o Instituto tinha a função de desenvolver uma ideologia que pudesse fomentar uma forma de vida moderna no Brasil. Essa ideologia ficou conhecida como ideologia do desenvolvimento. Era necessário criar um conjunto de ideias que pudesse educar a população, vista como atrasada e arcaica, para as transformações resultantes do acelerado processo de industrialização e modernização. Parte dos integrantes do ISEB, principalmente na sua última fase, de 1958 a 1964, era filiada ao Partido Comunista, como Sodré, e orientada pela linha maoista, herdeira do stalinismo. Nessa vertente marxista, acreditava-se que a história da humanidade, enquanto resultado da luta de classes, resultaria no socialismo. A vitória de Fidel Castro, em Cuba, em 1959, induzindo intelectuais e políticos a crer na inevitabilidade da propagação do socialismo, estimulou essa visão.

A orientação stalinista levava os pensadores a enquadrarem a história do Brasil dentro do esquema evolucionista aplicado na Europa. Era necessário então achar um período feudal para validar a teoria. Senhores de engenho seriam comparados a senhores feudais. Esse é o caso de Nelson Werneck Sodré, que via no trabalho do imigrante, substituto do escravo africano nas lavouras, na forma de parceria ou colonato, um trabalho servil. (cf. SODRÉ, 1973, p.169-170) Pelo fato desses sistemas não representarem o trabalho assalariado, para Sodré, faziam parte de um feudalismo. Com o sistema de parceria, o imigrante trabalhava durante três anos para o dono das terras e, ao final deste período, ganhava uma parcela da produção. Muitas vezes, por cálculos de juros fraudulentos, os imigrantes nunca conseguiam pagar suas dívidas. A parceria foi logo substituída pelo colonato. O colono, imigrante, trabalharia por um salário, conforme o trabalho, e mais um pedaço de terra para tirar sua subsistência.

Na linha do evolucionismo revolucionário stalinista do Partido Comunista, acreditava-se que era necessário uma revolução, liderada por uma burguesia nacionalista e simpática ao proletariado, que rompesse com o Brasil arcaico e implantasse o Brasil moderno. Entendia-se que o Brasil não era capitalista, e a burguesia era oprimida tanto pela classe dominante, composta pelos latifundiários, quanto pelos agentes imperialistas. A burguesia brasileira teria uma identificação com o proletariado por estarem ambos em uma situação de dominados do capital internacional.

Aliada ao proletariado, a burguesia nacional possibilitaria, por vias pacíficas, uma revolução socialista.

Tal teoria não tinha bases coerentes que a sustentassem. Se o Brasil era feudal, o que predominaria seriam então as relações estamentais movidas a *status* e honra, e não as relações de classes inseridas em um contexto econômico. Ser branco livre seria tão importante quanto ser senhor de engenho. Escravo e senhor de engenho seriam estamentos, distintos pela honra e não pela posse. Ser detentor da produção de açúcar seria menos importante do que a condição de proprietário branco. Se nesse marxismo reducionista a história é movida pela luta de classes, sem estas, a sociedade brasileira não ficaria inerte? Uma das soluções seria a atrofia conceitual de confundir estamento com classe. Estamento assumiria características de classe. Outra solução seria entender os comerciantes, muitas vezes oriundos de Portugal, como a burguesia brasileira. Essa teoria não explica a origem da burguesia nacional urbana, embora entenda a como uma força revolucionária contra o antigo regime do latifúndio. No século XX, por meio de uma “geração espontânea”, surgiria uma burguesia urbana e revolucionária, sem vínculos ou identidade com as “classes” latifundiárias arcaicas.

Essa teoria foi contestada pelos teóricos da teoria da dependência¹⁰. Fernando Henrique Cardoso mostrou que a relação entre a burguesia industrial e os setores agrários não é necessariamente de conflito, mas de complemento. A origem da indústria nacional, para ele, estaria relacionada ao tráfico de escravos, fornecedor, portanto, de mão de obra para o setor agrícola, que, com a abolição, ficou com capital ocioso.

Em perspectivas distintas, a solução do problema é dada por Florestan Fernandes¹¹ e por Raymundo Faoro. Os dois pensadores não entendem classe e estamento como impossíveis de coexistir. Recusando o caráter feudal para o Brasil colonial, Faoro não nega a existência de estamentos, nem mesmo a de classes. Mas seu conceito de classe está mais próximo do de Weber. Classe, em *Os Donos do Poder*, assume um sentido genérico: “*Dentro de um critério empírico, o conceito de classe em*

10 Ver o artigo de Fernando Henrique Cardoso (1968), *Hegemonia Burguesa e Independência Econômica*, publicado em *Tempos Modernos*, por Celso Furtado, a partir de uma encomenda de Jean-Paul Sartre.

11 No artigo *Classes sociais na América Latina*, Florestan Fernandes (2009) discute a questão mostrando a coexistência de classe (típica da sociedade moderna industrial) com estamento (herança de uma sociedade colonial) em uma sociedade híbrida e complexa.

sentido amplo, abrange a casta, o estamento e a classe em sentido empírico.” (FAORO, 1958, p. 23) Para ele, o posicionamento dentro do sistema produtivo não exclui o posicionamento dentro de um sistema que distribui privilégios e honrarias.

O senhor de engenho é classe proprietária e, no jargão marxista, é classe dominante, mas isso não impede de analisá-lo também dentro de um sistema de honrarias. Essa comunhão de formas de análise social é mais adequada para sociedades pré-modernas. Na sociedade contemporânea, burguesa, cujo princípio é a igualdade legal, a coexistência de classe e estamento torna-se mais difícil: *“as classes sociais modernas se extremam dos estamentos, porque não se baseiam em diferenças de 'status' legal.”* (FAORO, 1958, p. 23) O advento da modernidade e do princípio da igualdade legal impossibilita a existência do estamento. Este é próprio então das sociedades pré-modernas.

A sociedade capitalista é essencialmente uma sociedade de classes: os donos do capital e os donos da força de trabalho. Mas, em termos de tipo ideal, não existe o capitalismo puro, o que há é uma sociedade que funciona na forma de capitalismo, o que não exclui a possibilidade de outros sistemas econômicos. Mesmo Marx, no *Manifesto Comunista*, não afirma que só exista o sistema econômico capitalista, mas que este é dominante. Para ele, mesmo no mundo capitalista, ainda sobrevivem classes da sociedade antiga, como os nobres proprietários de terra: *“nos países onde o comércio e a indústria são menos desenvolvidos, essa classe continua a vegetar ao lado da burguesia ascendente.”* (MARX, 2008, p. 66) Em uma sociedade, a estrutura social não se resume a dominantes capitalistas e dominados operários, há também classes intermediárias e classes remanescentes de outros sistemas.

O Estado Moderno, legitimado pela racionalidade, é próprio da sociedade de classes. O estamento, por sua vez, legitima as formas de dominação não racionais. A tradição pode legitimar uma estratificação social a partir da honra ou da religião. Mesmo dentro de um domínio doméstico, pode haver a distinção entre os diretamente, por descendência, ligados ao herói fundador e os outros, submetidos ao mando e sujeitos a imposições e privações arbitrárias. Mas, assim como as formas de dominação não existem de forma pura, a divisão social também não. O estamento, dentro de um complexo Estado pré-moderno, pode assumir características modernas: *“O estamento,*

(...) anterior a classe, e figura como subcaso da dominação tradicional, embora não burocrático, mas podendo estereotipar-se burocraticamente.” (FAORO, 1958, p. 23)

Como em Weber, a burocratização do estamento ocorre como forma de maximizar a administração dos bens do Estado. Entretanto, enquanto, no Estado Moderno, a burocracia faz parte da administração de bens públicos, no patrimonial, ela está a serviço dos interesses privados do soberano.

Não restringindo o estamento ao mundo feudal e sua aplicação a senhores feudais e servos, Faoro extrai do conceito o funcionamento:

“o estamento se forma para assessorar o poder, mantendo-o nas mãos do senhor (...) estrutura-se de acordo com a noção de honra e segundo o modo qualitativo de viver dentro de categorizada concepção de mundo.” (FAORO, 1958, p. 24)

Usa-o, portanto, como um tipo ideal. Assim, adapta-o à realidade brasileira.

Classe e estamento, em Faoro, não são excludentes: *“As duas formas – classe e estamento – podem coexistir e não raro coexistem.”*¹² (FAORO, 1958, p. 25) Na visão weberiana, teríamos, originalmente, uma classe proprietária agrária que, com a vinda da família real, coexistiria com o estamento burocrático. Estamento, por sua vez, aos moldes weberianos, relaciona-se com a origem social e com o posicionamento na sociedade conforme o *status*. De certa forma, pode-se ser de uma classe, a classe proprietária, sendo senhor de engenho e, ao mesmo tempo, ser de determinado estamento a partir do momento em que a essa classe são concedidos privilégios e reconhecimento social. Isso é possível porque nem os tipos de sociedade, nem as classes e os estamentos existem em estado puro. A percepção dessa possibilidade ocorre pelo uso dos tipos ideais, que, ao contrário dos conceitos genéticos, não se querem um enquadramento da realidade em suas determinações. É a conjuntura e o grau de desenvolvimento das relações sociais e econômicas que permitem que predominem ou as relações de classe ou as relações estamentais. Em uma sociedade capitalista desenvolvida, por exemplo, embora possa haver estamento, o que vai predominar é a relação de classe.

Um sujeito pode pertencer a um estamento e a uma classe porque estes são

¹² Esta citação já foi feita em capítulo anterior.

categorias de análise da realidade, não a própria realidade. Classe ou estamento, portanto, não têm existência concreta, mas são instrumentos de mediar a realidade concreta e o pensamento; são, portanto, capazes de tornar as relações sociais, econômicas, políticas ou culturais cognitivas.

A primeira edição de *Os Donos do Poder* é uma obra interpretativa, mais que investigativa. Essa interpretação foi inovadora por trazer, explicitamente, referência a Max Weber. Entretanto, não significa que a teoria weberiana foi a única orientadora de Faoro. Como ele mesmo cita, em entrevista concedida a Marcelo Coelho (2000), a ideia de separação da elite política da classe proprietária provém das leituras dos textos de Joaquim Nabuco, principalmente *O Abolicionismo*. Além disso, Max Weber fornece instrumentos, não fórmulas, que são os tipos ideais, para a apreensão da realidade social. O leitor de *Os Donos do Poder* que esperar uma obra weberiana, com uma aplicação dos conceitos contidos em *Economia e Sociedade* na interpretação da formação da elite política brasileira, se sentirá frustrado. Ao contrário de um enquadramento da realidade brasileira ao corpo teórico weberiano, Faoro adaptou conceitos e criou outros.

É por Faoro utilizar os conceitos weberianos de forma autônoma em relação à própria teoria de Weber que se revela a riqueza de *Os Donos do Poder*. Faoro não interpretou o Brasil somente com os conceitos weberianos, mas a partir deles. Ele criou uma nova teoria para pensar o Brasil. Mas essa teoria, embora original, não é sistêmica, não daquelas que pretendem explicar tudo.

Ela não é uma obra de História do Brasil, embora aborde quase cinco séculos de história. Trata-se de um método, enquadrado no princípio da dialética, que compreende o presente como resultado do passado. *Os Donos do Poder* é uma obra que analisa o presente, tanto o presente de Faoro quando o escreveu, quanto o atual, pois ainda não estamos livres do patrimonialismo, ainda não atingimos uma democracia plena. Assim como o Estado Patrimonial é desassociado da sociedade, seu suporte, o estamento burocrático também. Se o Estado português constituiu-se sob bases institucionais e comerciais já existentes, os judeus comerciantes e a Igreja oriunda do Império Romano, criando assim um governo sem organicidade com a sociedade, o Estado brasileiro fez-se por esse modelo. Inicialmente, o Estado transplantado com D. João, depois, o

autoritarismo de D. Pedro I ou dos generais presidentes, na Ditadura Militar, também não criou uma identidade com a sociedade.

Essa análise, que aparenta focar-se no aspecto político de nossa história, também revela uma cultura. Como diz o próprio Faoro, havia uma falta de cultura política que permitia a permanência do estamento burocrático e de Estados centralizados. É a cultura da pouca participação das decisões governamentais.

Podemos pensar, pela ausência da análise de uma cultura nacional, em uma cultura pela sua negação. Nesse sentido, embora não seja objetivo desse trabalho, é possível aproximar *Os Donos do Poder* de *Raízes do Brasil*. Faoro provavelmente não gostaria dessa aproximação, mas ela é possível quando entendemos que as práticas do Estado Patrimonialista e seu estamento burocrático criam práticas na população. O Estado que governa por meio da distribuição de favores gera uma cultura de cooptação que entrava o desenvolvimento da política no sentido de negociação. O sujeito, que deveria transformar-se em cidadão, espera transformar-se em favorecido, espera que o burocrata ou o governante lhe conceda um cargo. Antes de querer enriquecer pelo trabalho ou pela produção, ele prefere acomodar-se em um cargo, em um posto de um departamento público.

Esse comportamento, gerado pela cooptação, não difere muito da cordialidade de *Raízes do Brasil*. Mas, independente da procedência ou não da comparação, *Os Donos do Poder*, com seus acertos e equívocos, como qualquer obra, é uma interpretação do Brasil. Visa explicar como e por que um povo é apático ante as transformações políticas.

Ainda hoje, passados mais de 50 anos da primeira edição de *Os Donos do Poder*, o estamento burocrático e o Estado Patrimonial sobrevivem. Um governo que, no lugar de respeitar seus eleitores, se preocupa mais com a sua sustentação e passa a leiloar cargos em troca de apoio partidário é parte de um Estado Patrimonial. Essa cultura gera os caça-cargos, de bastidores, que ficam à espera dos eleitos para ganharem um cargo de chefia, uma administração de uma empresa ou mesmo uma ocupação dentro da máquina estatal, como uma secretaria ou uma seção de uma secretaria.

4 - *O CONTINENTE: DO MITO FUNDADOR AO DOMÍNIO PATRIMONIAL*

Este capítulo inicia a análise de *O Tempo e o Vento* na perspectiva da construção do Estado Moderno brasileiro. Abordo os primórdios desse Estado, de um mundo dividido entre o domínio teocrático missioneiro, de *A Fonte*, passando por um patriarcalismo, de *Ana Terra*, ao surgimento, ainda que incipiente, do jogo político, do nascimento de uma *pólis*, em *O Sobrado*. Essa construção é um processo longo, que se inicia, na obra de Erico Verissimo, no século XVIII, com as Missões Jesuíticas e dura até 1945, com a queda da ditadura varguista e o início do período democrático.

A análise de *O Tempo e o Vento*, embora utilize os conceitos elaborados por Weber e Faoro, não estará presa a estes. Tal procedimento poderia levar ao equívoco de encontrar leituras weberianas na obra de Erico Verissimo. Erico nem mesmo pretendeu escrever um romance embasado em estudos históricos:

“um romancista é antes de tudo um intuitivo. Para O Tempo e o Vento fiz o mínimo de pesquisa possível. (...) É muito perigoso quando o autor sabe coisas demais sobre uma região ou uma época histórica. Sua tendência é usar tudo o que sabe, isto é, atravancar as páginas do romance com móveis e utensílios.” (VERISSIMO, 1997, p. 141)¹³

O que se encontra, em *O Tempo e o Vento*, é uma leitura singular, em forma literária, da constituição do Estado brasileiro e, por estar em um mesmo contexto da produção de *Os Donos do Poder*, ter a mesma problemática e respondê-la, por meio da caracterização social dos personagens e suas relações de poder, de forma semelhante.

O capítulo incia-se com a abordagem da visão política de Erico Verissimo para que possamos entender o sentido de sua obra e o drama de seus personagens, principalmente quando, em outro capítulo, a personagem Floriano, alter ego de Erico, for abordada quanto ao seu posicionamento político frente ao desenvolvimento do socialismo no Brasil, o colapso do Estado Novo e o fim da Segunda Guerra Mundial, dando lugar a um mundo polarizado entre o Bloco Capitalista e o Bloco Socialista.

¹³ Entrevista concedida à Rosa Ferreira D'Aguiar, *A Agulha da Bússola*, Manchete, 1973.

Este e os dois capítulos seguintes, devido à extensão de *O Tempo e o Vento*, não recontam a narrativa nem realizam uma exaustiva análise de personagens e acontecimentos. Como o objetivo é entender a formação do Estado nacional, limitei-me à análise dos aspectos políticos e relações sociais presentes na obra.

4.1 - Erico Verissimo - Sumário

Abordar a biografia de Erico Verissimo é correr o risco de desvirtuar-se do propósito da presente tese. É forte a tentação de relacionar sua obra com sua vida. O conjunto de sua publicação é relativamente extenso e possui vários níveis de leituras, agradando a diferentes leitores com variados objetivos. Então, para evitar a dispersão, a apresentação da vida de Erico Verissimo é sintética e visa formar um esboço de seu pensamento político. Para um conhecimento mais detalhado sobre a vida do escritor, há *Solo de Clarineta*, livro de memórias em dois volumes. No primeiro, Erico Verissimo narra não só sua origem, infância, leituras e formação, como também a origem de suas personagens. O segundo volume, inconcluso, é uma narrativa sobre sua passagem pela Península Ibérica, na época dos regimes de Salazar e Franco, em 1959. Há também *Um Certo Henrique Bertaso*, em que Erico Verissimo relata sua formação enquanto escritor e sua relação com seu editor na editora Globo. Além destes, *Erico Verissimo: Cruzando os caminhos de Tibicuera*, de Aimerê Machado (MACHADO, 2005), é uma biografia feita a partir de *Solo de Clarineta*, os dois volumes, e os livros de viagem.

Erico Verissimo nasceu em Cruz Alta, a 17 de dezembro de 1905. Nesta cidade, teve inspiração para compor diversas personagens. “*Tenho descoberto, em fatos, ideias e sugestões da meninice, a semente de alguns personagens de meus romances.*” (VERISSIMO, 1997, p. 137) De seu pai, Sebastião, por exemplo, extraiu elementos para compor a personagem protagonista de *O Retrato*: “*Queria, porém, que Rodrigo Cambará fosse parecido mas não idêntico a Sebastião.*” (VERISSIMO, 1994) Além das personagens, a vida política da cidade também serviu de matéria-prima na construção de *O Tempo e o Vento*. Conforme Loiva Felix, Cruz Alta, cidade referência

para Santa Fé¹⁴, em fins do século XIX e início do XX, foi domínio do Partido Republicano por meio do coronelismo do General Firmino Paula e seu filho, o Coronel Firmino Paula Filho. Mesmo com os três poderes formalmente definidos, o General, intendente do município, chefe de polícia e membro da Guarda Nacional, valendo-se de suas relações com o poder estadual, interferia no judiciário, por exemplo, revogando sentenças e afastando promotores. (cf. FELIX, 1987, p. 114) Os republicanos de Cruz Alta, após tomarem o poder com a Revolução Federalista, vão mantê-lo por meio da arbitrariedade, da coação e do uso de violência.

Embora Erico Verissimo tenha vivido pouco tempo em Cruz Alta, é possível que pela observação da política local tenha extraído elementos para transpô-los em Santa Fé. Não só elementos políticos, mas também de constituição. Ambas as cidades, na ficção, além de próximas geograficamente e terem uma origem em comum, possuíam também uma economia baseada na atividade pecuarista.

Em Porto Alegre, ainda na juventude, cursou o que seria o atual ensino médio no Colégio Cruzeiro do Sul. Como lembra Elizabeth Torresini, da vivência na capital gaúcha, Erico acompanhou um processo de modernização, com uma urbanização e acentuação das desigualdades sociais. (cf. TORRESINI, 2003, p. 63) Porto Alegre crescia em tamanho e população e ganhava salas de cinema e teatros. De volta a Cruz Alta, como seu pai, tentou a vida de farmacêutico, criando a Farmácia Central, que faliu em 1930. No final deste ano, Erico Verissimo mudou-se para Porto Alegre.

Em início de 1931, o autor de *O Tempo e o Vento* conseguiu um emprego na *Revista do Globo*, traduzindo, revisando e escrevendo artigos e contos. Nascia a amizade com Henrique Bertaso (1906-1977), sócio da Editora Globo e um dos fundadores da revista. Em homenagem a seu editor, Erico Verissimo publicou *Um Certo Henrique Bertaso*, em 1972 para comemorar os 50 anos de seu amigo.

Em 1931, Erico Verissimo casou-se com Mafalda Halfen von Volpe. O casal teve dois filhos, Clarissa e Luis Fernando.

14 Há várias passagens ao longo de *O Continente* em que as personagens comparam Santa Fé a Cruz Alta, como por exemplo a indireta de Manfredo Fraga, redator do jornal *O Arauto*, em 1884 em relação ao *status* de cidade de Santa Fé: “*uma outra localidade menos progressista e importante que a nossa (...) já o tem há muito.*” (VERISSIMO, 2005b, p. 276).

Seu primeiro livro publicado foi *Fantoches*, pela Globo, em 1932. O livro é uma coletânea de contos, que teve sua edição esgotada devido a um incêndio na livraria. Logo depois, veio *Clarissa*, em 1933, com 7 mil exemplares esgotados em cinco anos.

Erico Verissimo fez sua primeira viagem aos Estados Unidos em janeiro de 1941, a convite do secretário geral norte-americano, Cordell Hull. Os três meses nos EUA resultaram no livro de viagem *Gato Preto em Campo de Neve*. Os EUA entraram pouco depois na Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1943, veio o segundo convite a Erico Verissimo para ir aos EUA. Desta vez, o convite veio do Departamento de Estado para lecionar na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Dessa experiência, surgiram os livros *Breve História da Literatura Brasileira* e *A volta do Gato Preto em Campo de Neve*. O primeiro livro, resultado de suas aulas, escrito em língua inglesa, publicado em 1945, por uma editora de Nova Iorque, só teve uma edição no Brasil em 1996 com a tradução de Maria da Glória Bordini.

Ao regressar ao Brasil, Erico Verissimo, depois da Segunda Guerra Mundial, publica o livro de viagens *A Volta do Gato Preto em Campo de Neve*, de 1946. Três anos depois, inicia a publicação de *O Tempo e o Vento*, com o primeiro volume de sua trilogia, *O Continente*. A vontade de fazer uma narrativa que contasse uma nova versão da História do Rio Grande do Sul surgiu com a constatação de que:

“nossos livros escolares – feios, mal impressos em papel amarelado ou áspero – nunca nos fizeram amar ou admirar o Rio Grande do Sul e sua gente. Redigidos em estilo pobre e incolor de relatório municipal, eles nos apresentavam a História do nosso Estado como uma sucessão aborrecível de nomes de heróis e batalhas entre tropas brasileiras e castelhanas”.
(VERISSIMO, 1994, p. 289)

O romance, inicialmente, teria um único volume com cerca de 800 páginas, mas *“acabaria por transformar-se numa trilogia num total de mais de 2.200 páginas”.* (VERISSIMO, 1987, p. 294) O trabalho que deveria levar uns três anos acabou em quase uma década e meia.

Seus outros romances, posteriores a *O Tempo e o Vento*, são: *Incidente em*

Antares, Noite, O Senhor Embaixador e O Prisioneiro. Estas obras caracterizam-se por retratar situações que revelam problemas políticos e sociais (principalmente as duas primeiras), bem como as relações internacionais (como é o caso das duas últimas).

Em 1975, no dia 28 de novembro, Erico Verissimo falece após um segundo ataque cardíaco.

4.2 - Visão Política do autor de *O Tempo e o Vento*

Assim como Faoro, Erico Verissimo era, antes de mais nada, um democrata. Sem acreditar em ideologias, fossem da direita ou da esquerda, defendia a liberdade do ser humano. Mas isso não significou isenção política em sua obra. Ao contrário, *O Prisioneiro*, como ele mesmo argumenta, é uma mostra de um posicionamento:

“Com O Prisioneiro, pretendo aplicar ao leitor, supondo-o indiferente à realidade atual, um tratamento de choque, para que ele compreenda que estamos caminhando para o suicídio Atômico. (...) Ele é um brando a favor do homem.” (VERISSIMO, 1997, p. 30)

O romance é uma crítica à presença norte-americana na Guerra do Vietnam e à indiferença da população diante das perdas humanas nas guerras. Além disso, questiona a discriminação racial, relatando casos de preconceito com asiáticos, negros e judeus.

Como lembra Regina Zilberman (2007), a passagem de Erico Verissimo, em Portugal, na época da ditadura salazarista, em 1959, provocou alguns embaraços diplomáticos para o autor. Sua palestra provocou uma empolgante participação da plateia, que se manifestou contra o regime, e resultou em uma leitura de Erico, por parte dos EUA, como um inocente útil. Com o intuito de desqualificá-lo, os observadores norte-americanos entenderam que sua fala *“tinha menos conteúdo político do que pensava o próprio autor.”* (ZILBERMAN, 2007, p. 125) Essa tentativa de depreciar Erico Verissimo revela uma preocupação com o peso político das declarações e opiniões do autor de *O Tempo e o Vento* ante os regimes ditatoriais ou os governos, como era o caso do governo norte-americano, apoiador desses regimes.

Num mundo dividido pela Guerra Fria entre um lado capitalista excludente e com representantes ditatoriais, como na América Latina, e outro, um lado socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com sua censura, seu histórico de trabalho forçado para uma acelerada industrialização na era stalinista, Erico Verissimo preferiu manter-se fora da rivalidade entre esquerda e direita e adotar uma postura mais cética quanto aos regimes políticos. Isso não significa que Verissimo não tivesse uma visão política ou uma crítica social. Em *Noite*, por exemplo, a personagem “corcunda” critica a burguesia, em um bordel, direcionando-se a um empresário: “- *Vocês acendem uma vela para deus (sic) outra para o diabo.*” (VERISSIMO, 2005, p. 70) O “corcunda” referia-se ao fato de industriais e capitalistas em geral, durante a guerra, fazerem negócios, tanto com o Eixo quanto com os Aliados com o objetivo exclusivo de obter lucro.

Também há uma crítica social em *Incidente em Antares*. Escrito e publicado no contexto do Regime Militar, suas personagens são defuntos que se recusam a estarem expostos, sem enterro, por causa de uma greve dos coveiros. Representantes de diferentes grupos sociais: um sindicalista, uma prostituta, uma dama da alta sociedade, um alcoólatra, um político, um advogado e um músico, todos, independente da origem social, estão nas mesmas condições e com o mesmo poder de influência política. E na medida em que encontram os seus parentes vivos, revelam a hipocrisia social. Essa postura de Erico acabou por levá-lo a ser considerado comunista. Após a publicação de *Saga*, em 1940, narrativa em que a personagem Vasco vai lutar na Guerra Civil espanhola, foi chamado pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado Novo para esclarecer se era ou não comunista.

Erico Verissimo não era comunista, nem anarquista, nem capitalista. Ele era defensor do homem e da liberdade. Como Faoro, era um crítico do Estado autoritário, demasiadamente presente e regulatório da sociedade. Nesse sentido, defendia a participação política da população: “*Sou partidário da socialização com democracia.*” (VERISSIMO, 1997, p. 17) Mas, descrente dos partidos, reforça seu humanismo: “*O partido é uma prisão, uma imposição, e eu prefiro pensar, não em termos de expansão econômica e territorial, mas em termos de vidas humanas.*” (VERISSIMO, 1997, p. 29) Para ele, o partido, ao definir uma linha política de ação, estaria impondo um padrão de

pensamento ou mesmo de comportamento político. E, segundo a interpretação histórica de Erico Verissimo, o preço dessa padronização, por vezes, é o exercício da violência. Temos como exemplo os crimes de Stalin e Hitler, com seus campos de trabalho forçado e o extermínio de opositores.

Diante da crítica de que seus livros, principalmente os primeiros, careciam de preocupação política e social, perdendo-se em psicologismo, Erico Verissimo responde: “*fala-se sempre em literatura engajada. Ela sempre o é. (...) O escritor se engaja também com o Homem e seus problemas.*” (VERISSIMO, 1997, p. 62) Para ele, engajamento, em termos de obra literária, significa que o autor, para fazer um romance que seja convincente e plausível, deve preocupar-se com as questões de seu tempo. Erico Verissimo considera que seus “*livros estão cheios de crítica social. É impossível escrever um romance e não refletir as situações e ideias que são dominantes em nosso tempo.*” (VERISSIMO, 1997, p. 154) Do primeiro livro de ficção, *Fantoches*, a *Incidente em Antares*, não há uma mudança caracterizada por um maior engajamento em uma crítica social. O que há é um amadurecimento na defesa dos direitos humanos e a passagem de uma abordagem lírica na forma de expressar sua preocupação com a questão humana, como diria o próprio Erico Verissimo (cf. VERISSIMO, 1997, p. 63), para uma mais objetiva, mais racional e direta. Dessa forma, o autor separa o que seria uma literatura panfletária, carregada de afirmações e soluções para os problemas da humanidade, e a literatura engajada enquanto problematizadora da sua época. Uma atitude panfletária seria, por exemplo, questionar claramente o papel dos EUA na Guerra do Vietnã e propor, ao final do enredo, como solução narrativa, uma vitória gloriosa e salvadora dos comunistas. Mas como a causa de Erico Verissimo não é a panfletagem, ele preferiu, por meio de uma personagem, mostrar o processo de desumanização que ocorre durante uma guerra.

4.3 - O contexto da obra

Durante a década de 1930, Erico Verissimo teve a ideia de escrever *O Tempo e o Vento*, que narra a história da ascensão e queda política da família Terra Cambará. A

obra foi elaborada no contexto do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 -1945). Marcando a ruptura com a República Velha dos coronéis, o período do governo de Vargas significou transformações na estrutura econômica e social brasileira, como o fim do voto de cabresto, a implementação do voto para as mulheres, a regularização das relações de trabalho, o fomento do desenvolvimento industrial e o crescimento do aparato estatal com a criação de empresas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1940) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942).

No Rio Grande do Sul, durante a República Velha, o domínio político foi do Partido Republicano. Borges de Medeiros, por meio de eleições fraudulentas e da violência, governou a Província de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. Iniciava-se uma tradição de autoritarismo, influência do positivismo. Para Ricardo Souza, o Rio Grande do Sul, com sua experiência ditatorial castilhistas, serviu de ensaio para uma ditadura de abrangência nacional. (cf. SOUZA, 2011, p. 30) O positivismo de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, conhecido como castilhismo, não era o da religião positivista como o seu original francês, mas deste absorvem a ideia de evolução e comando das elites letradas e conservadoras.

Durante o governo de Vargas, o poder executivo passou a ser exercido por interventores. No Estado Novo, de 1937 a 1945, a repressão policial chegou ao ponto de exigir dos cidadãos salvo conduto ou cartão de política para ir de uma cidade à outra. (cf. FLORES, 2003, p. 174) Sob censura, a produção cultural, supervisionada ou encomendada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, deveria auxiliar na integridade nacional, criando sentimentos nacionais.

Quando Erico Verissimo escreveu o texto definitivo de *O Continente*, entre 1947 e 1948 (ZILBERMAN, 2004), o Brasil e o Rio Grande do Sul viviam sua primeira experiência democrática. Os intelectuais queriam entender a função de um Estado forte, que controlou a imprensa e fez de intelectuais e escritores prisioneiros políticos, mas também rompeu com a tradição da “vocação agrária”, implantando as bases de uma sociedade industrial e urbana. (cf. DIEHL, 1999, p. 2) As transformações na sociedade eram visíveis e requeriam explicações. O Rio Grande do Sul também teve suas transformações com a implantação do sistema de ensino e de pavimentação e construção de rodovias.

É neste contexto que Erico Verissimo escreve *O Tempo e o Vento*, uma interpretação literária da formação do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para Erico, a “*verdade sobre o passado deveria ser mais viva e bela que sua mitologia. E quanto mais examinava a nossa História, mais convencido ficava da necessidade de desmistificá-la.*” (VERISSIMO, 1994, p. 289) Assim, a obra em sete volumes traça um perfil da história do Rio Grande do Sul, desde sua origem em território espanhol até sua efetiva participação na política nacional com Getúlio Vargas no poder.

O enredo de *O Tempo e o Vento* aborda a história política do Estado do Rio Grande do Sul e, em paralelo, a história do Brasil, desde as Missões ao fim do Estado Novo. Os episódios *A Fonte*, *Ana Terra* e *Um certo Capitão Rodrigo*, marcam os primórdios, em forma literária, do Estado Moderno brasileiro. O primeiro retrata um território, na segunda metade do século XVIII, em disputa por duas coroas, a portuguesa e a espanhola. O segundo, do fim do século XVIII ao início do XIX, situa-se no período da imigração paulista para o território do Rio Grande do Sul e no processo de Independência do Brasil. O terceiro, de meados do século XIX, já em um Brasil independente, aborda a Guerra dos Farrapos.

Ao longo da narrativa de *O Tempo e o Vento*, acompanhamos a formação do Estado Nacional. Nos episódios de *O Continente*, as relações de poder caracterizam-se pelos interesses pessoais, pelo domínio legitimado pela tradição familiar, pela propriedade da terra e pouca interferência do Estado. Em *O Arquipélago*, esse poder cede lugar ao poder estatal legitimado pela representatividade e defesa dos interesses coletivos.

Enquanto que em *A Fonte*, primeiro episódio, o poder caracteriza-se pelo misto de patrimonialismo estatal da Monarquia espanhola com a teocracia da Igreja Católica, de *Ana Terra* a *O Sobrado* é a de um poder local patriarcal que, ao longo dos séculos, se transforma em um Estado Patrimonial.

O Estado Patrimonial apresenta caráter diferente do Estado Moderno. Na definição dada por Pierangelo Schiera, no *Dicionário de Política*, o Estado Moderno, em sua última fase, é

“o Estado de direito, caracteriza-se por ser fundado sobre a liberdade

política (não apenas privada) e sobre a igualdade de participação (e não apenas pré-estatal) dos cidadãos (não mais súditos) ante o poder (...).”
(BOBBIO, Norberto, 2010)

Historicamente, a consolidação do Estado Moderno ocorre com a Revolução Francesa, de 1789, e a contestação do direito divino, embora sua origem remota seja a Carta Magna inglesa de 1215, quando a lei deveria valer mais que a palavra real. É um Estado baseado e legitimado pela racionalidade, pela busca, teoricamente, da melhor forma possível de suprir as necessidades do cidadão.

O processo de formação do Estado Moderno, abordado na narrativa de *O Tempo e o Vento*, passa por um momento mítico com entidades primordiais e heróis aventureiros. Em *A Fonte*, Erico Verissimo intercala história, ao situar o episódio das Missões, com personagens míticos ao criar figuras com atributos mágicos. As características de herói mítico do personagem Pedro, descendente de uma índia e criado nas Missões, “*se manifestam quando diz [Pedro] conversar com Nossa Senhora, ter visões, como a de Sepé em luta contra os portugueses, e premonições como a da morte do chefe guerreiro ou a sua própria (...).*” (ZILBERMAN, 2004, p. 42) No Mundo Antigo, o passado era contado por narrativas mitológicas em que elementos mágicos eram constantes e explicavam os acontecimentos como vontade de deuses ou seres sobrenaturais. Segundo Mircea Eliade, “*um mito conta uma história sagrada, (...) um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo. (...) as personagens do mito não são seres humanos: são deuses ou Heróis civilizadores.*” (ELIADE, 2001, p. 84). Um mito fundador fornecia a explicação da origem de determinada tribo ou do povoado.

A História é uma narrativa sobre o passado. Para Arnaldo Momigliano, uma das origens da História ocorre quando o rei persa, Dario I, inscreve em Bisutun o relato de seus feitos. Embora seja uma narrativa de autoglorificação e substitua uma perspectiva teleológica por uma aristocrata, esse relato “*é bastante factual, claro, livre de qualquer interpretação miraculosa (...)*” e “*as intervenções divinas não são mencionadas.*” (MOMIGLIANO, 2004, p. 24) Entre os gregos, temos o primeiro historiador, Heródoto, “*que fez a diferença (...) entre um Herácles que era um deus e um Herácles que era um herói.*” (MOMIGLIANO, 2004, p. 24-25) Heródoto buscou documentos e fez viagens para escrever sua narrativa sobre as guerras médicas. O relato histórico aparece

a partir do rompimento com os mitos. O passado passa a ser fruto das ações dos homens, e não de deuses ou heróis com poderes mágicos. A narrativa sobre o passado deixa de conter seres com poderes sobrenaturais como protagonistas dos acontecimentos.

Para Marilena Chauí, uma das funções do mito consiste em apresentar soluções para “*tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade*”. (CHAUÍ, 2001, p. 9) Os mitos oferecem leituras da realidade que podem agregar novos elementos. Desta forma, “*as ideologias (...) alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica.*” (CHAUÍ, 2001, p. 9) Desta forma, os mitos fundacionais e seus heróis fornecem a uma população heterogênea uma identidade pela qual é possível o sentimento de igualdade. As classes dominantes, detentoras do poder político instituído, legitimam-se. Tendo a mesma origem, o dominado, subalterno, sente-se igual ao dominador. O governante, herdeiro mais próximo dos heróis fundadores, torna-se representante da vontade divina, enquanto que os governados, por sua vez, ficam à mercê de sua boa vontade.

Na obra de Erico Verissimo, *O Continente*, encontramos elementos da história do Rio Grande do Sul e também de mitos. Conforme Regina Zilberman, são dois planos da obra, história e mito, que estarão

“em constante interação (...). A história contraposta ao mito, o mito contraposto à literatura, e (...) a história justaposta à literatura, tudo para que uma face ilumine a outra(...).” (ZILBERMAN, 2004a, p. 48)

De *A fonte*, capítulo inicial de *O Tempo e o Vento*, até *Um Certo Capitão Rodrigo*, temos um conjunto de mitos fundadores do Rio Grande do Sul, passando pela grande matriarca, mãe originária do clã, Ana Terra, ao herói aventureiro como o Capitão Rodrigo. No universo literário criado por Erico Verissimo, o que seria excludente, ou a história ou a literatura, torna-se fator integrador, e o mito incorpora-se à história. A história, narrativa sobre o passado, torna-se mito.

4.4 - *A Fonte* como mito fundador

Em termos cronológicos, *O Tempo e o Vento* inicia com *A fonte* e ocorre na região missioneira. Fonte pode significar tanto a origem do Rio Grande do Sul, quanto a da família Terra ou ainda o início do romance. Sendo a história inaugural de uma longa saga da família Terra Cambará, funciona como um mito fundador do Rio Grande do Sul e, por analogia do Brasil, marca um período sem fonteiras nacionais precisas nas possessões dos países ibéricos e um Rio Grande ainda inexistente.

O território da região missioneira, para além do limite português do Tratado de Tordesilhas, nos primeiros séculos da colonização, pouco interesse despertou nas coroas ibéricas, pois não possuía nenhuma riqueza natural. É mais tarde, com a catequização dos índios, que o local passa a atrair bandeirantes paulistas em busca de mão de obra escrava especializada e de gado.

Em muitos aspectos, as Missões eram como um microcosmos, com economia autossuficiente e um sistema político administrativo autônomo por concessão e apoio da coroa espanhola. (SOUSA CHRISTENSEN, Teresa Neumann, 2001) Embora aparecessem como um Estado independente, as Missões estavam subordinadas ao Estado espanhol. Entre suas funções estava a de ser marco de uma frágil fronteira, que dividia os domínios portugueses das possessões espanholas. Representando o poder metropolitano, havia o cabildo, um órgão administrativo composto por juízes municipais e conselheiros. Segundo Fabio Kühn, “*o cabildo indígena, em que os caciques, que eram membros da elite missioneira, exerciam um papel de comando, sob a coordenação dos padres jesuítas*”. (KÜHN, 2007, p. 41)¹⁵ Esses, os caciques, recebiam o título de Don, título de nobreza espanhola que os colocava como elite nativa ao mesmo tempo que poderia significar uma aculturação. Não havia força policial espanhola, nenhum órgão repressor representante do Estado para impor a sua lei. Por uma questão de segurança, esses povoados eram próximos: caso um fosse atacado por forças portuguesas, outros, nas proximidades, estariam prontos para vir socorrê-lo.

15 Quanto à questão de indígenas ocupando o cabildo, ver QUEVEDO, Julio, *As Missões: crise e redefinição*. (QUEVEDO, 1993, p. 29); e Eduardo Neumann, *A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVII*. (NEUMANN, 2004. p. 29)

Se não havia um representante direto do poder político europeu, o mesmo não se pode dizer do poder espiritual. Embora em pequeno número em relação aos guaranis convertidos, os padres catequizadores eram os representantes do poder da Igreja Católica, estavam lá para impor, mesmo que simbolicamente, a supremacia da religiosidade europeia. Ante a simbologia cristã, práticas pagãs dos nativos eram demonizadas.

O momento histórico que situa *A Fonte* é marcado por duas formas divergentes de relacionamento com o sagrado. De um lado, a religiosidade oficial dos padres das Missões, representante da Igreja Católica; e, de outro, a religiosidade com caráter mágico dos nativos. Dentro de um projeto colonizador, são duas culturas que se chocam. De um lado, o monoteísmo católico; de outro, o xamanismo dos guaranis. Na visão católica, trata-se de salvar os gentios das perdições e ampliar seu rebanho, que se reduzia na Europa por consequência das Reformas religiosas. Entre os motivos que levam os indígenas a viver nas Missões, conforme Moacyr Flores, era o fato de que na “*redução os índios estavam a salvo de encomendeiros espanhóis e das maloucas paulistas.*” (FLORES, 2003, p. 26) Ir para as Missões era uma forma de fugir da escravidão tanto espanhola quanto portuguesa. Os missionários eram contrários à escravidão indígena.

Por vezes, sem abandonar totalmente sua religiosidade original, os convertidos vão absorver de forma peculiar a nova religiosidade. Esse processo de mesclar culturas é chamado de sincretismo. Segundo Roger Bastide, citado por Renato Ortiz, o “*sincretismo consiste em unir os pedaços das histórias míticas de duas tradições diferentes em um todo que permanece ordenado por um mesmo sistema.*” (ORTIZ, 1994) A estrutura da cultura dominada original é mantida enquanto seus elementos assumem a aparência da cultura dominante.

Erico Verissimo aborda a questão do choque cultural através de uma personagem, o Padre Alonzo, que observa: “*escultores indígenas em geral davam à face das figuras os seus próprios característicos físicos. (...) Havia a pouco um índio esculpira um Menino Jesus índio com cocar de penas na cabeça.*” (VERISSIMO, 2004, p. 55) Alonzo percebe elementos sobreviventes da cultura dos dominados na nova cultura que se origina não de uma total anulação da dominada sob a dominante, mas da

resistência da primeira em relação à segunda.

O episódio inicia-se em 1745, cinco anos antes do Tratado de Madri, em que Portugal troca a Colônia de Sacramento pela região missioneira. Padre Alonzo é o fundador mítico da família Terra Cambará ao ser o primeiro proprietário do punhal que atravessaria séculos como símbolo familiar de masculinidade. Segundo Regina Zilberman, a *“transmissão do punhal (...) confere a Alonzo o papel de pai simbólico de Pedro Missioneiro.”* (ZILBERMAN, 2004, p. 185) Para Sandra Pesavento, o punhal, transmitido aos Terra Cambarás, por ser um presente de Pedro Missioneiro a Ana Terra, funciona como um dos *“signos emblemáticos que comparecem na narrativa (...) tanto por assinalar, emblematicamente, a união do casal primitivo, Ana-Pedro Missioneiro (...), quanto por ser transmitido à linhagem dos Terra Cambarás.”* (PESAVENTO, 2001, p. 196) A importância simbólica do punhal de prata consiste em ter sido o objeto pelo qual Alonzo, quando tinha dezoito anos, planejava matar em um duelo o marido de sua amante. Antes de o duelo consumir-se, o adversário de Alonzo morre de apoplexia. O punhal passa a ser símbolo de um delito não consumado, que contrariava as leis de Deus. Impressionado, Alonzo entra na Companhia de Jesus.

Se a origem simbólica dos Terra Cambarás está no Padre Alonzo, a origem de fato está em Pedro, que terá um filho com Ana Terra, no episódio que leva o nome da protagonista. Pedro é filho de uma índia com um branco que a violentou. Sua mãe morre logo em seguida do parto. Criado nas Missões, pelos Padres Alonzo e Rafael, ele aprendeu matemática, espanhol, guarani, latim e música, além dos princípios dogmáticos católicos. Entretanto, seu aprendizado religioso misturou-se com sua vida. Quando tinha aulas sobre anjos bons e maus, sonhava com eles e não sabia discernir o que era sonho da realidade, e achava que era filho da Virgem Maria.

Contrastando com o que lhe foi ensinado do catolicismo, Pedro parece ter assimilado de forma bem particular seu aprendizado. Em seu imaginário infantil, via o espírito de sua mãe, que se misturava com a Virgem Maria, e seu pai, que era um guerreiro, herói indígena como Sepé Tiaraju. Também é marcante sua fixação pelas palavras, que lhe parecem mágicas: *“rosa mística”*. Depois de tê-las ouvido pelo Padre Alonzo, repete-as em sua mente mesmo sem saber seu correto significado. E mesmo depois de descobrir que Rosa Mística significava Virgem Maria, continuou associando-a

a outras coisas, como, por exemplo, o “cheiro dos espíritos”.

Outra função de *A Fonte*, enquanto um mito, reside, como lembra Maria da Glória Bordini (2004a), em dar às Missões um caráter paradisíaco. Mesmo estando em um contexto de colonização, elas cumpriam o sonho de ser um local habitado por cristãos que viviam em harmonia e igualdade econômica. O Padre Alonzo via-as como o paraíso terrestre. As construções tinham uma dupla função: por um lado, servir de fortaleza contra o ataque dos bandeirantes; de outro, mostrar o poder divino pelas suas dimensões e aproveitamento do sol. O próprio Padre Alonzo, por vezes, desconcentrava-se deslumbrado com o incenso e os objetos de metal que reluziam dentro da catedral. Nas Missões, as ruas, em sua volta, eram simetricamente organizadas e deveriam separar explicitamente o sagrado do profano. (WEIMAR, G, 2004) Na rua central, centro do aldeamento, havia uma grande praça, cercada pelas habitações dos guaranis, onde era construído o templo. Dentro deste templo, cumprindo funções didáticas, havia as imagens de santos.

Na dualidade, apontada por Regina Zilberman (ZILBERMAN, 2004), entre história e mito, presente em *O Tempo e o Vento*, podemos pensar que Padre Alonzo, personagem literária, ao representar a Igreja, seria também representante do período histórico pontuado pela personagem Sepé Tiaraju. Outra dicotomia, evidenciada por Bordini (BORDINI, 2004), é a descrença de Alonzo, a morte de suas utopias ante a destruição das Missões contraposta à postura visionária de Pedro. A personagem do indígena tem um aspecto mítico fundacional ao ter um filho com Ana, metaforicamente fecundando a terra e proporcionando para o futuro a germinação duma linhagem de árvores cambarás. Ela é mítica também por ter premonições como a morte de Sepé Tiaraju e, em *Ana Terra*, a sua própria. É por seu meio que o punhal de Alonzo atravessa o tempo em Santa Fé.

Erico Verissimo cria personagens com atributos de heróis míticos, fundadores de uma identidade. Porém, cria-os literariamente, contrapondo-os com a história. Se o mito é atemporal, e se suas personagens se situam em um tempo que não pode ser datado, o contexto das Missões situa historicamente as personagens de *A Fonte*. Além disso, eles não cumprem plenamente seus respectivos papéis enquanto criação de mitos. Alonzo, por exemplo, ao ser de origem espanhola, não pode ser fundador de uma

identidade nacional brasileira. Pedro, por sua vez, mesmo que origine membros de uma classe dominante, representa os dominados, explorados e expropriados de suas terras pelos conquistadores europeus.

4.5 - *Ana Terra*: da terra à cidade

Em 1777, ocorria um novo tratado, o Santo Ildefonso. Esse tratado, desvantajoso para os lusitanos, entregava a Colônia e a região missioneira aos espanhóis e estabelecia zonas neutras. Mas Portugal não pretendia cumprir esse tratado. Era necessário então povoar a região para garantir sua posse. Distribuíam-se sesmarias como forma de garantir a posse portuguesa da região. Colonos, em busca do enriquecimento, empenhavam-se em tal tarefa. Ocorre que, como essa região ainda estava em disputa pelas coroas ibéricas, ora era invadida por portugueses, ora por espanhóis.

É nesse contexto que se situa o enredo de *Ana Terra*. A narrativa inicia-se no rancho de Maneco Terra. É um lugar afastado, longe de tudo, situado de forma imprecisa perto da região das Missões e de Rio Pardo. Meses sucediam-se sem que alguém por ali passasse. Muitos que por aquelas terras andavam eram castelhanos saqueadores e ladrões de gado que matavam e desrespeitavam as mulheres: “*Por vezes sem conta Ana e a mãe tinham sido obrigadas a fugir para o mato, enquanto o velho Terra e os filhos se entendessem com os assaltantes.*” (VERISSIMO, 2005, p. 103) Os Terra são originários de São Paulo, descendentes de bandeirantes e viviam de forma rústica. Não sabiam ler, como era comum na época, e não tinham muita percepção do tempo. Este era vagamente situado por um ou outro acontecimento importante como “*a expulsão dos castelhanos do território do Continente.*” (VERISSIMO, 2004, p. 102) Como nas sociedades rurais e sem escrita, ao decorrer dos anos quase não há mudanças tecnológicas significativas, as personagens têm a impressão de que o tempo é aquele marcado pela natureza, pois “*viam as horas pela posição do sol; calculavam a passagem dos meses pelas fases da lua; e era o cheiro do ar, o aspecto das árvores e a temperatura que lhes diziam as estações do ano.*” (Op. Cit., p. 102) É assim que eles

sabem da passagem do tempo, e como tudo se repete, não conseguem contá-lo, não sabem nem que dia nem que ano precisamente estão. Nessa percepção de tempo, os fatos se repetem, tudo ocorre de forma circular. Como na natureza, o círculo fecha-se, os acontecimentos na vida das personagens acompanham as estações do ano. Se é inverno ou verão, há a certeza de que assim será também no ano seguinte, dando a sensação de que nada muda de forma substancial.

Erico Verissimo, em sua narrativa, rompe com a história linear e progressiva. O desenvolvimento cronológico não é necessariamente um desenvolvimento político e tecnológico. De *A Fonte* a *Ana Terra*, na questão política, há um retrocesso. O Estado presente nas Missões cede lugar a uma forma de dominação baseada no patriarcalismo. O patriarcalismo, segundo Weber, é “*a situação em que, dentro de uma associação (doméstica), muitas vezes primordialmente econômica e familiar, a dominação exercida por um indivíduo determinado (normalmente) segundo regras fixas de sucessão.*” (WEBER, 2005, p. 151) Como o Estado lusitano se preocupava mais com o lucro que sua possessão pudesse oferecer do que administrá-la, a Colônia, principalmente o território além da linha do Tratado de Tordesilhas, desenvolvia-se sem sentir sua presença de forma efetiva.

Sem localização precisa, nem temporal nem espacial, o rancho dos Terra está sob a jurisdição pessoal do patriarca Maneco Terra. Se não há um posto policial ou nada a lembrar a lei do Estado, a regra é ditada por ele, também detentor da justiça. Todos devem lhe obedecer. Se decidir que continuem em seu rancho, assim o será, se quiser retornar para São Paulo, voltarão. Mas seus planos são outros, quer ampliar seus domínios. Chega a comprar escravos e planeja tê-los mais.

O Estado aparece eventualmente, ou para cobrar impostos ou para recrutar voluntários para a guerra. Mas o Exército formado com estes voluntários está longe de se assemelhar ao Exército regular de um Estado Moderno. Mais próximo de uma milícia que um exército propriamente dito, é formado por homens despreparados e recrutados eventualmente quando ocorre alguma guerra. E a região está constantemente em guerra.

Para um dos filhos de Maneco, Antônio, pertencer ao Exército significa ser um herói patriota, mas para o patriarca, “*pátria é a casa da gente.*” (VERISSIMO, 2005, p.

106) Em sua visão, o grande herói da expulsão dos espanhóis, o Major Rafael Pinto Bandeira, apenas defendia suas estâncias. Os oficiais do Exército não pertenciam a um exército regular, eram proprietários agindo conforme seus interesses. Maneco Terra está distante do Estado, não se interessa por ele, não o vê nem o sente, seu mundo é seu rancho, onde é senhor absoluto e também responsável pela segurança.

Maneco Terra exerce o poder patriarcal sobre a vida e morte entre os seus. Pedro, que passa a ser chamado de Pedro Missioneiro pela origem nas Missões, apareceu ferido no rancho dos Terra e lá recebeu cuidados para curar-se. Segundo o que Pedro contou aos Terra, foi ferido por um desertor quando, a serviço de Rafael Pinto Bandeira pela Coroa Portuguesa, atacava o Forte San Martinho. Com o tempo, incorporou-se à família. Cativou a todos com sua música, inclusive a filha de Maneco, Ana Terra, e com esta fez um filho, Pedro Terra. Defendendo a honra da família, segundo seu entender, o patriarca impôs sua sentença sem nenhum processo de julgamento de defesa do réu. Enquanto Pedro Missioneiro, visionário, previu a própria morte, Maneco Terra confirmou seu poder patriarcal.

Para Jacques Leenhardt, o título do volume, “*O Continente remete a uma comunidade fechada sobre si mesma, autossuficiente, maciça e fortemente estruturada em torno da hierarquia dos poderes que a organizam.*” (LEENHART, 2001, p. 167) Entendendo os títulos das partes de *O Tempo e o Vento* como metáforas, o termo “continente” assume duplo sentido: uma referência de como o Rio Grande do Sul era conhecido na época da colonização e também, enriquecendo literariamente a obra, como a constituição da família Terra Cambará enquanto núcleo sólido de um poder patriarcal e patrimonial. No rancho de Maneco Terra, por uma questão geográfica, tudo é longe, sem estradas, os deslocamentos levam dias, isolado das cidades, que são ainda em pequeno número e pouco desenvolvidas, e as fazendas. De certa forma, o rancho dos Terra é uma ilha, afastado de tudo. Entretanto, a família é uma instituição sólida, seus membros têm a mesma identidade, os mesmos interesses e estão submetidos à mesma autoridade. Essa estrutura sólida, de terra firme, como um continente em sentido metafórico, mantém-se até *O Sobrado*, último episódio de *O Continente*. Nos próximos volumes, *O Retrato* e o *Arquipélago*, a família passa por um gradual processo de fragmentação. Ao fim do romance, os herdeiros dos Terra Cambarás já não têm mais os

mesmos interesses e, por conseguinte, a mesma identidade. Exemplo disso são os filhos do protagonista de *O Retrato*, o dr. Rodrigo Terra Cambará: Floriano, alter ego de Verissimo, é escritor e não tem interesse no mundo rural; Eduardo, por sua vez, identifica-se com o movimento comunista internacional.

Por um lado, o isolamento das terras de Maneco Terra fortalece o poder local do patriarca; por outro, fragiliza a defesa do espaço contra agressões, seja de espanhóis buscando a posse da terra ou o saque, seja da arbitrariedade de um exército não regular a levar filhos para a guerra e filhas para saciar as necessidades sexuais de suas tropas. Assim, um ataque de castelhanos mata os escravos, Maneco Terra e seus filhos. Ana Terra sobrevive mesmo ao ser violentada. Sua cunhada e filho não são assassinados por estarem escondidos.

Sem mais motivos que lhe prendesse ao rancho e sem perspectiva de futuro naquele lugar, Ana Terra decide acompanhar uma família em busca de nova vida em um projeto de povoado, Santa Fé. No jogo das dualidades de Erico Verissimo, de um mundo masculino expresso nas lutas, nas guerras e nas disputas sobre o comando de Santa Fé, a narrativa de *O Tempo e o Vento* dá espaço a um mundo feminino, doméstico, de gerar vida e criar os guerreiros. Para Sandra Pesavento, se “*o punhal é transmitido aos homens da família, às mulheres cabe herdar a tesoura e a roca de Ana Terra*”. (PESAVENTO, 2001, p. 196) Ana Terra torna-se uma referência da linhagem dos Terra Cambarás e também a chefe da família. Todas as funções masculinas de coordenar e suprir o clã serão suas. Além de ter sido quem tomou a decisão de abandonar o rancho dos Terra, é quem, com seu trabalho, consegue o alimento e cria seu filho Pedro Terra.

Ana Terra também tem um papel mitificado. Além de ser uma das fundadoras do clã, seu nome remete à ideia do lugar onde ocorre a germinação. Na teodiceia grega, a Terra teve origem de Caos, com quem originou o Céu. A Terra “*é descrita como a base segura de todas as coisas e o segundo como a morada eterna dos deuses bem-aventurados (...) como se Céu e Terra não fossem precisamente deuses.*” (THOMSON, G., 1974, p. 181) A família dos Terra Cambarás será constituída pela mistura entre espanhóis, bandeirantes e guaranis. Para Lea Masina, Erico Verissimo, em *O Tempo e o Vento*, ao unir Ana Terra e Pedro Missioneiro, “*acentua a fonte genealógica do gaúcho: uma identidade que provém da fixação do nômade no ventre da terra.*” (MASINA,

2005, p. 46) É assim com Ana Terra, a personagem, em Santa Fé, que assumirá a função de parteira com uma tesoura e será aquela que ajudará a dar a luz aos habitantes do povoado.

Quando Ana Terra chega a Santa Fé, o local era um agrupamento de ranchos à beira de uma estrada. Mas com o tempo, sobrevivendo às guerras, Santa Fé cresce e, em 1803, ganha uma capela, símbolo do poder divino na Terra e a marca da presença da Igreja Católica. Aos poucos, ela evolui a uma cidade.

Pela narrativa de *O Continente*, percebemos na população de Santa Fé uma mudança na percepção do tempo: da circularidade marcada pelos fenômenos da natureza a uma linearidade dos acontecimentos que não se repetem. Embora os únicos calendários que existissem fossem o da Igreja e o da casa de Bento Amaral, os anos, os meses ou os dias da semana são marcados, definidos, não é mais o tempo mítico, e a população já sabe os anos das guerras.

Santa Fé é dominada por um senhor, Ricardo Amaral, cujo poder se baseia em seu patrimônio. Recordando Weber, *“denominamos patrimonial toda dominação que, originalmente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal...”* (WEBER, 2005, p. 152) Para a manutenção deste domínio, *“o poder de senhor patrimonial apoia-se em guardas pessoais e exércitos formados de escravos (muitas vezes marcados a ferro) colonos ou súditos forçados ou (...) de mercenários.”* (WEBER, 2005, p. 151) O domínio dos Amarais é proporcional ao patrimônio que possuem. São os Amarais os fundadores e mandantes do povoado. O poder é basicamente monopólio desta família. Não é mais aquele poder de Maneco Terra, absoluto em seu pequeno espaço, desligado das cidades ou de outros ranchos a não ser por questões comerciais.

O pequeno povoado de Santa Fé tem uma ligação maior com uma instância de poder superior. Está mais próximo de ser um continente, terras contínuas, que a terra isolada de Maneco. Já é possível perceber no povoado a regulamentação da lei, de um poder externo, embora esta fosse burlada, em sua fundação. Pela legislação, os povoados concedidos a uma pessoa deveriam ter três léguas de sesmarias, mas, em Santa Fé, seu fundador, o Coronel Ricardo Amaral, para ter mais espaço que o

permitido, registrou o excedente de terras em nome de seus parentes.

Outra forma de entender a presença do Estado, ainda que distante, no povoado de Santa Fé é a própria origem de seu fundador: Ricardo Amaral fora combatente na Guerra das Missões. Daí seguiram duas versões sobre seu rumo, uns “*afirmavam que ele andara (...) assaltando estâncias, roubando gado por aqueles descampados.*” (VERISSIMO, 2004, p. 169) Outros diziam que ele, de bem com o governo, havia defendido a cidade de Rio Grande do ataque dos espanhóis, por isso ganhou condecorações e terras para fundar seu povoado. Entretanto, neste momento, ele não tem concorrentes políticos, ou seja, é o representante da lei e a própria lei. Ainda não existe uma forma de poder correspondente à representatividade dos cidadãos, independente dos interesses familiares.

4.6 - Capitão Rodrigo: O aventureiro e aventura da disputa pelo poder

O episódio *Um Certo Capitão Rodrigo* situa-se entre a Guerra da Cisplatina e a Guerra dos Farrapos. Em 1834, o povoado de Santa Fé ganha *status* de vila e uma Câmara Municipal, distinguindo formalmente o poder entre o Executivo e o Legislativo. A formação de dois partidos, o Restaurador e o Liberal, sugere haver uma diversificação dos agentes e dos interesses no jogo político. Há também a igreja do Padre Lara enquanto centro religioso, substituindo a antiga capela. Uma outra novidade é a chegada de alemães ao povoado, significando uma diversidade social maior, pois não só eram protestantes como eram um elemento externo à tríade índio-português-espanhol na formação do Rio Grande do Sul.

A personagem que dá título ao episódio, Capitão Rodrigo Cambará, é sedutora, corajosa e despreocupada com responsabilidades. Sua origem é narrada em um *intermezzo* anterior ao capítulo que leva seu nome. Seu sobrenome veio de uma árvore, quando Chico Rodrigues, bandoleiro e antepassado de Rodrigo Cambará, resolve mudar de vida, adquirir sesmaria, abandonar a vida errante, e, para isso, troca o Rodrigues por Cambará, um tipo de árvore que viu na beira de uma estrada. Mas uma árvore, para ser

germinada, necessita de terra firme, só assim a semente errante pelo vento pode fixar-se e ter um bom desenvolvimento.

Rodrigo Cambará é um herói voltado para a guerra. Como todo o combatente graduado, ganhou o direito a terras e a um pecúlio que lhe permitiriam se fixar, mas preferiu manter-se disponível para as guerras, até encontrar Bibiana Terra, com quem casaria e asseguraria a continuidade da linhagem; Bolívar. Nasceram aí os Terra Cambarás. Rodrigo é também contra o governo: “*Governo é governo e sempre é divertido ser contra.*” (VERISSIMO, 2005, p. 216) Individualista, sem identificação com uma nação, Estado ou governo, ele parte para as guerras apenas por diversão.

Embora Santa Fé já mostre sinais de desenvolvimento político, como os partidos Liberal e o Conservador, e a Câmara Municipal, é importante lembrar a permanência da ligação poder político/poder espiritual. A igreja do Padre Lara, por exemplo, foi provavelmente construção dos Amarais. Assim, a legitimidade do soberano fica garantida por meio da divulgação, através da classe sacerdotal, dos seus feitos heroicos e benevolentes. Além disso, a Câmara Municipal cumpre as ordens de Ricardo Amaral, pois “*os Amarais eram por assim dizer os donos de Santa Fé.*” (VERISSIMO, 2004, p. 226) A aparência de representatividade no jogo político desaparece quando, no início da Revolução Farroupilha, Pedro Terra decide votar contra a adesão da cidade ao Império, e o Coronel Amaral manda prendê-lo.

A estrutura política de Santa Fé, neste episódio, é ainda um domínio patrimonialista, com um fazendeiro mandante e estrutura de representatividade manipulada. Os interesses defendidos pelos Amarais são os de sua classe, os melhores posicionados economicamente.

O caudilhismo também estava presente em Santa Fé. Segundo Raymundo Faoro, “*o caudilho tem seus antecedentes na aristocracia militar (...) nas entradas e bandeiras, para a conquista do sertão remoto.*” (FAORO, 1958, p. 180) Integrante de uma força armada, proprietário ou não de terras, o caudilho tinha a função de garantir a posse da terra para o domínio da coroa na disputa contra os holandeses, espanhóis ou índios. A Guarda Nacional, criada durante o período regencial, será composta em grande parte por caudilhos. Líderes de Milícias, exércitos pessoais, receberão patente militar,

como coronel ou major, e terão grande influência na República Velha.

Na Guerra dos Farrapos, governistas ou oposicionistas foram liderados por caudilhos. Em *O Continente*, encontram-se de um lado os governistas liderados pelo caudilho Ricardo Amaral; e de outro, os farrapos, representados pelo carismático capitão Rodrigo Cambará. Bento Amaral, exemplificando o caudilhismo, filho do Coronel Ricardo Amaral, rival de Rodrigo Cambará, afeito a brigas e duelos, era protegido por sua guarda pessoal, conforme testemunha Juvenal Terra, irmão de Bibiana.

Governistas ou farrapos eram originários da guerra contra os castelhanos. Os superiores de Rodrigo eram conhecidos do Coronel. As divergências iniciavam-se na rivalidade entre o Partido Restaurador e o Partido Liberal após a renúncia de Dom Pedro I. De um lado, os restauradores, que desejavam a volta do Monarca, liderado por Ricardo Amaral em Santa Fé, e os liberais, que se opunham ao retorno do Imperador. Em Santa Fé, a posição política é aquela defendida pelo oligarca, mas o Capitão Rodrigo Cambará lutará ao lado do caudilho Bento Gonçalves.

Os revoltosos farroupilhas estão articulados em torno dos proprietários rurais. Um dos fatores que desencadeia a chamada Guerra dos Farrapos foi a questão do preço do charque no Rio Grande do Sul, incompatível com o preço praticado pelo Uruguai ou Argentina. O Império preferia importar o charque a comprá-lo dos estanceiros gaúchos.

No início de *Um Certo Capitão Rodrigo*, o Estado e seu poder central ainda é algo distante para a população. Pedro Terra pensa da mesma forma que seu avô:

“governo era uma palavra que significava algo terrível e ao mesmo tempo odioso (...) que cobrava impostos e recrutava os homens para as guerras, que requisitava gado e até dinheiro (...) fazia as leis (...) em prejuízo do trabalhador, do agricultor e até do pequeno proprietário.” (VERRISSIMO, 2005, p. 233)

Os Amarais são representantes deste Estado, e a separação entre Estado e Governo é tênue, prevalecendo interesses pessoais. Como este governo escravocrata tem apoio de alguns setores rurais da sociedade brasileira, parecerá distante para o morador de porte econômico médio. Não há políticas públicas que justifiquem os impostos, e as guerras fazem parte de interesses de terceiros, não do pequeno

proprietário, do trabalhador e, muito menos, do escravo, embora esse conte muitas vezes com a promessa não cumprida de alforria.

A presença do Estado em *Um Certo Capitão Rodrigo* é mais explícita quando se inicia a Revolução Farroupilha. Os interesses públicos ainda se misturam com o privado. Os Amarais exercem um poder patrimonial e patriarcal em Santa Fé, mas buscam a legitimidade em um governo central, e deste, representam o poder local. O Estado, embora ausente como regulador neutro das relações sociais, aparece na forma do recrutamento de soldados para lutar na Guerra dos Farrapos.

4.7 - A *Teniaguá*

O episódio incia-se em 1850, ano da Lei Eusébio de Queiroz, que proibiria o tráfico de escravo, tornando-o mais caro, e da Lei da Terra, que estabelecia a necessidade de compra da terra. As pressões da Inglaterra sobre o governo brasileiro em relação à abolição da escravatura significam que o escravo será liberto. O Brasil do Segundo Reinado, por sua vez, firma seu domínio na América do Sul ao longo da década ao derrotar Oribe e colocar Venâncio Flores, do Partido Colorado, no comando do governo uruguaio, e Juan Manoel Rosas, da Província de Buenos Aires e forte adversário dos interesses do governo brasileiro.

O Segundo Reinado vivencia o início de modernização tecnológica com a implantação de ferrovias, de energia elétrica e da iluminação pelo Barão de Mauá. É também neste período que ocorre o primeiro debate sobre a identidade nacional promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Era necessário estimular um sentimento de nacionalidade, criar um passado em comum como forma de evitar a desintegração do país.

Em Santa Fé, não era diferente, logo no início do episódio visualizamos os primeiros traços de modernidade. O Juiz Nepomuceno, que escreve o *Almanaque de Santa Fé*, representa uma nova instância no jogo do poder, o Judiciário. Os três poderes

estão presentes na cidade, embora o Executivo e o Legislativo, de forma indireta, ainda sejam influenciados pelos Amarais.

A primeira condenação à morte, por meios oficiais e legais, marcou a presença do poder judiciário em Santa Fé. Trata-se do julgamento do escravo Severino por assassinato de dois tropeiros que declaram ter muito dinheiro e estavam hospedados na residência do dono do escravo. O escravo alegava que havia apanhado de seu dono e que este o mandara fugir. Erico não esclarece se foi o escravo o responsável pelos assassinatos e inventara uma desculpa, ou se fora mesmo o seu dono que inventou um alibi. E, pelas evidências, o escravo foi condenado. A questão é que seria a palavra de um escravo negro contra a de um branco em uma sociedade escravocrata.

O médico alemão, Winter, traz para Santa Fé a medicina científica, contraposta às práticas curandeiras. Além disto, é leitor de clássicos como Johann W. Goethe. Winter é um amigo e conselheiro dos Terra Cambarás, mas também tem acesso aos Amarais.

A personagem Aginaldo Silva, avô adotivo de Luzia, representa o poder econômico e o capitalismo. A fortaleza que constrói em Santa Fé, o Sobrado, concorre com o casarão dos Amarais. Como disse o juiz Nepomuceno, “*seria o Sobrado do Sr. Aginaldo Silva digno de hospedar até sua Majestade D. Pedro II, caso (...) nos desse a altíssima honra de visitar Santa Fé.*” (VERISSIMO, 2004b, p. 28) Já existia na cidade um comércio, a novidade da personagem está em exercer a atividade da usura. Foi através de empréstimos que conseguiu adquirir o terreno de Pedro Terra, filho de Ana Terra e pai de Bibiana. Quando se trata de negócios, Aginaldo Silva não está preocupado com honra ou laços afetivos, o que lhe importa é o lucro. E pelo lucro, age racionalmente.

Outra personagem que poderia representar a modernidade seria Luzia, futura esposa de Bolívar e mãe de Licurgo. Uma das mais enigmáticas personagens de *O Tempo e o Vento*, foi criada no Rio de Janeiro, contrastando com os habitantes de Santa Fé, possui uma cultura letrada e é apreciadora de Chopin. Entretanto, em relação à escravidão, sua mentalidade não difere muito de estanceiros ou fazendeiros escravocratas. Quando seu avô é questionado por Winter a respeito de ter surrado um

escravo que maltratou um cavalo, ela interfere: “*Negro não é gente*”. (VERISSIMO, 2004b, p. 73) Eles devem ser desumanizados para que possam continuar como coisa, como objeto, pertence de um senhor. Assim como os demais representantes da classe dominante, Luzia e Aguinaldo necessitam da alienação dos negros em sua condição de escravos. Erico Verissimo também trabalha a questão da escravidão em *Ismália Caré* e *O Sobrado*. É importante ressaltar que na época em que *O Tempo e o Vento* foi escrito, o comum era pensar que no Rio Grande do Sul, devido à atividade pecuarista, não houve escravidão. Como lembra Ligia Chiappini, o mérito do livro de Fernando Henrique Cardoso, em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, foi combater o mito da democracia gaúcha, o mito de que no Rio Grande do Sul não houve escravidão. (cf. CHIAPPINI, 2001, p. 52) A primeira edição do livro do sociólogo é de 1962, mais de uma década depois de *O Continente*.

A personagem Luzia é uma das mais complexas de *O Tempo e o Vento*. Embora tida como louca e associada à lenda da Teniaguá por Winter, ela não tem voz dentro do romance, Erico nos relata como Bibiana a vê, como o médico a vê, mas não sabemos o que a Teniaguá realmente pensa. Luzia participa dos diálogos, mas nunca como foco narrativo, nunca centro de consciência. (cf. MASINA, 2005, p. 31) Era uma mulher de cultura requintada no meio de homens rústicos que colocavam os cavalos no mesmo nível que as mulheres. Então, com o choque dos costumes, que leituras um estancieiro poderia ter de Luzia?¹⁶ Antes de ser “louca”, ela representa um contraste com os demais habitantes de Santa Fé.

Outra mudança anunciada no episódio é a imigração alemã com a fundação da colônia de Nova Pomerânia, em 1885, onde Winter trata de alguns pacientes. Embora o médico os ache um tanto ignorantes (cf. VERISSIMO, 2004, p. 126), como lembra Sandra Pesavento (PESAVENTO, 1990), são eles que vão impulsionar o desenvolvimento industrial e capitalista do Rio Grande do Sul. E como Winter observa, a região desenvolve-se rapidamente, adquirindo características de povoado.

O desfecho do episódio é com o sítio do Sobrado, com os Amarais proibindo

16 Como desenvolver essa pertinente questão fugiria dos propósitos da tese, indico o artigo de Gínia Gomes, *Luzia e os centros de consciência* (GOMES, 2005) para um futuro aprofundamento do tema ou análise de personagem.

tanto Bolívar, já casado com Luzia e com um filho com esta, Licurgo, quanto sua esposa de saírem da residência. A alegação foi o risco de proliferar o cólera pela cidade, pois acabavam de vir de Porto Alegre, local de contaminação da peste. Entre os sitiadores está Dentinho de Ouro, um conhecido criminoso na região. O juiz preferiu não interferir. O resultado é a morte de Bolívar ao recusar-se a cumprir a quarentena.

A recusa do Judiciário, representado por Nepomuceno, em intermediar o conflito entre as famílias, bem como a “contratação” de Dentinho de Ouro para executar um serviço de interesse público marcam o poder dos Amarais, um poder pessoal, movido por interesses pessoais, que se adona das instituições públicas e usa meios não legais, como a “contratação” de Dentinho, para exercer um poder que se traveste de legal. A força policial não é composta de funcionários públicos, mas por contratados do coronel local. Os traços do Estado Moderno, como a separação do Executivo em relação ao Judiciário, já existem, mas ainda não ultrapassaram o caráter formal. Os Amarais usam a estrutura pública não só para exercer o poder de forma autoritária, como também para neutralizar ou eliminar adversários políticos. Ainda não há em Santa Fé o jogo político, as disputas de ideias a respeito do bem público, embora já haja estrutura para isso.

4.8 - A Guerra

A referência histórica de *A Guerra* é o conflito entre Brasil, Uruguai, Paraguai e as províncias argentinas. Essa guerra, conhecida como Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, representou a unificação da Argentina sob o domínio da Província de Buenos Aires. A Argentina, na época, era uma frágil Confederação de Províncias, com disputas internas e grave crise social, mais da metade da população estava sem atividade econômica, o que colocava em risco a integridade. (cf. CHIAVENATTO, 1979, p. 63) A guerra possibilitou o surgimento da Argentina enquanto nação sob o comando dos caudilhos de Buenos Aires.

Para o Brasil, além da consolidação do domínio sob a região, fomentou o surgimento de um Exército profissional. O conflito revelou a necessidade de formação

do militar. Ainda antes da guerra, no exército brasileiro, a Academia Militar, criada em 1853, no Rio Grande do Sul, tinha o papel de formar oficiais, vinculando as promoções à posse de diploma. Após a criação da Academia, a formação militar, na década de 1850, passou a contar com conhecimentos de matemática, filosofia e letras. (cf. SODRÉ, 2010, p. 177 e FAUSTO, 2006, p. 231) Estes fatores fizeram do Exército brasileiro uma força política.

Ao contrário das demais guerras, situada num momento de construção da nação durante o Segundo Reinado, a Guerra do Paraguai evocou o caráter nacional. Não era mais uma guerra separatista ou entre partidos distintos, mas uma guerra contra um outro tipo de inimigo, uma outra nação. É uma personagem, o Major Graça, candidato ao casamento com Luzia, que lembra esse aspecto da guerra em uma das reuniões no Sobrado: “*Vejo que muita gente nesta província não esqueceu a Guerra dos Farrapos. (...) Nesta hora devemos deixar de lado todas as questões regionais. O destino da pátria está em jogo.*” (VERISSIMO, 2004b, p. 229) Mesmo as guerras contra inimigos externos anteriores não tinham o caráter nacional. As Missões ou a Guerra Cisplatina ocorreram antes da preocupação da construção do sentimento nacional.

Santa Fé, que havia passado por um período de desenvolvimento, agora sofria uma decadência: “*os campos dos municípios achavam-se despovoados. (...) O correio chegava com irregularidade. (...) As residências conservavam suas janelas quase sempre fechadas.*” (VERISSIMO, 2004b, p. 182) A guerra havia arruinado a região. O Estado fazia-se presente ao requisitar mais soldados, cavalos e gado para abastecer as tropas e o Rio Grande do Sul foi uma das províncias que sofreu com o conflito, pois as tropas paraguaias chegaram a atacar algumas cidades.

Florêncio reflete sobre o significado da guerra, sobre o motivo que o levou a participar do combate: “*a ideia de que com suas próprias mãos matara outros homens – pessoas que nem conhecia e que antes não lhe tinham feito nenhum mal – deixava-o perturbado, com a sensação de ter cometido vários crimes.*” (VERISSIMO, 2004, p. 187) Como homem de cultura simples, ele não entende as razões da guerra, não se identifica com seus motivos. Se pensarmos na questão da construção de personagens por dualidades em Erico Verissimo, há os que não se preocupam com as guerras, os que não sentem remorso por matar, como o Capitão Rodrigo, e os que sentem na

consciência o peso de ter tirado a vida de um outro ser, como Floriano. Assim como seu tetravô, Floriano é um descrente dos propósitos do Estado em relação às guerras.

O Sobrado, aos poucos, vai tornando-se um centro de debate e de representatividade dos poderes, como observa o médico Winter em uma de suas visitas semanais em que encontrara o Padre Otelo, o Major Graça e o juiz Nepomuceno: o poder eclesiástico, o Exército e a Justiça. (cf. VERISSIMO, 2004b, p. 226) Apesar do domínio político dos Amarais, a união de Luzia, possuidora de um poder econômico, com Bolívar originou um concorrente à altura da família oligárquica.

Entretanto, a ascensão dos Terra Cambarás não ocorreu sem um preço. Enquanto o Brasil enfrentava uma batalha na bacia do Prata, o Sobrado vivia um conflito interno entre Bibiana e Luzia, que significava a continuidade ou não dos Terra Cambarás em Santa Fé. Criada em torno da Corte e sem identidade com o local, a neta de Aguinaldo deseja voltar para o Rio de Janeiro, quer cercar-se novamente de uma cultura urbana e letrada. E mesmo consumida gradualmente por um câncer, não lhe faltam pretendentes para casamento. Mas, Bibiana, pensando na continuidade dos Terra Cambarás em Santa Fé, consegue influenciar os candidatos de Luzia a desistir da empreitada. Licurgo, por sua vez, com sua educação não formal, com seus mestres, o juiz Nepomuceno, o Padre Otelo, o médico Winter ou o capataz Fandango, cria laços com a terra, com a vida rural de estanceiro rico.

A permanência de Licurgo em Santa Fé significa o fim do monopólio do poder dos Amarais. O Sobrado, pouco a pouco, tornou-se um centro de debate e de aglutinação de outras famílias dispostas a enfrentar politicamente os tradicionais patriarcalistas.

4.9 - *Ismália Caré* e as contradições sociais

Nesse episódio, a questão histórica que situa *O Continente* é a Abolição da Escravatura. Em 1884, ano da elevação de Santa Fé à cidade¹⁷, Licurgo Terra Cambará, antecipando em quatro anos o que ocorreria nacionalmente, empenhou-se em realizar um acontecimento político, que é a libertação de seus escravos. O Brasil vivia a sua última década de Monarquia, embora os partidos Conservador e Liberal, apoiadores do regime e da escravatura, fossem maioria parlamentar em todas as instâncias do poder. Mas o desprestígio que os militares sentiam em relação à Guarda Nacional resultou no que comumente chamamos de Questão Militar como fator de Proclamação da República.

A cidade de Santa Fé divide-se politicamente em dois grupos, os liberais, representados pelos Amarais, e os republicanos, pelos Terra Cambarás, liderados por Licurgo Terra Cambará. Representando as diferentes posturas políticas, os jornais *O Arauto* e *A Federação* dividem os santafesenses em liberais, ex-conservadores, defensores do escravismo e do Império, comandados por Bento Amaral, e os republicanos, em torno de Licurgo Terra Cambará. A aparente contradição entre o ideal liberal e a postura escravocrata e monarquista dos Amarais é explicada resumidamente pela fala da personagem Toríbio Rezende, referindo-se aos partidos Conservador e Liberal: “*nenhum dos dois partidos é sinceramente monarquista, o que eles querem é governar. Quando estão com o osso na boca, defendem o Imperador. Quando perdem o osso, começam a rosnar*”. (VERISSIMO, 2004b, p. 309) As práticas políticas travestem-se de pensamento político, aparentam ser orientadas por um ideal, mas são resultados de interesses políticos e pessoais. É nessa cultura de tornar o público um bem privado que as ideias políticas transformam-se em afirmações ornamentais que servem mais para dar lustres. (cf. SCHWARZ, 2000, p. 18) O que vale mais é o significado de se ser liberal, monarquista ou republicano do que o sentido que estas palavras contém. É mais importante dizer-se liberal que ter uma postura liberal. Então, não há contradição em ser escravocrata, liberal e monarquista. Em Santa Fé, as posturas políticas, as opções entre abolir ou não, são também peças de um jogo na disputa pessoal entre as famílias

17 Ver a referência a Cruz Alta. (VERISSIMO, 2004, p 276)

Cambará e Amaral.

Se os liberais se orientam por vagos postulados que se adequam aos interesses pessoais e de classe, os republicanos são orientados pelo positivismo e seu ideal de progresso. Para eles, a Monarquia é um entrave claro ao desenvolvimento e progresso. Eles entendiam que o trabalho escravo era incompatível com a indústria, que, a exemplo do que ocorria na Europa, se fundamentava no livre trabalho assalariado.

Toríbio Rezende, advogado, é um representante do surgimento de uma típica classe média formada por profissionais liberais em Santa Fé. Sua adesão ao republicanismo é resultado de sua formação. O mundo rural e monarquista era basicamente de extremos. Se a base de apoio do regime censitário era o setor agropastoril escravocrata, então pouco espaço haveria para uma classe média.

Os republicanos proclamam-se representantes dos interesses da população, mas o são de um grupo pequeno. A República e seu significado, como percebe Licurgo, não têm sentido para a maior parte da população: *“muito pouca gente em Santa Fé compreendia o significado da palavra República”*. (VERISSIMO, 2004b, p. 284) O povo, em Santa Fé, no Rio Grande do Sul ou nas demais regiões do país, assistirá “bestializado” à Proclamação. Além do fato de não acreditar nas mudanças em suas vidas pelas transformações políticas, com pouco ou nenhum letramento, como era o caso da maioria, poucos poderiam entender do que seria a “coisa pública”. Mesmo porque, em suas experiências de vida, só percebiam os governantes usufruírem da “coisa pública” conforme interesses privados.

A apatia popular é explicada por um “homem do povo”, quando Florêncio reflete: *“Tenho visto muita mudança de governo na minha vida e tenho lido e ouvido muita promessa de políticos. Acho que as coisas não vão mudar se vier a República.”* (VERISSIMO, 2004b, p 316-317) Passam governos, ocorrem revoluções e guerras, e a principal função do Estado continua a ser recrutar soldados para morrerem em uma causa que não lhes pertence.

O médico Winter, por sua vez, questiona os benefícios do progresso e da ciência, proferido pelos republicanos, para a maior parte da população. Ele fala ao entusiasta republicano Rezende:

“Não se iluda, meu jovem amigo, os homens inventaram algumas engenhocas úteis. (...) Mas no que diz respeito a sentimentos não estamos muito melhor que nossos antepassados das cavernas. (...) Qual progresso, qual nada. (...) Diga antes interesse material, comércio, ganância. O homem é o lobo do Homem.”
(VERISSIMO, 2004b, p. 313)

Embora Winter acredite no progresso da ciência, é cético em relação aos benefícios que eles podem trazer à população.

O clube republicano foi fundado em 1883 por Toríbio Rezende. A Igreja, por meio do Padre Romano, assume o republicanismo. Além da questão militar, a pressão pela República também tinha um lado eclesiástico. Era a questão religiosa. Trata-se do conflito entre o Monarca e a Igreja a respeito da autonomia desta em nomear bispos. Padre Romano não cita essa questão, não há nenhuma referência direta a ela, entretanto, o Padre não está submisso aos Amarais, não os legitima.

Licurgo, representando os estanceiros, deve casar com uma mulher de sua família para manter a continuidade da propriedade. O casamento de Licurgo com sua prima Alice não é muito mais que um protocolo, uma formalidade, pois seus desejos sexuais estão direcionados a Ismália Caré. Os Carés, possuidores de um pequeno rancho nas proximidades do latifúndio Angico, são de origem duvidosa. Licurgo quer uma de sua prole, Ismália. Mas a quer enquanto objeto sexual, enquanto ela pode satisfazer seus desejos.

A primeira relação sexual entre Licurgo e Ismália deu-se por meio da força, da violência. Esperava-se que a violentada fosse denunciar o dono do Sobrado e do Angico, entretanto, ela passa a ter uma postura submissa. Erico Veríssimo não dá voz aos Carés, mas podemos supor que a razão de Ismália não denunciar Licurgo é por ela ser, socialmente, considerada inferior, ela não poderia denunciar o senhor de terras, concorrente dos Amarais. É importante observar que é o episódio que leva o nome de *Ismália Caré* que pontua a Abolição da Escravatura.

Outra questão importante que Erico Verissimo pontua em *Ismália Caré* é o surgimento de uma nova força política. Como observador perspicaz, Winter percebe o surgimento e fortalecimento de uma categoria que, para Faoro, faria parte do estamento burocrático, e, para outros pensadores, representaria na República a continuação do] Poder Moderador: *“Neste país nunca se fará nada sem a interferência direta ou indireta*

da espada. Só virá a República se o exército quiser.” (VERISSIMO, 2004b, p. 310) É importante lembrar que quando Erico Verissimo escrevia essas linhas, o Exército, de fato, havia assumido um papel decisivo na política. Em *Breve História da Literatura Brasileira*, sobre o papel das forças armadas na vida política brasileira após a Proclamação, afirma: “nenhuma revolução teria êxito sem o apoio total do Exército ou pelo menos parte dele.” (VERISSIMO, 1995, p 78) A ditadura do Estado Novo não teria vingado sem o apoio dos militares e a sucessão presidencial passou pela disputa interna destes. A primeira eleição presidencial do período democrático teve a disputa entre o General Eurico Gaspar Dutra, eleito, e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Ismália Caré situa os domínios patrimonial e patriarcal. Os Amarais já não são mais os senhores absolutos de Santa Fé, a forma de relacionar-se com o poder pouco mudou. Bento Amaral governa como um pai, o chefe da família Amaral. Entretanto, muito de seu poder, ao contrário do poder do fundador da cidade, Ricardo Amaral, está ligado ao seu patrimônio. Ele governa Santa Fé ao deter o comado da Intendência. Entretanto, por mais que agregue correligionários por meio de distribuição de cargos, ele tem de conviver com uma oposição que cresce. Mesmo que seja herdeiro do nome do patriarca fundador, seu poder já não se exerce principalmente pela tradição.

O enfraquecimento do Poder Patriarcal está longe de significar o surgimento da política no sentido moderno. As disputas políticas refletem mais questões pessoais do que divergências de pensamento político. Quando Bibiana questiona sobre o significado do lenço vermelho, Winter responde: “*É porque o vermelho representa a revolta, dona Bibiana, (...) a revolução, e também é a cor da juventude*”. Mas, significativamente, Licurgo retruca: “*Não, nós somos mouros¹⁸ porque os Amarais são cristãos.*” (VERISSIMO, 2004b, p. 322) De certa forma, em relação à política, Licurgo não difere muito dos Amarais, o poder político, para ele, em primeiro momento, não é a capacidade de promover o bem comum, mas a oportunidade de ocupar o lugar dos adversários. A política torna-se um jogo de rivalidades pessoais e de vaidades.

Licurgo Terra Cambará é letrado, embora de poucas leituras. É, antes de tudo, um homem prático, assim como Florêncio. O que o diferencia é o gosto pela política,

18 Trata-se da encenação do resgate de uma princesa cristã, Floripa, que fora raptada pelos mouros. Os liberais, em Santa Fé, faziam o papel de cristãos, enquanto os republicanos, de mouros.

pela disputa. Isso era comum em seu tempo, e também nos dias de hoje. Se ele não conseguia ler um livro de literatura até o fim, também não lia nada que fundamentasse seu sentimento republicano. Embora fosse partidário da República e se considerasse mais sábio nesse assunto que Florêncio e o povo em geral, provavelmente seu conhecimento não ia além de alguns conceitos simplórios ou de o que ouviu de Toríbio Rezende.

Além de alertar sobre o desencontro entre as ideias das elites e as práticas e verdadeiras convicções destas, Erico Verissimo, neste episódio, também aborda o problema social. O contraste entre as categorias sociais é mais evidente neste episódio. A escravidão criou distâncias socioeconômicas que se esconderam na cor da pele. De um lado, os negros, sem nome de batismo (cf. VERISSIMO, 2004, p. 354), com seus odores, seus analfabetismos, submissos, de outro, os festivos senhores brancos e bem feitos, que suportam os cheiros desagradáveis, mas que se preocupam também com “quem vai trabalhar na cozinha amanhã?” Pergunta um tanto ingênua, pois os negros, agora não mais escravos, mas assalariados, continuarão a trabalhar na casa dos Terra Cambarás.

Ismália Caré, apesar de levar o nome do episódio, assim como o escravo condenado à morte em *A Teniaguá*, e outros menos favorecidos economicamente no romance de Erico Verissimo, não têm voz, não sabemos o que pensam ou o que sentem. Nem mesmo o mais próximo e mais constante na obra, o capataz Fandango, é foco da narrativa. Ligia Chiappini entende que os escravos aparecem, propositalmente, em *O Continente*, como paisagens. (cf. CHIAPPINI, 2001, p. 81) São como os móveis, propriedades. Mas não são só os escravos, os pertencentes às classes não proprietárias também não têm lugar na sociedade, não têm espaços e nem cidadania, não habitam a cidade, apenas a ornamentam.

4.10 - O Sobrado: o nascimento da política

O contexto do episódio é o final da Revolução Federalista. Licurgo é intendente

de Santa Fé, porém o Sobrado está sitiado pelos Amarais. Já não são mais monarquistas e republicanos, mas maragatos e pica-paus. Respectivamente, federalistas, coronéis que queriam uma maior autonomia em relação ao poder central e estadual, reunidos em torno do Partido Federalista Brasileiro, e republicanos, partidários de Júlio de Castilhos, do Partido Republicano Riograndense, e de uma maior fidelidade partidária em torno de um poder estadual e central. O grupo dos republicanos, além dos coronéis, conta também com o apoio de uma classe média emergente composta por profissionais liberais.

Em termos nacionais, há uma mudança do eixo do poder. Se antes o governo central monarquista privilegiava os produtores de açúcar com base em mão de obra escrava, o poder na República Velha direcionava-se para os produtores de café de São Paulo, os produtores de leite de Minas Gerais e para os estanceiros positivistas do Rio Grande do Sul. É importante lembrar que neste último estava boa parte do apoio político e do efetivo do Exército. Desde a Proclamação da República, o Rio Grande do Sul passou a ter papel de destaque na política nacional. Nos primeiros anos da República, a influência riograndense passava pela questão militar. O Exército, sob o comando e influência gaúcha, ditava uma política positivista para a nação.

O poder agora é dos Terra Cambarás. O republicano Licurgo é o novo chefe patrimonial:

“Desde que se proclamou a República ele sempre foi a autoridade máxima em Santa Fé. Com a queda da Monarquia os Amarais perderam os cargos públicos e o prestígio.(...) Foi eleito (...) pelo voto livre da população e por uma maioria inapelável.” (VERISSIMO, 2004b, p. 172)

Ao assumir o poder, Licurgo renunciou aos honorários e passou a bancar algumas obras públicas com seus próprios recursos. Enquanto intendente, não se considera um funcionário, mas um líder, um pai da cidade.

Toríbio Rezende, ao opor-se a Júlio de Castilhos, de amigo passou a inimigo de Licurgo. Essa ruptura representa a divergência dentro do Partido Republicano, que iria resultar no Partido Republicano Federal e no Partido Republicano Democrático anos depois.

A vitória dos Terra Cambarás significa a consolidação de uma estrutura de

poder, que embora não funcione mais como uma grande família, ainda é privilégio de uma categoria social detentora do poder econômico. E pelo poder econômico, exerce seu poder de mando. A derrota dos Amarais, que vão entrar em declínio, é a derrota de um clã que governava a cidade pela tradição e pela nítida apropriação do bem público. No discurso, Licurgo permite que as eleições sejam transparentes, embora fossem restritas a uma minoria alfabetizada, mas, na prática, apoia o governo ditatorial de Júlio de Castilhos.

A passagem do poder dos Amarais para os Terra Cambará significa mudanças e continuidades. Se de um lado, em torno dos Amarais estão “soldados” sem treinamento militar, há também no Sobrado uma força paramilitar composta de partidários de Licurgo. Ambos têm uma força e uma estrutura armada que herdaram da Guarda Nacional. José Lirio, por exemplo, candidato a esposo de Maria Valéria Terra Cambará, foi nomeado tenente pelos Amarais. Entre os “alistados” no Sobrado estão empregados tanto do Angico quanto da residência dos Terra.

Para a maior parte da população, como as demais revoltas, na Revolução Federalista, qualquer lado que vencesse não faria grande diferença. Entretanto, aos poucos, o poder local vai integrando-se a um poder maior. Agora, os mandos e desmandos de um senhor patrimonial ocorrem por meio de um partido. O partido tornou-se a forma de agregação, articulação política e legitimação.

O Sobrado também representa vários níveis e problemas do exercício da autoridade. Ao ficarem confinados numa residência por questões políticas, externas, macro, os Cambarás também experimentam um conflito interno e familiar. A autoridade do macho, do patriarca chefe de família, de Licurgo, é contestada por sua prima e cunhada Maria Valéria. Se, fora do Sobrado há uma guerra pelo poder estatal, por visões políticas, uma guerra “pública”, dentro dele há a questão da necessidade de trégua para salvar Alice, esposa de Licurgo, que pariu uma criança morta. Para Maria Valéria, salvar sua irmã é uma necessidade além da guerra. Entretanto, além da questão da honra do chefe de família em jogo, há também a questão da fama dos maragatos em praticar a degola. O filho de Bolívar prefere manter-se em sua fortaleza, com seus homens armados, à espera do fim da Guerra e a fuga dos Amarais.

Lea Masina compara o conflito entre as necessidades internas do Sobrado e a honra do combate com *Antígona*. (MASINA, 2005, p. 45) Se a prioridade de Licurgo fosse a vida de Alice, estaria contrariando as “razões de Estado” ao pedir trégua, mas, internamente, desrespeitaria aos interesses particulares de direito à vida. Florêncio Cambará, tio e sogro de Licurgo, resume a questão: “*Acho que vassuncê pode estar procedendo bem como chefe político, mas está procedendo mal como chefe de família.*” (VERISSIMO, 2004, p. 34) Também Liroca, o José Lirio, teria o mesmo dilema. Pessoalmente, era próximo dos Cambarás, amigo de Licurgo, mas, segundo os seus interesses políticos, suas “razões de Estado”, considerando-se macho federalista, preferiu ficar ao lado dos Amarais.

O conflito pelo poder em Santa Fé continua restrito aos interesses dos membros da classe dirigente. Os despossuídos apenas engrossam as fileiras dos exércitos pessoais, tanto entre os Amarais quanto entre os Cambarás. A visão que a classe dominante tem sobre a classe dominada não mudou. Se Bibiana quer livrar-se do bodum dos escravos libertos, em *Ismália Caré*, em *O Sobrado*, não é diferente, Maria Valéria vê os “soldados” do Sobrado como: “*Aqueles homens nojentos lá em baixo, enrolados nos seus ponchos, cuspiendo a casa toda, fazendo suas necessidades no porão (...) empestando o ar com seu hálito podre.*” (VERISSIMO, 2004, p. 381) Licurgo pensa de forma semelhante à Maria Valéria. Ele

“*sente-se ofendido por ver aquelas gentes – entre os quais se acham cinco peões do Angico – usarem as salas de sua casa descerimoniosamente, cuspiendo e escarrando no chão, riscando o soalho de roseta com suas esporas, empestando o ar com o cheiro azedo de seus corpos sujos.*” (VERISSIMO, 2004b, p. 177)

Por mais que a peonada arrisque sua vida pelo Sobrado e pelos interesses dos Terra Cambarás, nunca será nunca vista como igual. Os bens materiais ou a honra de uma criança morta – Licurgo e Maria Valéria preocupam-se com o fato dos peões transitarem pelo mesmo local em que foi enterrada a filha de Alice – são mais importantes que suas vidas.

O povo, aparentemente bestializado, assistindo passivamente ao movimento político, não tem participação ativa, para José Murilo de Carvalho (cf. CARVALHO, 2010), porque não é cidadão pleno, de fato. Embora a cidadania na República Velha

tenha abolido a divisão entre os cidadãos votantes e não votantes por meio de renda, criou a divisão entre os alfabetizados votantes e os analfabetos não votantes. Para um país com maioria analfabeta e sem nenhuma política educacional, isso significava uma política claramente exclusiva.

Murilo de Carvalho entende que a apatia do povo ante os acontecimentos não é sinal de passividade. Se a maior parte da população assistiu “bestializada” à passagem da Monarquia para a República, é porque essa mudança não lhes dizia respeito. Não fez diferença para aquele que não tinha bens e fosse analfabeto a mudança de regime, nada lhe afetou. O Estado era uma coisa distante, feita para “outros”, para os letrados e possuidores de bens. Em Santa Fé não era muito diferente, embora, de uma forma ou de outra, estivessem todos os homens envolvidos na Revolução Federalista, os dirigentes desta não representavam a maior parte da população. Por mais transparente que fosse a eleição de Licurgo Terra Cambará para a Intendência, certamente não foi pelo voto da maioria da população.

4.11 - Conclusão parcial

Como paralelo à História do Brasil e à do Rio Grande do Sul, *O Tempo e O Vento* é pontuado por acontecimentos e personagens da história, como as Missões ou a Guerra dos Farrapos. Nesse paralelo, podemos perceber um Estado Nacional em construção. A narrativa da saga da família Terra Cambará acompanha este processo, que durou séculos.

A história narrada em *O Continente* inicia-se no período colonial e termina nos primeiros anos da República. No período inicial da colonização, não havia sentimento de pertencimento à nação brasileira, os colonos entendiam-se mais lusitanos, e o Estado do Rio Grande do Sul era ainda embrionário, situando-se em território espanhol para além do Tratado de Tordesilhas. Assim, a história deste Estado, pano de fundo de *O Tempo e O Vento*, é também a história da construção de uma nação. E Erico não tem uma visão da história como um processo evolutivo linear e em bloco. Há evoluções e

involuções, como o episódio *Ana Terra* em relação ao de *A Fonte*: se o mundo de Ana Terra era de um distanciamento da sociedade organizada, uma cultura oral e uma temporalidade relacionada aos fenômenos da natureza, o mundo de Padre Alonzo é com uma cultura letrada e forte organização social, com cargos e funções políticas a semelhança do Estado espanhol.

A nação não é uma entidade nem um dado *a priori*, mas uma construção que envolve a criação de uma identidade. Nos três primeiros episódios, *A Fonte*, *Ana Terra* e *Um Certo Capitão Rodrigo*, encontramos a gênese deste processo constitutivo. Na narrativa de Erico Verissimo, expõe-se o processo de formação identitária da população que habita a região que, ao longo do tempo, foi submetida ao Estado espanhol, ocupação de descendentes de bandeirantes vicentinos e espaço de uma revolta cultuada como parte da História do Rio Grande do Sul. Os dois primeiros episódios de *O Continente*, paradoxalmente, retratam uma “ilha”. *A Fonte* situa-se no território sob domínio lusitano e dentro do domínio espanhol. Por sua vez, *Ana Terra* inicia em um terreno que isola a família de Maneco Terra do contato com o centro político administrativo da província. Em *Um Certo Capitão Rodrigo*, por sua vez, temos uma cidade cujo centro político administrativo representa os interesses de uma família específica.

As referências aos acontecimentos externos à Santa Fé são significativas: em *A Guerra*, por exemplo, embora não haja uma narrativa da Guerra do Paraguai, ela é presente, seja pela personagem Florêncio, seja pelo medo de Bibiana de que Licurgo seja convocado para o combate. E, progressivamente, há uma integração entre o local, regional e nacional. Em *O Sobrado*, Santa Fé já não é mais apenas um povoado no meio do Rio Grande governado por patriarcas. A política da cidade, além dos interesses pessoais, está em relação com a regional. Os vitoriosos da Revolução Federalista, castilhistas, são correligionários do poder estadual. *O Continente* encerra-se com a integração da “ilha” Santa Fé ao Continente do Rio Grande, como o estado era chamado na época da colonização. E a família dos Terra Cambarás, que tende a crescer, reúne-se dentro do Sobrado.

Acompanhando a narrativa de Erico Verissimo, podemos perceber sua leitura da história e política do Brasil, bem como suas convicções. Embora ele tenha afirmado que

procurou evitar leituras que o induzissem a uma interpretação da história, não significa que ele não tenha feito um estudo aprofundado. Os episódios estão bem pontuados, os acontecimentos que situam os episódios estão expostos com veracidade, revelando a profundidade dos estudos. E muitos dos temas abordados, como o escravismo no Rio Grande do Sul, revelam-se inovadores.

Como sua obra é, antes de tudo, literária, Erico Verissimo tem a liberdade de expôr a história sem as amarras que teria se fosse historiador. Isso lhe permite, por exemplo, não se preocupar com as lacunas temporais entre os episódios. Dentro da própria literatura, é possível mesclar história, literatura e mitologia. É assim com *A Fonte* ou com *A Teniaguá*, em que elementos da mitologia, partes da construção da identidade riograndense, misturam-se com elementos da história. E esses elementos são costurados na narrativa literária.

É essa mesma liberdade, enquanto literato, que permite também fazer falar pela ausência da fala. Os subalternos estão presentes em *O Tempo e o Vento*, mas não possuem voz, não sabemos como pensam ou sentem. Mas suas presenças indicam suas existências, e seus silêncios, dentro de uma história do poder, indicam que este é de um grupo pequeno. Escravos e empregados existem, mas não falam no espaço do poder. O poder é de poucos, de uma classe ou um grupo.

Erico Verissimo contou a história do Rio Grande do Sul e também a do Brasil de forma literária, extrapolando os limites formais da disciplina historiográfica. Mesmo pontuando sua narrativa com fatos e personagens históricos, suas personagens fictícias e respectivos sentimentos e circunstâncias, verossímeis, permitem refletir sobre nossas origens.

5 - *O RETRATO: A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO MODERNO*

Erico Verissimo escreveu *O Retrato*, segunda parte de *O Tempo e o Vento*, em 1950 e o publicou em 1951. Era o momento da transição do governo do General Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático, para o novo governo de Getúlio Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro. Viviam-se o segundo processo eleitoral depois do fim do Estado Novo. O Governo de Dutra, que finalizava, ficou marcado por uma política de alinhamento aos Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria, na defesa do capitalismo liberal contra o estatismo socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e por liberar as importações de bens em geral. (cf. FAUSTO, 2010, p. 363) No Rio Grande do Sul, o governo de Walter Só Jobim, também do PSD, que havia promovido a eletrificação e ampliado o sistema rodoviário, era substituído pelo de General Ernesto Dorneles, do mesmo partido que Getúlio. (cf. MAESTRI, 2010) Essas eleições, embora excluíssem os analfabetos, ocorreram em um regime formalmente democrático com voto secreto e inclusivo às mulheres.

Embora a narrativa de *O Retrato* inicie, cronologicamente, em 1910 e termine em 1945, a maior parte de seu enredo situa-se entre 1910 e 1915. Portanto, deter-me-ei, neste capítulo, na análise da década de 1910, pois é a narrativa de *O Arquipélago*, tema do próximo capítulo, que transcorre entre 1920 e 1945.

O presente capítulo inicia-se com a apresentação da obra e segue com uma análise da personagem Rodrigo Terra Cambará. Diferente de *O Continente*, no qual os episódios têm personagens centrais diversos, *O Retrato* concentra-se em uma personagem, o médico Rodrigo Terra Cambará, filho de Licurgo e bisneto do já lendário, em Santa Fé, Capitão Rodrigo.

Para a análise das transformações ocorridas em Santa Fé de *O Continente* para *O Retrato*, a análise foi feita em três eixos: o social, o político e o cultural. No primeiro, busco entender as mudanças nas configurações sociais de Santa Fé. Uso o termo classe social no sentido marxista referente a um grupo detentor dos meios de produção. Mas,

como uma classe não é homogênea, também apoio-me de outros termos que indiquem uma estratificação social relativa à posição política ou ao setor econômico. O aspecto político refere-se às relações de poder em Santa Fé, e como essas relações ocorrem, bem como as várias instâncias do poder político, da relação local à relação central. No aspecto cultural é abordada a mudança de visão de mundo das personagens, seus valores, suas ideias e práticas culturais, acompanhando o progresso tecnológico e político, de uma cultura própria ao mundo rural para uma urbana e influenciada pela nacional e pela europeia por meio da imprensa, do rádio e do cinema.

Fazem parte de *O Retrato* os episódios, em ordem de exposição, *Rosa dos Ventos*, *Chantecler*, *A Sombra de um Anjo* e *Uma Vela pro Negrinho*. Outra diferença, em relação a *O Continente*, é a sequência dos episódios. *O Continente* é iniciado e finalizado com *O Sobrado*. Este episódio, situado historicamente no fim da Revolução Federalista em 1895, junto com *intermezzos*, também separa os demais episódios. *O Retrato* inicia e termina com o mesmo acontecimento histórico, a deposição de Vargas, mas com foco em personagens diferentes, iniciando em *Rosa dos Ventos* com destaque para o filho caçula de Rodrigo, Eduardo, e finalizando com *Uma vela pro Negrinho*, com o primogênito Floriano. Além disso, não há, entre seus episódios, *intermezzos*. *Chantecler* é seguido por *A Sombra de um Anjo*, acompanhando a cronologia.

Os primeiros parágrafos de *Rosa dos Ventos* situam o episódio em um ventoso novembro de 1945. Nas primeiras páginas, temos um painel de cenas, sem um foco específico, em que a população de Santa Fé expressa o desejo de permanência de Getúlio Vargas na presidência. Logo em seguida, o foco centra-se em Eduardo, o filho mais novo de Rodrigo. Ele chega à cidade em seu aeroplano, que leva o mesmo nome do episódio, passando por cima também das áreas pobres de Santa Fé: Bairro Preto, Purgatório e Sibéria.

Quando Eduardo aterriza e encontra-se com o promotor Cuca Lopes, o foco narrativo é transferido para este. O promotor fica sabendo que Rodrigo Terra Camará, doente terminal, depois de ter feito parte do governo de Getúlio Vargas, regressou a Santa Fé. Após separar-se de Eduardo, Cuca Lopes passa a “coletar” opiniões, fofocas e informações sobre o senhor do Sobrado. Como uma *Rosa dos Ventos*, com suas várias direções e orientações, as opiniões são contraditórias, umas favoráveis, que retratam

Rodrigo como um benfeitor, como o seu amigo e barbeiro, Neco Rosa: “*No tempo em que clinicava, quase ninguém pagava consulta. O doutor nunca fez questão. O hospital dele estava aberto pra todo o mundo, fosse rico, fosse pobre*”. (VERISSIMO, 2005b, p. 18) Outras, como a do agente funerário Pitombo, ressaltam sua sensualidade excessiva: “*Um dia o Mané Lucas convidou o Rodrigo pra batizar-lhe a filha... (...) quando ela fez ali pelos dezesseis, o padrinho meteu-se com ela e desonrou-a.*” (VERISSIMO, 2005b, p. 60) Rodrigo é a primeira personagem protagonista de *O Tempo e o Vento* apresentada em perspectivas distintas, tornando-a complexa em sua composição. Mesmo Luzia, com sua psiquê complexa, não aparece ao leitor a partir de uma perspectiva da própria personagem. São as outras personagens que nos informam sua personalidade mentalmente doente. A visão que temos da mãe de Licurgo é construída pelas avaliações de Bibiana e Winter.

O episódio *Chantecler* é o mais longo de *O Retrato*, com 377 páginas, divididas entre os dois volumes da edição de 2005, de *O Tempo e o Vento*. Trata-se de uma referência à peça homônima do francês Edmond Rostand (1868-1918). O protagonista de *O Retrato*, Rodrigo Terra Cambará é um apaixonado pela história. Trata-se da história de um galo que, sendo o rei, acredita que a condição do sol nascer é o seu cantar. O galo vive então entre o “sacrifício” de ter de cantar toda a manhã e o seu egocentrismo, ao achar que o mundo é seu dependente, que todas as ações dos outros são direcionadas a sua vontade.

O primeiro capítulo do episódio incia-se em fins de 1909 com Rodrigo Cambará encontrando-se com José Lirio, maragato, ex-adversário político dos Cambarás, em uma estação de trem que precede à de Santa Fé. Rodrigo regressa à sua cidade natal após formar-se em Medicina em Porto Alegre. O núcleo familiar dos Terras, reunidos no Sobrado, é composto por Licurgo, Toríbio, Maria Valéria e Rodrigo.

No segundo capítulo há um retrocesso a 1899, infância de Rodrigo e seu irmão Toríbio. Ambos envolvem-se na aventura de roubar uma vela para que Toríbio, contrariando Maria Valéria, continue a ler seu romance de cavalaria. O final do capítulo resume as características do irmão de Rodrigo: “*E foi assim que Toríbio entrou no século XX: lendo seu romance à luz dum coto de vela roubado do cemitério.*” (VERISSIMO, 2005c, p 91) Tais leituras influenciam Toríbio na formação de seu

espírito aventureiro e sempre pronto, como Capitão Rodrigo Cambará, para participar de revoltas e revoluções.

A partir do terceiro capítulo, que retoma a chegada de Rodrigo Cambará em Santa Fé, a cronologia é linear. No contexto nacional, ocorre a eleição para presidente e os Terra Cambarás empenham-se no apoio à candidatura de Rui Barbosa para presidente e opõem à administração da Intendência de Titi Trindade, partidário do presidiável Hermes da Fonseca.

De *O Sobrado* em *O Continente* para este episódio de *O Retrato*, passam-se em torno de 15 anos. Nestes, os Cambarás deixaram a Intendência de Santa Fé. Seus antigos rivais políticos, os Amarais, entraram em decadência e perdem o poder político. Outras famílias, ausentes na primeira parte de *O Tempo e o Vento*, ganharam destaque, como os Caciques, os Prates e os Macedos, influenciando no jogo político da cidade.

A disputa eleitoral passa a ser também uma disputa entre os jornais *A Voz Serrana*, controlada pelos Trindades, e *A Farpa*, redigida por Rodrigo Cambará. Os jornais, muito mais que fazerem circular informações, são destinados a críticas ao adversário, incluindo as de caráter pessoal, e a realizar a propaganda de seus correligionários.

O jovem Rodrigo Terra Cambará volta de Porto Alegre influenciado pela vida na capital e pelas suas leituras de clássicos da literatura. Em seus planos estão projetos modernizadores:

“Reformaria o Sobrado, alegraria aquelas paredes austeras, penduraria nelas reproduções de pintores célebres. (...) e para não pensarem que não respeitava o passado e a tradição, conservaria os móveis antigos, o grande relógio de parede (...), enfim, as peças do mobiliário que, ao seu arbítrio, parecessem dignas de continuar.”
(VERISSIMO, 2005c, p. 76)

Ele trouxe, para reforçar sua visão de mundo cosmopolita, um gramofone, as capas dos discos, os vinhos, os enlatados. Há uma necessidade em Rodrigo de distinguir-se, não só entre os seus parentes, mas principalmente entre os outros representantes das classes dominantes de Santa Fé. E o Sobrado, para ele, necessita deixar sua diferença de modo muito claro: *“Na maioria das residências de Santa Fé tomava-se banho em grandes*

baciões de folhas, com água tirada do poço. O Sobrado orgulhava-se de ter um chuveiro de fabricação estrangeira, com água fria e quente.” (VERISSIMO, 2005c, p. 104) Ao longo da narrativa de *O Retrato*, a cidade de Santa Fé acompanha as mudanças tecnológicas do mundo, passa a contar com uma companhia telefônica. E para Rodrigo, é uma tecnologia que não pode faltar em seu lar: “*por insistência de Rodrigo, o Sobrado fora a primeira casa a instalar um aparelho, apesar da relutância do pai e da madrinha.*” (VERISSIMO, 2005b, p. 117) Para ele, não era o bastante acompanhar o progresso tecnológico, além de ter um aparelho de telefone, por exemplo, tinha de ser o primeiro a instalá-lo.

É nesse episódio que Rodrigo Cambará tem seu retrato pintado pelo anarquista espanhol Pepe Garcia. A obra de Pepe dá nome ao romance que compõe *O Tempo e o Vento*. O nome do episódio também pode ser entendido como uma referência a *O Retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde, publicado em 1890. O protagonista, assim como Rodrigo, tem seu retrato pintado. Ambas as personagens possuem semelhanças, são jovens que se consideram dândis¹⁹ e estão dispostos a não perder oportunidades de prazer. Mas enquanto, no romance de Erico Verissimo, o que não envelhece é o quadro, no de Wilde, é Dorian.

Pepe Garcia pinta um Rodrigo que ficará imortalizado. É um Rodrigo vaidoso com sua imagem, movido mais por paixões e desejos que por uma racionalidade ou pela tradição. Entretanto, é também um idealista, um entusiasta da modernidade e da democracia. Com uma cultura cosmopolita, conhecedor dos clássicos iluministas da literatura francesa, é também interessado pela política de Santa Fé e deseja acabar com as práticas coronelistas de sua cidade. O coronelismo, para ele, é um retrocesso ante um mundo que se moderniza.

É também neste episódio, na festa da virada de ano de 1909 para 1910, que Rodrigo Terra Cambará aproxima-se de Flora Quadros, filha de Aderbal Quadros, o Babalo, e Laurentina Quadros. Para Rodrigo, casar seria uma forma de conter sua promiscuidade sexual e lhe daria uma seriedade e respeitabilidade necessária para o

¹⁹ Para Charles Baudelaire, um dândi é um aristocrata, homem vaidoso e apegado ao luxo. Enquanto fenômeno social, “o dandismo aparece sobretudo em épocas de transição em que a democracia não se tornou ainda todo poderosa, em que a aristocracia está apenas parcialmente claudicante e vilipendiada”. (BAUDELAIRE, 1996, p. 41)

exercício de sua profissão.

Na festa de réveillon, Rodrigo Cambará dialoga com o Coronel Jairo Bittencourt, que assumiu a filosofia positivista, e os Tenentes Rubim Veloso, simpatizante de Nietzsche, e Lucas Araújo, conhecido pelo seu constante bom humor.

O positivista Jairo Bittencourt é um apaixonado pela Sociologia. Essa disciplina, desenvolvida por Augusto Comte, o pensador do Positivismo, recém ganhava espaço no meio acadêmico. Bittencourt defende uma democratização com a incorporação do operariado e dos pequenos proprietários agricultores ao jogo político e ao Clube Comercial. Entretanto, essa inclusão das massas ao jogo político da democracia só poderia ocorrer após o processo de esclarecimento daquelas por meio da educação. Sua visão de história entende que o presente é consequência do passado: “*Os vivos são sempre cada vez mais governados pelos mortos.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 20) O legado dos homens que fizeram a história impõe-se aos de geração mais recente, seja pelos erros, seja pelos acertos.

Em *O Retrato*, há uma relação de convivência e ao mesmo tempo de conflito entre a classe dominante e os militares positivistas. Se por um lado havia o positivismo como fator de união, por outro havia uma disputa pelo poder que não permitia aos estanceiros ceder o poder aos militares. O próprio Positivismo não era consenso entre as duas categorias. Os militares entendiam que somente a ditadura, isto é, um governo forte e centralista, poderia promover uma industrialização e o desenvolvimento social com mais equidade. Bittencourt, por exemplo, entendia ser necessário um regime forte que promovesse a educação de todos como forma de inclusão.

Os estanceiros de Santa Fé, ao contrário dos militares, preocupavam-se mais com suas tradições e atividades econômicas. Mesmo defendendo a filosofia positivista, a oligarquia riograndense não simpatizava com a ideia de um poder militar. Estes eram vistos como os responsáveis pela ausência de democracia, conforme pensam Licurgo e Fandango. (VERISSIMO, 2005d, p. 116) Os militares adquirem do Positivismo a filosofia política. Bittencourt, por exemplo, estudou as obras dos clássicos da Sociologia positivista, como as do filósofo inglês Herbert Spencer e do francês Augusto Comte. Os fazendeiros adotam o Positivismo como um lema político a ser defendido. Rodrigo

Camará, por exemplo, conhecia os filósofos positivistas e suas obras, mas não os havia estudado com a mesma profundidade que o militar.

Outra filosofia política anunciada em *Chantecler* é, ainda de forma embrionária, o integralismo. O ovo da serpente, como diria o cineasta sueco Ingmar Bergman, achou um ninho entre as zonas de colonização alemã e italiana. Mas não foi apenas no Rio Grande do Sul em que ela teve origem. O Tenente Rubim Veloso, por exemplo, é natural de Sergipe, nordeste brasileiro, e tem uma visão elitista em relação à política: “*As elites têm que governar sempre e para isso precisam usar a força. (...) A massa é feminina e necessita de homens fortes que dominem.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 188) E, entendendo que é natural que uns mandem e outros obedeçam, entende também que as massas devem continuar incultas e analfabetas:

“Essa casta superior não deverá de maneira nenhuma preocupar-se com a educação das camadas populares. O cultivo das massas pode prejudicar os objetivos mais altos do Estado, que é a formação de uma aristocracia.” (VERISSIMO, 2005d, p. 21)

Como consequência “natural” do analfabetismo, a política só poderia ser atividade da elite. Indiretamente, a cidadania seria dividida em dois tipos, uma, efetiva, para os eleitores e eleitos, integrantes de uma casta, e para uma massa, cuja definição de cidadania seria limitada ao simples habitar uma nação, sem dela usufruir a capacidade de comando e influência. Essa elite política, para ele, deve necessariamente monopolizar o Estado e governar de forma ditatorial. A democracia e o liberalismo político são entendidos como mostra de fraqueza de uma classe que deve ser forte:

“O liberalismo (...) não passa dum disfarce para o medo. (...) O liberal é um cidadão que se recusa a admitir em voz alta que o homem é um animal de rapina e que o verdadeiro, o único direito que existe na natureza é o direito da força.” (VERISSIMO, 2005d, p. 28)

O Estado e a elite confundem-se de forma a não ser necessário, nem desejável, uma democracia. E o Estado deve manter-se pela força, domesticando a massa inculta.

O episódio termina com a decretação de Estado de Sítio, pelo Congresso, em acordo com o governo, o Exército e a Marinha, para conter as insurreições, conhecidas como a Revolta da Chibata (1910). Tal rebelião foi uma revolta, no Rio de Janeiro, dos marinheiros, quase todos ex-escravos, contra severos castigos físicos impostos por

oficiais.

A Sombra do Anjo inicia-se na virada de 1914 para 1915. O episódio é pontuado historicamente por comentários dos personagens sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Guerra do Contestado (1903-1916), que ocorreu no interior de Santa Catarina e Paraná. Enquanto Licurgo preocupa-se com “conterrâneos” que vão lutar nessa guerra, Rodrigo, que acha que o movimento é formado por “caboclos mal armados”, está mais preocupado com a Guerra Mundial por considerar que a República não está ameaçada e que o Kaiser Guilherme II, da Alemanha, representa mais perigo que uma revolta de religiosos.

Titi Trindade, coronel inimigo dos Cambarás, está fora do cenário político devido a uma fatalidade, uma hemorragia cerebral em fins de 1911. A Intendência era governada por um aliado dos Cambarás, o Joca Prates, que, constantemente, chamava Rodrigo Cambará à Intendência para uma consulta sobre política e mesmo administração. (VERISSIMO, 2005d, . 207) Essa participação na política local faz com que, progressivamente, Rodrigo Cambará, abandone o exercício da Medicina e se empenhe em ter uma carreira política.

As alianças políticas dos Cambarás e de outras famílias influentes na cidade ocorriam conforme os interesses das elites políticas e econômicas. A população, sem uma verdadeira representação, apenas seguia as alianças dos grupos políticos. Para o Coronel positivista, Jairo Bitencourt, o parlamentarismo é um regime da burguesia, ele entende que “*é uma ilusão imaginar que os parlamentares seriam os verdadeiros representantes do povo. O povo nunca os elegeu e nunca os elegerá. O povo vota em quem os chefetes locais mandam.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 274) Jairo Bitencourt entende que, de certa forma, a relação entre representante e representado é uma ilusão, pois não há a menor confluência de interesses, uma vez que o representante é referente a apenas uma pequena parcela dos eleitores.

O Senador Pinheiro Machado destaca-se no início do episódio. Rodrigo e seu pai entendem que ele fez do Marechal Hermes da Fonseca um “fantoche.” (VERISSIMO, 2005d, p. 174) A disputa para o Senado ocorre entre o Marechal, a mando de Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, e Ramiro Barcellos. Os Cambarás apoiam este segundo

candidato. Entretanto, um incidente em Porto Alegre, a 14 julho de 1915, levou Rodrigo a rever sua posição crítica em relação a Pinheiro Machado. Em um confronto com a Brigada Militar, cinco estudantes morrem protestando contra a candidatura de Hermes da Fonseca. (cf. VERISSIMO, 2005d, p. 288) Aos poucos, Rodrigo convence-se de que deveria apoiar Pinheiro Machado, defendendo-o das acusações de ser o responsável por todos os males do país. Entretanto, o Senador é assassinado em 8 de setembro por Francisco de Paiva Manso, um padeiro de Rio Grande. O motivo do crime foi a vingança pela morte de um estudante, filho de uma amiga de Paiva Manso.

Neste episódio, Rodrigo Cambará já está casado com Flora Quadros e tem os filhos Floriano e Alice, a Alicinha. Para ele, o casamento auxiliaria na construção de uma imagem de um médico zeloso e monogâmico. Inicialmente, ele estava disposto a abandonar a vida de promiscuidade sexual, mas tal pretensão perde-se no próprio exercício da profissão, seduzindo e sendo seduzido por suas pacientes, não resistindo aos seus ímpetos sexuais.

Enquanto Rodrigo Terra Cambará desenvolve antipatia pelos alemães devido à Primeira Guerra, sente-se atraído por Antônia Weber. Os Weber eram uma família austríaca de músicos que realizavam uma apresentação em Santa Fé. Após descobrirem que o empresário os havia enganado, deixando-os sem recursos e sem uma programação, passam a viver de favor de Rodrigo Cambará. Para conseguir manter os Weber em Santa Fé, ele realiza um acordo informal com o dono do cinema local, Podalírio, para que este contrate os Weber para executarem as músicas dos filmes durante as secções de cinema. Podalírio, por sua vez, pede um contrato escrito por garantia. (VERISSIMO, 2005d, p. 240) Os Weber são hospedados em uma das casas de Licurgo e ganham uma mobília usada, que sabem reaproveitá-la.

Depois de muita insistência, Antônia Weber, então com vinte anos, acaba cedendo à pressão de Rodrigo, que numa noite entrou pela janela do quarto de Toni e, em seu jogo de sedução, a desvirginou. O comportamento posterior de Rodrigo Cambará chega a ser obsessivo, quando ele passa frequentemente pela janela de Toni Weber: “*muitas vezes, sob os mais absurdos pretextos, cruzava no seu Ford pela frente da casa dos Weber, na esperança de avistar Toni*”. (VERISSIMO, 2005c, p. 309) Ele fica com ciúmes ao vê-la com um pretendente a casamento, Otto Speilvogel, membro de

uma família alemã ascendente economicamente em Santa Fé. Acontece que Toni Weber estava grávida de Rodrigo e necessitava de um casamento para não ser mal falada na cidade.

O desfecho do episódio é o trágico suicídio de Toni Weber após ceder ao assédio de Rodrigo Cambará. Ela não pôde ter uma missa católica, pois profanara um dos mandamentos, não matará, condenando assim sua alma, conforme os preceitos católicos, a não entrar no reino dos céus. Antônia Weber suicidou-se por ter uma relação extraconjugal com seu “benfeitor”, Rodrigo Terra Cambará, que resultou em uma gravidez indesejada. Assim como Ismália Caré não resistiu a Licurgo e a este era subordinada, Toni Weber não poderia esquecer que era Rodrigo quem lhe fornecia casa e emprego, não só a ela como também à sua família. Após o ocorrido, ele refugia-se dos possíveis comentários a respeito de sua relação, e vai para o Angico.

Toni Weber, de certa forma, representa a Arte e o artista, que, necessitando de auxílio para sobreviver, entrega-se a um mecenas burguês, comprometendo sua integridade tanto moral quanto física. Se, por um lado, o mecenato garante a sobrevivência da arte, por outro, pode corrompê-lo ao criar vínculo de dependência entre o artista e seu financista.

Uma Vela pro Negrinho, assim como *Rosa dos Ventos*, ocorre em 1945. A narrativa inicia-se com Floriano, personagem central deste curto episódio, caminhando pelo cemitério de Santa Fé. Ele está de volta a Santa Fé após quatro anos fora, sendo um no Rio de Janeiro e três nos Estados Unidos da América.

No caminho do Sobrado, Floriano encontra o anarquista e pintor Pepe Garcia. O anarquista, analisando quem poderia ser o herdeiro do espírito do retrato, conclui que é Eduardo, porém, este é um idiota por ser cão do Stálin. Eduardo tem a mesma paixão, a mesma empolgação que seu pai tinha no início da década de 1910, mas falta-lhe autonomia de pensamento.

O Retrato é uma continuação de *O Continente*. Entretanto, Erico Verissimo deu um “salto cronológico” em sua narrativa, de 1895 para 1910. Em *O Sobrado*, os Cambarás, por meio de Licurgo, foram vitoriosos na Revolução Federalista e dominavam a Intendência de Santa Fé. Seus adversários eram os membros da família

dos Amarais. Em *Chantecler*, nem os Amarais nem os Cambarás detém o poder político de Santa Fé, e não sabemos como ocorreu a transição de poder para os Trindades. Derrotados, os Amarais entraram em decadência política e passam a ser coadjuvantes no jogo do poder.

Maragatos, defensores de um regime descentralizado, e parte dos Pica-paus, defensores de um regime republicano centralista, adversários políticos em *O Sobrado*, passam a ser aliados. A transição do governo de Júlio de Castilhos para o de Borges de Medeiros foi acompanhada por uma cisão entre os republicanos. Se Titi Trindade, ausente em *O Continente*, era republicano, significa que provavelmente foi correligionário político dos Cambarás na época da Revolução Federalista.

Também não aparece em *O Retrato* a ascensão política e social de outros clãs. Não só os Amarais perderam o monopólio do poder e os Cambarás passaram a ter destaque, como também surgiram os Caciques, os Prates e os Macedos, todos ligados ao setor pecuário de Santa Fé. Entretanto, estavam ausentes em *O Sobrado*. Em quinze anos, essas famílias, provavelmente, surgiram e ganharam destaque no jogo político com o desenvolvimento da cidade. Essa diversificação das famílias na disputa pelo poder é resultante do crescimento da cidade de Santa Fé.

Um dos prováveis motivos desta lacuna temporal em *O Tempo e o Vento* é a fixação de um contraponto entre as personagens Licurgo e Rodrigo Cambará. Se em Licurgo, desde sua infância em *A Teniaguá*, temos a construção de uma personagem em acordo com a ordem rural vigente, em Rodrigo, temos uma personalidade, com suas complexidades, entre duas ordens, a rural pecuarista e outra, moderna e industrial. Ao contrário de *O Continente*, em que o tempo histórico ganha destaque aproximando a narrativa do romance com a da história do Rio Grande do Sul, em *O Retrato*, a personagem se sobrepõe ao tempo histórico. Embora saibamos pouco de sua fase infantil, o romance centra-se no início de sua maturidade. Dos episódios que ocupam a maior parte do romance, *Chantecler* e *A Sombra de um Anjo*, pouco tempo se passa.

Além disso, não devemos esquecer que, enquanto obra literária, *O Tempo e o Vento*, mesmo sendo pontuado por fatos históricos do Rio Grande do Sul e do Brasil, não é um trabalho historiográfico. Erico Verissimo, ao escrevê-la, embora estivesse

preocupado em desenvolver uma interpretação da História, não tinha a intenção de dar a sua obra o *status* de trabalho historiográfico. Escritor e historiador têm nos fatos históricos uma importante matéria-prima. Entretanto, enquanto que para o segundo, a interpretação dos fatos deve ser objetiva e estar mais próxima possível do próprio fato, para o primeiro, ela deve ser carregada de plasticidade e imaginação. As lacunas entre os dados devem ser preenchidos, pelo historiador, por uma narrativa objetiva, consciente de seus limites, conforme os documentos disponíveis, e, pelo romancista, pela liberdade de transcender os limites documentais.

De 1914 e 1915, período em que ocorre *A Sombra do Anjo*, à *Rosa dos Ventos* e *Uma Vela pro Negrinho*, em 1945 passam-se 30 anos. Entretanto, essa lacuna temporal será preenchida com os episódios de *O Arquipélago*. O fato de *O Retrato* terminar em 1945 liga-o a *O Arquipélago*, cujo enredo também inicia e termina no mesmo ano, dando aos dois romances uma unidade, ausente em relação a *O Continente*. Este se fecha em *O Sobrado*.

5.1 - A personagem Rodrigo Terra Cambará e seus contrapontos

Rodrigo Terra Cambará, personagem central de *O Retrato*, é distinta de suas antecessoras em *O Tempo e o Vento*. Se as principais personagens masculinas em *O Continente*, em sua maioria, são construídas como invariáveis, sem alterações em suas personalidades, quase previsíveis, Rodrigo sofre transformações ao longo da narrativa de *O Retrato*.

A infância de Rodrigo Cambará ocorre em *O Sobrado* e em um capítulo de *Chantecler*. Ele era uma criança que hesitava em acompanhar as aventuras de seu irmão mais velho Toríbio. Se Toríbio queria destapar a irmã morta para vê-la, em *O Sobrado*, ou ir ao cemitério roubar velas em *Chantecler*, Rodrigo o acompanha mais por questões de honra, por não querer que o irmão questione sua hombridade.

Numa fase de jovem adulto, Rodrigo é um entusiasta pela carreira de Medicina e

pela cultura europeia. Como fator de distinção social, e como capital simbólico entre os seus, Rodrigo é o primeiro de sua família e de Santa Fé a diplomar-se. Em tempos de alianças e rivalidades políticas, para além das disputas armadas, há também disputas simbólicas, culturais. Ser o primeiro filho de uma família da aristocracia rural a formar-se era uma maneira de colocar os Cambarás a frente dos Amarais, Macedos, Trindades e outros clãs.

Rodrigo Terra Cambará é um dândi, como ele se considera, com seus luxos e desejos de produtos refinados. O luxo consumido por Rodrigo é luxo da burguesia europeia. Enlatados e vinhos importados devem ser consumidos para que se possa substituí-los. Mas estes têm também outra função, em meio a um mundo rural, servem também para manter o protagonista ligado ao mundo ilustrado. Ao consumir um vinho ou um champanhe francesa, Rodrigo estabelece um vínculo com a Europa, então parâmetro de produção cultural e intelectual. Seu consumo cultural, gramofone, chapas, estetoscópio (cf. VERISSIMO, 2005c, p. 101) revelam-se como a busca de uma identidade cosmopolita. Para Fonseca, “*de seu perfil burguês, a visão que Rodrigo tem do contexto nacional, do país, é, de certa forma, condicionada por uma valorização do estrangeiro, especialmente da França, dos destinos do país.*” (FONSECA, 2000, p. 133) Sentindo-se um representante regional da *Belle Époque*, ele se esforça por trazer elementos de uma Europa, que considerava a região da civilização, para uma região que via como ainda selvagem. O grande sonho de Rodrigo, ao longo da narrativa, é ir a Paris, ter contato com o mesmo ar em que respiraram seus admirados filósofos e escritores.

Não são somente sonhos de modernidade que movem Rodrigo Terra Cambará. Ao mesmo tempo em que ele está preocupado com a movimentação política local, tem também suas atenções voltadas para o mundo além de Santa Fé. São também os problemas sociais de sua cidade que o preocupam. Aos poucos, Rodrigo assume o papel de benfeitor, de pai dos pobres, distribuindo comida e dando consultas e remédios. “*Só em uma semana atendeu duzentos indigentes no consultório e uns vinte em domicílio.*” (VERISSIMO, 2005c, p. 102) Sua popularidade tornou-o também um consultor, era requisitado para conselhos de caráter moral, e mesmo matrimonial. Assim, tornou-se padrinho de casamento de Ondina, que se tornou sua amante.

A prática de caridade de Rodrigo, proposital ou não, serve como um preparo para sua prática política. Na medida em que presta assistência a uma população pobre, de forma personalista, dentro da esfera do privado, e sem realmente resolver problemas mais estruturais, está também criando vínculos de apadrinhamento. O beneficiado passa a dever um favor a Rodrigo. E o pagamento do benefício poderá ser um voto, um apoio político ou a adesão a sua facção quando houver um confronto armado entre os coronéis de Santa Fé.

O entendimento de Rodrigo Terra Cambará de que o suprimento das necessidades sociais possa revolver-se por caridade pode ser ilustrado com sua chegada a Santa Fé. Ao passar pelo bairro pobre Purgatório, enquanto médico, comovido, pensa em oferecer serviços para: *“aquelas gentes molambentas, maceradas e raquíticas, vistas da janela de um trem em movimento, não o comoviam simplesmente porque pareciam fazer parte de uma pintura: não eram de carne e osso, mas sim de tinta.”* (VERISSIMO, 2005c, p. 94) Eis aqui uma amostra de sua inspiração política. O povo necessitado era, para ele, uma abstração, uma sensação que causava comoção.

Esse Rodrigo consumista do luxo, festeiro, entusiasta da França, mas, ao mesmo tempo passional, não só quanto a mulheres, mas também quanto à política, emotivo em suas decisões e ações, é o Rodrigo pintado por Pepe Garcia. É o Rodrigo levado por paixões e desejos. E seus diversos desejos, para ele, estão acima das representações e interesses sociais, acima do jogo político. Entre suas vontades, está também a de transformar sua cidade, trazê-la ao mundo moderno da tecnologia e da democracia. A democratização de Santa Fé passava pelo fim das práticas coronelistas de Titi Trindade. É esse entusiasmo transformador que permite a Rodrigo ser pintado por um anarquista, que considera desprezíveis a Igreja e os proprietários. Entretanto, essa aparente contradição dilui-se na ânsia de Rodrigo por viver intensamente. E isso lhe dá uma autenticidade que se sobrepõe ao fato de ele ser um aristocrata rural. Ao não medir esforços ou consequências em suas ações contra a tirania dos coronéis de Santa Fé, ele distingue-se de seus pares.

Rodrigo Terra Cambará não é somente entusiasta da modernidade, é também herdeiro de um passado que não lhe permite romper com suas origens. Mesmo não sendo um apaixonado pelo Angico, propriedade rural dos Terra Camarás, de um mundo

rústico como seu irmão Toríbio, ele é um senhor rural, filho de um senhor rural e assim educado enquanto tal. Sua prática política é uma amostra disto. Se, de um lado, ele se preocupa com a democratização da saúde, por exemplo, fornece uma solução para o problema a partir da prática pessoal.

O próprio fato de Rodrigo voltar formado a Santa Fé é um indicativo de sua transitoriedade. Formar-se em Medicina na capital gaúcha significava uma vivência em um mundo urbano que se desenvolvia, que experimentava o telefone, a luz elétrica e o bonde elétrico como meio de transporte. Significava também, pelo estudo, ter contato com o mundo europeu. E também, para a sua formação intelectual de mentalidade moderna, o contato com pessoas que, embora pudessem pertencer à classe dominante, não estavam ligadas ao setor agroexportador. É essa vivência em Porto Alegre que possibilitou a Rodrigo romper com a visão de mundo do “homem do campo” e assumir um projeto modernizador.

Rodrigo é um “burguês das coxilhas”, como o denomina Maria da Glória Bordini. (cf. BORDINI, 2004b) Ele é burguês na medida em que é consumista, que tem uma vontade de progresso tecnológico, e gosta da vida urbana, da vida no burgo. Entretanto, está preso “às coxilhas” pela sua postura patriarcal e suas raízes. Para esta autora, o nome do romance, *O Retrato*, é uma referência ao surgimento da burguesia. É no fim da Idade Média, período de domínio de senhores feudais, donos de extensões territoriais, em que se desenvolve a classe burguesa. No Renascimento, há o anúncio de um novo período histórico, a nova classe ascendente necessitava de uma forma de distinguir-se socialmente. Por meio do mecenato, financiava artistas que desenvolveram a forma de “retrato”, uma pintura em quadro, móvel, distinta das pinturas em paredes de então.

A ligação entre o título *O Retrato* e o Renascimento, feita por Bordini, auxilia o entendimento da obsessão de Rodrigo por Toni Weber. Seu casamento com Flora representa seu vínculo com a tradição. Flora é filha de Babalo, um homem preso aos valores antigos. Toni Weber, ao contrário, é o novo. A jovem artista, com sua arte e sensibilidade, aparece para Rodrigo como capaz de dar um novo significado para o mundo. Enquanto burguês, Rodrigo necessita de Toni Weber, necessita de sua arte.

De certa forma, Rodrigo Terra Cambará também vive um processo de transição, está no meio do caminho entre o novo e o arcaico, está entre o novo tecnológico, mas preso às relações do poder arcaico. Ele está entre os valores tradicionais de honra e a vontade de conforto moderna. Essa transitoriedade reflete-se também na relação de Rodrigo com sua família. Para Leenhardt,

*“Se **O Retrato** é como uma imagem superlativa do herói principal, como ideal do eu de Rodrigo Cambará, em contrapartida, o próprio personagem se perde em ações fragmentadas. Estas remetem constantemente à imagem do chefe do clã tradicional, encarnado pelo herói pai, junto ao qual Rodrigo vai a todo o momento, buscar legitimação, consagração, perdão ou conselho.”* (LEENHARDT, 2001, p. 127)

A tradição e a família ainda têm um forte peso na legitimação. O novo, que não é um completo rompimento com o passado, é na verdade um movimento do antigo que se metamorfoseia, adquire elementos novos, mas não é uma completa ruptura com sua essência.

A personagem Rodrigo, que se perfuma contrastando com o “cheiro de cavalo” dos estanceiros de Santa Fé, tem como parâmetro cultural Paris. Entretanto, querendo contrapor-se às práticas do Coronel Trindade, para imprimir seu jornal *A Farpa* em prazo reduzido, ameaçou com um revólver o tipógrafo, um mulato sem nome na obra, que tinha medo da reação dos Trindades. O mulato deveria auxiliar Pepe Garcia na impressão do jornal. O impresso era composto de um texto doutrinário contra o domínio do intendente e de fragmentos de textos literários para ampliar o número de páginas.

Os traços modernos de Rodrigo Terra Cambará são ressaltados quando sua personagem é comparada com a de Licurgo ou Toríbio Cambará. Tanto o irmão quanto o pai de Rodrigo vivem uma vida sem luxo e sem requintes. Não gastam com comidas importadas, quadros ou móveis caros. E nem mesmo estão preocupados com banhos quentes, luz elétrica ou passeios de automóveis.

Enquanto homem de tradição, Licurgo, pensa Rodrigo,

“desprezava o conforto. Gaúchos como ele em geral dormiam em cama dura, sentavam em cadeiras duras, lavavam-se com sabão de pedra e achavam indigno tudo quanto fosse expressão de arte, beleza e bom gosto”. (VERISSIMO, 2005d, p. 14)

O homem de tradição, representante de um tipo gaúcho, entende que o luxo e o conforto não são adequados à vida de um homem. Rodrigo considera-se um tradicionalista por respeitar as questões de honra gaúcha, mas, voltado para as transformações tecnológicas, é adepto da troca do cavalo pelo automóvel e prefere uma vida urbana.

Rodrigo distingue-se de seu pai e seu irmão desde a infância. A hesitação em ver a irmã morta ou em ir roubar velas em um cemitério lhe dá uma sensibilidade diferenciada dos gaúchos típicos. Enquanto personagem mais complexa que seu irmão ou pai, ele tem uma capacidade maior de sentir remorso, como quando teve relações com uma Caré, ou mesmo com Toni Weber. Entretanto, essa sensibilidade, que o permite adquirir uma cultura mais refinada, não o impede de obrigar alguém, por meio de um revólver, a imprimir seu jornal, e nem mesmo de surrar, quase à morte, um capanga de Titi Trindade.

Licurgo Cambará e Toríbio representam o apego à tradição do mundo rural. Entretanto, Licurgo, como nos remete seu nome, está preso às regras, às normas. Embora tenha vivido em dois mundos paralelos, o mundo da casa, formal e legal de seu casamento, de sua família, e o mundo da rua, informal e ilegal, de sua vida com Ismália Caré, foi fiel a esta, não buscou uma vida de prazeres e satisfações, nem sexuais, nem em consumo.

Toríbio Cambará, ao contrário do pai, não constitui família nem mantém-se fiel a uma amante. Seus ímpetos sexuais são satisfeitos sem necessidade de vínculos afetivos e sem remorsos por isso. Influenciado por suas leituras de romances de cavalaria, está sempre pronto para atos heroicos e demonstrações de bravura. Toríbio, ao contrário de Rodrigo Terra, em alguns aspectos, está mais próximo do Capitão Rodrigo Cambará. Ambos são “partidários” da máxima: “se há governo, sou contra”. Ambos têm dificuldades de criar raízes afetivas, ambos movem-se por desejos quase desregrados.

Ao longo da narrativa de *O Retrato*, a personagem Rodrigo Cambará sofre transformações, tanto em suas características físicas, pelo envelhecimento na passagem do tempo, quanto em suas convicções políticas e morais. O jovem médico torna-se um homem maduro, mas desgostoso com a medicina e dedicado para a política.

Em *A Sombra de um Anjo*, Rodrigo Cambará começa a distanciar-se do Rodrigo pintado por Pepe Garcia: “Entre o que ele era hoje e o Rodrigo do Retrato havia algumas diferenças visíveis a olho nu.” (VERISSIMO, 2005d, p. 249) O Rodrigo do retrato, que não envelhece, era, embora burguês e aristocrata rural, um homem enérgico com suas crenças políticas. Era um homem que agia pela paixão e intuição. Agora, pouco a pouco, Rodrigo, ao contrário de seu retrato, envelhecia, amadurecia. E esse envelhecimento e amadurecimento não são somente físico, mas também espiritual. Rodrigo envelhecia espiritualmente, aprendia a conciliar, a jogar e a fazer alianças.

Em *A Sombra de Um Anjo*, Rodrigo aprendeu que a vida política e a disputa pelo poder não é feita apenas de conflitos, armados ou não. Ainda em *Chantecler*, antes do processo eleitoral que elegeria Hermes da Fonseca, Licurgo e Rodrigo foram procurados pelos partidários de Assis Brasil, dissidente republicano e fundador do Partido Democrático. (VERISSIMO, 2005c, p. 333) E depois dele, pela personagem histórica Pinheiro Machado. (VERISSIMO, 2005c, p. 89). Conciliador, o Senador propôs a Rodrigo, em visita ao Sobrado, a atenuação do tom de crítica pessoal do jornal *A Farpa*. Depois disso, os grupos divergentes em Santa Fé abrandaram suas críticas e deixaram de lado os ataques pessoais. Passadas as eleições, os jornais locais abandonam o caráter acusatório. *A Farpa*, de Rodrigo Cambará, perde o sentido após a vitória de Hermes da Fonseca e extingue-se.

Em pouco tempo, o Rodrigo que era da oposição ao Partido Republicano, oposição a Titi Trindade, passou a posição no poder, embora indiretamente. E, pouco a pouco, seus sonhos de ser um médico sério, respeitado e fiel chefe de família, cede lugar ao gosto do mando, do poder. A política assume prioridade em relação à medicina. Em paralelo, sua vontade de ser um fiel chefe de família cede lugar a um homem inadaptável ao comportamento monogâmico.

5.2 - A História dentro do Romance

Enquanto romance histórico, *O Retrato* é pontuado por acontecimentos e

personalidades da História não ficcional. Segundo Maria da Gloria Bordini, para a composição do romance, o autor realizou pesquisas no jornal *Correio do Povo* entre os números de 1910 a 1915 e na revista *L'Illustration*, de 1909 e 1910. (cf. BORDINI, 2004c, p. 117) Há uma minuciosa pesquisa que possibilitou a seleção de elementos da História, como personagens e acontecimentos. Assim, esses elementos funcionaram como parâmetros para o romance, ressaltando-lhe a veracidade de seu enredo. Se na História, esses elementos devem aproximar-se da realidade, por meio de documentação, e o historiador deve comprometer-se com a fidelidade na relação entre o que narra e o fato narrado, na literatura, a narrativa diferencia-se principalmente pela ausência da necessidade de referências a documentos. No romance, para a sua composição, os acontecimentos e personalidades são ficcionalizados. Enquanto personagens ficcionais, podem manter características que lembrem a personagem histórica. Mas essas características são referenciais à realidade e não a fatores limitadores da imaginação do romancista. É assim que ocorre com o período histórico República Velha e seus personagens. Enquanto elemento interno do romance, Hermes da Fonseca, Assis Brasil ou Pinheiro Machado, personagens de ficção e com papéis secundários, compõem *O Retrato*. Entre suas funções está a de estabelecer uma referência temporal. Eles estão inserindo Santa Fé no contexto da História do Brasil e também do Rio Grande do Sul. Estão marcando um período histórico em que as eleições, com o voto a descoberto, ocorriam por fraudes e por coerções, características da República Velha.

Logo no primeiro capítulo *Chantecler*, temos referências históricas. Quando Rodrigo está no trem, de regresso a Santa Fé, escuta conversas dos passageiros que se referem ao temor do fim do mundo pela passagem do cometa Halley. Um passageiro, para ressaltar o apocalipse, fala da desordem do mundo em que estava vivendo: “*O senhor se lembra do que aconteceu na Rússia há cinco anos? O czar mandou massacrar o povo.*” (VERISSIMO, 2005c, p. 74) Era uma referência à Revolução Russa de 1905²⁰, iniciada quando a população manifesta-se contra a guerra Rússia-Japão e cujo resultado foi a formação de um parlamento russo em um país que era até então absolutista.

20 O processo da Revolução Russa que implantou o socialismo na Rússia, depois URSS, consistiu em três fases, a primeira, de 1905, transformou a Rússia czarista absolutista em constitucional e criou os soviets, conselhos populares. A de fevereiro de 1917, derrubou a Monarquia e estabeleceu um governo burguês liderado por Kerenski, e a de outubro de 1917, liderada por Vladimir Lenin, estabeleceu o sistema econômico socialista.

Mas não eram só acontecimentos internacionais pontuados pela conversa dos passageiros. A história nacional aparece nas falas: “*E a vergonha de Canudos.*” (idem) Ou a de uma outra personagem: “*E a história da vacina obrigatória?*” (VERISSIMO, 2005c, p. 75”) Trata-se da Lei da Vacina Obrigatória, proposta pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, de 1904, que obrigou a população a receber em sua casa agentes de saúde com a incumbência de aplicar a vacina contra varíola. A população, frente aos abusos e entendendo que tinha a privacidade ameaçada, revoltou-se.

Pontuando também o episódio pelas das revoltas populares, aparecem citadas a Revolta dos Marinheiros – a Chibata - (cf. VERISSIMO, 2005d, p. 122) e Canudos. (VERISSIMO, 2005d, p. 138) Canudos foi um movimento messiânico no interior da Bahia, anterior ao episódio narrado, liderado pelo beato Antônio Conselheiro, que foi exterminado em abril de 1897, após quatro tentativas federais de acabar com a cidade, Belo Monte, dos seguidores de Conselheiro. Embora sejam apenas citadas, o aparecimento destas revoltas tem dupla função, uma é situar historicamente *O Retrato*, outra é a de apontar, ainda que indiretamente, problemas sociais como as condições de vida das classes subalternas e também o problema da distribuição da terra, como é o caso específico de Canudos. Além disto, elas também situam Santa Fé em um contexto nacional.

Há também referências à História pela voz do narrador. Um narrador onisciente situa o episódio nos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul²¹. Há então a referência à fundação do Partido Democrático, em 1908, dissidência do Partido Republicano, por Assis Brasil, a partir da Convenção de Santa Maria. E este acontecimento histórico, ficcionalizado, terá influência nas personagens de *O Retrato*. Os Cambarás acompanham essa dissidência a ponto de tornarem-se partidários de Assis Brasil e rompem com os republicanos.

Além das personagens históricas, há também referências ao jornal *Correio do Povo*, que, dentro do romance, é uma fonte de informação e anuncia a vitória de Hermes da Fonseca. *O Correio do Povo* tem função distinta em relação aos jornais locais de Santa Fé. Enquanto que *A Farpa* ou a *Voz Serrana* têm funções claramente políticas e

21 Embora o narrador de *O Tempo e o Vento* seja Floriano, filho de Rodrigo Cambará, só saberemos deste fato ao lermos *O Arquipelago*. Até aí o narrador de *O Retrato* não participa do enredo.

cumprem interesses pessoais dos chefes políticos da cidade, o *Correio do Povo*, além de informar as personagens, serve também para situá-las historicamente e ligá-las ao mundo externo a Santa Fé. É principalmente por meio dele que os habitantes da cidade ficam sabendo o que ocorre no Brasil e no mundo.

É com a visita do Senador Pinheiro Machado ao Sobrado que a História se faz presente de forma mais incisiva em *O Retrato*. Pelo narrador, ficamos sabendo que, naquele momento, o Senador vestia “*botas, bombachas, casaco de casimira escura, chapéu de feltro negro, e um pala de seda enrolado no pescoço e enrolado por cima do ombro.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 89) Mas as características não são só físicas, os adjetivos sedutor, convivente e paternal também contribuem para transformar a personagem histórica em ficcional. O narrador também fornece uma avaliação geral de Pinheiro Machado: “*tinha como poucos o senso de autoridade combinado com o da oportunidade, e mesmo os que não o amavam (e estes eram legião) não deixavam de respeitá-lo ou admirá-lo.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 90) Assim, narração ficcional relaciona-se com a história, mas sem deixar que esta lhe domine. Pinheiro Machado, ao ganhar adjetivos, desprende-se da personagem histórica.

Em *A Sombra de um Anjo*, temos uma nova referência a um movimento popular de caráter messiânico. Trata-se da Guerra do Contestado. As rebeliões populares não são o foco narrativo da obra, mas nem por isso podem ficar de fora. De certa forma, elas também ligam o microcosmos Santa Fé ao macrocosmos Brasil. As revoltas de Canudos e Contestado são citadas, mas não são desenvolvidas dentro da narrativa de *O Retrato*. E nem poderiam. Se *O Tempo e o Vento* é, de certa forma, assim como *Os Donos do Poder*, a história da formação de uma elite, incluir os excluídos nessa história, além de contra senso, seria demagógico. É a ausência que faz a denúncia. Os escravos ou os operários não estão no lado dos que tomam as decisões por todos. Mas, para mostrar que eles existem, Erico os cita: são os escravos cujo cheiro incomodava Bibiana por ocasião da abolição, é o motorista Beto, ou as empregadas domésticas do Sobrado e suas filhas a servirem os Terra Cambarás, inclusive, por vezes, até sexualmente. E é importante que elas apareçam, pois marcam a presença de populares na construção da História do Brasil.

Não só as personagens como os acontecimentos históricos também são

pontuados pelos protagonistas de *O Retrato*. Marcando a vitória de Wenceslau Bras para presidente, num de seus devaneios, Rodrigo Cambará vê-se dialogando com o presidenciável Pinheiro Machado. Enquanto o Senador pita um crioulo (cigarro de palha), fala que sua candidatura foi um erro e que, para contento popular, foi bom que perdesse.

Santa Fé não está ligada apenas à política do Brasil ou do Rio Grande do Sul. Na questão internacional, os jornais trazem notícias da Primeira Guerra Mundial: “*um submarino alemão torpedara em águas da Irlanda o transatlântico Lusitânia, causando a morte de 1153 passageiros.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 214) O mundo em guerras, embora sem relação direta com as personagens de *O Retrato*, e sem compor sua narrativa, também tem importância enquanto referência para as personagens. Rodrigo transporta o conflito para Santa Fé ao transferir os sentimentos de revolta contra a Alemanha de Guilherme II para os alemães de sua cidade, mas, ironicamente, não controla sua atração por uma austríaca de vinte anos.

Assim como na História ocorrem mudanças, o mesmo ocorre no romance. No mundo em que se insere Santa Fé, há uma troca de personalidades no poder do Estado do Rio Grande do Sul: “*Borges de Medeiros, que estava gravemente enfermo, passara o governo ao vice presidente gen. Salvador Pinheiro Machado.*” (VERISSIMO, 2005b, p. 267) Embora Erico Verissimo não explicita, é importante não confundir o vice-presidente, vice-governador de então, com seu irmão, o Senador José Gomes Pinheiro Machado, que seria assassinado pouco depois.

A correspondência entre os fatos e personagens históricos com os literários dão a veracidade a *O Tempo e o Vento*. O romance absorve a História, mas sem desfigurá-la, sem distorcer-lhe, e, ao mesmo tempo, ao torná-la ficção, dando concretude a Pinheiro Machado, não é por ela absorvido.

5.3 - O Mundo de Santa Fé em *O Retrato*

O mundo de Santa Fé, nas primeiras décadas do século XX, é o de transição entre o arcaico, com pouco desenvolvimento tecnológico, rural e com uma política pautada principalmente nas relações pessoais, um mundo dominado por coronéis e suas políticas personalistas e patriarcalistas, para o moderno, com suas tecnologias, com eletricidade e conforto do banho elétrico, com o automóvel e o trem encurtando distância, e, principalmente, a impessoalidade do poder político. Mas essa transformação recém inicia-se, e necessitará de muito tempo para consolidar-se. E nesse processo, em diversas fases, o novo convive com o antigo, não como contradição, mas como complemento.

As transformações ocorrem em diversos planos. No plano social, diversificam-se as categorias sociais em Santa Fé. No plano político, as transformações ocorrem principalmente no fim do monopólio político de uma única família Amaral, representado uma nova forma de governo, uma nova relação entre governados e governo. Já no plano cultural, mudaram atitudes e comportamento, de um mundo em que as pessoas seguiam um código de honra em que a palavra tinha tanto valor quanto o registro, para um mundo dominado pela tecnologia e pela burocracia.

5.3.1- Aspectos sociais

Em termos de estratificação social, até *O Sobrado*, o topo da pirâmide social de Santa Fé era ocupado por duas famílias politicamente dominantes, os Amarais e os Cambarás. E estas eram ligadas ao setor rural. Os subordinados, classe dominada, eram os ex-escravos, empregados das grandes casas familiares, e os peões, que trabalhavam na fazenda. Em *O Retrato*, assim como *O Continente*, as personagens oriundas das classes dominadas ocupam papéis secundários. Não porque não possuem importância ou sejam coadjuvantes da história, mas porque são secundários, ou mesmo ausentes, na

partilha do poder. Assim como houve escravos trabalhando no Sobrado, também houve trabalhadores domésticos, oriundos ou não dos escravos. São eles que mantêm a grande casa funcionando, são eles que fazem a comida, alimentando os Terra, são eles que conservam a grande residência limpa e arejada. Foram eles que tiraram o cheiro dos escravos quando estes foram libertos, ou dos peões quando o Sobrado fora sitiado na Revolução Federalista.

Entretanto, na Santa Fé de *O Retrato*, a composição das camadas sociais sofre uma diversificação, e o contraste social ganha aspecto geográfico. Os subalternos de *O Continente* amontoam-se nas redondezas das casas de seus senhores, mas, em *O Retrato*, passam a residir em bairros periféricos. Ao crescer, Santa Fé também expõe a pobreza. O Bairro Preto, das classes pobres, era um lugar onde sempre havia tiroteio. Outro bairro pobre em Santa Fé é o Sibéria, na zona mais fria da cidade, em referência à região ártica da Rússia, onde iam os presos políticos condenados a trabalhos forçados pela polícia de Stálin. Em Santa Fé, “*dava-se o nome Sibéria a um agrupamento de ranchos miseráveis situados no alto duma coxilha, a leste da cidade. A denominação vinha do fato de ser aquela a zona mais fria de Santa Fé*”. (VERISSIMO, 2005d, p. 100) Estes bairros, ausentes em *O Continente*, não são cenários principais da narrativa, mas, ao serem referidos, marcam o contraste social da cidade.

O narrador de *O Retrato*, em Chantecler, descreve a alta sociedade de Santa Fé por ocasião da festa de fim de ano. O réveillon possui uma nova composição. As classes privilegiadas, presentes no Clube Comercial, agora são compostas por fazendeiros e comerciantes abastados, que “*moravam em sólidas e vastas casas situadas numa das duas praças principais da cidade ou na rua do comércio*.” (VERISSIMO, 2005c, p. 161) Já não são somente proprietários rurais que possuem residências que revelam poder econômico. E a geografia da cidade demarca essa nova zona do poder. A rua principal, do Comércio, torna-se privilégio de poucos. As praças também têm o papel demarcador social. É comum encontrar em torno de uma praça central, de cidade do interior, uma Igreja e a Prefeitura ou a Câmara dos Vereadores, ou os três. É comum também que nesta praça termine ou se inicie a avenida principal. E é nesses pontos centrais, em torno dos símbolos do poder, que reside a classe dominante de Santa Fé.

Boa parte da alta sociedade de Santa Fé, embora em discurso construísse a ideia

de uma origem lusitana, tinha de fato origem indígena. Ser de origem portuguesa, negando parte de sua raiz, para os estanceiros ricos, significava ter um passado de dominador, de metrópole, e não de um passado de dominado, um passado de um povo que, portador de técnicas rudimentares de guerra, foi derrotado pelos portugueses. O Coronel da Guarda Nacional e presidente do Clube do Comércio até a virada do ano de 1909 para 1910, Cacique Fagundes, por exemplo, tinha “*um rosto largo e bronzeado de bugre*”. (VERISSIMO, 2005d, p. 170) Essa observação, dentro de *O Retrato*, revela que Erico Verissimo não tinha uma visão da constituição do Rio Grande do Sul como meramente bandeirante ou açoriana. Se a classe dominante de Santa Fé tem origem indígena, o que seria natural, devido à proximidade geográfica com a região missioneira, dentro de uma sociedade que privilegia o branco europeu, então essa classe dominante tenderá a criar uma identidade que escamoteará a verdadeira origem, mesclando-a com um mito.

Nem só os extremos sociais estão presentes em Santa Fé. Acompanhando o desenvolvimento urbano com o crescimento do comércio e da presença do Estado, surgia uma classe média, nem grandes proprietários e nem completamente despossuídos. Nascia uma elite relacionada ao setor público, ou às profissões liberais, formando uma classe média alta, “*integrada por pessoas que, embora não possuíssem fortunas particulares nem tradições, gozavam da importância do cargo que ocupavam ou de algum título que possuíam.*” (VERISSIMO, 2005b, p. 163) Eram juízes, oficiais, médicos e advogados. A origem social destes grupos era diversa, poderia ser a dos estanceiros economicamente decadentes, ou mesmo de ex-escravos ou filhos bastardos de um estanceiro que viram no estudo e no emprego público uma forma de ascensão social. Estes, mais os funcionários menos especializados ou sem formação acadêmica, formavam um corpo burocrático. Entretanto, a burocracia estatal estava mais a serviço dos coronéis e “patrões” estanceiros do que ao que poderíamos entender como Estado Moderno. É preciso lembrar que as vagas no serviço público, naquela época, não eram ocupadas por meio de concurso público, e sim, por indicações. Então, o emprego tornava-se uma moeda política. O político construía sua clientela de empregados públicos. Em Santa Fé, pertencer ao círculo de amigos de Titi Trindade, por exemplo, era uma possibilidade de ter um emprego municipal.

Além de uma classe média alta, de funcionários públicos detentores de cargos de chefia, e de profissionais liberais, aos poucos, em Santa Fé, com o desenvolvimento do comércio, da indústria e do Estado, seja na sua forma local, ou na sua forma central, surge um grupo de funcionários que irão compor uma classe média baixa, “*funcionários públicos, sempre muito mal pagos, uma série de pessoas de profissão incerta, e principalmente uma legião de empregados do comércio.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 163) O Estado, mesmo que a serviço de interesses de estanceiros, como Titi Trindade, já é presente na sociedade, embora não a represente.

A composição da sociedade de Santa Fé, acompanhando as transformações econômicas e mesmo políticas, modifica-se, diversifica-se. Uma nova sociedade surge em Santa Fé. Ela é composta por diversos setores econômicos que representam interesses diversos. Entre estanceiros e empregados domésticos, herdeiros do escravismo, surge a classe média, os altos escalões do funcionalismo público, passando pelos profissionais liberais, aos menos desprovidos de influência para conseguir cargos melhor remunerados. É uma sociedade mais complexa que a sociedade presente em *O Continente*. Nem as classes dominantes nem as dominadas constituem-se de forma homogênea e com interesses em comum.

5.3.2 - Aspecto político

Gradativamente, em *O Retrato*, o jogo da disputa pelo poder local constrói-se em referência ao jogo pelo poder central. Se em *O Continente*, nos primeiros episódios, o Estado, para personagens como Maneco Terra ou Juvenal Terra, parecia uma mera abstração, ou ainda se personificava na figura do Imperador, agora, a sucessão presidencial é motivo de rivalidades locais. As famílias econômica e politicamente ativas em Santa Fé, agrupam-se em torno de dois nomes. Um, que significa a defesa do progresso industrial, que é Rui Barbosa, e outra, que é a manutenção do coronelismo, que é a candidatura de Hermes da Fonseca.

O poder central, já não mais nas mãos dos militares positivistas, assume a defesa

da agroexportação, rompendo com o próprio positivismo industrialista. Rodrigo, com aspirações modernizadoras, influência da Europa, e, mais especificamente da França, opõe-se ao rumo da República e é por isso que apoia Rui Barbosa. O Estado, para as classes dominantes, passou a ser presente e influente, não mais como mero recrutador de soldados ou cobrador de impostos, mas como local da própria disputa pelo poder. A ação estatal central passa a interferir mais diretamente nos interesses dos estanceiros de Santa Fé.

Participando da composição do Estado central, o Rio Grande do Sul, já nos primeiros anos de República, ganhou expressividade política. No romance, a expressão do poder do Estado no governo federal é representada pela personagem Pinheiro Machado. Este, enquanto articulador político, faz parte da escolha dos candidatos a presidente. Assim, a disputa intra-classe pelo poder local de Santa Fé é também uma disputa pelo poder central. Fazer parte da política regional é integrar-se à política nacional.

As mudanças em Santa Fé não são resultados apenas das vontades e atitudes do de seus líderes locais. A própria política do microcosmos citadino transformou-se. Maragatos e pica-paus, na década de 1910, não estão mais em disputa em torno das lideranças locais, mas em torno de Rui Barbosa e o Marechal Hermes da Fonseca. As alianças locais em torno de lideranças regionais ou mesmo nacionais fazem com que as divergências do passado sejam esquecidas ou escondidas. É o apoio a Rui Barbosa que os republicanos dissidentes, os Cambarás, antigos pica-paus, passam a reunir-se com os federalistas, antigos maragatos. É o que permite a Licurgo Cambará reunir-se com os Amarais enquanto José Lirio, o Liroca, aproxima-se de Rodrigo Cambará. Articular-se em torno de Rui Barbosa significa também opor-se ao domínio de Titi Trindade, republicano defensor da candidatura de Hermes da Fonseca.

Quando Rodrigo volta formado para Santa Fé, o Coronel Trindade, Intendente, é o novo “dono” da cidade. Seu domínio sustenta-se pelo cofre da Intendência, marcando uma apropriação do patrimônio público para fins pessoais, e pela relação de clientelismo com os delegados, subdelegados, a política e o funcionalismo municipal. Há também uma força repressora extraoficial, como seus capangas, alguns oriundos de outros municípios, como Soledade. Exemplo é o matador de aluguel Dente Seco, que

foi contratado para intimidar Rodrigo Terra Cambará. Entretanto, é significativo que os Trindades não dominem o Clube do Comércio, cuja administração está nas mãos da sua oposição: democratas, republicanos dissidentes e federalistas. Apesar de os Trindades governarem também pela força da “capangada”, de seus leões de chácara, de seus assassinos de aluguel, a existência do Clube do Comércio, que está além do alcance do domínio dos Trindades, revela que há a necessidade de um jogo político a ser seguido e respeitado. O clube do Comércio representa uma elite econômica que, justamente por não ser homogênea, tem suas partes buscando o poder político.

Outra transformação importante é que a política já não ocorre mais pelo monopólio de uma família ou outra. A família Trindade é dominante em Santa Fé, mas não é hegemônica. Não há apenas uma família no jogo do poder como eram os Amarais, nem apenas duas famílias rivais, como eram os Amarais e os Terra Cambarás, mas várias famílias, agora, reunidas em grupos. Os Cambarás, para poder fazerem oposição à tirania de Titi Trindade, não podem mais contar somente com seus peões do Angico ou seus empregados do Sobrado, precisam aliar-se aos Fagundes, aos Prates, aos Macedos ou mesmo aos Amarais.

Essas transformações na estrutura política de Santa Fé também significam uma mudança nas relações entre os representantes e os representados. Se em *O Continente*, o dirigente impunha-se aos seus dirigidos, como um patriarca governando sua família, em *O Retrato*, existe um jogo de poder, que é o clientelismo. Além do jogo político formal, claro e regular, existe também, em Santa Fé, a política da troca de favores. O cliente é aquele que recebe um benefício, um auxílio, seja por emprego, seja uma concessão para um negócio, ou mesmo um bem material. Mas receber um benefício é também fazer uma dívida com o benfeitor. E essa dívida um dia será cobrada. E será, principalmente, em épocas de eleições. A relação de clientela não ocorre somente dentro da esfera estatal, como é o caso dos clientes de Titi Trindade. Os participantes do jogo procuram, de uma forma ou de outra, intencionalmente ou não, construir uma rede de relações clientelísticas.

Os Cambarás também constituem clientela. Podemos pressupor que quem recebe assistência de Rodrigo, seja na forma de auxílio à saúde ou algum alimento ou roupa, gratos, será seu eleitor. E, entre estes clientes, com seus apadrinhados, o laço é maior.

Por meio do favor e da benfeitoria, Rodrigo presta um serviço que releva a sua imagem pessoal. Mesmo quando passar a atuar diretamente na política, é essa imagem que prevalecerá.

Entretanto, a prática de Rodrigo diferencia-se das relações de clientela entre Trindade e seus partidários, ou entre os Amarais e seus governados tal qual era em *O Sobrado*. A prática de Rodrigo não é pautada nem legitimada por meios violentos. Enquanto que Trindade, além da troca de favores, mantém-se no poder também por meio da coerção física. E Rodrigo legitima-se com presentes, com assistência e apadrinhamentos. Rodrigo é participante da vida social de Santa Fé, tanto em sua esfera da alta sociedade quanto da baixa.

As mudanças no jogo político de Santa Fé não significam uma passagem para o mundo democrático. Além das relações de clientela, o voto cabresto é a marca do processo eleitoral. É a personagem Rodrigo quem denuncia as práticas eleitorais coronelistas em que até os mortos votam. E ele resume a política nacional e estadual da época: “*em suma, no Rio Grande do Sul as eleições se fazem a bico de pena!*” (VERISSIMO, 2005c, p. 109) Nas práticas eleitorais do período, como o voto era descoberto, que ficou conhecido como cabresto (corda de couro que serve para prender ou controlar um boi ou vaca), e as urnas eram controladas pelos coronéis, era comum haver mais votos que votantes e que determinados candidatos ganhassem uma eleição com maioria quase absoluta de votos.

Mesmo com poucos tumultos, a eleição de Hermes da Fonseca, em Santa Fé, foi caracterizada pela fraude. Durante as votações, ocorreu um conflito que resultou na morte de três eleitores, incluindo o Dente Seco, assassino contratado por Trindade para intimidar Rodrigo.

As transformações políticas em Santa Fé não chegam a significar uma radical mudança na relação entre uma elite política e as bases, uma ampliação da representatividade no poder. O distanciamento entre as elites e as bases não ocorre somente no plano da filosofia política. Como seu pai Licurgo em relação aos escravos que libertou, Rodrigo tem uma relação com as classes dominadas pautada numa abstração:

“Rodrigo comovia-se (...) diante da miséria descrita em livros ou representada em quadros; posto, porém diante dum miserável (...) ficava tomado dum misto de repugnância e impaciência. Achava impossível amar a chamada 'humanidade sofredora', pois ela era feia, triste e malcheirante (...), teoricamente, amava os pobres.” (VERISSIMO, 2005d, p 28).

Por mais que Rodrigo fosse favorável e simpático às classes dominadas, a aproximação ou ocorria em função de um vínculo clientelista ou de uma forma romantizada que, em contraste com a realidade, mostrava suas contradições.

Em suas práticas políticas, Rodrigo Cambará mostra-se uma personagem contraditória. Se, por um lado, preocupa-se com os subalternos, por outro, não tem interesse real em conhecê-los, em ouvi-los. As contradições pessoais de Rodrigo Terra Cambará representam também as contradições de uma elite política que concede favores e benefícios a sua rede de apadrinhados, como também está pronta para reprimir com violência qualquer manifestação, legítima ou não, por direitos e cidadania. É o mesmo Rodrigo que presta assistência econômica para uma família alemã de músicos, que doa alimentos e remédios aos pobres, que obriga um negro a imprimir seu jornal e que não mede as consequências de seu ímpeto sexual. E é também a mesma personagem que se engajou contra a tirania de uma intendência coronelista e que fará parte de um governo ditatorial do Estado Novo.

Em Santa Fé, Classe dominante, enquanto grupo detentor dos meios produtivos, é representada pelos estanceiros, comerciantes ou industriais, que disputavam o poder político. Os grupos políticos não representavam, nem necessariamente os interesses da categoria, muito menos uma filosofia política. A política acontecia, não por meio de ideias, mas de pactos, de alianças. Cada chefe político, para conquistar o poder, ou mantê-lo, deveria manter uma ampla rede de relações sociais. Os chefes de família e de clientela, os clãs, consistiam em *“uma força política considerável, uma vez que contava com um grupo de eleitores certos: amigos, parentes, protegidos, peões, agregados e posteiros.”* (VERISSIMO, 2005d, p. 161) Enquanto as classes dominantes agrupavam-se politicamente em torno dos partidos do Republicano ou Federalista, as classes dominadas, agregadas a estes, mais por questões de favor, vínculos pessoais e afetivos que por consciência política. Os estratos economicamente inferiores são inseridos na disputa pelo poder entre os estratos superiores, e acabam participando de um jogo de

relações pessoais que se sobrepunham aos interesses propriamente políticos.

É assim Rodrigo Terra Cambará, síntese de um projeto modernizador que carrega o peso da tradição. Ele quer mudanças tecnológicas para a sua cidade, quer transformações políticas, mas essa modernidade não chega a significar uma efetiva democracia cujos direitos do cidadão não sejam uma mera concessão por apadrinhamento.

A mistura da política com interesses pessoais é resultado e resulta na ausência de uma filosofia política norteadora da ação política. É resultado na medida em que são as práticas de clientela que ocupam um outro tipo de orientação de ação. Por outro lado, o pessoalismo é incompatível com um sistema de pensamento que esteja priorizando o coletivo. O pensamento político resultante entre os ilustrados da elite política, como é o caso de Rodrigo Cambará, não são mais do que fragmentos recolhidos de obras clássicas. Em seu diálogo com Jairo Bitencourt, o militar positivista, ele mal saberia dissertar sobre os autores que gostava de citar.

A ausência de uma filosofia política também resulta em uma ausência de uma cultura política. Entre os estanceiros, a política girava em torno de nomes e cores de lenço, como que por atributos mágicos. A cor do lenço valia por um discurso, assim como a fidelidade a um nome ou a uma facção. Essa precaridade de um pensamento político permite aproximações e afastamentos entre os grupos, mesmo que isso aparente contradição.

Entre as classes dominadas, a ausência de uma cultura política escondia a própria dominação. O partido do operário, do empregado era o partido do patrão ou do padrinho. Conforme o narrador de *O Retrato*, “quando se perguntava a um caboclo se era maragato ou pica-pau, com frequência se ouvia a resposta: *Sou gente do coronel Fulano*” (VERISSIMO, 2005d, p. 161). Aos clientes e parentes pobres, o partido e suas ideias pouco importavam. A política, para os subalternos, era mais emoção e simpatia que disputa de interesses.

O Estado, em *O Retrato*, embora em transformação, está longe de ser democrático. Não apenas por seus mecanismos eleitorais fraudulentos ou por não haver espaço para uma cultura política ou prática que incluía ou represente a classe dominada.

É que seus membros, os que o disputam o controle, têm uma visão abstrata do homem do povo. Rodrigo, como já vimos, vê o homem despossuído como aquele que necessita de caridade, mas preocupa-se com aquele apenas enquanto uma abstração. O Exército, representado por um positivista e um futuro integralista, entende o povo como uma massa de ignorantes incapazes de participação política.

E o subalterno acaba não percebendo a necessidade de separação entre o público e o privado, pois, para ele, é uma personagem, é uma figura, seja na forma de Rodrigo Cambará ou na de Titi Trindade, que lhe satisfaz demandas básicas, e não um corpo burocrático impessoal. Por não participar do jogo político, sem identificação com o Estado, não têm uma vivência política que possa resultar em uma cultura. É dessa forma que Erico Verissimo nos apresenta as camadas despossuídas, por meio de visões externas, ou como referência histórica, no caso dos movimentos messiânicos. Eles estão presentes no romance, e, embora sem voz, sem protagonismo, são fundamentais, tanto na construção da história como na própria capacidade de manter funcionando a cidade e as propriedades dos estanceiros. Não são ativos, alguns nem nome possuem, mas estão fazendo, por exemplo, o Angico e o Sobrado funcionar.

O Estado, enquanto poder local, em Santa Fé de *O Retrato*, não é representativo da sociedade como um todo, nem de uma classe específica. A ausência de uma cultura política, de uma impessoalidade no jogo político impede que se exerça a cidadania. O cidadão de Santa Fé é aquele que está vinculado à figura pessoal do ocupante do governo. E isso vale para todas as camadas sociais votantes. O fato dos Cambarás, os Prates ou os Trindades ocuparem o poder não significa que este é da aristocracia rural como um todo, que a Intendência de Santa Fé é uma mera formalização do poder de uma classe dominante. Existem as disputas intraclasse que se refletem na disputa pelo poder. São os estanceiros que disputam o poder em Santa Fé, e eles não estão articulados a interesses de classe, mas em torno de esboços de ideias políticas e nomes de personalidade. Os novos setores econômicos, como o comércio ou a indústria, ganham peso político ao fazer parte do Clube Comercial, mas ainda estão fora do jogo pelo poder estatal.

A configuração social dos grupos na disputa pelo poder tem reflexo no Estado. Em *O Retrato*, existe uma máquina burocrática estatal que não se confunde mais com os

bens privados. A Intendência não é mais propriedade de um coronel. Entretanto, ainda é de um grupo específico, os estanceiros de Santa Fé. E entre estes, há a necessidade do acordo, da cooperação e da legitimação para a permanência no poder. Para Jaques Leenhardt, em *O Retrato*, temos a “*passagem do modo de poder familiar à gestão pública e abstrata do poder no campo político em vias de ser gestado.*” E o espaço público é “*constituído por três elementos: ideias abstratas, contrato e despersonalização das relações.*” (LEENHARDT, 2001, p. 128) Entretanto, isso ainda está em gestação, o Estado Moderno, impessoal, só poderá desenvolver-se plenamente quando não houver mais práticas clientelísticas e as políticas públicas deixarem de ser uma prática de boa vontade. O momento político de *O Retrato* é de Rodrigo Terra Cambará, que representa uma transição de cultura e de ação política. Mas é por isso que a despersonalização da administração pública necessita, para realizar-se, da superação das práticas personalistas de Rodrigo.

5.3.3 - Aspecto cultural e modernização

Acompanhando as transformações políticas e tecnológicas, os habitantes de Santa Fé também vivenciam uma transformação cultural. Um mundo de relações pré-capitalistas e de uma vida rústica, com pouca tecnologia, cede lugar a outro de progresso científico e tecnológico, regado por relações capitalistas e burocráticas.

Rodrigo Terra Cambará pontua estas transformações. A sua volta a Santa Fé, em *Chantecler*, após formado em Medicina, é por meio de um trem. As antigas estradas de transporte por animais de tração foram trocadas por uma estrada de ferro. O cavalo cedeu lugar ao trem movido a carvão. Ao longo de *O Retrato*, num período de uns quatro anos da narrativa, Rodrigo e outros estanceiros locais passam a adquirir automóveis, chegando a estabelecer uma concorrência entre eles pelo que tivesse o automóvel mais recente e moderno. Para acompanhar as mudanças, a cidade também se moderniza: a rua do Comércio, centro da Cidade e principal rua, onde “*ficavam o Clube Comercial, a Confraria Schnitzler, o Centro Republicano e as principais casas de negócio*” (VERISSIMO, 2005c, p. 122), é calçada com paralelepípedo, substituindo o

chão batido.

A troca do cavalo pelo automóvel, dentro de um mundo dominado por estanceiros, significava que as mudanças também eram de mentalidade, e que o velho mundo tradicionalista estava em transformação. Os antigos hábitos, de banhos frios no inverno, de renúncia ao conforto, mesmo para estanceiros ricos, e da palavra ou do “fio de bigode” como garantia em negócios, estavam desaparecendo. Entre o Capitão Rodrigo e seu filho Bolívar, ou seu neto, não havia diferenças significativas de valores e comportamento, mas as personagens deste mundo que desaparece, Fandango, Licurgo ou Aderbal Quadros, o Babalo, eram de uma geração diferente da de Rodrigo. A confirmação da falência de Babalo, por fazer empréstimos sem garantias formais e sem uso da burocracia do papel, era uma amostra disso. O sogro de Rodrigo, Babalo, com sua ética anticapitalista, entende que o lucro é roubo (VERISSIMO, 2005d, p. 151) e é a figura do rico arruinado. Babalo havia enriquecido com trabalho de tropeiro. Fez fortuna e passou a fazer parte da alta sociedade de Santa Fé. Mas como não tinha uma mentalidade capitalista, não conseguiu manter suas posses.

O mundo em que vivia Babalo não tem um capitalismo desenvolvido. Embora Santa Fé do início do século XX já tivesse comércio e sua classe dominante, em busca do lucro, estivesse dentro de um circuito comercial, não havia nenhuma grande atividade comercial, financeira e muito menos industrial. A forma não consumista e rústica de vida de até então não permitia o desenvolvimento do capitalismo, que, em essência, necessita do consumo de mercadorias. Entretanto, ironicamente, em meio às modernizações, a população ainda recorria a práticas mágicas. É o caso do índio Taboca, chamado ao Sobrado para curar o negro Antero, que fora picado por uma cobra. Como Rodrigo não tinha remédios suficientes na farmácia, teve de recorrer, com sucesso, ao curandeiro.

Representando um novo mundo, Rodrigo, o dândi, como ele próprio se referia, mostra a mudança em sua forma de apresentar-se, vestia-se com gravata, chapéu, roupas feitas por alfaiates de Porto Alegre, o que contrasta com os demais habitantes de Santa Fé, que se vestiam com trajes próprios para montaria. Considerando-se o novo, fala para Toríbio: “*O mundo do papai é um mundo que está morrendo. Eu pertenço ao século XX.*” (VERISSIMO, 2005, p. 135) O mundo do século XIX é o mundo do gaúcho

originário, fundador da tradição, como Fandango, Licurgo e o sogro de Rodrigo, Babalo. Mas ele, segundo Rodrigo, é também selvagem e retrógrado, é o mundo dos coronéis, dos patriarcas, dos capangas e valentões.

A própria formação de Rodrigo representa uma mudança na mentalidade dos habitantes de Santa Fé. O estudo formal passou a ser valorizado. Licurgo teve como professores o médico Karl Winter, o juiz Nepomuceno, o Padre Otelo e o capataz Fandango, já a nova geração de estanceiros, como Rodrigo ou Terêncio Prates, teve uma educação letrada e formal. Os estanceiros tradicionais, quase sem estudos, mandavam seus filhos para estudos na capital e compravam livros, formando bibliotecas. Formavam-se em Medicina ou Direito. Estudar também significava destacar-se, elevar-se sobre os demais. Nesse sentido, Terêncio Prates destacava-se em relação a Rodrigo, pois, além de estudar, foi à França, principal referência cultural, formar-se em Sociologia. O estudo e a cultura se valorizavam. Possuir diploma e biblioteca passou a ser uma forma de *status*.

5.4 - Considerações

O tempo, em *O Continente*, estende-se por três séculos, mas as transformações são pouco visíveis. Em *O Retrato*, embora abrangendo pouco período de tempo, as mudanças são mais acentuadas. Se o tempo cronológico, dentro da obra, parece desacelerar, o mesmo não ocorre com as mudanças de caráter tecnológico e político. A cidade de Santa Fé passa por um processo de modernização que inclui calçamento, estabelecimento de jornais, rádios e até mesmo cinema, em sincronia com a nascente indústria cultural.

A política na cidade também transforma-se. Antes, uma família ou duas disputavam o poder. Com a diversificação social da camada economicamente dominante de Santa Fé, a manutenção do domínio político necessita realizar-se por meio de alianças e favores. O novo jogo político permite uma alternância no poder, dos Cambarás para os Trindades, e destes, para os Cambarás novamente, embora de forma

indireta. Essa alternância não existia na época do domínio dos Amarais.

As transformações em Santa Fé não são necessariamente boas ou más, a História, na narrativa, não é uma linha reta em progresso. Nem o passado nem o presente são melhores. A forma com que Erico Verissimo reflete sobre a história não é otimista nem construtura de identidade. Para Sandra Pesavento,

“O Retrato é um livro que trata de perdas e derrocadas. Ao tratar da mudança, inverte as temporalidades, pondo ceticismo no novo e colocando a questão da possibilidade ou não de salvar o tempo passado. É por este viés que encaminhamos a leitura desta segunda parte de “O Tempo e o Vento”, publicado em 1948, por Erico Verissimo.” (PESAVENTO, 2001, p. 89)

Passado e presente, em *O Retrato*, não estão em relação de harmoniosa linearidade. O novo, que não é necessariamente melhor que o antigo, para que possa nascer, deve romper com o passado, entretanto, não pode, em absoluto, negar sua herança.

E Santa Fé é como um microcosmo que funciona como síntese, não só da história do Rio Grande do Sul também como do Brasil. A personagem Rodrigo Cambará, em sua trajetória, dentro do romance, integra sua cidade natal à nação. Como consultor da Intendência, ele inicia sua carreira política, que terminará como participante do governo de Getúlio Vargas no Estado Novo. Seus anseios modernizadores para a sua cidade são também os anseios para a modernização do país.

O texto inicia e termina com a volta de Rodrigo Cambará, da capital federal à provinciana Santa Fé. Rodrigo Terra Cambará não é apenas a ligação do pedaço de território perdido num Continente, perto de Rio Pardo, a um mapa definido do território brasileiro, é também a ligação de um microcosmo a um globo. Além de sua paixão por Paris, ele acompanha os acontecimentos que resultarão na Primeira Guerra Mundial, enquanto seu país está preocupado com os conflitos nacionais ou regionais.

Esse vínculo de Santa Fé com o Brasil e o mundo, estabelecido por Rodrigo, não ocorre como uma ruptura radical com as antigas tradições, nem de forma coerente com um projeto de modernização política que incluiria o acesso ao jogo político pelas classes dominadas. As contradições da personagem são as contradições da elite modernizadora e mesmo do próprio processo modernizador. Rodrigo representa o novo, o moderno,

mas não deixou de representar também as antigas classes dirigentes. Mesmo rompendo com o pai ou o irmão, típicos estanceiros do sul, não deixou de pertencer à mesma classe. Assim, a forma que ele percebe os menos favorecidos economicamente é abstrata. Com os moradores dos bairros pobres ele não tem preocupação de incorporá-los à política, mas em prestar-lhes serviços gratuitos. A solução à pobreza torna-se mais uma questão pessoal que um problema político.

A antiga classe dominante rural, representada por Rodrigo, transformou-se, modernizou-se, não só trocou de hábitos como também diversificou sua atividade econômica. Desde Licurgo, em *O Sobrado*, a classe dominante incorpora-se à máquina estatal. Com Licurgo, ao poder local, e, com Rodrigo, ao poder central. Entretanto, o caráter estatal é diferente nos dois casos. Com o pai, ainda é um Estado que se confunde com o poder patriarcal, e, com o filho, um Estado Moderno que ainda preserva traços do Estado patrimonial.

O termo do título, *O Retrato*, tem duplo sentido, um, literal, de ser o retrato de Rodrigo Cambará, e outro figurado, de referir-se ao retrato de uma classe social representada pelo protagonista. E esse retrato, embora pintado a óleo, assemelha-se a um mosaico. As ideias políticas, as posturas, as classes e a vida econômica não formam um todo homogêneo nem são bem definidas, com um contorno preciso. As ideias políticas de determinados personagens não chegam a tornarem-se sistêmicas. E Rodrigo Terra Cambará, principalmente, não é portador de um discurso sólido e coerente. Suas ideias apresentam a forma de um mosaico, composto por fragmentos de filosofias políticas e leituras dispersas de clássicos da literatura universal.

É significativo que *O Retrato* inicie e termine com dois dos três filhos de Rodrigo, um, o comunista Eduardo, e outro, Floriano, o liberal político. De certa forma, ambos representam duas posturas políticas rivais que irão marcar a segunda metade do século XX. De um lado, a defesa de um governo centralizado, fortemente burocratizado e com economia planificada, de outro, a de um governo democrático, aberto à participação popular e menos burocratizado. E este confronto entre estes pensamentos político ganhará expressão em *O Arquipélago*, principalmente nos debates entre as personagens Tio Bicho, Floriano, Rodrigo, Padre Toríbio e Terêncio Prates, tema do próximo capítulo.

6 - O ARQUIPÉLAGO: A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO

Este capítulo segue a forma do anterior. Primeiramente, a exposição dos episódios de *O Arquipélago*, seguido da análise das personagens significativas para compreensão das relações de poder que caracterizam a construção do Estado. Da análise das personagens, seguem as reflexões sobre as guerras e o caráter do brasileiro. As personagens para a análise foram escolhidas conforme a relevância que possuem ao expressarem ideias de grupos sociais presentes no jogo do poder, e não por importância dentro da narrativa do romance. A finalização consiste na reflexão sobre a forma em que o Estado é mostrado na última parte de *O Tempo e o Vento*. Os episódios são expostos em ordem cronológica.

Abordando o período entre 1922 a 1945, a narrativa acompanha o processo de transição de um sistema político oligárquico, a República Velha, para um período democrático com um Estado Moderno democrático, após a queda do Estado Novo. Conforme Maria Glória Bordini, “o romance articula três eixos narrativos, um ideológico, um literário e um histórico.” (BORDINI, 2004c, p. 125) Nestes 23 anos narrados, encontramos referências às filosofias políticas relativas ao integralismo, socialismo e anarquismo. No plano literário, temos a passagem do foco narrativo de Rodrigo Cambará para Floriano Cambará. Em *O Arquipélago*, Floriano amadurece e revela-se escritor, cujos romances, em sua visão, necessitam de um posicionamento político filosófico mais preciso. Na questão histórica, o romance é pontuado por personagens históricos como Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, além de abranger o fim da República Velha e o Estado Novo.

O Arquipélago é o mais longo dos três romances que compõem *O Tempo e o Vento*, com três volumes somando mais de mil páginas. À primeira vista, ele retoma as características do primeiro, *O Continente*, em sua estrutura. Com seus episódios separados por *intermezzos*, *Reunião de Família* e *Caderno de Pauta Simples*, *O Arquipélago* inicia e finaliza em 1945. Entretanto, o *Caderno de Pauta Simples* e *O Diário de Sílvia* se particularizam por assumir o discurso na primeira pessoa. Além

disto, diferente de *O Continente*, que tem *O Sobrado* iniciando e finalizando, *O Arquipélago* inicia com *Reunião de Família*, mas termina com *Encruzilhada*, não fechando o círculo narrativo. No aspecto da cronologia da narrativa, podemos pensar em uma unidade com *O Retrato*, que se inicia com *Rosa dos Ventos*, que tem continuação em *Reunião de Família*. O encerramento de *O Tempo e o Vento*, com *Encruzilhada*, que é sequência destes, deixa a obra em aberto, com entrecruzamento de caminhos das personagens, de suas possibilidades de destinos.

A unidade formal da narrativa do conjunto de *O Tempo e o Vento* adquire força pela circularidade. O últimos parágrafos de *O Arquipélago*, quando sabemos que o narrador é Floriano Terra Cambará, reproduzem os primeiros de *O Continente*. Há também mais continuidade cronológica em relação aos demais.

6.1 - O deputado

Neste episódio, que decorre em pouco espaço de tempo, em torno de um ano, Rodrigo Cambará, após se assumir enquanto político, pouco lembra o médico entusiasta da profissão de *O Retrato*.

O contexto do episódio situa-se logo após a vitória de Artur Bernardes para presidente da República, em março de 1922. Bernardes contou com o apoio dos republicanos dissidentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O início do processo eleitoral para presidente do estado estabelece a ligação entre o romance e a História, reforçando no primeiro sua veracidade. Para o governo gaúcho, concorrem Borges de Medeiros para a reeleição, e o dissidente Joaquim Francisco de Assis Brasil. Este último consegue unificar pica-paus, descontentes com o governo de Borges de Medeiros, e maragatos.

Os políticos descontentes com o governo de Borges de Medeiros e liderados por Assis Brasil reúnem-se na Aliança Libertadora. Esta era a sucessora do Partido Democrático e agregava também republicanos dissidentes.

A autoridade de Santa Fé está em mãos do Coronel Ciríaco Madruga, herdeiro político de Titi Trindade e “*intendente municipal e inimigo pessoal de Licurgo Cambará.*” (VERISSIMO, 2005e, p. 93) Como seu antecessor, ele governa a cidade como se esta fosse parte de seu domínio pessoal. Exemplo disto é que parte de sua força repressora é composta por capangas contratados, e não por uma força policial oficial.

O episódio inicia em outubro de 1922 com Rodrigo Cambará, então Deputado Estadual pelo Partido Republicano, voltando de uma Exposição Nacional do Centenário da Independência no Rio de Janeiro.

O apoio de Borges de Medeiros ao Coronel Madruga foi o motivo de ruptura dos Cambarás com o Partido Republicano e sua adesão à campanha de Assis Brasil. A ruptura os leva a uma nova aliança com os maragatos. Rodrigo, por influência de seu pai, sente-se compelido a renunciar ao mandato de deputado. É quando Rodrigo reúne no Sobrado seus amigos para anunciar sua renúncia ao cargo de deputado que Erico Veríssimo nos apresenta as personagens Roque Bandeira, o Tio Bicho e Arão Stein. Tio Bicho, anarquista, era filho de um ex-tropeiro e cursara apenas o primeiro ano de engenharia, mas abandonara o curso para estar

“livre de estudos formais, de obrigações a horas certas, em suma, de seu tempo. O pai dava-lhe uma mesada. Bandeira não precisava de muito dinheiro para viver. Rodrigo franqueara-lhe a sua biblioteca. (...) não se preocupava com roupas nem com dinheiro.” (VERISSIMO, 2005e, p. 109)

Ele herdara um terreno que arrendava e que lhe possibilitava ter uma vida modesta, com poucos gastos.

Arão Stein “*era filho de um imigrante judeu russo que chegara a Santa Fé no princípio do século, estabelecendo-se na rua do Império com um ferro-velho.*” (VERISSIMO, 2005e, p. 109) Assim como Leon Trotsky, criador do Exército Vermelho, que garantiu a vitória da Revolução Russa de outubro de 1917 e a implantação do socialismo na Rússia, e Karl Marx, ele tinha origem judaica embora renegasse a fé hebraica. Stein, patrocinado por Rodrigo Cambará, iria cursar Medicina, mas desistiu para cuidar dos negócios do ferro-velho quando seu pai faleceu. Entre seus planos, estava a compra de uma tipografia para imprimir folhetos revolucionários e o Manifesto

Comunista, de Karl Marx.

Entre os convidados de Rodrigo Cambará está o Coronel Melquíades Barbalho, o comandante da guarnição federal do Exército em Santa Fé. E é este quem adverte Rodrigo sobre os riscos que corre Stein por sua postura política, pois o comunismo estava proibido no Brasil.

Outro convidado de Rodrigo Cambará foi o carioca promotor público Miguel Ruas, que se destaca no episódio por enfrentar as testemunhas compradas nos julgamentos dos apadrinhados do Coronel Madruga.

Em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, Rodrigo, ao renunciar ao mandato de deputado, faz um discurso em que critica o positivismo no Rio Grande do Sul, em que, da ordem e progresso, veio a desordem e o desmando. Em suas palavras, “*No Rio Grande do Sul, espanca-se, mata-se e degola-se em nome de Augusto Comte.*” (VERISSIMO, 2005e, p. 135) Mas, mesmo com um forte discurso criticando o Partido Republicano, como bem observa o jornalista Roque Callage, Rodrigo não citou o nome de Borges de Medeiros. (ver VERISSIMO, 2005e, p. 137) O fato de não citar nomes em seu discurso revela uma habilidade política de fazer possíveis futuras alianças até mesmo com inimigos políticos.

Antes de regressar a Santa Fé, Rodrigo visita um prostíbulo, o Clube dos Caçadores. No clube, encontra um advogado alcoólatra, conhecido como Cabralão, que reflete sobre a influência das prostitutas de origem europeia na cultura da elite gaúcha:

“graças as essas competentes profissionais os nossos estanceiros estão aprendendo boas maneiras. Em vez de cerveja, (...) bebem champanha, (...) já comem caviar; (...) Já sabem usar garfo e faca e não amarram mais o guardanapo no pescoço.” (Verissimo, 2005e, p. 149)

Para ele, comparadas com as chinas, analfabetas e sífilíticas, elas são catequizadoras. O poder não está no palácio nem nas secretarias, mas no Clube dos Caçadores.

No regresso de Rodrigo a Santa Fé, Anamitas Camacho, em seu jornal a *Voz Serrana*, chama-o de vira-casaca em reação a sua crítica aos republicanos em geral e a

sua renúncia. Para contrapor-se ao jornal de Camacho, Rodrigo cria *O Libertador*, que passa a ser partidário da Aliança Libertadora. Em troca da tipografia, Arão Stein edita o jornal de Rodrigo.

O Coronel Madruga, Intendente de Santa Fé, para pressionar os eleitores a reeleger Borges de Medeiros, solta presos para mostrar aos eleitores o seu poder sobre o judiciário. Ele conduz a absolvição do assassino profissional Severino Romeiro, apesar das evidências apresentadas pelo promotor Miguel Ruas. O promotor, após o julgamento, é espancado por capangas do Coronel Intendente. Pela violência e manipulação do Judiciário, o Coronel Madruga consegue intimar os eleitores a elegerem os candidatos que são do agrado dele.

Rodrigo vai a outras cidades do Estado para a campanha contra Borges de Medeiros e em favor de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em Garibaldina, os imigrantes alemães afirmam que não fazem política e não recebem bem Rodrigo Terra Cambará. Em campanha política, Rodrigo “*Abandonara por completo o consultório, entregando a Casa de Saúde aos Carbone e a farmácia ao Gabriel*”. (VERISSIMO, 2005e, p. 175) A oposição ao Coronel Madruga e a Borges de Medeiros reúne no Sobrado os adversários da Revolução Federalista, os Amarais e os Cambarás. Como instrumento de propaganda política, o jornal *O Libertador* publica discursos de Assis Brasil. As notícias, que não estão necessariamente vinculadas à política, são publicadas nos jornais que chegam a Santa Fé como *Correio do Povo* e *Última Hora*.

O processo eleitoral é acompanhado pelos Cambarás e, “*contra a expectativa de Rodrigo e de seus companheiros, a eleição em Santa Fé se processou sem maiores incidentes, bem como não quase em todo o Estado*”. (VERISSIMO, 2005e, p 194). Mas, o fato de não ter incidentes, não significou que o processo não foi fraudado, pois, conforme Toríbio, na mesa em que fora mesário, cinco defuntos votaram.

Terminadas as eleições, Rodrigo entrega a tipografia a Arão, encerrando o jornal *O Libertador*, e vai para o Angico com seu irmão Toríbio. Lá, observa que a estância ficou para trás, sem tecnologia. Enquanto a cidade desenvolvia-se, e mesmo o Sobrado havia passado por reformas como a implantação da luz elétrica e o telefone, por

exemplo; no Angico, nada mudara desde sua infância.

Após a divulgação do resultado das eleições, com a vitória de Borges de Medeiros, uma revolução parece ser inevitável. Rodrigo conversa com seu irmão sobre o confronto entre a oposição e os legalistas republicanos. Para ele, o confronto seria de forma assimétrica entre um exército de civis e de um militar. O desenvolvimento tecnológico trouxe vantagens para o Exército profissional que agora poderia contar com metralhadoras e bons fuzis Mauzer. (cf. VERISSIMO, 2005e, p. 215). Os revoltosos, dispendo de suas munições de propriedade pessoal, ao contrário não contariam com metralhadoras.

Pelo Natal, Rodrigo e Toríbio estavam novamente no Sobrado e Arão Stein foi à festa dos Cambarás, embora contestando a figura do Papai Noel e seu sentido pedagógico. Para ele, era necessário ensinar às crianças com realismo.

No dia do Natal, Rodrigo recebe a visita de Terêncio Prates. Este manifesta sua simpatia pelo nascente fascismo, pois, para ele, é necessário recuperar a ordem perdida com a Primeira Guerra Mundial.

O episódio termina com Rodrigo refletindo sobre suas transformações físicas e mudanças em suas convicções políticas desde quando seu retrato fora feito por Pepe Garcia.

6.2 - *Lenço Encarnado*

O contexto do episódio *Lenço Encarnado* é a revolta de 1923 contra a reeleição e posse de Borges de Medeiros. De um lado, os partidários e Borges de Medeiros, do Partido Republicano Rio Grandense, PRR, de outro, a oposição unida em torno de Assis Brasil, primeira dissidência do PRR, e antigos federalistas.

Lenço Encarnado inicia-se em janeiro de 1923 com o jornal *A Voz Serrana* anunciando o primeiro caso de peste bubônica. As mulheres do Sobrado iniciaram seus

trabalhos contra os ratos. Rodrigo Terra Cambará, mais interessado na vida pública que em sua carreira de médico, entrega a clínica a Dante Camerino.

A reeleição e posse de Borges de Medeiros provocou mais uma guerra civil no Rio Grande do Sul, que atingia também Santa Fé. De um lado, os apoiadores do governo, que ficaram conhecidos como chimangos, em Santa Fé liderados pelo Coronel Madruga, e de outro, assististas e maragatos, liderados por Licurgo Cambará. Entre os integrantes dos dois lados, “*havia muito vagabundo que se alistava espontaneamente para comer carne e receber algum soldozinho.*” (VERISSIMO, 2005e, p. 309) Boa parte dos alistados não estava na guerra por convicção política. Poucos eram os que combatiam, não pelo soldo ou pelo carisma de um líder, mas pela opção de um pensamento político.

Neste episódio, as forças militares distinguiram-se em relação às dos caudilhos, não só pela formação profissional, como também pela questão bélica. As armas dos revolucionários estavam tão defasadas que lembravam peças de museu: espingarda de caça de dois canos, velhas Comblains, Mannlichers, e fuzis austríacos e belgas em péssimo estado de conservação. O Estado, em seu longo processo de formação e centralização de poder, também passava distinguir-se enquanto força repressiva. Nem o Exército e nem a força policial estadual estão no mesmo nível de armamentos que a força armada dos antigos integrantes da Guarda Nacional. O desenvolvimento tecnológico resultou também em um encarecimento do preço das armas. E apenas o poder estatal teria recursos o suficiente para acompanhar essa mudança bélica.

Ter a estrutura do Estado a favor significa também ter acesso aos desenvolvimentos tecnológicos utilizados como arma. Borges de Medeiros usa um aeroplano contra os revolucionários e lança três bombas em Camaquã, o que provocou a indignação de Babalo. Esse diferencial bélico torna desiguais as forças envolvidas no confronto. E monopoliza o poder repressivo da violência para o Estado.

Opositores de Borges de Medeiros, e conseqüentemente, do Coronel Madruga, em Santa Fé, reúnem-se no Sobrado e decidem formar a Coluna Revolucionária de Santa Fé. O comando desta fica com Licurgo Terra Cambará. Ele, por jamais se

submeter ao comando de um federalista, reluta em incorporar-se a uma Coluna maior composta por maragatos e pica-paus, recusando, inclusive, o apoio dos Amarais. Enquanto que as forças governistas seguem com o apoio de uma força militar unificada e disciplinada, as forças rebeldes, aos moldes das revoluções passadas, seguem fragmentadas em tornos de lideranças locais.

Aos moldes dos lanceiros da Revolução Farroupilha, Toríbio forma seu grupo de lanceiros. Durante os combates, Rodrigo Cambará observa o irmão após assassinar um inimigo e percebe que

“A ponta de sua lança – uma lâmina de tesoura de tosquiar – estava viscosa de sangue. E havia em seu rosto uma tamanha e tão bárbara expressão de contentamento, que foi com dificuldade que Rodrigo conseguiu encará-lo.” (VERISSIMO, 2005f, p. 35)

Como seu bisavô Capitão Rodrigo, Toríbio tinha certo gosto da guerra pela guerra e nenhum remorso ao cometer um assassinato em uma batalha. Rodrigo, por sua vez, sente que

“O combate não lhe causara nenhum medo, mas sim exaltação que, cessado o fogo, se transformara em asco e tristeza. (...) Tinha a impressão de que era um pesteador: não queria contaminar a mulher e filhos com a sordidez e a brutalidade da guerra.” (VERISSIMO, 2005f, p. 39)

Rodrigo Terra Cambará não tem remorso ao matar um adversário, mas também não sente nenhum prazer. E o ato pesa-lhe na consciência, embora não de forma suficiente para tirar-lhe de combate.

Com as forças policiais do intendente Coronel Madruga envolvidas no confronto, Santa Fé torna-se uma cidade violenta. A violência ocorre principalmente nos bairros mais pobres:

“muitas daquelas noites eram pontilhadas de tiros. A coisa quase sempre acontecia no Purgatório, no Bairro Preto ou na Sibéria: rixas entre patrulhas do Exército e as do corpo provisório; ou eram os guardas municipais que acabavam à bala num baile de chinas.” (VERISSIMO, 2005f, p. 69)

As forças policiais da cidade, se não estavam integradas nas tropas do Coronel

Madruga, estavam garantindo a segurança dos bairros mais nobres da cidade.

O confronto local inicia-se com a vantagem da Coluna de Santa Fé sobre os republicanos do Partido Republicano Rio Grandense, que consegue tomar a Intendência. Mas, aos poucos, os revolucionários, que, liderados por Licurgo Cambará, relutam em incorporarem-se a uma Coluna maior, acabam assumindo uma estratégia de fuga sem saber exatamente para onde estavam indo. Ao longo da revolta, morrem o promotor Miguel Ruas, o Coronel Cacique e Licurgo Cambará. A morte de Licurgo representa o fim de uma geração de um tipo de gaúcho, preso à tradição, à vida sem luxo e ao código de honra.

Por convicções ideológicas, Tio Bicho e Arão Stein ficaram de fora da revolução. Defensor da revolução proletária, Stein entende que “*os objetivos dessa revolução são mais econômicos e sectariamente políticos do que ideológicos. É uma revolução de plutocratas.*” (VERISSIMO, 2005e, p. 329) Tio Bicho, por sua vez, apesar de seu ceticismo, vê a empolgação dos revoltosos com certo entusiasmo. Quando Arão Stein é questionado por Tio Bicho se não se interessa pelo entusiasmo com que os homens entram na Revolução, ele responde “*Esqueces que quem está morrendo na revolução é um homem do povo, o que sempre viveu na miséria, passando fome, frio e necessidades. Morrem porque são fiéis aos seus patrões, aos seus chefes políticos, ao seu partido, à cor do seu lenço.*” (VERISSIMO, 2005f, p. 17) Stein é um cético em relação às possibilidades de verdadeiras mudanças para a maior parte da população: “*Que esperas dessa revolução? Voto secreto? Mas de que serve isso se o povo não se educa? Não aprende a usar seu voto, a escolher o seu candidato? O que pode resultar dessa choldra é uma mudança de patrão.*” (VERISSIMO, 2005f, p. 18) Para Stein, Borges de Medeiros estava favorecendo a pequena propriedade, por isso os estanceiros ficaram revoltosos.

Em paralelo à guerra, Santa Fé cresce, desenvolvendo seu comércio, e atrai empresários. É o caso de José Kern, que se mudou da cidade de Nova Pomerânia para Santa Fé. A classe dominante, até então predominantemente formada por estanceiros, torna-se mais heterogênea ao incorporar o setor de comércio.

O desfecho do episódio situa-se historicamente no fim da revolta com o Pacto de Pedras Altas. Embora Arão Stein e Tio Bicho não entendam o motivo da comemoração dos revoltosos, por não entenderem o pacto como resultado de uma vitória, Babalo afirma que: “*Segundo o tratado, a Constituição do estado devia ser reformada no sentido de incluir-se nela uma cláusula que proibisse terminantemente a reeleição do presidente do estado para o período presidencial imediato*” (VERISSIMO, 2005f, p. 88). Para Aderbal Quadros, esse era o motivo da comemoração. Embora Borges de Medeiros não tivesse saído do poder, não poderia reeleger-se. Entretanto, para Stein e Tio Bicho, isso não significava uma mudança na estrutura do poder que pudesse ser considerada uma vitória. A permanência ou não de uma personagem política no poder não significaria uma mudança na composição do grupo de poder.

6.3 - *Um Certo Major Toríbio*

Em sequência a *O Deputado* e *Lenço Encarnado*, *Um Certo Major Toríbio* inicia em 1924. No Brasil, ocorrem as Revoltas Tenentistas em São Paulo e as Colunas Miguel Couto e Coluna Prestes, contra o regime oligárquico da República Velha. O tenentismo foi um movimento de oficiais de baixa patente contra o governo federal e o domínio político da oligarquia agropecuária. Entre suas reivindicações estavam o voto secreto e reformas na educação pública.

Diferenciando-se dos episódios anteriores, que abrangem o período de um ano, este finaliza-se em 1927. O episódio inicia-se com o enterro da filha de Rodrigo, Alicinha. Por sentir-se incapaz de evitar a morte de sua filha, Rodrigo vendeu a farmácia e a Casa de Saúde a Dante Carmerino, rompendo definitivamente com sua formação em Medicina. Assim, ele pode dedicar-se a sua vida pública.

O título deste episódio é uma referência a *Um Certo Capitão Rodrigo*. Toríbio tem semelhanças com o bisavô. Tem espírito aventureiro e é adepto da ideia de ser

oposição ao governo. Entretanto, as semelhanças são apenas entre as personagens não entre os enredos.

Nesse episódio, Rodrigo percebe-se diferente de seu projeto, da visão que tinha de si até então. E é entre os seus e seu meio que isso é mais relevante. Para Rodrigo

“Santa Fé era o fim do mundo, e o Angico não era melhor. Tempo houvera em que alimentara a ilusão de ser um homem do campo. Agora sabia que não passava dum bicho urbano, amigo do conforto, gregário, civilizado”. (VERISSIMO, 2005, p. 161)

Aquele Rodrigo de *O Retrato* que era diferente de Licurgo em hábitos e valores, mas que possuía o ímpeto da rebeldia e valentia, já não existia. Ele amadurecia, e começava a ver seus amigos com um certo distanciamento: *“Os amigos começavam a irritá-lo. Pareciam ter se transformado em revolucionários profissionais. Ninguém se preocupava com programas. (...) E ele, Rodrigo Cambará, vazio de ideias, de entusiasmos, de projetos.”* (VERISSIMO, 2005f, p. 176) A revolta que participara havia sido muito cara, custara-lhe a vida do pai, embora, por outro lado, o transformasse em senhor do Sobrado. E, na medida em que perdera o entusiasmo pela Medicina, também perdia o ímpeto rebelde de posicionar-se de forma inconsequente contra governos tiranos.

Pelo jornal *Correio do Povo*, Rodrigo acompanha as revoltas em São Paulo contra o governo federal de Artur Bernardes, indigna-se ante os bombardeios das forças legalistas contra os revoltosos. Mas, ao contrário do irmão e seus amigos, não tem vontade de engajar-se mais uma vez em uma revolta.

Embora seja a personagem Toríbio quem estabeleça a relação do romance com a História, ela não possui o foco narrativo. Gradualmente, o foco narrativo centrado em Rodrigo Terra Cambará passa para seu filho Floriano Terra Cambará, que vai para Porto Alegre realizar os estudos secundários, atual ensino médio, em um colégio interno. O casal norte-americano, os Campbell, era o dono do Albion College, concorrente do colégio Cruzeiro do Sul, onde Erico Verissimo estudara. Os tutores de Floriano falavam português fluente. Marjorie Campbell representava uma nova mulher, fumava, dirigia e bebia como um homem, além de assediar sexualmente os pupilos (o que ficamos

sabendo em um dos *Cadernos de Pauta Simples*). É no internato que Floriano conhece sua primeira paixão, a jovem Mary Lee.

Estudando no Albion College, que não tinha reconhecimento oficial, Floriano assemelha-se a Erico Verissimo, que, de maneira semelhante, frequentou o Colégio Cruzeiro do Sul (1912-2003), na zona sul de Porto Alegre. Em ambos os colégios, o ficcional e o real, os exames para ingresso em uma faculdade teriam que ser no Colégio Júlio de Castilhos.

Ao ingressar na Coluna Prestes, Toríbio Cambará, que leva o nome do episódio, passa a ser personagem ausente no foco narrativo, só retornando quando regressa com Rodrigo do Rio de Janeiro após ser libertado da prisão. Toríbio retorna ao Sobrado como um herói para Liroca.

Na ausência de Toríbio, Babalo é encarregado de cuidar do Angico e revela-se um ótimo administrador. É Quadros o encarregado da estância porque Rodrigo, envolvido com sua vida urbana e voltado para a política, contrastando com sua origem, pouco entende do mundo rural. O sucesso de Babalo enquanto administrador revela que sua falência não se deveu por incompetência administrativa, mas por sua visão de mundo ser incompatível com o mundo capitalista que se desenvolvia.

Enquanto ocorrem as revoltas, Tio Bicho lê Allan Kardec e Arthur Conan Doyle (1859-1930). Ler estes autores, por diversão ou não, sinaliza o aparecimento no Brasil e no Rio Grande do Sul de *O Tempo e o Vento* do espiritismo de linhagem positivista. O Kardecismo distingue-se de outras religiões espíritas pela ideia de progresso da alma e por sua pretensão à cientificidade. Conan Doyle, o autor da personagem Sherlock Holmes, no fim de sua vida aderiu à doutrina kardecista.

Embora não participe da revolta nem tenha ingressado em uma coluna, Rodrigo entende que a Revolução pretendida é antioligárquica, o que é questionado por Stein, que a entende apenas como uma disputa entre as oligarquias paulista e sulina.

A Revolta em São Paulo trouxe militares de diversas partes do país para o Rio

Grande do Sul. Como consequência, “O comércio local, tanto o alto como o baixo, vendia como nunca. As mais conhecidas solteironas da cidade haviam contratado casamento com majores e tenentes de meia-idade.” (VERISSIMO, 2005f, p. 207) Os militares, com rendimentos fixos, eram consumidores em potencial. Com um bom número de consumidores, os comerciantes prosperavam. Na proporção inversa, famílias tradicionais ligadas a agroexportação viam seu patrimônio reduzir-se.

Santa Fé, então uma cidade dominada pelas classes ligadas à economia rural, transformava-se. Não só o comércio impunha-se como economia importante, como ocorrera em *O Retrato*, como também a cidade

“começava a ter sua pequena indústria, graças, em grande parte, aos descendentes dos imigrantes alemães e italianos como os Spielvogel, os Schutz, os Lunfardias, os Kerns e os Cevi os quais, à medida que prosperavam economicamente, iam também construindo suas casas de moradia na cidade e estavam já entrando nas zonas até então ocupadas apenas pelas famílias mais antigas e abastecidas.” (VERISSIMO, 2005f, p. 218)

O enriquecimento oriundo de madeireira como no caso dos Spielvogel, ou de padaria e fábrica de massas, como os Lunfardias, diversificava Santa Fé econômica e socialmente.

Os novos ricos e os antigos, na busca de conforto e de destaque social, entraram em uma nova disputa simbólica. Os carros que desfilavam pelas ruas e as casas que eram construídas eram formas de exposição de riquezas. Ter um carro mais potente, ou maior, ou uma casa mais espaçosa, enquanto sinais de riqueza, eram formas de distinguir-se, de sobrepor-se ao outro. As disputas políticas, em torno de nomes e cores de lenço, entre Maragatos e Pica-paus, cedia à concorrência entre os times de futebol “Avante” e “Charrua”.

A transformação econômica da cidade acompanhava uma transformação de comportamento. A indústria cultural chegava a Santa Fé por meio do cinema, de revistas e do rádio. A cultura, em forma de cultura de massas, transforma-se em mercadoria e transforma também as relações comerciais. José Kern, acompanhando as mudanças na forma de transmissão cultural, monta a loja Casa Edson para as novidades eletroeletrônicas em Santa Fé e, além de vender vitrolas para os fazendeiros, inaugurou

“o sistema de vendas a prestações, permitiu que funcionários públicos, comerciantes menores e até mesmo empregados do comércio pudessem adquirir aquelas máquinas que iam aos poucos lançando no olvido ou no ridículo os gramofones de modelo antigo.” (VERISSIMO, 2005f, p. 246)

A implantação do sistema de crédito não somente permite a ampliação do consumo como também significa o aprofundamento das relações capitalistas com a formalização e capitalização da compra a prazo.

A cultura veiculada à indústria que chega a Santa Fé é em boa parte de origem norte-americana. O primeiro filme falado a passar pela cidade foi produzido pela Warner Bros Entertainment. Era o início da cultura do *American Way of life*. A cultura norte-americana, com seu culto à velocidade de seus automóveis, seu cinema e sua música, domina Santa Fé. As transformações culturais expressas em *O Arquipélago* não estão limitadas a Santa Fé. Terêncio Prates, em carta, da França, para Rodrigo, considera-se de cultura do século anterior, condena o jazz “negroide”. Para ele, a nova geração:

“Campeia no mundo a mania da pressa, a paixão pelo automóvel. Pelo avião, pelo telefone sem fio, em suma, por tudo que represente vertigem e rapidez. E o mais trágico é que não sabem ainda aonde querem chegar.” (VERISSIMO, 2005f, p. 216)

O estanceiro e positivista Terêncio Prates esperava encontrar uma Paris anterior à Primeira Guerra, com hábitos culturais sem influência norte-americana. Mas a indústria cultural produzida nos Estados Unidos dominava também a Europa.

Como reflexo das transformações culturais, a dança no Clube Comercial, entre rapazes e moças, diferente do que era até então, em que os corpos quase não se tocavam, passa a ser de corpo colado. O cinema e as revistas impunham, além de seus heróis e valores morais, padrões estéticos. Para acompanhar a moda divulgada pelas atrizes de cinema e modelos das revistas, *“algumas mulheres faziam dieta, queriam estreitar os quadris, diminuir o volume dos seios, pois o ideal feminino moderno eram as figurinhas esbeltas dos figurinos europeus.”* (VERISSIMO, 2005, p. 221) A cultura de massa influenciava não só na forma de comportar-se como também na maneira de moldar o corpo.

O carnaval também sofria mudanças. Se antes eram bailes de mascarados “tristes”, a novidade era a noite de blocos de pessoas separadas pela cor da pele, um bloco de “brancos” e outro de gente “de cor”.

Percebendo as mudanças culturais, Anamitas Camacho, em *A Voz Serrana*, escreve que Santa Fé se civiliza. Para ele, o padrão cultural dos países industrializados era exemplo de “civilidade”. A civilização, neste sentido, contrapõe-se a uma cultura oriunda de uma vida rural. A cultura civilizada, de certa forma, também significa a cultura capitalista das relações impessoais.

Cético às mudanças culturais, Arão Stein contrapõe a modernidade ao crescimento da tuberculose e à mortalidade infantil. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, para ele, não beneficia a todos, mas a uma minoria que sabe lucrar com os resultados de pesquisas, transformando-os em mercadorias. De nada adiantaria a ciência e a tecnologia evoluir se a maior parte da população viveria como se fosse há séculos passados.

O episódio termina com Toríbio contando a Rodrigo que, durante a campanha na Coluna Prestes, tivera uma visão de seu pai que o salvou de uma emboscada que o levaria à morte.

6.4 - O Cavalo e o Obelisco

O contexto do episódio *O Cavalo e o Obelisco* é a Revolução de 30. Após a ruptura da política “Café com Leite”, aliança dos produtores paulistas de café com os produtores mineiros de leite, Minas Gerais alia-se ao Rio Grande do Sul para o lançamento da campanha de Getúlio Vargas. Júlio Prestes Luís é eleito após o pleito fraudulento. Entretanto, o vice presidente da chapa de Vargas, João Pessoa, é assassinado, dando motivo para um levante que impediria a posse do candidato paulista.

Ao contrário dos demais episódios, que seguiram sem rupturas cronológicas, de *Um Certo Capitão Toríbio* a *O Cavalo e o Obelisco* passam-se três anos. Neste tempo, Rodrigo, por sugestão de Getúlio Vargas, tornou-se Intendente de Santa Fé, ocupando o gabinete que fora do Coronel Madruga.

O episódio inicia-se em fins de julho com o aniversário de Flora. Paradoxalmente, Rodrigo Cambará, que fará parte do governo do Estado Novo, no início do episódio, critica Getúlio Vargas: “*O homenzinho não arrisca nada, só quer jogar na certa. entrou na corrida presidencial meio que empurrado.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 23) Nas várias passagens em que está presente ou é referida, a personagem ficcional Getúlio Vargas apresenta-se como uma figura hesitante e cautelosa até o momento revolucionário de 1930.

Por meio das conversas que ocorrem no Sobrado, Toríbio manifesta simpatia pelo manifesto de Luiz Carlos Prestes, expressando seu descontentamento com o programa da candidatura a Presidente de Getúlio Vargas. Neste manifesto, conhecido como o *Manifesto de Maio*, Prestes recusava-se a liderar uma revolução contra a posse de Júlio Prestes e assumia uma postura anti-imperialista e de defesa da tomada do poder pelas “massas trabalhadoras”. A simpatia de Toríbio por Prestes e seu manifesto sinalizou o aprofundamento de sua ruptura política com o irmão. Se Rodrigo passa a fazer parte de um governo federal, seu irmão mantém-se na oposição.

Após o assassinato de João Pessoa, vice-presidente da chapa de Getúlio Vargas, iniciam-se em Santa Fé os preparativos para a revolução. Pela primeira vez na História do Rio Grande do Sul, e também no romance de Erico Veríssimo, a maioria dos gaúchos está unida em nome de um levante. Maragatos, pica-paus, ou chimangos, esquecem-se as diferenças para unirem-se em torno de um objetivo: a derrubada do Presidente Washington Luís e o impedimento da posse de Júlio Prestes. Rodrigo Terra Cambará, por exemplo, a contragosto, teve que confabular com seu antigo adversário, o Coronel Madruga. A adesão era tanta que Liroca pensou que era a “maragateização” do país.

Em três de outubro, recebendo a notícia de que os quartéis eram tomados pelos revolucionários, Rodrigo, que contava com o apoio dos sargentos, convocou seu filho

para a tomada do quartel que fazia a guarnição de Santa Fé. No levante, que teve pouca resistência, morreram o Sargento Sertório e o Tenente Bernardo Quaresma, amigo dos Terra Cambarás. Mesmo tendo incitado seu filho Floriano ao assassinato de Quaresma, Rodrigo fez questão de pagar-lhe o enterro.

No entendimento de Rodrigo, para Floriano, participar do levante seria uma espécie de ritual de iniciação na vida adulta de macho gaúcho. Saber usar uma arma seria uma amostra de coragem e hombridade. É neste episódio que Floriano Terra Cambará inicia sua autonomia dentro do romance e sua ruptura com o pai. Se Rodrigo Terra Cambará queria vê-lo formado em Direito, ele, em sua aspiração a romancista, “*sentia-se um estrangeiro em sua própria cidade natal, em sua própria casa.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 32) Floriano, portador de novos valores, diferentes radicalmente de suas origens, terá seu momento de ruptura ao recusar-se a matar o tenente Bernardo Quaresma, a quem considerava um amigo da família, por ocasião do assalto ao quartel de Santa Fé pelos revolucionários partidários do movimento que depôs Washington Luís.

Com a possibilidade da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, “*Rodrigo pouca ou nenhuma atenção dava para seus deveres de intendente. Achava-se inteiramente absorvido pela revolução.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 101) Suas expectativas estavam voltadas para uma nova vida no Rio de Janeiro.

Erico Verissimo, por meio da personagem Maria Valéria, reflete sobre o envolvimento dos homens na guerra:

“Os homens insistiam nos mesmos erros. Pronunciavam frases antigas com entusiasmo novo. Encontravam justificativa para matar e para morrer, e estavam sempre dispostos a acreditar que 'desta vez a coisa vai ser diferente'”. (VERISSIMO, 2005g, p. 103)

Em nome de ideais abstratos, ao longo da história, os homens matam-se nas guerras sem realizar mudanças essenciais.

Consumada a Revolução, Rodrigo embarca no Trem Presidencial rumo ao Rio de Janeiro. No trem, que tinha hasteada a bandeira do Rio Grande do Sul, encontra

Getúlio Vargas e Góis Monteiro. A tomada da capital brasileira por Getúlio Vargas e Rodrigo Cambará representa a consolidação da integração do Rio Grande do Sul, e de Santa Fé, ao Brasil. A cidade dos Cambarás deixou de ser uma ilha, um lugar isolado e preso a políticas locais, para integrar-se ao país de dimensões continentais. E o Rio Grande do Sul não só consolidava sua presença na política nacional como também assumia a liderança.

6.5 - *Noite de Ano Bom*

Em *Noite de Ano Bom*, a referência histórica é início do Estado Novo sob o comando de Getúlio Vargas. No contexto internacional, o referencial histórico é a Guerra Civil Espanhola. O salto cronológico é de sete anos em relação ao episódio *O Cavalo e o Obelisco*. Entre os acontecimentos históricos importantes, fica fora do romance de Erico Verissimo a passagem do Governo Provisório ao Governo Constitucional em 1934.

Neste episódio, a personagem Floriano impõe-se como foco narrativo. São suas descobertas amorosas e seus traumas com o pai que ocupam boa parte da narrativa. Floriano tem uma paixão platônica por Sílvia. Entretanto, ela está prometida ao seu irmão Jango. Floriano percebe que ela tem uma devoção à sua família e que desejava ser amada e Jango manifesta sua intenção de casar com a moça.

O episódio é de certa forma situado em um marco na História do Brasil, mas também, internamente, marca uma transformação dentro do próprio romance. A família Cambará inicia seu processo de esfacelamento. Bibiana, filha de Rodrigo Cambará, por exemplo, tem sua preferência por Copacabana. Sua pretensão é trocar Santa Fé pelo Rio de Janeiro. Eduardo, por sua vez, inicia sua paixão pelo marxismo.

Noite de Ano Bom inicia-se em fins de 1937 com o enterro da mãe de Arão Stein,

Sara Stein. Rodrigo, presente na cerimônia, está em Santa Fé para anunciar o casamento de Sílvia com seu filho Jango e, principalmente, conquistar adesões em Santa Fé para o apoio ao governo de Getúlio Vargas. Rodrigo, que desde a Revolução de 30 mora no Rio de Janeiro, possui um cartório como fonte de renda, uma vez que não faz parte, diretamente, do governo de Vargas. Sua participação, embora importante, conforme o romance, é de caráter consultivo.

Durante o enterro da mãe de Arão Stein, único filiado ao Partido Comunista em Santa Fé, Eduardo fala para um grupo de simpatizantes do comunismo que seu pai não deve estar sentindo-se bem ao apoiar uma ditadura quando durante muito tempo declarou-se democrata.

Entre os ouvintes de Eduardo, um rapaz explica o motivo da morte de Sara: alguém, embasado na leitura de *O Correio do Povo*, teria dado à mãe de Stein “a notícia de que um moço do Rio Grande do Sul, soldado da Brigada Internacional na Espanha, tinha sido ferido gravemente. Trata-se dum tal de Vasco não sei de quê” (VERISSIMO, 2005f, p. 191) Aqui, Erico liga sua obra à outra, *Saga*, em que a personagem Vasco participa da Guerra Civil espanhola como voluntário das forças contra o fascismo de Franco, mas não morre em batalha.

Durante a cerimônia fúnebre, ao aproximar-se do túmulo do Tenente Quaresma, Rodrigo percebe que, na inscrição que ele mandou fazer: “*morreu como um bravo em defesa de suas convicções*” (VERISSIMO, 2005g, p. 186) alguém havia quebrado a martelo a palavra bravo; provavelmente teria sido o pai do Sargento Sertório, que fora morto pelo Tenente. O Sargento não era frequentador do Sobrado, não era amigo de Rodrigo, e, embora tivesse lutado com este, não ganhou nenhum enterro como o de Quaresma.

Ao passar pelo túmulo do Tenente, o próprio Rodrigo reflete sobre sua própria transformação: “*O Rodrigo Cambará de 1930 à esta hora estaria na coxilha, de armas na mão, para derrubar esse novo governo. Mas acontece que sou o Rodrigo Cambará de 1937.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 188) Daquele Rodrigo, de armas na mão, lutando contra um governo que considerava tirano, pouco restara. O Rodrigo de 1937 faz parte

de um governo que pode ser considerado tirano.

Durante o enterro, Rodrigo impõe sua autoridade aos filhos e evita que estes comentem a queima das bandeiras estaduais e o suposto desvio para o mercado negro do café, que deveria ser queimado para manter o preço daquele produto. (VERISSIMO, 2005g, p. 192) A queima do café, em 1931, foi uma medida de contenção da queda do preço ante os efeitos da crise da bolsa de Nova Iorque em 1929. A queima das bandeiras estaduais fez parte do projeto de Getúlio Vargas de fomentar uma identidade nacional a partir de uma cultura que privilegiasse o nacional em detrimento do local. Essa era uma forma de garantir a unidade nacional. A autoridade paternal já fora anunciada quando Eduardo, que cursara direito à custa da família, manifestara ao pai seu desejo de seguir Arão Stein na Guerra Civil Espanhola e sua simpatia pelo comunismo. Rodrigo, em resposta, ameaça mandar prendê-lo.

Após apresentar o cenário do enterro de Sara Stein, a narrativa conduz a uma descrição de Santa Fé por aquela época de entre guerras. Em termos sociais, um grupo comerciante de origem alemã ascendia economicamente. “*Em 1933 José Kern comprou o Café do Poncho Verde ao seu fundador e proprietário, um ex tropeiro de Dom Pedrito.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 192) Kern representa esse grupo ascendente que passa a ocupar o lugar de um grupo de origem de maior tradição local.

José Kern, alemão e simpático às transformações políticas que ocorriam na Alemanha com a conquista do poder por Hitler, transforma seu ponto comercial em um local de encontro e debate político. Enquanto o Poncho Verde torna-se centro de conflitos entre os diversos grupos políticos, forma-se em Santa Fé o núcleo integralista, ao qual Kern adere.

A ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, bem como o surgimento do círculo nazista, de núcleos do Partido Nacional Socialista Santa Fé, assim como em outros municípios (VERISSIMO, 2005g, p. 198), funcionam como parâmetros históricos que inserem o romance não só na História do Brasil como também na História Mundial.

A ascensão do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália tem sua repercussão

em Santa Fé, empolgando integralistas e nazistas de origem alemã. “*Em dezembro de 1935, José Kern entronizou no salão café Poncho Verde um retrato de Plínio Salgado e outro de Adolf Hitler*”. (VERISSIMO, 2005g, p. 200) Em 7 de setembro de 1937, no comício da Independência, o então prefeito Terêncio Prates causou um constrangimento, ao pedir que os oficiais da guarda saudassem a bandeira nazista. Estes se recusaram. O boato popular, que circulava na cidade, era de que, na Alemanha, os mapas mostravam partes do Rio Grande do Sul como colônia nazista.

A referência histórica no episódio, além da tomada de poder de Hitler, é dada também pela União Soviética, que experimentava uma transformação política. Após a morte de Lenin, a disputa pelo poder entre Josef Stálin e Leon Trotsky resulta na vitória do primeiro e o início de um regime de centralização política e eliminação física da oposição, mesmo daqueles que participaram do processo revolucionário. Trotsky, por exemplo, é exilado na Noruega enquanto que vários membros do PCUSS são acusados de traição. (cf. VERISSIMO, 2005g, p. 200) Acompanhando essas transformações, Arão Stein desilude-se com os rumos da revolução, principalmente após o assassinato de Trotsky e o pacto germano-soviético.

Em paralelo aos acontecimentos históricos, Floriano, que assume o centro da narrativa, vivencia suas paixões. É neste episódio que ele conhece a norte-americana Marian Patterson, com quem desenvolve uma relação de amizade e sexo sem compromisso. Floriano expressa para Marian a sua visão da mulher norte-americana: “*Acho que as mulheres são fabricadas em série. Como automóveis e máquinas de lavar*.” (VERISSIMO, 2005g, p. 213) De certa forma, Marian, ao contrário de Sílvia, é seu oposto. Se ele é um intelectual sensível aos problemas sociais, ela é uma funcionária de um escritório de uma grande empresa norte-americana e defende suas posições racistas como naturais de sua formação.

Floriano desenvolve suas convicções políticas que o vão caracterizar como um intelectual independente:

“Falava-se frequentemente das ditaduras policiais, mas nunca suficientemente na tiranida da comunidade chamada democrática que nos exige um padrão rígido de comportamentos, palavras, gestos e até sentimentos na hora

apropriada, e mais o uso de fórmulas consagradas: uma espécie de burocratização programática da hipocrisia.” (VERISSIMO, 2005g, p. 253)

Ele não se identifica nem com a democracia uniformizante, por meio da indústria cultural, dos Estados Unidos, nem com os regimes autoritários, sejam de esquerda ou de direita.

A identificação de Floriano não está em seu pai, um político de posição de um governo ditatorial. E nem em seu tio, um homem do campo, com um padrão de comportamento que lhe parece um tanto ambíguo. Após uma conversa com seu tio, Floriano reflete sobre a personalidade deste:

“Segundo o seu código particular, permitia-se a um homem a satisfação de todos os seus caprichos e desejos sexuais: podia cometer adultério, indiscriminadamente, até com a mulher do melhor amigo, tinha o direito de deflorar as chinocas como as do Angico e até fazer-lhes filhos... O que importava para um macho era não ser covarde, ladrão ou vira-casaca em matéria de política...” (VERISSIMO, 2005g, p. 259).

Toríbio era fiel às suas convicções políticas, mas não ao próximo.

Nesta conversa com Floriano, Toríbio expressa a ideia de que até mesmo Flora foi corrompida pelo poder e pelo Rio de Janeiro. O consumo e luxo não seduziram somente Rodrigo, mas também Flora.

Na proximidade da virada do ano, Terêncio Prates renuncia ao cargo de prefeito em favor de um interventor federal. E, em uma conversa no Sobrado, sobre a autenticidade do plano Cohen, uma tentativa dos comunistas de tomar o poder, que originou o golpe de Vargas, Rodrigo fala-lhe que pouca importância tinha a autenticidade do documento que justificava o Estado Novo, *“o importante era ter em mente a gravidade da hora nacional.”* (VERISSIMO, 2005, p. 234) Essa justificativa servia não só para os outros, mas também para si, uma vez que Rodrigo percebia que suas convicções políticas haviam mudado. Além de ter entrado definitivamente na política, envolvia-se em empreendimentos imobiliários, salvando-se da crise pecuária desencadeada pela crise de 1929 e também ampliando seu patrimônio.

Após um desentendimento com Rodrigo Cambará na noite de Ano-Novo, Toríbio convida Floriano para ir a um bar beber algo. No bar, envolve-se em uma briga em que é gravemente ferido. Floriano reage e ataca um dos agressores de seu tio com uma garrafada na cabeça. Toríbio, com uma hemorragia na virilha, falece. Ele era o último dos Cambarás, que, ligado ao mundo rural, participava de levantes armados contra governos.

6.6 - *Diário de Sílvia, Cadernos de Pauta Simples e Reunião de Família* e o ano de 1945

O *Diário de Sílvia*, penúltimo episódio de *O Tempo e o Vento*, inicia-se em 24 de setembro de 1941 e finaliza em 4 de dezembro de 1943. Basicamente, trata dos dramas de uma mulher de origem humilde cuja afetividade está dividida entre dois irmãos. Um é Floriano, o escritor intelectual e sensível, outro, Jango, o estanceiro rústico. O *Diário de Sílvia* preenche a lacuna temporal de quase sete anos entre *Noite de Ano Bom* e *Rosa dos Ventos*. Em termos de narrativa, estabelece uma ruptura com o conjunto de *O Tempo e o Vento*, não somente por tratar-se de um texto em primeira pessoa, cujo narrador é do sexo feminino, como também por estar na forma confidencial de um diário. Não será desenvolvida a exposição de *Diário de Sílvia* porque este episódio, embora possa ser rico em possibilidades de análise, não traz novos elementos ao objeto da presente tese, que é a construção do Estado brasileiro.

Os *Cadernos de Pauta Simples, Reunião de Família e Encruzilhada*, junto com *Rosa dos Ventos* e *Uma Vela pro Negrinho*, de *O Retrato*, por situarem-se logo após o regresso de Rodrigo Terra Cambará a Santa Fé em 1945, podem ser agrupados como se fossem em um único episódio. Além disto, os acontecimentos que narram, tanto literários como históricos, seguem em sequência.

Destes, o que tem maior autonomia em sua forma narrativa é, por motivos

evidentes, *Caderno de Pauta Simples*. Com o narrador em primeira pessoa, e escrita em itálico, expressa as reflexões do escritor Floriano Cambará. No caderno, ele “testemunha a violência das revoluções e guerras intestinais e, professor em Berkeley, surpreende-se ensinando literatura brasileira enquanto as atrocidades nazistas aconteciam na Europa.” (BORDINI, 2005, p. 9) É neste caderno que acompanhamos o amadurecimento intelectual e literário de Floriano, bem como suas preocupações em posicionar-se, enquanto intelectual, frente a regimes ditatoriais.

No contexto de *Reunião de Família*, o Estado Novo, representando o velho “caudilhismo urbano” nas palavras de Floriano, ruíra. Os partidos políticos, que eram regionais na época da República Velha, com exceção do PCB, que desde sua fundação possuía sedes em várias regiões do Brasil, foram extintos, e os novos são nacionais. As principais forças políticas estão articuladas entre o Partido Social Democrata, criado por Vargas, do Presidente eleito, Marechal Gaspar Dutra, apoiado por parte da burguesia agrária e a classe média urbana; o Partido Trabalhista Brasileiro, também criado por Vargas para a incipiente classe trabalhadora urbana; e a oposição ao Varguismo com a União Democrática Nacional, representante da pequena burguesia urbana.

Os acontecimentos de *Reunião de Família* têm a narrativa dividida por dias. O primeiro dia é 25 de novembro de 1945 e o último é 16 de dezembro do mesmo ano. Como revela o título do episódio, trata-se de reuniões que ocorrem no quarto de Rodrigo Cambará no Sobrado. Em volta do enfermo, na maioria das vezes, discutindo principalmente política, encontram-se Floriano Cambará, o Padre Zeca, Tio Bicho, Terêncio Prates e o nada lírico José Lírio.

É em *Reunião de Família* que Floriano expressa a Tio Bicho e a Padre Zeca seu descontentamento com seus romances, que lhes parecem superficiais, carentes de sentimentos profundos. E é então que descobre que, para poder escrever romances profundos, teria que esclarecer alguns pontos de sua relação com o pai, como por exemplo, a noite em que falhou ao não atirar no Tenente Quaresma, quase deixando Rodrigo Cambará ser morto por este. É também em *Reunião de Família* que temos o regresso de Pepe Garcia, o anarquista de *O Retrato*. Agora, ele é um artista alcoólatra que não consegue mais fazer nenhuma grande obra desde que pintou o retrato de

Rodrigo Cambará.

Em *Reunião de Família*, Rodrigo Cambará afirma que, quando era Intendente de Santa fé, sua primeira medida foi criar a vila Esperança para “*liquidar os ranchos miseráveis e nauseabundos do Purgatório, do Bairro Preto e da Sibéria, substituindo-os por casas de madeira, modestas, mas limpas e razoavelmente confortáveis.*” (VERISSIMO, 2005f, p. 312) Tudo feito com paixão e financiado por um fundo criado por ele. Entretanto, para Floriano, a Intendência e, mais tarde, a revolução foram saídas para as dificuldades financeiras do Angico.

Entre uma conversa e outra, Floriano passeia pela cidade. Em um destes passeios encontra Arão Stein. O judeu comunista fala-lhe de sua ruptura com o Partido Comunista de orientação soviética: “*Estou entre muitos fogos. Os capitalistas me odeiam porque sou marxista. Os da minha raça me desprezam porque sou um renegado. Os comunistas me perseguem porque inventaram que atraíçoei o Partido.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 120) Em outro momento, Tio Bicho explica a Floriano que houve uma discordância pública de Stein com o Comitê Central do Partido, em 1943, e ele é tachado de trotskista.

Entre os assuntos das conversas no quarto do enfermo Rodrigo Cambará, está o governo e a pessoa de Getúlio Vargas. Em uma delas, Terêncio Prates questiona Rodrigo sobre o fato de Getúlio ter sido o Ministro da Fazenda do governo Washington Luís, embora não entendesse do assunto ligado à economia, e por ter manifestado-se contra o voto secreto. Rodrigo contra-argumenta dizendo que Vargas entendia que a Aliança Liberal não estava vinculada a nomes, mas a ideias políticas. As alianças não eram pessoais, não eram a partir de pessoas, mas de uma necessidade estratégica de, por meio de aproximações com adversário, conseguir deles pequenas ou grandes concessões que resultariam na realização de um objetivo político.

Curiosamente, em uma das conversas, Tio Bicho anuncia o que poderia ser considerado uma profecia: uma mulher questiona Getúlio Vargas sobre a possibilidade da Revolução fracassar, Vargas responde: “*Já. Tanto pensei, que trago aqui no bolso um revólver. Vivo, eles não me pegam.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 128) A referência é a saída

de Getúlio Vargas do poder em 1945. Entretanto, é preciso lembrar que, quando Erico Veríssimo escrevia *O Arquipélago*, Vargas já havia cometido suicídio em 1954 devido a uma tentativa de golpe. Terêncio Prates não acredita em tal possibilidade e entende Vargas como traidor da Revolução, pois não cedeu o poder nem aos tenentes, nem aos integralistas que o apoiaram e nem governou somente para os estanceiros gaúchos.

Rodrigo, contrapondo-se a Terêncio, afirma que um governo não é feito de apenas um homem, mas de um jogo de relações. Floriano lembra que os revolucionários queriam apenas mudanças superficiais para logo em seguida um retorno à normalidade. Os tenentes, apoiadores de Vargas em 1930, não sabiam para que lado iam, ou para a direita ou para a esquerda “*num momento pareciam comunistas, e noutra, fascistas. (...) Tudo isso revelava o confucionismo dos tenentes.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 134) O “confucionismo” destes era fruto de uma postura oposicionista radical, mas sem um programa ou um pensamento político claro, o que proporcionou que parte destes aderisse tanto ao comunismo da Aliança Nacional Libertadora quanto ao fascismo da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado. Luiz Carlos Prestes, tanto enquanto personagem ficcional quanto histórica, ilustra o primeiro caso.

Pela conversa dos personagens presentes neste episódio, ficamos sabendo das mudanças sociais ocorridas em Santa Fé. O Clube Comercial, antigo reduto de estanceiros de famílias tradicionais, agora vai ser presidido por comerciante emergente. Um novo tempo é anunciado por Rodrigo Cambará. O populismo presente no Clube Comercial é fruto de um Estado paternalista que, paradoxalmente, promove a modernidade, estimula a urbanização e fomenta o surgimento da “Classe trabalhadora”. Estes trabalhadores, por sua vez, mesmo tutorados pelo Estado por meio do Ministério do Trabalho, organizam-se em sindicatos como a “União Operária”, foco de disputa das diferentes vertentes de esquerda, do comunismo ao anarquismo. A industrialização cria o operariado e, em sua origem, possibilitava que esse se concentrasse na fábrica, trocasse experiências e mágoas e se organizasse em torno de sua identidade de classe.

A direita está presente através de Terêncio Prates e seu discurso ufanista nacionalista. Este, ruralista, é defensor da ideia do Brasil como celeiro do mundo e dos valores tradicionais ligados à terra. Como dom divino, baseado em uma “História

Universal”, a propriedade privada, em especial a da terra, é inviolável. A existência de proprietários aparece como correspondente da diversidade biológica entre os seres. Contrário à industrialização e à miscigenação, parece um membro da futura Tradição, Família e Propriedade, defensora da Ditadura Militar. Ele pode ser um representante do que conhecemos como as “ideias fora do lugar”. Mesmo sendo partidário da ideia de o Brasil ser essencialmente um país agroexportador, é também defensor dos governos positivistas rio-grandenses - lembrando que, na origem francesa, o positivismo era favorável ao desenvolvimento que implica a industrialização, tão defendida mesmo entre militares brasileiros promotores da República. Prates é também admirador de Charles Maurras, poeta nacionalista francês, representante dos princípios católicos e da Monarquia.

Tio Bicho, que vive do arrendamento de suas terras, como um burguês da rural, e Floriano, embora herdeiros do patriarcado rural, assumem uma postura mais cosmopolita. No debate com Prates, questionam os mitos fundadores dos lendários heróis rio-grandenses e apontam para as transformações, para novos tempos. Para eles, uma nova elite se forma, oriunda dos imigrantes e de atividades agroindustriais. Floriano lembra também que pela análise da lista telefônica - o serviço de telefonia, além ser um símbolo de modernidade ao encurtar distâncias, era caro e restrito a poucos - constata-se o surgimento de uma camada da classe média urbana composta por profissionais liberais. A classe operária, assalariada, no novo regime, pelo menos em tese, tem também a possibilidade de organização política. É a universalização do voto, advento da Revolução Burguesa de 1789, marco da passagem da Idade Moderna (do Antigo Regime) à Idade Contemporânea. Outra Revolução, a Russa de outubro de 1917, espalhou pelo mundo a esperança de um mundo igualitário. Em Santa Fé, esses ideais foram defendidos por Arão Stein, que, mesmo participando das Brigadas Internacionais, lutando contra as forças fascistas de Franco, seria acusado pelo Partido Comunista de traidor por não seguir à risca seus dogmas.

Tio Bicho e Floriano defendem uma postura de um Estado intervencionista (regulador da economia) e a necessidade de uma melhor distribuição da terra, acompanhada com uma modernização do campo por meio de investimento em infraestrutura, como escolas, eletricidade ou assistência médica. Lembram que o livre

mercado leva a crises, como poderiam ter citado a de 1929.

O debate com Prates leva Tio Bicho e Floriano a abordar a influência norte-americana, que, por meio do cinema, divulga seu “estilo de vida americano”. E essa cultura é a do consumismo, da necessidade de consumo, mesmo se o que é consumido não é necessário, para que o indivíduo se sinta aceito socialmente. Na lógica do capitalismo, isso funciona como forma de manter constante a circulação de mercadorias. Uma mercadoria, mesmo que ainda possa desempenhar suas funções, deve ser substituída por um modelo mais novo, mesmo que não haja acréscimos em termos de desempenho.

Após ser acusado por Prates de destruir tudo, todos os ícones necessários à boa civilização, Floriano vai além e defende a ideia de que o problema é também semântico, de que os governantes, com auxílio de literatos contratados, criam mitos e lendas, transformando, por exemplo, Bento Gonçalves em um salvador. Mas esse problema, lembra, não é monopólio nem da direita liberal, com seu “estilo de vida americano”, que cria uma absurda necessidade de consumo, nem da extrema direita, com seu mito da raça ariana, nem da esquerda stalinista com sua ilusória ditadura do proletariado. Floriano propõe então uma nova visão do Rio Grande do Sul, a partir da compreensão do papel feminino na História e na desmistificação de heróis, tornando-os mais humanos e menos míticos.

Em uma das conversas com o pai sobre o governo Vargas, Floriano confessa a Rodrigo ter tido simpatia pela Revolução Paulista de 1932. E tio Bicho lembra-o de que Toríbio chegou até mesmo a participar do levante, o que Rodrigo, por ser amigo de Getúlio e parte do governo, entendia como um ataque pessoal.

O último dia de *Reunião de Família* é 15 de dezembro de 1945. Pelo diálogo entre as personagens presentes no quarto de Rodrigo, Terêncio Partes, Floriano, Tio Bicho, o Padre Zeca Toríbio e o próprio Rodrigo, ficamos sabendo de algumas mudanças em Santa Fé. Ao perguntar por seu filho Eduardo, Rodrigo fica sabendo que este se encontra na União Operária em campanha para a vitória da chapa comunista na disputa pela direção dessa organização. Para Rodrigo, os comunistas ganham dos

anarquistas, assim como ganharam os progressistas, na visão de Carlos Prestes, no Clube Comercial, tirando da direção do clube os tradicionais estanceiros.

Neste dia é anunciado também o rompimento entre Eduardo, claramente de linhagem stalinista dentro do Partido Comunista, com Arão Stein. Stein, após ser acusado de traição ao partido e ser expulso do mesmo, entrou em decadência psicológica.

O debate e o episódio terminam com a chegada do médico Dante Camerino.

6.7 - Epílogo: Encruzilhada

Encruzilhada é o último episódio de *O Arquipélago* e também de *O Tempo e o Vento*. Cronologicamente, poderia ser a sequência de *Reunião de Família*, mas não é, possui uma estrutura de narração diferente, pois não está organizado em dias.

A narrativa inicia-se na madrugada de 18 de dezembro de 1945 com o anúncio do suicídio de Arão Stein. O corpo pendurado numa figueira fora achado por um distribuidor de pão. Foram poucas pessoas ao enterro, Stein tinha poucos amigos. O corpo de Stein foi levado para a casa de Tio Bicho, que lhe providenciou o caixão e um enterro simples, sem referências religiosas como crucifixo ou missa.

Refletindo sobre o amigo suicida, Tio Bicho compara-o com Judas por enforcarse em uma figueira, e com Raskolnikov, personagem de *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, por ter sido, indiretamente, responsável pela morte de uma mulher em nome de uma causa maior. A mãe de Stein teria morrido por causa da ida do único filho à Guerra Civil Espanhola. A preocupação com a possibilidade de se morrer na guerra teria consumindo-lhe a saúde.

Após o enterro de Arão Stein, o cenário é novamente o Sobrado e o quarto de

Rodrigo Cambará. A narrativa, finalizando o romance, passa a abordar os “acertos de conta” entre Floriano e Sílvia e Floriano e seu pai. Após um ensaio de um beijo na boca, Floriano, cheio de sentimentos de culpa, recebe de Sílvia o diário que deu origem ao título do episódio anterior.

Dialogando com seu pai, Floriano desabafa suas mágoas, criadas após ter levado um pontapé de Rodrigo por não ter conseguido atirar no Tenente Quaresma. No desabafo de suas mágoas, Floriano faz uma analogia entre a construção da imagem do pai e a construção da imagem do herói nacional:

*“Os livros de história e as antologias que lemos na escola foram todos escritos ou preparados do ponto de vista da criança ou do adolescente, quero dizer, são uma glorificação, uma idealização da figura do Herói e do Pai. (...) O que ficou de suas vidas e de suas personalidades nesses livros escolares que nos preparam tão mal para vida (...) foi uma síntese dourada, por assim dizer **pasteurizada**, para efeitos cívicos.”* (VERISSIMO, 2005g, p. 414)

A figura do pai como perfeita, como parâmetro de comportamento, é como a do herói nacional, um modelo a ser seguido. Entretanto, ao logo da vida e depois de várias reflexões, descobre-se que tanto o pai quanto o herói formam idealizados.

Após o “acerto de contas” com o pai, Floriano Cambará, em seu quarto, lê o diário de Sílvia e descobre que ela está grávida de Jango. Essa novidade faz com que ele decida-se a desistir de sua paixão por ela. Quando Jango chega ao Sobrado anunciando a novidade, Floriano percebe que seu irmão Jango é incapaz de perceber os sentimentos alheios, e seu autoritarismo o torna também egocêntrico: não é Sílvia que vai ser mãe, é ele que vai ser pai.

Na mesma noite em que Floriano ensaia as primeiras linhas de *O Tempo e o Vento*, morre Rodrigo Cambará. Rodrigo, rompendo com uma tradição, é o primeiro Cambará macho a morrer enfermo em uma cama.

Logo após a morte do patriarca, seus filhos Eduardo, Jango e Bibiana discutem o destino no Angico. Cada um quer seu pedaço, sua herança. A morte de Rodrigo e a divisão das terras dos Cambarás consagram a fragmentação da família protagonista de *O Tempo e o Vento*. Cada filho de Rodrigo afasta-se do outro, não só em visão de mundo

e interesses como também fisicamente, fragmentando a terra que os unia. Cada membro dos Terra Cambarás torna-se uma ilha. A família, que era reunida em uma terra, agora está separada. Não há elementos identitários, exceto a origem, que liguem Jango a Floriano ou a Eduardo ou mesmo a Bibiana. Se entre Toríbio e Rodrigo, na juventude, havia intimidade, o mesmo não ocorre com esta nova geração de Cambarás. No enterro do pai, por exemplo, Floriano pensou, mas não se sentiu à vontade para abraçar seu irmão mais novo, Eduardo.

Uma encruzilhada é o encontro de dois caminhos e, no caso, o ponto de encontro é a morte do pai e a divisão dos bens do mesmo. Mas, a partir deste ponto, os rumos separam-se para, provavelmente, não se encontrarem mais. Os filhos de Rodrigo, com uma mesma origem, encontram-se em sua morte, mas suas escolhas políticas e de estilos de vida os separam.

Ao final da narrativa, a voz em terceira pessoa, que já sabemos tratar-se de Floriano, descreve os acontecimentos em Santa Fé naquele ano-novo da vidada de 1945 a 1946:

“No Purgatório e no Bairro Preto (zonas que a reportagem d’Voz Serrana não cobria), naquela mesma noite, muitas crianças choravam de fome e três morreram de infecção intestinal. Um maloqueiro assassinou a mulher com quem vivia.” (VERISSIMO, 2005g, p. 453)

Em outro lugar, um bisneto de Alvarino Amaral escrevia um poema e um neto de Cacique Fagundes escutava o discurso comunista de Eduardo. Nesse discurso, Eduardo, ao tirar o casaco, deixa à mostra o punhal de família que pertenceu a Pedro, um dos fundadores do clã dos Terra. É também naquela noite que morre Laco Madruga, antigo intendente republicano da cidade.

Por meio da escrita de Floriano em seu quarto, as últimas linhas do episódio ligam o *Arquipélago* ao *Continente*, o fim do romance ao seu início: *“Era uma noite de lua cheia. As estrelas cintilavam sobre a cidade de Santa Fé, de que tão quieta e deserta parecia abandonada.”* (VERISSIMO, 2005g, p. 458) O ciclo fecha-se dentro de uma variedade de possibilidades de caminhos para as personagens e para a História do Brasil. O Estado e a unidade nacional estavam consolidados, agora, a questão seria que

tipo de Estado e nação seriam esses. O ciclo não é perfeito, está mais para espiral que para uma circularidade. Elementos repetem-se, mas com uma nova configuração. Rodrigo não morre em batalha e Floriano não o seguirá no espírito rebelde.

A morte de Rodrigo, logo após o fim do Estado Novo, significa o fim de um período histórico e de uma forma de governo baseada no domínio patrimonial. O Estado Novo, dentro do romance, aparece como um Estado de transição, de um governo de estanceiros oligárquicos ao Estado Moderno. Rodrigo Cambará e Getúlio Vargas, personagens literárias de Erico, são os autores do fim de um mundo do qual fazem parte. E a consequência é um mundo diferente, mas sem negar suas origens. É assim com Floriano Cambará. A morte do pai significa sua libertação. Mas a personalidade de Floriano forma-se à custa das relações pessoais, pois é seu pai quem lhe consegue os primeiros empregos.

A morte de Rodrigo e o fim do Estado Novo significam o fim de uma etapa, o fim do Estado Patrimonialista. Entretanto, o domínio pelo patrimônio e pela distribuição de cargos, embora já não predomine no jogo político, ainda existe. A passagem para o Estado Moderno, democrático, é gradual, sem rompimentos bruscos. E Floriano representa o novo, fruto dessa mudança gradual. Ele é um novo que é oriundo do antigo, não tem origem em uma nova classe, nem mesmo em outra classe dirigente que não a antiga oligarquia. A mudança seria brusca se algum Caré, descendente de Ismália Caré, ou algum empregado do Sobrado, fosse o novo protagonista. O máximo que um Caré consegue é uma estátua em homenagem a um de sua prole, morto em combate durante a Segunda Guerra Mundial.

6.8 - As personagens

As personagens de *O Tempo e o Vento*, principalmente em *O Arquipélago*, podem ser entendidas como referências metafóricas a grupos sociais e a ideias políticas

da época em que o romance foi escrito. Os filhos de Rodrigo Cambará - Bibiana, Jango, Eduardo e Floriano - são personagens que, embora com a mesma origem social, diferem bastante e representam, de certa forma, opções político-ideológicas distintas. Bibiana, por exemplo, casada com Marcos Sandoval, é a mulher consumista e deslumbrada com o Rio de Janeiro, o luxo e a vida de consumo. Desligada de sua origem rural e sem posição político-ideológica clara, é uma personagem de pouca expressão do romance. Jango, por sua vez, oposto de sua irmã, é o único da nova geração dos Terra Cambarás que se mantém ligado à terra e apegado ao Angico.

Outras personagens, além do núcleo familiar dos Terra Cambarás, também funcionam como análogos a ideias ou grupos sociais. Os anarquistas Pepe Garcia e Tio Bicho, assim como os comunistas Arão Stein e Eduardo Cambará, representam claramente pensamentos políticos. Entretanto, representam também momentos históricos distintos e tendências, por vezes conflitantes, como é o caso do desfecho da relação entre Arão e Eduardo.

Outra personagem carregada de simbolismo de um pensamento político é Terêncio Prates. Ele é o típico ruralista moralista pertencente ao integralismo dos anos de 1930. Como Jango, ele não é protagonista e o narrador não nos diz o que ele pensa. Entretanto, com suas características de fascista, ele está mais presente em *O Arquipélago* que Jango.

6.8.1 - Os irmãos e as filosofias políticas

De certa forma, os três filhos de Rodrigo Terra Cambará, Jango, Eduardo e Floriano, representam a configuração político-ideológica do Brasil nos anos de 1950 e 1960. Jango segue a tradição de seu avô Licurgo e de seu tio Toríbio, mas sem o ímpeto aventureiro destes. Assim como em um Brasil que se industrializava, desenvolvendo uma classe burguesa urbana e diminuindo o peso do poder político dos setores rurais,

Jango tem pouca expressão dentro do romance. Não que seu papel seja insignificante, mas é uma personagem sem voz, não sabemos como pensa, pois é vista “de fora”. Ficamos sabendo de sua personalidade por outras personagens como Floriano e, em menor grau, por Sílvia, sua esposa. Jango é estanceiro estereotipado, uma personagem sem vida e sem voz que se caracteriza por traços ressaltados de um tipo social. Seus gostos, hábitos e visão política são próprios de um homem rural preso aos valores tradicionais, mas pouco revelam de sua individualidade, e lhe dão nenhum relevo enquanto personagem. Não sabemos se Jango vivencia algum conflito psicológico ou crise de valor. E, além disto, ele é caracterizado como uma personagem com dificuldades para o diálogo, é incapaz de perceber o outro, como no caso de sua mulher, cujos sentimentos desconhece.

Floriano, em *Reunião de Família*, refletindo sobre o caráter de seu irmão Jango, define-o como:

“Fanático do trabalho, nada existe que despreze mais que o vadio. Fanático da propriedade, poderá ser tolerante com um assassino, porém jamais perdoará o ladrão de gado. Senhor de mui arrigado senso de hierarquia, parece achar que, se há ricos e pobres no mundo, é apenas em virtude de um decreto divino inapelável. (...) Quais são seus prazeres? Um chimarrão, um assado de costela, um crioulo, uma melancia fresca, banho na sanga, bons cavalos, corridas em cancha reta, rinhas de galo (...) e saber-se coproprietário de vastos campos povoados, essa volúpia de dar ordens, de entregar-se à atividade campeira como ao mais excitante e viril dos esportes.” (VERISSIMO, 2005f, p. 294)

Em *Encruzilhada*, Floriano descreve seu irmão Jango: “*Não tem o talento e nem o gosto do diálogo. Está habituado a gritar ordens para os peões.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 312) Essa característica também é percebida por Sílvia que, por ocasião de um conflito em que o marido lhe mandou calar a boca, ela lhe mostrou uma contradição: ele é capaz de opor-se, em discurso, ao regime nazista alemão, sendo ele, por sua prática, um ditador em sua família. No plano externo, público, tem um discurso contra a ditadura, mas no plano interno, privado, com sua visão machista, não admite opiniões contrárias às suas.

Jango, ao contrário de seu pai, trabalha sem objetivo de enriquecer ou ter carreira política. Para Tio Bicho, “*o trabalho do campo é sua religião, com seus*

sacramentos, seus pecados, seu ritual e seu calendário de santos e mártires.” (VERISSIMO, 2005g, p. 316) “*O Angico é sua catedral.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 317) Pouco sabemos sobre Jango para afirmar algo com convicção sobre sua personalidade. Poderíamos supor que se trata de um Quadros, ou um Terra, por sua rusticidade rural. Por seu apego ao Angico, poderíamos aproximá-lo de seu tio Toríbio. Mas não temos pistas se ele, como os Cambarás, tem o apetite sexual exacerbado e o ímpeto pela aventura.

Eduardo, por sua vez, representa a esquerda stalinista. E, enquanto stalinista, expressa, de certa forma, as contradições do movimento comunista e suas teses no Brasil. O Partido Comunista do Brasil, PCB, no qual era filiado, seguia a orientação do PCUS, Partido Comunista da União Soviética, que, por sua vez, correspondia à linha política de Josef Stálin. A linha stalinista defendia que a Revolução Proletária, em países periféricos ocorreria necessariamente por meio da aliança operariado-burguesia. Essa visão fazia parte da “tese” da revolução por etapas.

Como stalinista, Eduardo trocara a fé em Deus pela crença em Marx, Lenin e Stálin. Descrente dos princípios religiosos e da tradição, aboliu uma religião para criar outra. Numa tentativa de romper com seu legado tradicionalista, mas sem renunciar aos benefícios deste, Eduardo organiza um comício, em frente do Sobrado, recheado de palavras de ordens e de ataques indiretos a seu pai. Suas contradições são também as de seu partido, que, ao mesmo tempo em que faz acenos amistosos à burguesia nacional, critica Wall Street.

Eduardo optou pela defesa dos interesses dos oprimidos, a classe operária. Em discurso, é enfático na sua crítica ao imperialismo e ao capitalismo. Mas chegou a Santa Fé em “*um pequeno aparelho do aeroclube de Santa Fé começou a sobrevoar a cidade a uns mil metros do solo.*” (VERISSIMO, 2005c, p. 19) O comunista vê a cidade de cima e tem uma visão do conjunto. Desta forma, coloca-se numa posição de superioridade. O avião, que passou acima de Babalo, foi notícia para a Rádio Anunciadora Serrana. Ao passar por cima do ex-proprietário de terras, o comunista com sua máquina moderna passa também por cima de um mundo que, aos poucos, se reserva aos livros de História.

Eduardo não via contradição entre seu discurso e sua prática. Ele seguia o princípio evolucionista do marxismo vulgar, que entendia o socialismo como inevitável. Os seguidores convictos do camarada Stálin eram os comunistas puros. E, para eles, o

“que convinha a classe operária brasileira - afirmava ele - era liquidar os restos de feudalismo que existiam no país e promover o desenvolvimento do capitalismo. Essa era a razão por que pregava uma ação democrática conjunta do proletariado e da burguesia progressiva.” (VERISSIMO, 2005c, p.25)

De certa forma, ele tinha consciência de sua contradição, para ele, *“voar sem um objetivo útil (...) era sem dúvida um divertimento burguês.”* (VERISSIMO, 2005c, p. 25) Mas essa contradição poderia ser facilmente resolvida: o Brasil, para chegar ao socialismo, deveria passar por uma revolução burguesa, que de certa forma era a sua revolução, enterrando os traços do feudalismo. Para ele, seu pai era como um senhor feudal, e ele, um burguês, que auxiliaria a Revolução Socialista, pois ele, sendo burguês, estaria cumprindo um papel histórico de tomar o poder. A morte de Rodrigo abriria, para ele, recursos burgueses que poderiam ser usados para financiar a tomada de poder dos revolucionários.

Florianio é o humanista democrata, o defensor os direitos humanos acima de tudo. Enquanto intelectual, cumpre seu papel de pensador independente. Tanto perante a sociedade e seus valores, quanto em relação à sua família, ele é, de certa forma, um estrangeiro. O escritor Florianio *“sempre se considerava uma peça solta na engrenagem do Sobrado, de Santa Fé, do Rio Grande.”* (VERISSIMO, 2005g, p. 81) Enquanto herdeiro de Rodrigo Terra Cambará, e herdeiro não apenas de uma parte das posses, mas como de características físicas e psicológicas, ele é constituinte e constituído da sociedade. Para Suzana Bins, *“é o herdeiro que recusa, é a continuidade da estripe que não há, é o código ético e moral familiar que é interrompido, instaurando uma nova visão.”* (BINS, 2005, p. 24) Porém, sua visão de mundo, seus valores, expressam um rompimento com esta mesma sociedade. Na busca de novos valores, Florianio estabelece um novo significado para os antigos. Como observa Bins, ele *“chega a mudar o próprio conceito de coragem, uma vez que, para ele, esta passa a não ser mais física, mas moral.”* (BINS, 2005, p. 53) A coragem não estaria, então, em matar, brigar, usar violência contra um adversário tão ou mais poderoso. O ato de coragem estaria na

capacidade de refletir e admitir os próprios erros e, assim, procurar mudar de comportamento.

Ele também não é um engajado nas transformações radicais na sociedade como seu irmão Eduardo. Entretanto, esta falta de engajamento deve-se muito mais a um ceticismo quanto às lideranças dos processos do que aos ideais políticos propriamente ditos. Criado em meio às ditaduras de Vargas, à paterna, aos regimes totalitários da Alemanha e mesmo da União Soviética, Floriano não é capaz de assumir um pensamento político, não é capaz de acreditar em um movimento revolucionário ou em seus líderes. Resta-lhe a crença no potencial da liberdade.

Tio Bicho situa Floriano entre o pacifismo de Babalo e o espírito aventureiro de Toríbio. Em relação a seus antepassados, Floriano é um pacifista que não entraria numa guerra ou briga por convicção política: *“Eu detestava a violência e a brutalidade, mas não era insensível, como imaginava, às seduções do heroísmo. Orgulhava-me da minha condição de homem civilizado, incapaz de exercer violência contra meus semelhantes.”* (VERISSIMO, 2005g, p. 113) A violência é vista por ele como um traço do homem selvagem, do homem bárbaro. Assim, o tipo gaúcho, aventureiro entusiasta das guerras, é, para ele, um homem que não se civilizou completamente. O espírito aventureiro de Floriano estaria em sua incapacidade de criar raízes, vínculos. Ele não construiu família nem com Sílvia nem com a norte-americana Marian.

Como observa Maria da Glória Bordini, Floriano *“rejeita tanto o niilismo determinista de Roque quanto a esperança idealista de Stein. Respeita as convicções cristãs de Zeca e tenta converter Edu à razão.”* (BORDINI, 2004c, p. 134) Floriano crê não em uma religião ou filosofia política, mas na capacidade humana de melhorar, de evoluir. Entretanto, sua crença reside no indivíduo, não em grupos e muito menos em partidos. Embora não fosse adepto de uma religião ou partido, desenvolveu a tolerância a estes, pois é capaz de buscar a compreensão ao ser humano antes de ver este como um portador de uma bandeira. E é assim que Floriano expressa o humanismo de Erico Verissimo.

O caráter pacifista de Floriano, em um mundo regulado por homens propensos à

violência, pode ser entendido como a expressão de uma metáfora com seu nome. Conforme Ligia Chiapini, “*Flora aproxima-se de Floriano através das características femininas deste, de sua fragilidade, do avesso do machismo gaúcho, do seu puritanismo e recato.*” (CHIAPPINI, 2001, p. 142) A aparente falta de ímpeto violento o aproxima de sua mãe. Entretanto, a ausência de agressividade é superficial. Como seu avô Aderbal Quadros, por uma situação de opressão, é capaz de expressar agressividade, conforme reagiu ao assassinato de seu tio Toríbio. Floriano aproxima-se de sua mãe, personagem de pouca expressão em *O Arquipélago*, na medida em que toma partido ao lado dos que são oprimidos diante de uma figura patriarcal autoritária e egocêntrica.

Outra personagem importante e presente, mas também despossuída de voz, é o Padre Zeca Toríbio, marista, que por vezes concorda com as posturas de Floriano, representando uma ala mais progressista da Igreja Católica. Entretanto, pelo fato de ser Padre, representante de uma instituição conservadora, e que, por isto, deveria ser defensor dos “bons costumes”, da tradição e ser avesso ao comunismo. É curioso que, entre os prováveis filhos de Toríbio, Zeca foi o único a ser registrado enquanto tal. Mas, fruto de uma relação extralegal, tal reconhecimento não foi de imediato, em sua infância, sua paternidade era uma suspeita.

A Igreja, ao longo de *O Tempo e o Vento*, por meio das personagens que a representam, parece oscilar entre uma instituição amiga do poder político e econômico, e contestadora da ordem vigente. As primeiras capelas em Santa Fé, por serem construções da família Amaral, mantinham os representantes da Igreja ligados ao poder econômico político local. Entretanto, como as instituições são compostas também por pessoas, estas são portadoras da capacidade de formular opinião, como é o caso de Zeca. Assim, enquanto indivíduo, não representante de uma instituição, ele pode ser favorável à distribuição de terras aos camponeses pobres, por exemplo.

6.8.2 -As mulheres

Entre as mulheres da nova geração dos Terra Cambarás, em *O Arquipélago*, estão Sílvia, que não é propriamente da família, mas que possui vínculos afetivos desde a infância com sua amizade por Alicinha Cambará, e Bibiana. Sílvia e Bibiana são

caracterizadas por Rodrigo por suas posturas opostas. Uma, Sílvia, leitora fiel dos modernistas Drummond, Bandeira e Quintana. De outro, a consumista Bibiana, apegada a carros, luxos, moda, festas e consumo. Estas duas posturas revelam algumas mudanças em relação ao papel da mulher. Sílvia, embora adote uma postura de submissão em relação ao seu marido, o estanceiro Jango, é uma mulher pensadora, dedica-se a atividades nada comuns para as gerações anteriores, ela lê, instrui-se.

Mesmo para a geração de Rodrigo, instruído e culto em relação ao seu pai Licurgo, livros que estimulassem o pensamento eram para homens. Sílvia representa o início de uma nova mulher que nos anos sessenta, com o anticoncepcional, levará mais adiante a postura libertadora. Não se pode dizer que a sua geração é de uma mulher que se iniciou como trabalhadora. A mulher sempre trabalhou, formalmente ou não. E, mesmo formalmente, as mulheres e crianças que mais foram empregadas, justamente pelo baixo salário, nas fábricas por ocasião do início da Revolução Industrial. Entretanto, entre as mulheres de classe média, o trabalho fora de casa era uma novidade. Enquanto os homens iam para as grandes guerras, as mulheres ocupavam seus postos de trabalho. A mulher passou a ter um papel ativo na economia e também ganhou o direito ao voto em 1932.

No romance de Erico Verissimo, há mulheres com caráter forte e papel ativo, como Ana Terra, Bibiana ou Luzia. Há também mulheres submissas, passivas, como Henriqueta, mãe de Ana, ou Alice, esposa de Licurgo, ou mesmo Flora, mãe de Floriano. O que estas mulheres tinham em comum, passivas ou não, é o fato de não terem direitos políticos. Sílvia, embora passiva, pois casou-se e teve filho com um homem que não amava, renunciando ao seu amor, tem direitos políticos. Teoricamente, pode votar e ser votada. É, de certa forma, mais cidadã que suas antecessoras mais ativas. Mas ela ainda está presa ao livre pensar e pouco agir, não se entregou à sua paixão por Floriano, preferindo as convenções sociais de esposa recatada de um fazendeiro.

Sílvia é intelectualmente emancipada, tem opinião e leitura, o que atrai Floriano. Entretanto, economicamente, ela se sujeita ao domínio dos Cambarás, principalmente a Jango, em sua fase adulta. Sua opção foi o sacrifício próprio, renunciou à sua liberdade,

à felicidade em nome da constituição de uma família.

De outro lado, Bibiana, a garota mimada que em nada lembra a sua tetravó, aproxima-se mais de sua avó Luzia pelo deslumbre das luzes da cidade, pelo gosto de uma vida de luxo e os prazeres de uma grande cidade como o Rio de Janeiro. Como contraponto de Sílvia, não se pode dizer que intelectualmente ela seja emancipada ou não, porque, aparentemente, ela não tem uma opinião a defender. Enquanto personagem de pouca expressão, pouco sabemos dela. Entretanto, economicamente, enquanto herdeira direta de Rodrigo, ela é emancipada, muito mais que Sílvia, herdeira indireta do patriarca do Sobrado.

6.8.3 - Sobre Arão Stein e a desilusão com a política e com o Estado

Embora não fosse protagonista, Arão Stein é uma das personagens-chave para a compreensão da visão política de Erico Verissimo. Em *O Deputado*, Stein expressa seu entendimento de Leon Trotsky como um grande líder, ao lado de Vladimir Lenin, da Revolução Russa. Logo na apresentação da personagem fica indicado que ela terá conflitos com a postura stalinista da direção do Partido Comunista Brasileiro (que é anunciada já em *O Retrato*). De certa forma, Stein reflete o contraste entre o ideário socialista e a política dos socialistas. De um lado, o entusiasmo por uma sociedade mais justa objetivado pela teoria marxista, de outro, a ação política movida por esse entusiasmo, mas mediada por uma direção partidária de caráter autoritário.

Stein tem uma postura radical em relação à arte, que considera uma expressão da ideologia da classe dominante. Um acontecimento importante na História do Brasil, a Semana da Arte Moderna de 1922, não lhe desperta interesse por considerá-la obra da burguesia cafeeira.

Entre as contradições internas da personagem está o fato de ser financiado por quem considera pertencente à classe dominante, Rodrigo Cambará. Entretanto, a contradição tem um atenuante conceitual, se o principal inimigo do proletariado é a

burguesia industrial, seu benfeitor não é propriamente um inimigo direto de seus ideais, pois Stein entende Rodrigo Cambará como um aristocrata rural com características feudais. Além disto, o fato de receber auxílio de Rodrigo é entendido como submisso a um objetivo. Para Stein, não há contradições entre os meios e os fins, pois tudo se destina à defesa do proletariado: *“Para nós é moral e ético tudo que nos ajude a destruir o regime capitalista explorador, a unir o proletariado e, conseqüentemente, criar a sociedade comunista.”* (VERISSIMO, 2005e, p. 181) Trabalhar na confecção do jornal de Rodrigo, por exemplo, não está em contradição com o objetivo de obter a gráfica que servirá para o esclarecimento da população a respeito da necessidade do socialismo.

Outra contradição na personagem é seu sentimento de amor e desprezo pelo ser humano. Amor no sentido de lhe desejar uma verdadeira felicidade a partir da igualdade de condições para satisfação de suas necessidades, mas enquanto seu amor é por um homem abstrato, para o homem concreto e presente, Stein despreza seus sentimentos. As pequenas ilusões cotidianas que causam uma temporária sensação de felicidade são-lhe dignas de desprezo. E é por isso que Tio Bicho lhe questiona: *“Como é que podes ter tanto amor pela humanidade e tanta má vontade para com o homem?”* (VERISSIMO, 2005f, p. 166) É com veemência que Stein, por exemplo, combate a festa de Natal. Todos os motivos ilusórios que possam trazer algum entusiasmo ao homem, em geral, devem, para ele, ser abolidos. O homem concreto, para ele, torna-se um paradoxo: se por um lado, enquanto uma ideia, parte de uma abstrata humanidade, merece sacrifícios pessoais, que Stein desista de ter uma carreira profissional para dedicar-se a um mundo mais justo, por outro lado, o homem concreto, individualizado, não merece o seu respeito, a complacência a suas fraquezas. O homem que respira, que anda e fala, que tem nome próprio, para Stein, é um fraco com suas esperanças tolas.

A forma de entendimento a respeito do ser humano é o ponto principal que separa Floriano, e mesmo Erico Verissimo, de Arão Stein. Enquanto os primeiros desconfiam do coletivo, da instituição como corrompedora do ser humano, Stein entendia que a salvação para o ser humano estaria no coletivo, na renúncia da individualidade.

Embora Arão Stein e Eduardo Cambará declarem-se comunistas, é importante ressaltar que se distinguem na concepção de comunismo e também por formação. Stein é formado na empolgação da vitória bolchevique de outubro de 1917. Eduardo, por sua vez, é formado dentro de um partido que, mesmo sendo perseguido por Vargas durante o Estado Novo, sob o comando do PCUS, defende a permanência do ditador no poder. A diferença de formação socialista entre as personagens é importante porque caracteriza uma geração formada na empolgação da Revolução Russa sob a liderança de Vladimir Lenin e Leon Trotsky, e outra, formada sob o domínio da União Soviética no comando de Josef Stálin. Uma, na esperança que a revolução pudesse ser libertadora da condição humana submersa na exploração do capital, outra sob os dogmas de um regime totalitário.

Outra diferença importante entre Arão e Eduardo, é que, enquanto o Cambará tem uma condição e estilo de vida que não condiz com o discurso socialista em prol do operariado, pois sobrevoa Santa Fé em seu avião particular, Stein vive precariamente, tanto que, pelo aspecto de suas vestimentas, lembram as roupas “puídas” de Raskolnikov, como o compara Tio Bicho, Maria Valéria o chama de João Felpudo.

A desilusão e o conseqüente suicídio de Stein representam em *O Tempo e o Vento*, a desilusão com o sistema socialista, não enquanto filosofia ou pensamento político, mas enquanto prática humana de exercício de poder. Não é o socialismo, enquanto filosofia política, que é falho na construção da felicidade humana, mas o Estado, que, ao assumir-se socialista, e, em nome de tal filosofia política, se sobrepõe ao indivíduo. Não é a defesa de uma sociedade de iguais, de comuns, o problema. O problema é quando tal sociedade, no lugar de criar condições individuais em igualdade, aniquila a própria individualidade.

Outra filosofia política à esquerda, presente em *O Arquipélago*, é o anarquismo. Pepe Garcia é uma personagem ausente em *O Arquipélago*, entretanto, enquanto anarquista, podemos entender Tio Bicho como seu contraponto. Pepe é um anarquista de origem. Foram os imigrantes italianos e espanhóis de militância anarquista na Europa que trouxeram essa filosofia política ao Brasil.

Tio Bicho, com sua origem de proprietário rural, diferente de Pepe Garcia, é um anarquista mais por ceticismo em relação aos sistemas políticos que por afinidade teórica. Ele é um descrente das estruturas burocráticas do Estado. No caso brasileiro, para ele:

“É uma sorte o pôr do sol não depender do governo e de nenhuma autarquia, porque, se dependesse, o trabalho cairia nas garras de funcionários incompetentes e desonestos, haveria negociata na compra do material, acabariam usando tintas ordinárias... E nós não teríamos espetáculo como este.” (VERISSIMO, 2005g, p. 110)

O Estado, com sua estrutura burocrática, e seus funcionários acabam não apenas fomentando a corrupção como também não cumpririam de forma eficiente suas respectivas funções. Ao contrário de Pepe Garcia, que entende o anarquismo como um sistema social que é a solução para a exploração do homem pelo homem, Tio Bicho não é capitalista, mas também não é exatamente defensor de um outro tipo de sociedade que não a capitalista. Seu anarquismo é consequência de sua descrença em qualquer forma de organização social e política, e não uma convicção político-filosófica.

De certa forma, Tio Bicho com seu ceticismo, é mentor intelectual e crítico de Floriano. Ambos não são partidários do *status quo*, mas não conseguem crer em qualquer sistema político econômico vigente. Ambos são partidários da ideia de humanidade acima de qualquer filosofia política.

6.9 - Sobre a Guerra e as ditaduras

Além do Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial é de grande referência histórica para *O Arquipélago*. De certa forma, sua importância é até maior. Se o Estado Novo é importante porque situa a vivência das personagens, a guerra porque é ponto de referência para suas reflexões. Ela sinaliza a decepção com o progresso tecnológico e com as propostas de sociedades. O progresso tecnológico que parecia trazer a solução

para os problemas da humanidade, com a bomba atômica, assumiu um aspecto de problema. A tecnologia mostrou que o importante é quem a usa. Não basta desenvolver medicamentos para curar as mais diversas doenças, o que importa é não criar máquinas de destruição em massa. Além disto, as guerras, antes de serem interesses individuais, são razões de Estado. É em nome delas, ou como sua consequência, que Estados se tornaram ditatoriais. E é por elas que Estados se tornam criminosos.

A crise econômica alemã no primeiro pós guerra proporcionou a ascensão do nazismo. E é em nome de uma fragilidade ante a ameaça externa que Estados promovem perseguições políticas internas e a suspensão de direitos civis. É pela disciplina como necessidade de vencer o adversário que o povo alemão permitiu a ascensão de um regime de exceção. Não diferindo, a URSS de Stalin, no contexto da Segunda Guerra e do início da Guerra Fria, suprimiu as liberdades de expressão. Os regimes da União Soviética e da Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, são considerados regimes totalitários. A especificidade do totalitarismo em relação a outras ditaduras, segundo Hannah Arendt (2011), é a aniquilação total da individualidade e o uso do terror de Estado em nome de um destino sagrado de uma nação.

Embora houvesse uma ditadura no Brasil do Estado Novo, com a supressão do Estado de Direito e da liberdade de expressão, não se pode dizer que houve um regime totalitário. Getúlio Vargas não transformou nenhuma filosofia política em ideologia ou promoveu a aniquilação da individualidade via militarização. Houve uma tentativa de unificação de uma cultura nacional e a queima de bandeiras, bem como a proibição da execução de hinos regionais, mas não houve uma tentativa de integração da sociedade civil ao Estado via militarização. Não houve incentivos à participação da população na vida política. A questão é importante porque é a partir desta vivência, Estado Novo, Totalitarismo e Segunda Guerra Mundial, que Floriano, e também Erico Verissimo, formulam uma visão de Estado.

Mesmo sem vivência direta no conflito, é a partir dele que Tio Bicho, Arão Stein, Padre Zeca e Floriano discutem sobre temas como a natureza humana, o papel do Estado, os regimes totalitários e suas respectivas ideologias. A guerra específica, a Segunda Guerra Mundial, com seu espetáculo de destruição em massa, serve também

para a análise do papel das guerras em geral.

Analisando as guerras em geral pela perspectiva da luta de classes, Arão Stein compreende os conflitos como resultados dos interesses das classes dominantes. As Primeira e Segunda guerras mundiais, por exemplo, estariam ligadas aos conflitos entre os capitalistas internacionais ligados aos “*donos do petróleo, do ferro e do aço, pelos fabricantes de armas e munições e pelos banqueiros internacionais.*” (VERISSIMO, 2005e, p. 129) Como na ideia geral da luta de classes, os mandados à morte são os proletários, aos quais o sistema não atribui importância: “*morrem dezenas, centenas de soldados anônimos nesses combates, mas quem leva a fama é o general que na maioria dos casos raramente ou nunca aparece na linha de fogo.*” (VERISSIMO, 2005f, p 61). Como instituição armada, “*o Exército não passa dum instrumento de opressão que o capitalismo usa contra as massas.*” (VERISSIMO, 2005e, p 126) Em síntese, para Stein, enquanto a burguesia faz guerras por seus interesses, as massas lutam e morrem por interesses de outrem.

Florianos reflete sobre a guerra e os motivos que levam os homens a participar e se empolgarem com elas: “*tudo isso é irracional, uma deformação, um reflexo condicionado, um resultado da educação defeituosa que tivemos e nos prepara para a aceitação passiva da guerra como uma fatalidade.*” (VERISSIMO, 2005f, p. 306) Ao contrário do pai ou de seus antepassados, a guerra, para ele, embora sem uma análise tão radical quanto ao de Stein, não é um acontecimento natural. Para homens como Capitão Rodrigo, Liroca, Licurgo, Toríbio e mesmo Rodrigo, a guerra estava também associada à valentia natural do macho. Havia guerras porque havia machos. E lutar era uma forma de reafirmar a macheza. Florianos, entretanto, percebe a Segunda Guerra Mundial, em específico, como um acontecimento social contraditório, resultado de interesses econômicos:

“As armas e as balas que mataram os soldados aliados foram em parte financiadas por capitais ingleses e americanos. Por grupos que ajudaram a Alemanha nazista a armar-se, na esperança de que ela se lançasse sobre a Rússia.” (VERISSIMO, 2005f, p. 307)

Para ele, a guerra não faz parte da natureza humana, não é uma expressão direta de seus instintos de sobrevivência natural, mas um produto de uma sociedade cujos princípios

norteadores se pautam pelo lucro.

As peculiaridades da Segunda Guerra Mundial marcaram ideologicamente os intelectuais. Floriano não consegue ser um esperançoso pela humanidade como Stein foi no início do romance. A guerra revelava a capacidade do ser humano em ser cruel e exterminar seu semelhante. A percepção era de um terror de proporções inéditas. A temática retoma os episódios situados em 1945 de *O Retrato*: “*Nomes como Coventry, Rotterdam, Lídice, Hiroshima, Buchenwald e Dachau haviam de ficar na história como negros marcos e evocar horrores nunca antes imaginados pelo mais doentio dos cérebros.*” (VERISSIMO, 2005d, p. 333) Campos de concentração criados pelos nazistas, batalhas genocidas, cidades destruídas e a bomba atômica compõem o retrato de uma época propícia a questionamentos a respeito do desenvolvimento da humanidade.

O totalitarismo desenvolveu-se no entreguerras e marcou a Segunda Guerra Mundial. Os governos de Stálin e Hitler, com suas polícias do pensamento, usaram o medo como forma de sustentação política. Seus opositores temiam suas polícias políticas. E um vizinho ou mesmo um familiar poderia ser um delator por temor a ser considerado cúmplice de subversão. Os regimes totalitários, com Estados fortes, cujos interesses se sobrepunham ao indivíduo, dentro da ideia de que a sociedade é um organismo em que o Estado é o cérebro, criam “*o horror moderno era o pavor da Vida e do Conhecimento, do horror social causado pela violência e crueldade do homem contra o homem*”. (VERISSIMO, 2005d, p. 333) No caso da Alemanha, criou-se um inimigo que deveria ser exterminado, os judeus. O Estado, em nome de uma suposta raça ariana, fomentou o ódio contra estes, tornando-os párias. Vivenciar o período da Segunda Guerra ao início do pós-guerra era como sair de um pesadelo e dar novo significado à ideia de terror. Antes das máquinas de destruição em massa, o terror era associado aos antigos contos de terror que Floriano ouvia na infância.

A imponência estatal desvirtuou preceitos religiosos: “*O Deus Estado subvertera os Mandamentos: 'Denuncia teu pai e tua mãe se eles murmurarem o que quer que seja contra o Estado!'*” (VERISSIMO, 2005d, p. 334) Regimes totalitários criaram suas polícias do pensamento, estimularam a denúncia, tornaram-na obrigatória,

pois aquele que não denunciasse um suposto subversivo ao sistema seria considerado um inimigo de Estado.

O partido único, base de sustentação de um regime totalitário, expandindo-se por várias camadas, segmentos, setores ou camadas sociais, ao exigir a filiação de todos, torna-se o olho do Estado. Frente a ele, a obediência deve ser irrestrita: *“Matarás sempre com alegria sempre que isso for necessário aos interesses do Partido.”* (VERISSIMO, 2005d, p. 334) Servir ao Estado ou ao Partido torna-se motivo de orgulho. Os regimes totalitários, portadores de uma máquina de propaganda e educação, tornaram o próprio ser humano uma arma, principalmente entre os estudantes:

“O pior de tudo é que o Horror Moderno, sob seus múltiplos e sedutores disfarces, exercia poderoso fascínio sobre a juventude. 'Deixai vir a mim os pequeninos.' Dizia o Chefe, 'que eu os transformarei em robôs para servirem ao Estado.' O Horror Moderno ofereceria aos jovens máquinas e armas vertiginosas e mortíferas.” (VERISSIMO, 2005f, p. 334)

O indivíduo perde-se, dilui-se em meio a uma massa. E o conhecimento passa a ser apenas o permitido.

“Adulterando a história, a biologia, a sociologia, a antropologia e a filosofia, de acordo com os interesses da Causa, o Estado Totalitário pretendia reduzir a sabedoria dos séculos a um punhado de axiomas, formas e gritos de guerra que seus jovens robôs repetiam com feroz orgulho, contentes por se verem livres da dura e fastidiosa tarefa de ficarem debruçados durante anos e anos sobre livros.” (VERISSIMO, 2005d, p. 334-335)

Mas o desencanto com a Modernidade, a partir da Segunda Guerra Mundial, não é apenas em relação aos regimes extremos, é também com as democracias ocidentais. A uma delas, os Estados Unidos da América, recai a responsabilidade pela criação da mais mortífera arma, a bomba atômica: *“a todos esses horrores juntam-se o Horror Atômico. No dia 6 de agosto de 1945 nasceu para a humanidade um novo deus tremendo: a Bomba.”* (VERISSIMO, 2005d, p. 335) Entretanto, se a bomba atômica destrói vidas, extermina corpos, os regimes totalitários exterminam almas ao privá-las da liberdade: *“O Estado totalitário desintegra a personalidade humana. Os físicos desintegraram o átomo.”* (Idem) A experiência de viver o pós-guerra resultou na descrença nos regimes políticos e no progresso da humanidade via tecnologia. A ciência, antes libertadora, se

mal usada, e se usada por Estados totalitários, no lugar de construir, resulta em destruição.

A retomada de *O Retrato*, por meio de citações, é importante para pontuar a diferença de Rodrigo Terra Cambará, que era um entusiasta do progresso tecnológico em *Chantecler*, de seu filho, Floriano Terra Cambará, em *Retrato de Família*, que tem a consciência de que tudo depende de quem ou o quê está utilizando o fruto do progresso científico. O ceticismo de Floriano é também o de Erico Verissimo, que foi tradutor de Aldous Huxley (1894-1963), autor de *Admirável Mundo Novo* (1932), romance que denuncia a ausência de liberdade nos regimes totalitários. E é esse ceticismo que leva Erico Verissimo a assumir-se como politicamente liberal. O liberalismo de Erico é mais uma resposta cética à cobrança que viveu, por parte de intelectuais mais engajados, à sua postura política, do que uma opção política.

6.10 - O caráter do brasileiro: novamente o povo

A construção e consolidação do Estado ocorre em paralelo à construção da imagem do brasileiro. Um governo deve delimitar para quem governa definindo quem, entre sua população, é capaz de exercício de cidadania. Da mesma forma, o Estado, enquanto instituição, deve delimitar seu povo. Não basta nascer em um território para estar apto à vida política, é necessário, na Era Moderna, identificar-se com a população para a qual foi constituído o Estado. A construção do Estado Moderno brasileiro, neste sentido, necessitou da construção imaginária de seu povo. Erico Verissimo reflete sobre a construção do caráter do brasileiro por meio de suas personagens principais.

Roque Bandeira, em relação ao fato de Arão Stein trabalhar no jornal de Rodrigo, entende que a contradição entre um comunista trabalhando para um estanceiro é atenuada ante a imagem de um brasileiro pacífico:

“é nisso que está a vantagem de vocês: a irresponsabilidade nacional. Oh,

somos todos bons moços, nada é sério, ninguém mata ninguém. (...) a abolição foi proclamada porque a princesa Isabel tinha bom coração. (...) Tudo termina em abraços, em carnaval... porque é sabido que o brasileiro tem bom coração.” (VERISSIMO, 2005e, p. 179)

Os fatos históricos ocorrem mais por bondade de personalidade que por interesses. E a bondade, enquanto objeto de interesse comum, esconderia as desigualdades sociais e o custo social da construção do Brasil.

As contradições sociais, no discurso oficial, apareceriam como resultado natural do curso da história, mas que seria de desgosto de todos. Para solucioná-las, heróis que seriam a expressão das aspirações nacionais, realizariam feitos que solucionariam as contradições sociais. Roque Bandeira define herói:

“O que é o herói se não uma síntese, um símbolo, do homem que em determinado momento da história de um povo ou dum grupo encarna não só os sonhos e aspirações desse povo ou desse grupo como também suas qualidades marcantes de coragem, espírito de sacrifício e lealdade?” (VERISSIMO, 2005f, p. 61)

Os heróis também cumprem a função da construção de uma identidade nacional. Para Arão Stein, o comunista Luiz Carlos Prestes é um novo mito. A população, alienada, assim como aceitou mitos como Bento Gonçalves, aceita heróis que, ao representarem a vontade de um grupo ou uma nação, diluiriam a luta de classes. Aceitar, por exemplo, o estanceiro gaúcho como herói de todos os gaúchos, seria, para Stein, esquecer que este heroísmo era em relação à defesa dos interesses de uma classe específica, a dos aristocratas ruralistas. Além disto, enquanto a população necessitar de heróis, ficará inoperante, aceitando as relações de dominação e exploração.

Rodrigo Terra Cambará entende que os heróis são próprios de seus respectivos povos. *“Nossos heróis são construídos, feitos sob medida, quando o verdadeiro herói tem que brotar espontaneamente do chão nativo.”* (VERISSIMO, 2005f, p. 239) O herói da América Latina é “equestre”. Sendo a América Latina formada a partir da agropecuária, seria, para ele, natural que personagens históricos como Bento Gonçalves ou Simon Bolívar, libertador de parte da América Latina do domínio espanhol, fossem os heróis nacionais ou locais, pois, a cavalo, representariam o povo.

Bandeira ressalta o aspecto da falsa ilustração na nossa cultura:

“O brasileiro jamais tinha a coragem de dizer 'não sei'. Em caso de dúvida, respondia com um 'depende' que não só o livraria da necessidade de confessar a própria ignorância como lhe daria tempo para achar uma saída.” (VERISSIMO, 2005f, p. 242)

No afã de não ferir seu orgulho, o indivíduo, no lugar de reconhecer sua falta de conhecimento a respeito de algo, preferiria fingir uma erudição. E, no lugar de preencher suas lacunas intelectuais, o que lhe custaria um esforço, prefere o discurso vazio.

Em *Noite de Ano Bom*, Floriano, explica para sua amiga Marian o golpe que resultou no Estado Novo, conclui que: *“o Brasil não é um país lógico, mas um país mágico.”* (VERISSIMO, 2005g, p. 232) Em um país em que o pouco esforço é a preferência enraizada na cultura, cuja prática do favor substitui o direito e a personalidade carismática, o ideário político, o pleno exercício da cidadania, próprio de um Estado Moderno desenvolvido, não chega nem mesmo a ser uma aspiração popular. Em *Reunião de Família*, Floriano, no quarto de Rodrigo, diz que o povo brasileiro está entre dois Pedros, o Malazarte e o II:

“O velho imperador (...) era símbolo de virtude, da austeridade e da retidão de caráter e de costumes. Malazarte é o safado, o sensual, o empulhador. A República mandou embora Pedro II e Pedro Malazarte ficou com o campo livre.” (VERISSIMO, 2005f, p. 92)

Por benefícios imediatos, sem pensar nas consequências a longo prazo, a prática do favor, a malandragem e o jeitinho brasileiro, é a preferência do povo brasileiro ante o respeito às regras do jogo político e da cidadania. Por exemplo, nessa mentalidade, é melhor subornar um funcionário público ou um policial que cumprir o trâmite legal para furar a fila de atendimento a algum serviço ou para continuar dirigindo de forma irregular. O indivíduo beneficiado não percebe que sua prática pode causar congestionamento no trânsito e lentidão na execução de outros processos. E, se em primeiro momento, gozar de privilégios no serviço público possa parecer vantajoso, a longo prazo, transforma o exercício cidadão em um favor. Ou seja, o que era para ser um direito, passa a ser uma concessão. Entretanto, Floriano entende que o Estado Novo

resgatou Dom Pedro II, o estadista estudioso e cosmopolita. Pedro Malazarte é símbolo do Brasil arcaico rural. O Dom Pedro II que Getúlio Vargas retoma é o Brasil, ainda que sem a prática da democracia, rumo à modernidade, à vida urbana e industrial.

A suposta ausência de seriedade no caráter do brasileiro ajuda Rodrigo a justificar o Estado Novo: “*nosso povo não estava e não está amadurecido para o regime democrático.*” (VERISSIMO, 2005f, p. 315) Não há, para ele, entre povo, aspirações por participação política ou liberdade de expressão. “*Para que querem imprensa livre os favelados? O que essa pobre gente deseja mesmo é ter o que comer, o que vestir e onde morar.*” (VERISSIMO, 2005g, p. 150) O Estado Novo, para Rodrigo, deveria ser visto muito mais como um caminho para um objetivo, que é a modernidade, do que um estado permanente. A Ditadura, neste ponto de vista, seria um mal necessário, a única forma de romper com os interesses ruralistas da República Velha. E, antes de dar o pleno direito de voto à população, era necessário dar as condições para se ter o pleno direito ao voto. Antes de se ter a liberdade de imprensa, era necessário ter a capacidade de se ler o impresso. Desta forma, a cidadania plena não era uma prioridade.

O Estado forte, na visão de Rodrigo Terra Camará, era uma necessidade que desagradava a elite econômica do país. Referindo-se a Terêncio Prates, ele afirma:

“Vocês, estanceiros, têm um sagrado horror a qualquer coisa que cheire a intervenção estatal na economia particular, mas sempre que estavam em dificuldades financeiras, iam de chapéu na mão bater à porta do governo.” (VERISSIMO, 2005g, p. 158)

O Estado era necessário também para a elite econômica. Se o governo Vargas criou leis que regulamentaram as relações de trabalho e deu alguns benefícios ao trabalhador, também auxiliou empresários e latifundiários, como por exemplo a compra e queima de café como forma de manter o preço deste produto dentro dos padrões necessários para ser lucrativo.

No plano histórico, para Rodrigo, a situação do Brasil, enquanto economia predominantemente agropecuária, levou ao fortalecimento estatal. O regime da República Velha impedia a industrialização e a participação popular no jogo democrático. A Revolução de 1930, para derrubar o sistema oligárquico, foi um

movimento que contou com diversos setores e segmentos políticos sociais por vezes conflitantes. E o resultado foi um sistema híbrido que procurava agradar a todos. No contexto internacional, havia a falência na noção de direito e a ascensão à violência de direito. Rodrigo entendia que a Constituição de 1934 era reflexo disto:

“Aqui esquerdizante, mais adiante fascistizante, (...) recebeu no fim uma leve e vistosa camada do açúcar cristalizado do liberalismo. Não tinha unidade doutrinária e nem técnica. Ora parecia uma Constituição feita para povos verdadeiramente civilizados, como os escandinavos, ora dava a impressão dum estatuto a reger uma comunidade de botocudos.” (VERISSIMO, 2005g, p. 144)

O Estado Novo, na visão de Rodrigo, foi necessário também enquanto momento histórico da História do Brasil. A Revolução de 30, o governo provisório de 1930 a 1934 e o governo constitucional de 1934 a 1937 eram expressões da ambiguidade de um conjunto de forças políticas conflitantes. Mas isso refletia também o contexto internacional da ascensão tanto do nazifascismo quanto da consolidação do socialismo na URSS. E a ascensão destes regimes refletiam no Brasil sob a forma do movimento integralista de Plínio Salgado e comunista sob o carisma de Luís Carlos Prestes. O Brasil estava, ideologicamente, entre dois modelos de regimes totalitários: o fascismo e o stalinismo, representados internamente pelos integralistas liderados por Plínio Salgado e pelos comunistas por Prestes. Ambos tinham pretensões totalitárias. Segundo Rodrigo, o momento necessitavam de uma definição política. Desta forma, ante uma população sem tradição em participação política, dominada por uma elite arcaica, na visão de Rodrigo Cambará, o Estado Novo foi uma necessidade, não só para a industrialização como também para evitar um regime totalitário, à esquerda ou à direita.

6.11 - Considerações parciais: O Estado Moderno brasileiro consolida-se

O Arquipélago é o desfecho não só do romance de Erico Verissimo como também de um período histórico importante não só na História do Brasil como na narrativa. É a partir do Estado Novo que o Brasil rompe em definitivo com a

característica econômica agroexportadora predominante. Via Estado, o país solidificava sua indústria. A instalação de infraestrutura, de estradas, de energia elétrica e de siderurgia deveria solidificar a atividade industrial. E, com a indústria, uma nova configuração social surgiu. O mundo urbano desenvolve-se, ainda não predominante em relação ao rural, mas em vias disto. A indústria e a urbanidade resultaram em uma classe trabalhadora assalariada e o crescimento de uma camada média ligada a setores de serviço, funcionalismo público e atividades liberais. Ilustrando esse processo, o Clube Comercial de Santa Fé, em *O Arquipélago*, tem em sua direção comerciantes e industriais, não mais estanceiros.

Entretanto, esse processo de industrialização e urbanização não ocorre livre de embates de pensamentos políticos, por ser um processo fomentado pelo Estado que implica a questão do papel deste frente à sociedade e mesmo a economia. E pensar o papel do Estado, dentro de um contexto de pós-guerra, necessita também refletir sobre as configurações estatais e suas respectivas filosofias políticas do período.

Na visão de Floriano, a industrialização, a urbanização e mesmo a ampliação de direitos sociais, como as leis trabalhistas, via Estado e seu potencial repressivo, por mais que fossem uma finalidade justificada, representam um custo humano. Tanto a Alemanha nazista, quanto a URSS stalinista ou o Brasil Estado-novista fortaleceram sua indústria e economia. Entretanto, o preço humano, com a suspensão das liberdades individuais e da repressão foi muito alto. A questão pertinente vai além de uma contabilidade entre perdedores e ganhadores e fixa-se em princípios. A antiga questão a respeito dos fins justificando os meios é retomada.

No romance, a postura de Rodrigo Cambará durante o Estado Novo afirmaria que os fins justificam os meios. O Estado forte foi o meio de realizar uma industrialização e, paradoxalmente, ampliar direitos sociais como férias e regulamentação das leis trabalhistas. Se há brecha para um Estado adotar uma postura política em nome de um fim, o futuro dirá se valeu a pena. Entretanto, tal postura não é convincente. Os campos de concentração na Alemanha e o trabalho forçado na URSS não poderiam ser justificáveis. A base do progresso em ambos os países tem caráter ideológico, e assim, falseador da realidade. E, se a base é falseada, não poderiam ser

também seus resultados? A Nação, alemã ou soviética, enquanto parte do discurso ideológico, funciona como fator motivador para a construção de uma sociedade futura mais justa. Mas o futuro é inexistente. E é essa inexistência que não permite nem a Tio Bicho nem a Floriano acreditar em uma filosofia política.

O Estado Moderno, mesmo sendo expressão, teoricamente, da vontade da maioria, ao ter uma direção, perde a garantia que sua finalidade vai ser cumprida. A experiência de Floriano, e também a de Erico, é a de Estados fortes, em nome de um futuro mais humano, exercem práticas desumanas.

Erico Verissimo, descrente com as filosofias políticas correntes, expressa em sua personagem sua crítica ao movimento comunista brasileiro. O autor de *O Tempo e o Vento* não era entusiasta do regime socialista vitorioso na Segunda Guerra Mundial. Ele não poderia ser favorável a um regime totalitário, podador da liberdade de escrita. Ainda que os crimes cometidos por Joseph Stálin só fossem denunciados por Nikita Khrushchov em 1953, portanto, poucos anos depois da publicação de *O Retrato*, já se sabia das arbitrariedades ocorridas por lá. Na literatura, por exemplo, a denúncia mais explícita foi a publicação de *A Revolução dos Bichos*, em 1945, pelo anarquista e combatente do franquismo, George Orwell (1903-1950).

As críticas, diretas ou indiretas ao socialismo stalinista, presentes na obra de Erico Verissimo, nem de longe podem indicar que ele fosse simpático às classes dominantes ou ao liberalismo econômico. Nem Rodrigo Terra Cambará, nem seu pai, Licurgo, ou seus adversários, os Amarais ou os Trindades, representantes das classes mais abastadas e donos do poder local, são modelos perfeitos dispostos a criar uma democracia plena. Mesmo os Terras, ao aproximarem-se dos excluídos, quando se trata de realizar melhorias sociais, os veem de uma forma abstrata.

A rivalidade entre Floriano e seu irmão Eduardo ocorre pela descrença do primeiro em relação à fé do segundo no Partido e em Stálin, não muito diferente da fé em Deus, no espiritismo ou em Antônio Conselheiro. (VERISSIMO, 2005d, p. 336) Floriano entende que o irmão, ao romper com a tradição e a fé católica, substituiu uma crença por outra, aderindo ao partido e à Internacional Comunista de forma acrítica.

O ceticismo de Erico Verissimo em relação à política e às filosofias políticas ganharam expressão em sua personagem Floriano:

“ao passo que ele, Floriano, sempre se mantivera numa espécie de morna surdina, cultivando suas pequenas ternuras, escravo daquele desejo de ver claro, de conservar a lucidez – uma lucidez que não só lhe criava o horror ao ridículo, ao excesso e ao absurdo como também o fazia compreender que ninguém pode viver com plenitude e profundidade sem incorrer no ridículo (...) sem cometer excessos ou ver-se a cada passo frente a frente com o absurdo.”
(VERISSIMO, 2005d, p. 342)

A aparente apatia de Erico e sua personagem era mais um ceticismo em relação aos sistemas políticos econômicos e aos governos do que uma incapacidade de decidir-se entre duas filosofias políticas que se consolidavam e rivalizavam no pós-Segunda Guerra Mundial. Nem Erico nem Floriano eram favoráveis ao que ficou conhecido como socialismo real, o socialismo burocrático e totalitário da URSS, ao capitalismo porque, enquanto pensadores e escritores, eram capazes de perceber que ambos os sistemas estavam longe de significar a libertação do homem.

Erico considerava-se um socialista humanista, para ele *“o extremismo tanto da esquerda e o da direita não passam de faces da mesma moeda totalitária, e porque o centro é quase sempre o conformismo, a indiferença, o imobilismo.”* (VERISSIMO, 1975, p. 314) Erico, assim como Floriano, estão no campo político de um socialismo sem traços claros. É porque esse socialismo é mais de princípio que resultado de uma teoria. É o princípio da solidariedade e da dignificação do ser humano, independente da classe ou cor da pele.

Dentro do romance, por meio das reflexões de Rodrigo Cambará, o Estado Novo, resultante da Revolução de 1930, revolução esta que contou com o apoio de integralistas e comunistas, aparecia como uma quarta via às alternativas sociopolíticas de então. Digo uma quarta via por não ser o Estado Novo nem um regime socialista, nem nazista e muito menos uma democracia liberal.

O Estado Novo não era um Estado totalitário, não militarizou a sociedade nem fez desta parte do Estado. Desta forma, ele seria um meio para um novo regime, um regime paradoxalmente democrático. Entretanto, a política do Estado Novo contradizia

seu objetivo. Para uma possível democracia, as bases desta seriam implantadas por meio de medidas ditatoriais. A industrialização e a classe operária surgiam por decreto.

A contradição não ocorria apenas no plano político, era também social. E os grupos apoiadores do Estado Novo representavam tais contradições. Rodrigo Cambará pertence a um segmento da classe dominante agrária que, portadora de uma cultura cosmopolita, aspira à modernidade. E como a modernidade também pode significar democracia, no sentido de efetiva participação popular, deve abrir espaços a um povo que considera inculto e despreparado. Incapaz de perceber-se como parte de uma estrutura excludente, passa a ter com os excluídos um papel de pai. Rodrigo rompe com as práticas coronelistas, mas não com as clientelistas, e, assim, rompe com o poder patriarcal para substituí-lo pela figura paternalista do populismo.

Mas essa percepção está longe de levar Erico a uma guinada à extrema esquerda. O momento histórico não o permitiria. Nem as práticas de Stalin, nem as de Hitler convidavam o intelectual a radicalizações.

Rodrigo não é o estanceiro típico como seu irmão ou pai, nem mesmo o estanceiro moderno e ilustrado como Terêncio Prates, é o estanceiro, a exemplo do próprio Vargas, que abrirá caminho para a modernidade. E, nesse sentido, Floriano é seu filho. Se Floriano representa a democracia liberal, a descrença no papel do Estado de promover o progresso sem custo social, é Floriano que deve suceder a Rodrigo. E é por isso, além da personagem ser uma espécie de *alter ego* do autor, que a narrativa desloca-se para ele e não para Eduardo e muito menos para Jango.

Erico Verissimo, como ele mesmo declarou, era simpático ao socialismo, mas não ao Estado socialista. E é por isso que, no início de *O Retrato*, o foco narrativo parece deslocar-se para Eduardo, o comunista, mas isso não ocorre. E Jango não é foco narrativo nem tem voz no romance porque, representando o mundo rural e arcaico que fica para trás, não deve conduzir, enquanto representante de um segmento social, nem a História do Brasil nem a do romance.

A passagem do foco narrativo de Rodrigo para Floriano ocorre com traumas e de

forma gradual em *O Arquipélago*. Floriano assume o protagonismo após levar um chute de seu pai. O Estado Novo cria um proletariado urbano, mas com o trauma de uma ditadura. A morte de Rodrigo é também a do Estado Novo. Getúlio, quando retorna ao poder, governa sob um regime democrático. Entretanto, a morte da personagem não significa uma ruptura radical. Embora de Rodrigo, Floriano tenha herdado os traços físicos, mais que ideológico ou político, não deixa de ser seu herdeiro. A democracia de 1945-1964, ainda que frágil, é também herdeira da ditadura do Estado Novo. Gaspar Dutra ganhou as eleições com o apoio do então Senador Getúlio Vargas. E este retornaria à presidência, mas por meio do voto.

A compreensão do período, e também a do romance, não pode se dar por meio de conceitos estanques, essencialistas e *a priori*. Assim como o Estado Novo não é somente a expressão dos interesses de uma classe dominante, pois se assim fosse defenderia os interesses da classe agroexportadora, *O Arquipélago*, e mesmo *O tempo e o Vento*, não são apologias de uma visão de mundo, não contém a ideologia liberal econômica por contestarem o Estado. E nem Floriano, mesmo com sua origem, não é nem defensor do modelo agroexportador, nem da industrialização forçada, nem mesmo do *status quo* do capitalismo. Mas isso não implica ser necessariamente defensor do regime da URSS. Tanto a história quanto o romance necessitam, para serem melhor compreendidos, de uma interpretação não polarizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tempo e o Vento e *Os Donos do Poder* não são obras complementares, nem foram escritas para isso. Entretanto, produzidas no mesmo período histórico, o democrático de 1945 a 1964, abordam o mesmo tema, mas sob perspectivas distintas. Elas descrevem o longo processo de formação do Estado Moderno brasileiro e sua respectiva classe dirigente. Entretanto, enquanto a obra de Raymundo Faoro aborda até a Revolução de 30, a de Erico Verissimo segue até 1945. Além disto, a obra de Erico Verissimo retrata as transformações sociais e econômicas, já a de Faoro detém-se nas questões políticas e, principalmente, nas relações de poder relativas ao aparato estatal. É por essas perspectivas diversas que ambos os autores iniciam suas análises com focos distintos. *O Tempo e o Vento* inicia sua narrativa no século XVIII no território das Missões. Em *Os Donos do Poder*, a compreensão da constituição do Estado brasileiro e do estamento burocrático deve ser buscada na formação do Reino de Portugal.

Erico Verissimo aborda o processo de constituição e integração nacional, tendo como ator principal a própria sociedade e sua classe dirigente. Em *O Tempo e o Vento*, o agente de integração é a família Terra Cambará, representando uma classe dominante com origens locais. Em sua formação, os Terra Cambarás não pertenciam nem mesmo ao território lusitano²². Pedro Missioneiro e Padre Alonzo, fundadores de tal família, eram respectivamente originários dos guaranis e do reinado espanhol. Do Brasil Colônia ao Brasil Império, retratados em *O Continente*, o Rio Grande do Sul, com suas contradições e diferenças internas, era um território governado por um Estado de origem lusitana. Entre seu povo, suas classes e mesmo entre suas elites, não havia um sentimento de unidade, nem local e muito menos nacional. É significativo que o capitão Rodrigo, de fala “castelhana”, tenha lutado pelo governo imperial contra o Exército da Banda Oriental, mas tornou-se, por aventura, combatente ao lado dos estanceiros da

²² Seria anacronismo falar em Brasil ou “brasilidade” naquela época, pois o sentimento nacional foi construído no Segundo Reinado. Ver sobre o tema Marilena Chauí *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. (2001).

“guerra dos farrapos”. Ele, assim como Pedro Terra, não sentem o Estado como uma instituição cuja função é regulamentar a sociedade, mas sim como uma entidade alheia aos seus interesses, que está sempre lhes roubando algo, seja por meio de impostos, seja ao recrutar a prole para a guerra.

Em *O Retrato*, a política, que em *O Continente* era predominantemente local, passa a caracterizar-se pela relação do local com o regional. Tanto os Amarais como os Prates ou Trindades, por exemplo, têm suas ações respaldadas ou rejeitadas pelo governo regional. Em *O Arquipélago*, os Terra Cambarás do local passaram a fazer parte do poder nacional. O principal fator de identidade no primeiro volume de *O Tempo e o Vento* é a família. Não são nações que são rivais, mas as famílias e seus agregados e subordinados. E é dela também que vem a legitimidade do poder local. Um membro dos Amarais ou Terras tem como referência a família e seu chefe. Em *O Retrato*, centrado na figura de Rodrigo Terra Cambará, incia-se um processo de agregação do espaço político local e familiar a uma unidade de caráter nacional, bem como, paradoxalmente, a uma descaracterização da família. A finalização deste processo, em 1945, é protagonizada com os filhos de Rodrigo, Eduardo, Jango, Floriano e Bibiana, em *O Arquipélago*. A autoridade, que foi patriarcal com Maneco Terra, local com Licurgo, passou de regional a nacional com Rodrigo. O cenário político também teve o foco deslocado de Santa Fé para a capital nacional. E Floriano, o democrata, é possuidor de uma visão cosmopolita.

A volta de Rodrigo a Santa Fé, após a queda do Estado Novo, não é um regresso ao domínio patriarcal e do predomínio da política local. Ele está no fim de sua vida. Sua morte significa o fim de um ciclo, de um período, e início de um novo, caracterizado pela integração nacional. E ele é o último de um Brasil agrário e patrimonial. Sua sucessão ocorrerá entre grupos políticos que não são formados por laços de amizade e sim por ideias, embora com o peso da origem econômica. Liberais, socialistas, ruralistas são os novos agentes, substituindo maragatos e pica-paus, Amarais e Cambarás. Com os filhos de Rodrigo, o jogo político tornou-se mais complexo e menos pessoal. Cada um deles representa um pensamento político diferente, do ruralismo de Jango ao radicalismo esquerdista de Eduardo ao “centrismo” de Floriano. Este último, cosmopolita, representa também uma diversificação no aspecto cultural intelectual. Se

Rodrigo pai sonhava em visitar a Paris dos seus autores prediletos, Floriano chegou a trabalhar nos Estados Unidos da América a convite do governo deste país. O letrado médico nunca saiu de seu país, não por falta de recursos, mas de oportunidades, e cultuava leituras incompletas de livros clássicos. Floriano, por sua vez, era um escritor com vivência em outro país.

Raymundo Faoro centra-se na análise do Estado enquanto elemento estranho ao corpo social. Entretanto, ambas convergem em suas conclusões, ambas, ao fim de suas narrativas, mostram um Estado Moderno consolidado. Faoro tem sua conclusão em 1930, quando a República Velha, oligárquica, foi substituída pelo governo de revoltosos, liderados por Getúlio Vargas. De início, tal governo deveria representar um grupo demasiadamente eclético, de integralistas (fascistas tropicais) a simpatizantes do comunismo. Resultou em um governo que não tendia necessariamente a nenhum dos lados.

Poder-se-ia dizer que *O Tempo e o Vento* e *Os Donos do Poder* divergem justamente por o primeiro mostrar o aparato estatal brasileiro a partir dos integrantes da sociedade civil, representados pelos Terras, Amarais, Prates, Teixeiras ou Trindades, enquanto o segundo faria a separação entre a sociedade política, representada pelo estamento burocrático, e a sociedade civil. O Estado, na obra de Faoro, e o estamento burocrático, como a um corpo estranho em um organismo, alheios à sociedade brasileira, foram transplantados. Entretanto, o conceito-chave de sua obra, estamento burocrático, é um tipo ideal, uma categoria de análise e, nesse sentido, é caracterizado mais pelo seu funcionamento do que pela origem de seus integrantes. A estrutura burocrático-estatal é alheia à sociedade, mas não é uma entidade autônoma. Nesse sentido, o rompimento de Rodrigo Terra Camará com seu irmão Toríbio pode significar que, quando um integrante da aristocracia rural passa a fazer parte do poder central, passou a fazer parte de uma estrutura burocrática, que já existia antes dele, que não emana a vontade da população, não lhe é representativa. A estrutura burocrática pode recrutar seus membros entre as classes dominantes, mas isso não significa que ambas as categorias, estamento burocrático e classe dominante, possam confundir-se.

Em ambas as obras, há uma tensão na relação entre Estado e sociedade, entre a

elite dirigente e a base da sociedade. Essa tensão está além do conflito de classe, não é um conflito entre uma classe dominante que ocupa o aparato estatal, pois não basta a abolição da diferenciação das classes para que o mundo se transforme no paraíso. E é por isso que a questão do Estado se torna pertinente. A questão retorna à Revolução Francesa: o Tribunal Revolucionário deveria evitar uma contrarrevolução, mas a vitória da revolução é sua única legitimidade. Entra a questão dos limites da arbitrariedade da defesa da Revolução. Quem controla os juízes revolucionários? Quem controla o Tribunal Revolucionário? Se a questão é pertinente, mais pertinente seria arguir: quem controla os controladores do tribunal revolucionário? De uma outra forma, qual o limite entre os excessos necessários para a derrubada de uma ordem social e a arbitrariedade pós-revolucionária? Este é o problema permanente de todas as revoluções e é o que torna Erico e Faoro descrentes em relação ao Estado. Uma coisa é o Estado ideal, como deve ser, outra, é como ele realmente ocorre, independente de ser um Estado em prol do capitalismo ou em prol do socialismo. O problema é para onde vai tal Estado específico. O mérito do Estado Moderno foi separar os interesses públicos dos interesses particulares dos governantes. Embora teoricamente os limites possam ser claros, a nitidez não existe dentro de um jogo de relações institucionais e políticas. Embora público, não há um público ativo nas licitações dos governos, não há uma política de participação pública nas instâncias estatais.

O Estado Moderno brasileiro está consolidado em ambas as obras, mesmo que em épocas distintas. Entretanto, o fato de *Os Donos do Poder* terminar sua narrativa abordando 1930 e *O Tempo e o Vento* em 1945 não significa necessariamente que estejam ou não em sincronia. A publicação da primeira edição de *Os Donos do Poder* é de 1958 e *O Retrato e O Arquipélago* são respectivamente de 1951 e 1961, ou seja, os dois já sabiam das consequências históricas dos acontecimentos que retratam. Tanto Erico quanto Faoro escrevem o desfecho de suas obras em um Brasil aparentemente democrático com um Estado Moderno instaurado. Mas, em ambos, o caráter moderno não está plenamente desenvolvido. Eles perceberam que a tradição manteve seu legado. A personagem mais progressista e moderna de Erico Veríssimo em *O Tempo e o Vento*, Floriano, é herdeira da aristocracia agrária e descrente com a própria democracia liberal. Raymundo Faoro, por sua vez, não se ilude com o aspecto modernizante do Brasil pós-Revolução de 30. O rompimento de Getúlio Vargas não é pleno, e seu aparato estatal, ao

consolidar-se e centralizar-se, paradoxalmente, reforça seu estamento burocrático. O que muda em relação à sua origem lusitana é o foco de recrutamento para seus membros, que passa a ser entre a elite local, não mais uma elite estrangeira, como era na época do Império. Para a formação plena do Estado Moderno, faltava um de seus ingredientes, a participação popular. É por isso que Raymundo Faoro dá a sua obra o título de *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, e Erico Verissimo mostra a ascensão política de uma família da classe dominante.

Erico Verissimo e Raymundo Faoro não podem ser considerados, como o comumente são, defensores do *status quo* do capitalismo. Suas obras criticam o poder excessivo do Estado. E essa crítica poderia ser aplicada ao Estado Socialista. A visão binária de uma crítica esquerdista costuma perceber apenas que estes autores escreveram a história da elite e que renegaram aos subalternos um papel secundário. Essa visão costuma entender que um trabalho “sobre” é sempre um trabalho “por”, e que a temática, antes de ser passível de uma problemática, é uma apologia ao tema.

Em alguns aspectos, a postura política de Erico é mais clara que a de Faoro. A existência de Arão Stein em seu romance demonstra que ele tinha certa simpatia pelo socialismo. Entretanto, próximo do que ele definiria como Socialismo Democrático, e como a própria trajetória da personagem do judeu comunista demonstra, o problema é quando uma filosofia política institucionaliza-se. Embora ele só apareça em *O Arquipélago*, e não faça parte da família dos Terra Cambarás, ele é central para a compreensão da relação indivíduo, sociedade e Estado na obra de Erico Verissimo. Ele representa a inviabilidade da renúncia aos interesses pessoais em nome de uma causa maior. E aqui, aproxima-se, como disse Tio Bicho, de Raskolnikov. O fim da individualidade conduz a um sistema totalitário, corrompendo sua causa. Isso porque, embora os conceitos possam ser abstratos, embora Estado, Nação, Socialismo, Democracia, por mais que sejam discutidos, são abstratos, são categorias mentais de pensamento, quem as põe em prática é concreto. E são esses agentes concretos que definem o que é um Estado ou uma Nação, ou mesmo criam tradições legitimadoras. Assim, o Partido, pelo qual lutou Arão Stein, antes de ser socialista, era uma instituição, comandada não pelo ideal socialista, mas por pessoas que agiam em nome de tal ideal. O partido seguia a linha totalitária soviética e foi em nome desta linha, e não em nome

do socialismo, que fez com que Stein fosse acusado de traição. Stein seguiu em nome de uma causa maior, sacrificando não só a si como também a sua mãe, mesmo que de forma indireta. E o resultado deste sacrifício foi seu suicídio. Seus propósitos, enquanto ideais, enquanto parte de uma filosofia política, estavam para além do bem e do mal. Mas a instituição Partido tornou o bem o que era de seu interesse, e o mal o que lhe era contrário.

A filosofia política, quando se torna ideologia de Estado, carrega todo o peso do conceito de ideologia, torna-se um recorte, uma visão distorcida, mas não completamente falsa, da realidade em favor do Estado. É diferente, portanto, o socialismo de Arão, que é mais uma filosofia política, em relação ao de Eduardo, que é a ideologia oficial do Estado soviético. Criticar o Estado, em Erico, é criticar uma instituição propensa a tornar-se despótica. Mesmo nas democracias liberais, é o Estado que recruta pessoas para as guerras, é ele que constrói armas de destruição em massa. Entretanto, se a crítica ao Estado é clara, não é sua solução para o problema: sociedade/estado x indivíduo. A personagem Arão Stein cria o problema, ama o ser humano, mas apenas enquanto coletivo, não o individual. E é assim que o Estado é necessário. Floriano, por sua vez, autor de romances superficiais até escrever *O Tempo e o Vento*, é a favor da liberdade individual, do sujeito livre das imposições estatais. Entretanto, não se esclarece que indivíduo é esse, quem ele é, como age ou como agiria na ausência de um poder maior.

Se pensarmos na questão da luta de classes, por exemplo, Erico tem uma posição favorável ao oprimido, embora este esteja ausente como protagonista em sua obra. Se Stein é favorável ao operariado, Floriano aparenta uma certa indiferença a esse, confundindo sua posição com a de seu autor, de quem é alter ego. Por mais que a personagem tenha características de seu autor, Erico não é Floriano. E a diversidade de posturas políticas em sua obra é uma amostra disto.

Em Faoro, a posição política é um pouco menos clara. Ele também é um crítico ao Estado, mas não estabelece uma alternativa, o que lhe custou o rótulo de liberal. E, como ele mesmo afirma, é sim um liberal, mas liberal político, não econômico. A questão que ele não consegue responder é como ser um liberal político, incluindo política econômica, sem ser um partidário do *laissez-faire*, da liberdade política de

economicamente explorar outrem. Em outras palavras, se não é o Estado a controlar o mercado, o que o controlaria? Poder-se-ia pensar em uma sociedade civil fortemente organizada, mas e se houvesse pouca ou quase nenhuma tradição de participação popular?

Uma das características de *O Tempo e o Vento* é o desencanto. Floriano/Erico vivem o desencanto em relação ao progresso e à política. A Segunda Guerra Mundial e a formação dos Estados Totalitários e Autoritários foram acontecimentos que provocaram um ceticismo quanto à ideia de evolução da humanidade por meio de Estados ou pelo desenvolvimento tecnológico. De forma semelhante, Faoro, em *Os Donos do Poder*, não consegue ver uma relação de representatividade entre o Estado e a população. Para o caso brasileiro, nem o processo de modernização dissolveu a burocracia estatal, ao contrário, reforçou seus poderes e causou uma distância ainda maior entre estes e a população. A separação formal entre público e privado não resultou em políticas de interesses públicos, mas em distribuição de cargos no alto escalão da burocracia e concessões de prestação de serviços por interesses privados.

Se há em ambas as obras uma história das elites, uma história daqueles que ocupam o Estado e o dominam pelo uso da força, se o dominado está ausente, não significa que haja uma apologia ao *status quo*. É necessário identificar as lacunas do texto. Os subalternos, os dominados, não estão desprovidos de protagonismo somente no romance, estão desprovidos de representatividade. Se em Faoro existe uma distância entre a elite dirigente e a classe dirigente, não existindo nenhuma relação de representatividade, o que pensar entre a elite e a classe dominada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- ARENDT, Hannah. “Sobre a natureza do totalitarismo, uma tentativa de compreensão”. In: *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- BARRETO, Kátia Mendonça. *Um Projeto Civilizador: revisitando Faoro*. Nº36. São Paulo, 1995.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. “O Narrador.” In: *Os Pensadores, Benjamin, Habermans, Hokheim. Adorno*. São Paulo: Nova Cultura, 1983.
- BIASOLI, Vítor. *Grupo Quixote: História e Produção Poética*. Porto Alegre: Edipuc-rs, 1994.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *Raymundo Faoro, nosso amigo*. Lua Nova, nº 58, São Paulo, 2003.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Cia das Letras, 2008.
- BETTIOL, Maria Regina (org). *Erico Verissimo: muito além do tempo e o vento*. Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- BINS, Susana. *Floriano Cambará: personagem de O Tempo e o Vento*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- BOBBIO, Norberto. (et al.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2010.
- BORDINI, Maria da Glória (org). *Lukács e a Literatura*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- _____. *Forma e Materialidade Histórica*. In: BORDINI, 2003.
- _____. *Caderno de Pauta Simples. Erico Verissimo e a Crítica Literária*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2004.
- _____. “O Continente de São Pedro: éden violado.” In: BORDINI, Maria da Glória e ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004a.
- _____. “O Continente; um romance de formação? Pós-colonialismo e identidade política”. In: BORDINI, Maria da Glória e ZILBERMAN, Regina, 2004b.
- _____. “O questionamento político em O Arquipélago.” In: BORDINI, 2004c.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. 37ª edição.
- BURKE, Peter. *A Escola do Annales (1929-1989)*. São Paulo: Edusp, 1997.
- CAMPANTE, Rubens Goyá. *O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociedade Brasileira*. DADOS, Vol. 46. nº 1 IUPRJ, 2003. pp 152-193.
- CANDIDO, Antonio. *O Significado de Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S.1998
- _____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976. 5ª edição.
- _____. *A Personagem do Romance*. In: CANDIDO, Antonio (org.) *Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Timidez do Romance*. In: *A Educação pela Noite*. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: raízes estruturais da crise política brasileira*. In: FURTADO, C. 1968.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CARR, Edward. *O que é História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, Alonso. *Max Weber: modernidade, ciência e educação*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____, *A Burocracia Imperial e a Dialética da Ambiguidade*. In DADOS, Nº 21, 1979. p 7-31.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Verissimo: realismo e sociedade*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- CHARTIER, Roger. “A Histórica Hoje.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 7 nº 12, 1994.
- CHIAPPINI, Ligia. *O Continente, a Estância e os Escravos*. In: PESAVENTO, 2001.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- COHN, Gabriel. *Obra Clássica analisa persistência na mudança*. In: Folha de São Paulo, 16 de maio de 2003.
- _____, *Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COELHO, Marcelo. *As Ideias no Lugar de Raymundo Faoro: Entrevista*. In: Folha de

São Paulo. Domingo, 14 de maio de 2000.

DA MATTA, Roberto. *Dez anos depois: em torno da originalidade de Gilberto Freyre*. *Ciência & Trópico*. Recife, v. 21, nº 1, p. 17-37. In: http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/critica/artigos_cientificos.html 1997.

DIAS, Fernando C. *Presença de Max Weber na Sociologia Brasileira Contemporânea*. In: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, nº 14. jul/agosto de 1974, p. 47-62.

DIEHL, Astor Antônio. “A Recepção de Max Weber e a Cultura Historiográfica Brasileira”. In: *A Cultura Historiográfica Brasileira: Década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF, 1999.

_____. *Sérgio Buarque de Holanda: o futuro das raízes do Brasil*. In: *A Cultura Historiográfica Brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: UPF, 1998.

_____. *Max Weber e a História*. Passo Fundo: UPF, 2004.

DILTHEY, Wilhelm. *Os Tipos de Concepção de Mundo*. http://www.lusosofia.net/textos/dilthey_tipos_de_concep_ao_do_mundo.pdf. 1992.

DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Cia Nacional, 1987.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e Crítica Literária*. São Paulo: Unesp, 2011.

ELIADE, Micea. *Mito e Realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friederich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

- _____, *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo, Globo, 1998. 13ª edição.
- _____, *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- _____, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2006.
- _____, *A República Inacabada*. São Paulo: Globo, 2007.
- _____. *Entrevista: Raymundo Faro - A democracia traída*. São Paulo: Globo, 2008.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____, *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.
- FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2010.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipat, 2003.
- FONSECA, Orlando. *O Retrato e a Identidade*. In: GONÇALVES, 2000.
- FREITAS, Décio. *Faoro teve uma evolução política notável*. In: IHU Online, São Leopoldo, 16 de junho, 2006, p 7-9.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- FURTADO, Celso. *Brasil, Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GOMES, Gina. “Luzia e os centros de consciência”. In: BETTIOL, 2005.
- GONÇALVES, Jonas. *Jogo de Carta, os bastidores do Jornal da República*. In.: http://www.fileden.com/files/2008/3/10/1807705/jogo_de_carta.pdf, 2005.

- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUIMARÃES, Juarez (org.). *Raymundo Faoro e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- HELENA, Lucia. “Figuração e questionamento da nação em *O Tempo e o Vento*”. In: BORDINI, Maria da Glória. *Caderno de Pauta Simples, Erico Verissimo e a Crítica Literária*. Porto Alegre: IEL, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HOHLFELDT, Antônio. *Erico Verissimo*. Porto Alegre: Tche/RBS, 1984.
- KÜM, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura Século XXI, 2007.
- LAMOUNIER, Bolívar. “E no entanto se move: formação e evolução do Estado Brasileiro”. In: LAMOUNIER, B. *50 anos de Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 1994.
- LEENARDHT, Jacques. *O Romance da Dispersão do Sentido*. In: PESAVENTO, Sandra, 2001.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- _____. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2003.
- LIEDKE FILHO, Enno. *A Sociologia no Brasil, história, teoria e desafios*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 376-437.
- LUKÁCS, György. *O Romance Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011
- MASINA, Lea. “A fonte e o Sobrado: relendo Erico Verissimo”. In: BETTIOL, Maria Regina (org.). *Erico Verissimo*. Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- MARTINS. Renato (org.) *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro:

Azogue, 2009.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista – 1948*. Porto Alegre: LP&M, 2008.

_____. *O Capital*. Vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

_____. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa, 1977.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MILLS, W. *O Homem e sua obra*. In: WEBER, 1982.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: Edusp, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1978.

NEUMANN, Eduardo. “Uma fronteira tripartida: A formação do Rio Grande do Sul, século XVIII”. In: NEUMANN, e outros (org.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVERI, Mabel. *Caudilhismo*. In: BOBBIO, 2010.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 2ª reimpressão.

PERRONE, Cláudia. *Lukács: a imitação da vida*. In: BORDINI, 2003.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____, “A memória da terra: missão feminina.” In: PESAVENTO, Sandra. *Erico*

Verissimo: O Romance da História. Porto Alegre: Nova Alexandria, 2001.

PICCOLO, Helga. *Os Donos do Poder, de Raymundo Faoro*. In: Cadernos IHU Ideias. Unisinos. Ano 2, nº 19, 2004. pp 12.

QUEVEDO, Júlio. *As Missões: crise e redefinição*. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, André Heráclito. *Família e Coronelismo no Brasil, uma história de poder*. São Paulo: Girafa, 2008.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SANTOS Jr, Jair. “Entrevista com Raymundo Faoro: uma viagem ao universo intelectual do autor”. In: GUIMARÃES, 2009.

SARTRE, Jean. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1993.

_____. “Questão de Método”. In: *Os Pensadores: Sartre*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHWARZ, Roberto. “As Ideias Fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. Editora 34: Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Atualidade de Raymundo Faoro*. DADOS. Rio de Janeiro, Vol. 46. nº 2. 2003. pp. 207-213.

SELL, Carlos Eduardo. *Leituras de Weber e do Brasil: da política à religião, do atraso à modernidade*. In: Ciências Sociais Unisinos. Vol. 43 nº 003 set/dez, 2007, pp. 241-248.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. 8ª edição.

_____. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ghaphia, 1997. 2ª edição.

SOUSA, Célia. “A representação do espaço na obra de Erico Verissimo.” In:

GONÇALVES, Robson (org.). *O Tempo e o Vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM, 2004.

SOUSA CHRISTENSEN, Teresa Neumann de. *História do Rio Grande do Sul em suas origens missionárias*. IJUÍ: Unijuí, 2001.

SOUZA, Ricardo Luiz. *Positivismo, Monarquismo, Autoritarismo, Coronelismo, Populismo: reflexões sobre política e história*. Curitiba: Juriá, 2011.

THOMSON, George. *Os Primeiros Filósofos*. Lisboa: Estampa, 1974.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRESINI, Elizabeth. *História de um Sucesso Literário: Olhai os Lírios do Campo de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Literalis, 2003.

TOQUEVILLE, Alex. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

http://www.oab.org.br/hist_oab/defesa_estado.html

TRAGTEMBERG, Maurício. “Apresentação.” In: WEBER, Max. *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

VELOSO, Maria e MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VERISSIMO, Erico. *Um Certo Henrique Bertaso. Artigos diversos*. Porto Alegre, Globo, 1981.

_____. *Solo de Clarineta*. São Paulo: Globo, 1994.

_____. *O Tempo e o Vento: O Continente I*. São Paulo: Cia das Letras, 2005a. 3º edição.

_____. *O Tempo e o Vento: O Continente II*. São Paulo: Cia das Letras, 2005b. 3º edição.

_____. *O Tempo e o Vento: O Retrato I*. São Paulo: Cia das Letras, 2005c. 3º edição.

- ____. *O Tempo e o Vento: O Retrato II*. São Paulo: Cia das Letras, 2005d. 3º edição.
- ____. *O Tempo e o Vento: O Arquipélago I*. São Paulo: Cia das Letras, 2005e. 3º edição.
- ____. *O Tempo e o Vento: O Arquipélago II*. São Paulo: Cia das Letras, 2005f. 3º edição.
- ____. *O Tempo e o Vento: O Arquipélago III*. São Paulo: Cia das Letras, 2005g. 3º edição.
- ____. *A liberdade de escrever*. (BORDINI, Maria da Glória, Org.) Porto Alegre: UFRGS/EDIPUCRS, 1997.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a Interpretação do Brasil*. In: Temas Brasil. 1999
[Http://www.acesa.com/gramisci/texto_impressao.php?id=85](http://www.acesa.com/gramisci/texto_impressao.php?id=85)
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- ____. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 2009.
- ____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- ____. “A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais.” In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas: Unicamp, 1992.
- WEIMAR, Günter. *Origem e Evolução das Cidades Riograndenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.
- ZILBERMAN, Regina. “História, Mito e Literatura.” In: BORDINI, Maria da Glória e ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004a.
- ____. *Saga Familiar e História Política*. In: BORDINI, Maria da Glória e ZILBERMAN, Regina, 2004b.
- ____. *Erico em Portugal – 1959*. TriceVersa. Assis. v. 1, n 1, mai-out. 2007.
- ____. *O Romance Histórico: teoria & prática*. In: BORDINI, 2003.

FOTOS



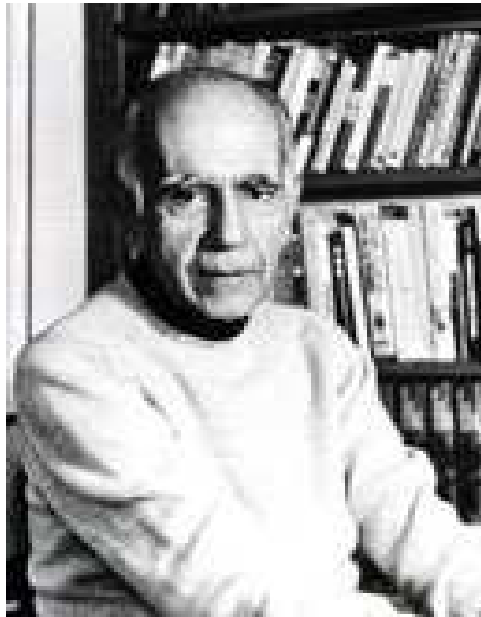
Bibiana, Fandango e Licurgo em *O Sobrado*



Ana Terra

Luzia e a Salamanca do Jarau





Erico Verissimo



Raymundo Faoro